

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP-GeR

MÓDULO 2 | **POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO**



Luiz Inácio Lula da Silva
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nilcéa Freire
MINISTRA DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SPM-PR

Eloi Ferreira de Araujo
MINISTRO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEPPIR-PR

Fernando Haddad
MINISTRO DA EDUCAÇÃO – MEC

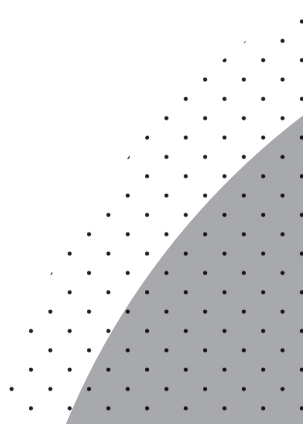
André Lázaro
SECRETÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE – SECAD/MEC

Maria Luiza Heilborn
Sérgio Carrara
COORDENADORES DO CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS – CLAM/IMS/UERJ

REALIZAÇÃO

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM-PR
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR-PR
Ministério da Educação - MEC
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/SAE
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM
Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - CLAM/IMS/UERJ

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP-GeR
MÓDULO 2 | POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO



COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL

Maria Elisabete Pereira (SPM)

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Maria Luiza Heilborn (CLAM)

COORDENAÇÃO ACADÊMICA ADJUNTA

María Elvira Díaz Benítez

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Andreia Barreto

Leila Araujo

COORDENAÇÃO DE CONTEÚDO

Jurema Werneck

Lourdes Maria Bandeira

Márcia Lima

Maria Elisabete Pereira

Maria Luiza Heilborn

Mario Lisboa Theodoro

Rosangela Malachias

COORDENAÇÃO DE**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Laura Coutinho

REVISÃO

Aline Duque

Bel Santos Mayer

LEITURA CRÍTICA

Anna Paula Vencato

Cristiane Cabral

Fabíola Cordeiro

Fabíola Rohden

Paulo Jorge Ribeiro

Rachel Aizengart

Schuma Schumacher

Thais Corral

COLABORAÇÃO

Alessandra Maria Silva Pinto

Alexandre Abdal Cunha

José Maria Nunes Pereira Conceição

Solange Dacach

Sônia Beatriz do Santo

Vera Lion

PROFESSORES ESPECIALISTAS

Antonio Carlos (Billy) Malachias

Bel Santos Mayer

Carlos Alberto Santos de Paulo

Cecília de Mello e Souza

Fábria Oliveira Martins de Souza

Felícia Picanço

Flávia Rios

Gislene Aparecida dos Santos

Guacira César

Ignacio Cano

Jose Eustáquio Diniz Alves

José Maurício Arruti

Jurema Werneck

Lourdes Maria Bandeira

Lúcia Xavier

Luená Nunes Pereira

Márcia Lima

Márcio André dos Santos

Márcio Macedo

Maria Claudia Cardoso Ferreira

María Elvira Díaz Benítez

Maria Luiza Heilborn

Mário Theodoro

Paulo Afonso de Araujo Quermes

Rosangela Malachias

Silvana de Paula

Sonia Corrêa

Vera Lúcia Benedito

EQUIPE GOVERNAMENTAL**SPM-PR**

Hildete Pereira de Melo

Maria Elisabete Pereira

Maria Lúcia de Santana Braga

SEPPIR-PR

Martvs Antonio Alves das Chagas

Valéria de Oliveira

Verônica Lemos de Oliveira Maia

SECAD/MEC

Barbara da Silva Rosa

Daiane de Oliveira Lopes Andrade

Jose Zuchiwschi

Leonor Franco de Araujo

Rosilea Maria Roldi Wille

CONSELHO CIENTÍFICO

Isidório Telles (IPEA)

Joselina Silva (UFCE)

Maria Aparecida Bento (CEERT)

Kabengele Munanga (USP)

Sonia Dias

Sueli Carneiro (Geledés)

CLAM/IMS/UERJ

IPEA

SECAD-MEC

SEPPIR-PR

SPM-PR

UNIFEM



Copyright © Centro Latino-Americano
em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM/IMS/UERJ

ORGANIZAÇÃO

Maria Luiza Heilborn

Leila Araújo

Andreia Barreto

PROJETO GRÁFICO

Nitadesign | Anna Amendola

REVISÃO GRAMATICAL

Maria Lucia Resende

G326

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP – GeR: módulo II /
Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto. –
Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para
as Mulheres, 2010.

266 p. ; Il.
ISBN 978-85-89737-16-6

Conteúdo: v.1. Políticas públicas e promoção da igualdade; v.2.
Políticas públicas, sexo e gênero. v.3. Políticas públicas, raça e etnia;
v.4. Estado e sociedade; v.5. Gestão de políticas públicas; v.6. Meto-
dologia da pesquisa.

1. Gênero. 2. Raça. 3. Políticas públicas. I. Heilborn, Maria Luiza. II. Araújo,
Leila. III. Barreto, Andreia. IV. Centro Latino-Americano em Sexualidade e
Direitos Humanos. V. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

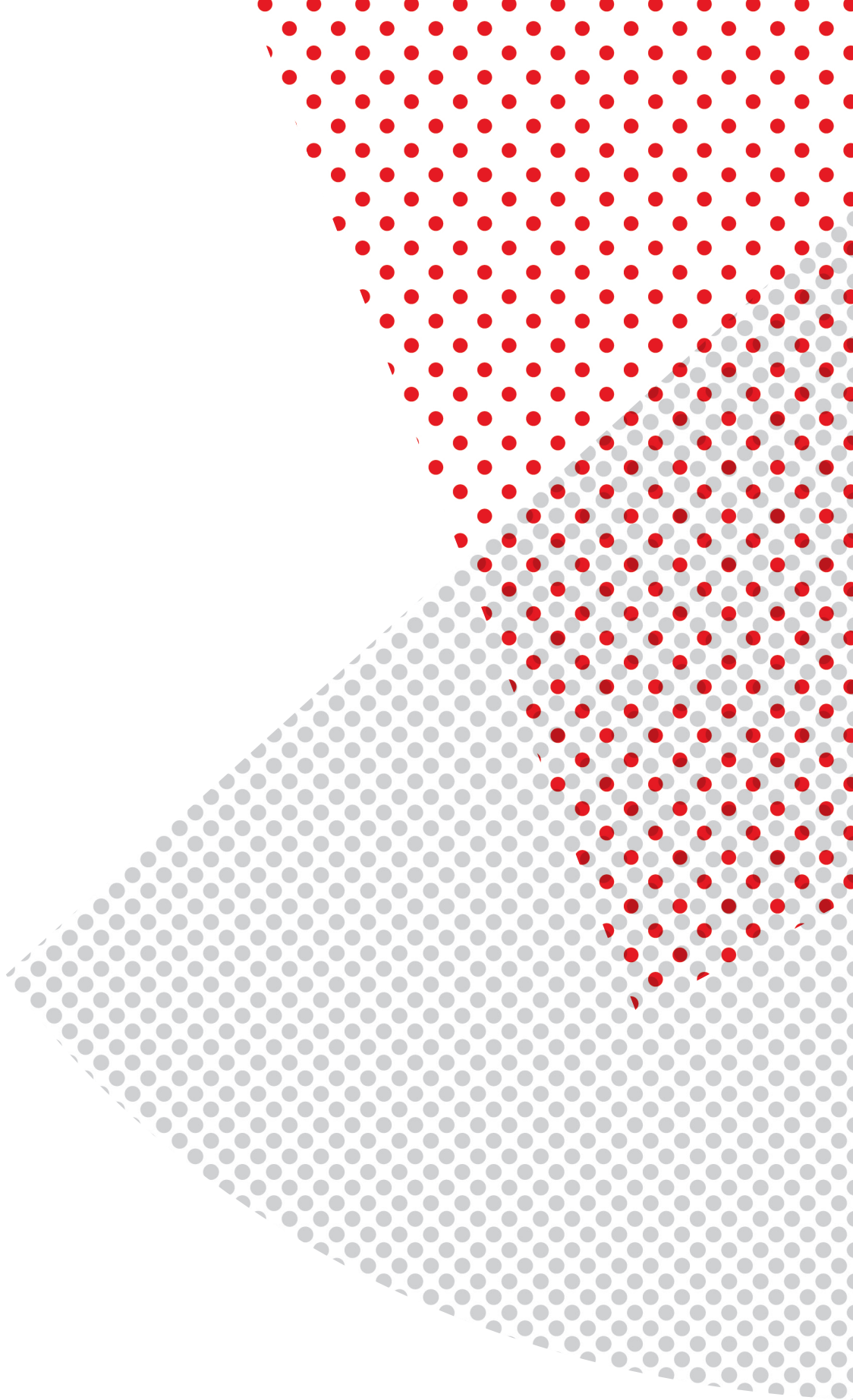
Ficha catalográfica : Sandra Infurna - CRB-7 - 4607

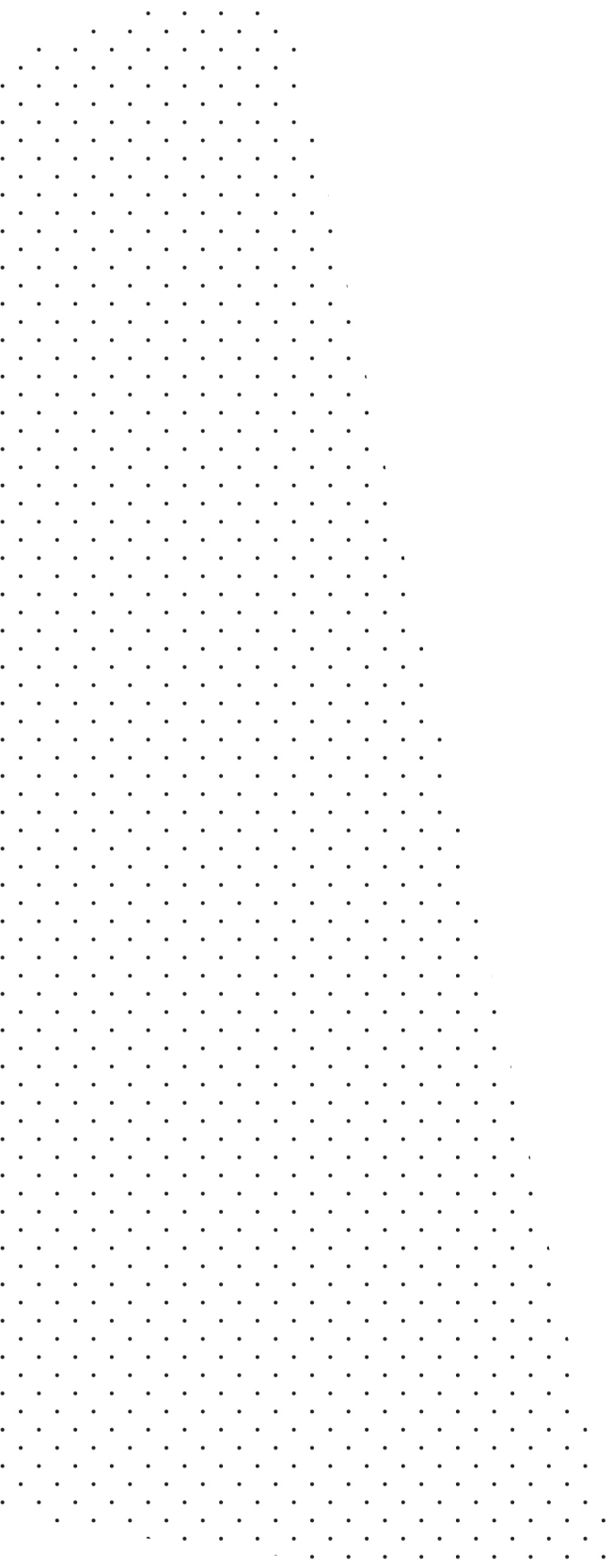
SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
UNIDADE 1 GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE	12
PANORAMA CONCEITUAL	13
O EMBATE ENTRE NATUREZA E CULTURA	17
SEXO E SEXUALIDADE	23
GÊNERO E SEXUALIDADE	29
IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL	36
MOVIMENTO FEMINISTA E OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS	44
O MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO	53
DISPUTAS E CONQUISTAS: DIREITOS REPRODUTIVOS E DIREITOS SEXUAIS	59
UNIDADE 2 GÊNERO E HIERARQUIA SOCIAL	64
CORPO E COMPORTAMENTO	65
GÊNERO E REPRODUÇÃO	68
DIFERENÇAS DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA VIDA PÚBLICA	73
DIFERENÇAS DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA VIDA PRIVADA	85
DESIGUALDADES ENTRECruzADAS: ESTEREÓTIPOS E HIERARQUIAS DE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE	93
UNIDADE 3 DESIGUALDADES DE GÊNERO NO BRASIL	100
POPULAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES DE GÊNERO	100
DESENVOLVIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA	109
A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO	117
A REVERSÃO DO HIATO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO	129
DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E GÊNERO	137
DESIGUALDADES SALARIAIS	147
DESEMPREGO E INFORMALIDADE	153
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA	159
DESIGUALDADES DE GÊNERO NA POLÍTICA E “EMPODERAMENTO”	165
VIOLÊNCIA DE GÊNERO	173
BALANÇO FINAL	179

UNIDADE 4 MOVIMENTOS DE MULHERES	184
AS MULHERES COMO SUJEITOS POLÍTICOS	185
MOVIMENTO FEMINISTA CONTEMPORÂNEO	195
MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS	205
MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS	214
MOVIMENTOS DE TRABALHADORAS URBANAS	221
MOVIMENTOS DE TRABALHADORAS RURAIS	231
MOVIMENTO DE MULHERES LÉSBICAS	235
MULHERES JOVENS	241
BIBLIOGRAFIA	245









POLÍTICAS PÚBLICAS E GÊNERO

Da mesma forma que a opressão sobre o corpo e o fazer feminino têm uma origem secular, os passos das mulheres para mudar este “destino” também vêm de longe. Lutando por igualdade de direitos, muitas mulheres fizeram com que a suas vozes ecoassem por todo o Brasil. Mulheres negras, índias, jovens, adolescentes, lésbicas, brancas, camponesas deram início a uma caminhada exigindo que fossem demovidos de todos os espaços, públicos e privados, as interdições, os preconceitos, o machismo, o racismo e a homofobia/lesbofobia.

Se antes não tinham direito à participação política, empreenderam a luta pelo direito ao voto e pelo direito a se candidatar, alcançando diversos postos pelo país. Antes educadas para a submissão, seja no lar ou na escola, gritaram contra a opressão e pela garantia de uma educação não sexista e informativa sobre seu corpo e sexualidade. Se antes viviam confinadas no espaço doméstico, passaram a estudar e a trabalhar exigindo salários iguais aos dos homens, licença maternidade de 120 dias, creches para seus/suas filhos/as, proibição de atestado de esterilização para ser admitida no emprego. Hoje, graças às mulheres sindicalistas, a revista íntima nos locais de trabalho é proibida.

O curso Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – GPP-GeR, no Módulo 2, **Políticas Públicas e Gênero**, visa apresentar e discutir as políticas públicas traçadas para atender as exigências quanto a identidade de gênero e a interseção com a identidade étnico-racial. Estas conquistas não significam uma mudança radical na condição das mulheres, principalmente das negras, indígenas e pobres. Neste sentido, as iniciativas de formação em temas de direitos humanos para gestores/as públicos/as são fundamentais para que eles/elas tenham o compromisso de promover e garantir os direitos das mulheres, contribuindo assim para uma agenda de políticas públicas mais equânime.



PANORAMA CONCEITUAL

GÊNERO E SEXO SÃO A MESMA COISA? A DIFERENÇA DE SEXO TORNA HOMENS E MULHERES DESIGUAIS? AS DIFERENÇAS DE GÊNERO SÃO NATURAIS (DEFINIDAS PELA BIOLOGIA) OU CULTURAIS (CONSTRUÍDAS SOCIALMENTE)? QUAL A IMPORTÂNCIA DA SEXUALIDADE E DA ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

(...) a condição de gênero está ancorada nos significados que indicam o que é ser homem ou ser mulher e não na anatomia dos corpos.

Vivemos em uma sociedade extremamente marcada pelas diferenças de gênero. Quando falamos de gênero, estamos nos referindo às construções e às expectativas sociais sustentadas em relação aos homens e às mulheres. Em outras palavras, gênero diz respeito ao modo como nossa sociedade constrói representações sobre ser homem e ser mulher e pressupõe que sejam naturalmente estabelecidas. Desde pequenos, educamos os meninos para agirem de uma determinada forma e as meninas, de outra.

Para as Ciências Sociais, o conceito de gênero foi demarcado pelo pensamento feminista nos anos 1970, e se refere à construção social do sexo anatômico. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas que a maneira de ser homem e de

ser mulher é instituída pela cultura. Assim, o conceito de gênero contribui para pensarmos as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres.

Para entendermos o que é gênero, cabe uma separação entre a noção de gênero e a noção de sexo. Sexo diz respeito às características físicas e anatômicas dos corpos, isto é, o sexo refere-se às características que distinguem o corpo do homem do corpo da mulher, como os órgãos genitais. Já o conceito de gênero aponta para o conjunto de fatores socioculturais atribuídos aos corpos, estabelecendo a ideia de masculino e feminino. Em outras palavras, a condição de gênero está ancorada nos significados que indicam o que é ser homem ou ser mulher e não na anatomia dos corpos. Assim, as ciências sociais enfatizam que as identidades masculina e feminina não são construções biológicas, são culturais, engendradas sobre os corpos e variáveis através da história, ou seja, as diferenças de gênero são principalmente diferenças estabelecidas entre homens e mulheres por meio das relações sociais que se dão na história, fazendo de gênero uma categoria de classificação dos indivíduos, assim como a classe social e a raça/etnia (Heilborn, 1997).

Pesquisas orientadas pela categoria de gênero revelam que as diferenças atribuídas aos homens e às mulheres produzem e reforçam relações de poder. Estas diferenças são estabelecidas em contextos históricos de dominação que persistem no tempo. O conceito de gênero contribui para a análise da sociedade, ao questionar os padrões sociais estabelecidos para homens e mulheres. Ao provar que as diferenças de padrões foram construídas historicamente, os estudos de gênero evidenciam a possibilidade de reverter injustiças e construir um horizonte equânime na relação entre homens e mulheres (Heilborn, 1999; 2004).

A presença da categoria gênero no cotidiano é notada tanto em textos que orientam as políticas públicas, quanto naqueles difundidos em jornais e revistas. Sua origem remonta à produção teórica feminista e dialoga com diversos campos disciplinares: história, sociologia, antropologia, ciência política, demografia, entre outros.

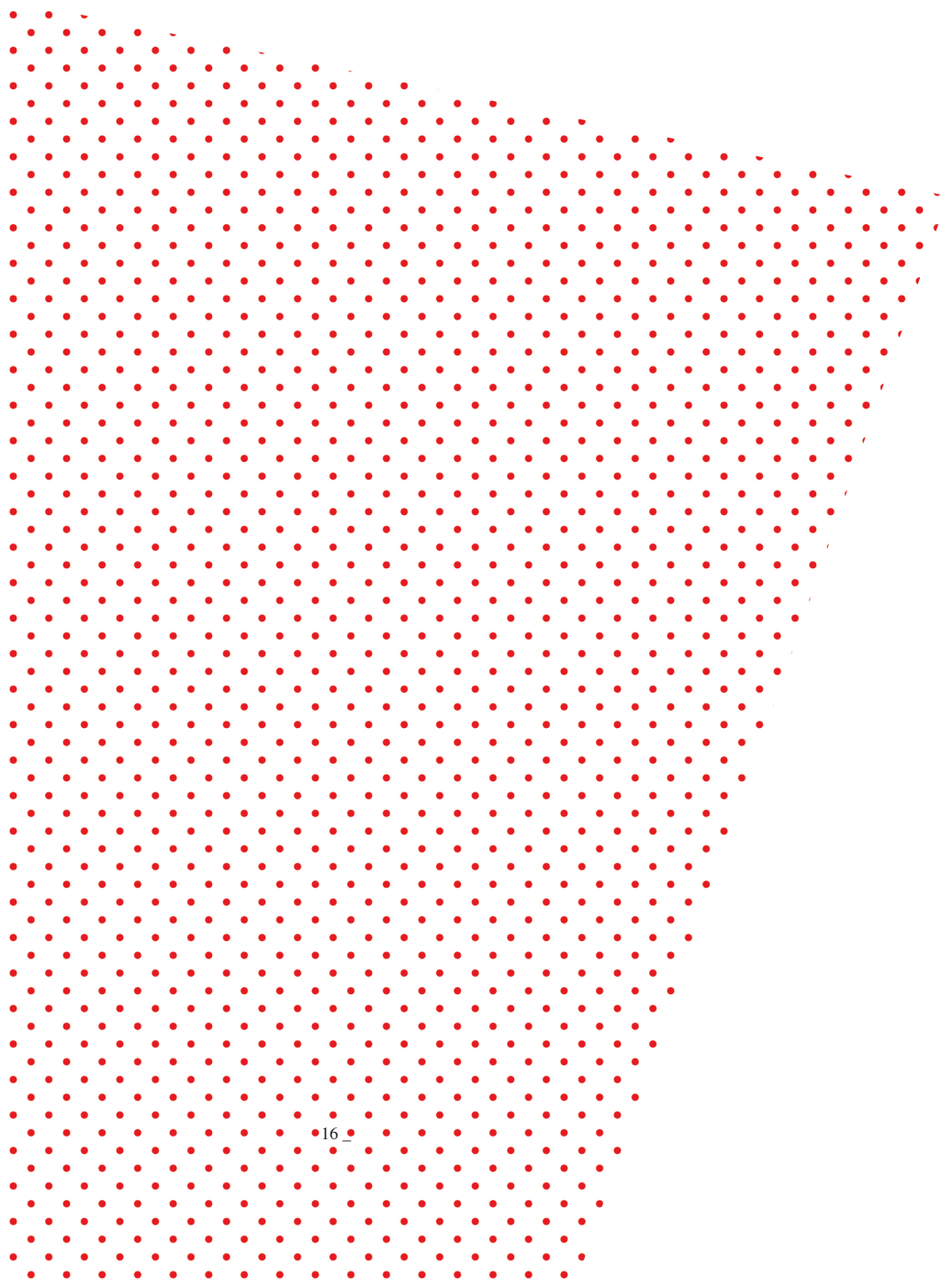
(...) os estudos de gênero evidenciam a possibilidade de reverter injustiças e construir um horizonte equânime na relação entre homens e mulheres (Heilborn, 1999; 2004).

Dentre as diversas autoras importantes para o desenvolvimento do conceito de gênero, destaca-se a historiadora Joan Scott. Uma de suas publicações mais conhecidas no Brasil é o texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*,¹ que contribuiu para que pesquisadores/as da área de Ciências Humanas reconhecessem a importância das relações sociais que se estabelecem com base nas diferenças percebidas entre homens e mulheres. Outra pesquisadora importante para o tema é a antropóloga norte-americana Gayle Rubin, que em 1975 defendia a existência de um sistema sexo-gênero em todas as sociedades. Há também uma significativa produção científica realizada por pesquisadoras francesas, dentre as quais se sobressaem Christine Delphy e Danièle Kergoat, que elaboram o tema “**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO**”, em decorrência das relações de gênero, que naturalizam como femininas as atividades de cuidado. Segundo esta visão, haveria uma exploração por parte dos homens e dos maridos, ao se beneficiarem diretamente do trabalho doméstico gratuito desenvolvido pelas mulheres. De forma indireta, toda a sociedade seria beneficiada. Porém, não há reconhecimento do trabalho doméstico e tampouco de quem o desenvolve.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO

Para uma história da análise sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, ver os artigos: HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, v. 37, n. 132:595-609, set.-dez. 2007; BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia & SCALON, Celi. *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. São Paulo: Edusc, 2008. Consultar ainda na página do CLAM www.clam.org.br a entrevista do sociólogo sueco Göran Therborn sobre “Relações de poder entre os sexos”. Sugestão de vídeo: “Acorda Raimundo, Acorda!”, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Rd6BiFzeaSM> de 2’36 a 5’06.

1 | Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html Acesso em 24 mar. 2010.



O EMBATE ENTRE NATUREZA E CULTURA

ENTÃO, A NATUREZA OU O BIOLÓGICO NÃO DETERMINA QUEM NÓS SOMOS?

OU NATUREZA E CULTURA EXERCEM FORÇAS DIFERENTES NA DEFINIÇÃO DO QUE É SER HOMEM OU SER MULHER? QUAIS DESTES FATORES INTERFEREM MAIS? COMO VOCÊ APRENDEU A SER HOMEM OU A SER MULHER? QUAIS VALORES FORAM TRANSMITIDOS A VOCÊ SOBRE O QUE É SER HOMEM OU O QUE É SER MULHER?

EM SUA CIDADE QUE PAPÉIS SÃO DEFINIDOS COMO TÍPICAMENTE MASCULINOS OU TÍPICAMENTE FEMININOS? FAZ DIFERENÇA SER MULHER BRANCA OU MULHER NEGRA?

OU SEJA, EM SEU CONTEXTO, ESPERAM-SE PAPÉIS E COMPORTAMENTOS DISTINTOS DE UMA E DE OUTRA?

SE O GÊNERO É UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, É POSSÍVEL QUE EM CONTEXTOS DISTINTOS (NO TEMPO E NO ESPAÇO) HAJA DIFERENÇAS ENTRE O QUE SE ATRIBUI AOS HOMENS E ÀS MULHERES?

Na comparação entre diversas sociedades, pode se perceber que homens e mulheres são representados e modelados socialmente de maneira muito variada, deduzindo-se, assim, a fraca determinação da natureza na definição de comportamentos sociais e, ao mesmo tempo, confir-

mando que a espécie humana é essencialmente dependente da socialização (Elias, 1987). Entretanto, no senso comum, acredita-se que as condutas de homens e de mulheres são originadas por uma espécie de programação natural e biológica de comportamento que viria junto com o tipo de corpo físico com que cada indivíduo nasce. Um exemplo são as convicções muito difundidas sobre correlação inata entre sexo e personalidade. Tomando a cultura ocidental, supõe-se que o masculino seja dotado de maior agressividade e o feminino de maior suavidade e delicadeza.

Margareth Mead, uma antropóloga americana que resolveu estudar esta questão na década de 1930, em seu livro *Sexo e Temperamento* (1988), traz os resultados da pesquisa realizada na Nova Guiné sobre o que então se chamava de “papéis sexuais”, e que hoje em dia chamamos de “construção social do gênero”. Da comparação entre três culturas (Arapesh, Mundugomor e Tchambuli) que compartilhavam de uma organização social semelhante, Mead destacou que em duas delas (Arapesh, Mundugomor) a cultura não estabelece um padrão sentimental distinto para homens e mulheres. Existiria, assim, um tipo de personalidade ou temperamento socialmente aprovado para todos/as os/as integrantes da sociedade. Segundo os critérios de avaliação da cultura ocidental, a cultura Arapesh poderia ser caracterizada como maternal, tendo na docilidade o traço de personalidade valorado. Já entre os Mundugomor o comportamento agressivo era incentivado para homens e mulheres. Na terceira sociedade analisada, os Tchambuli, suas personalidades se opõem e se completam idealmente, sendo que os signos de masculino e feminino estão invertidos em relação ao padrão ocidental. Os homens são mais gentis e delicados do que as mulheres, que são fortes e bravas.

***(...)determinadas
culturas podem
não enfatizar uma
relação entre sexo
e personalidade.***

O caso analisado por Mead diz respeito à questão de como determinadas culturas podem não enfatizar uma relação entre sexo e personalidade. Já em outras, o sistema simbólico em torno da diferença sexual pode eleger a “afetividade” como um campo privilegiado de diferenciação entre os gêneros.

Queremos enfatizar que não existe uma relação direta entre o sexo do corpo e a conduta desempenhada por mulheres e homens. Há todo um processo de aprendizado ou de internalização referente às construções de gênero, que acontecem muito cedo, desde a infância. O ambiente escolar pode ser citado como exemplo de um espaço em que se

(...) apesar da superioridade social atribuída ao masculino, a classificação de gênero prejudica também os homens.

verifica a divisão entre os comportamentos considerados masculinos, destinados aos meninos, e os comportamentos femininos, destinados às meninas. As brincadeiras e os brinquedos infantis são bastante delimitados em “para meninas” e “para meninos”. É comum as meninas serem estimuladas desde cedo a gostar de cores suaves; são presenteadas com bonecas e miniaturas de utensílios domésticos (ferrinho de passar, maquininha de lavar, batedeira etc.) que as aproximam das tarefas de casa, como cozinhar, lavar ou cuidar de bebês. Elas não são muito bem vistas quando participam das brincadeiras consideradas masculinas, ditas violentas ou agressivas. Ao se atreverem, são tachadas de “maria-moleque”.

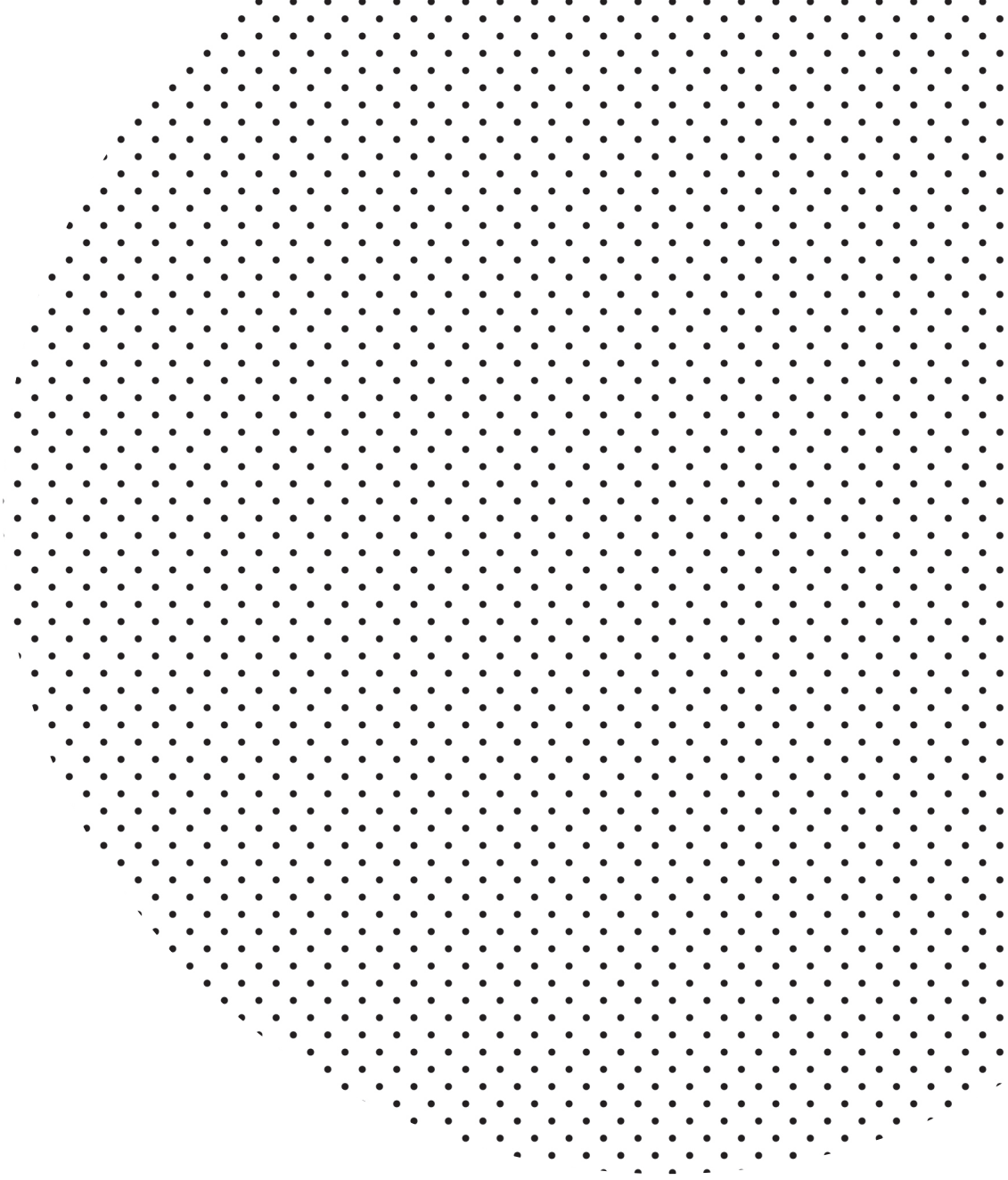
Os meninos, por sua vez, devem ficar afastados dos ambientes e das brincadeiras tidos como femininos – brincar de casinha, com bonecas e outros jogos mais calmos e lúdicos – sob risco de porem à prova sua masculinidade e serem acusados de “maricas” e “afeminados”. Assim, meninos são ensinados a apreciar esportes de ação, aventura e certa violência; recebem como brinquedos armas, espadas, bolas, carrinhos; são preparados para lutar e para se posicionarem de forma mais agressiva e assertiva na relação com seus pares. E com este modelo de educação, vão aprendendo e determinando o que é ser homem, como um homem precisa se comportar, quais espaços devem ser ocupados exclusivamente por homens.

Poderíamos imaginar que os efeitos nocivos deste modelo se restrinjam às mulheres, no entanto, o que podemos notar é que, apesar da superioridade social atribuída ao masculino, a classificação de gênero prejudica também os homens. Já nos primeiros anos de escola, meninos são considerados, a priori, desatentos e bagunceiros e, em consequência, menos motivados para o estudo do que as meninas. Na adolescência, podem sofrer a expectativa, ou até a pressão, de contribuir para a renda familiar ou pessoal como um requisito “obrigatório” dos homens. A conjunção entre escola e trabalho pode ser um fator do abandono escolar para eles. A ideia de que o homem deve ser o provedor de um domicílio ou de suas próprias despesas atua como estímulo à interrupção da escolaridade.

Evidentemente, o gênero não está dissociado da posição de classe social; o abandono da escola se dá, sobretudo, entre meninos e rapazes pobres.

No entanto, de modo geral, os rapazes são obrigados a corresponder às expectativas de provedor atribuídas à masculinidade. Na Unidade 3, analisaremos alguns dados sobre o impacto negativo desta concepção na trajetória escolar dos homens, e também como o sistema simbólico em torno da diferença sexual organiza distintas esferas da vida social, entre elas, o trabalho.

É importante notar que também a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2007) começa a ser moldada na infância, na divisão de tarefas e espaços, distribuídos distintamente entre meninos e meninas. Ao estimular meninos e meninas a assumirem atitudes diferenciadas e a ocuparem espaços igualmente distintos – para elas, a passividade no ambiente doméstico e, para eles, a atividade no espaço público – de forma mais ou menos sutil vai se influenciando também a sua inserção profissional futura. Mas não só; muitas vezes não se percebe o quanto os gestos, os brinquedos, as palavras etc. moldam o feminino e o masculino. Acredita-se que estes sejam meros acessórios para aquilo que o sexo biológico já definiu.





SEXO E SEXUALIDADE

**SE SEXO NÃO DETERMINA O GÊNERO,
DETERMINA A SEXUALIDADE?
A RELAÇÃO SEXUAL COM O SEXO OPOSTO
É A RELAÇÃO NATURAL?
O QUE FOGE A ESTA REGRA TERIA ULTRAPASSADO
A LINHA DA NORMALIDADE?
SEXO E SEXUALIDADE SÃO ASSUNTOS EXCLUSIVOS
DA INTIMIDADE?
QUAL A INTERFACE ENTRE SEXUALIDADE
E POLÍTICA PÚBLICA?**

Sexualidade é o termo abstrato utilizado para se referir às capacidades associadas ao sexo, enquanto sexo tem vários significados. A palavra pode designar uma prática – “fazer sexo” ou “manter relações sexuais com alguém” – assim como pode indicar um conjunto de atributos fisiológicos, órgãos e capacidades reprodutivas que permitem classificar e definir categorias distintas de pessoas – por exemplo, “do mesmo sexo”, “do sexo oposto” – segundo características específicas atribuídas aos seus corpos, atitudes e comportamentos. Num sentido mais amplo, sexo remete aos prazeres do corpo e dos sentidos, ao desejo, à sensualidade. Imaginamos o sexo como uma energia que provém de nosso corpo, como um impulso físico funda-

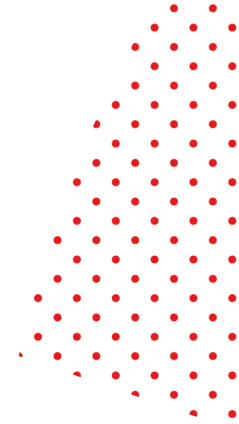
mental que exige satisfação. Vivenciamos nossas necessidades e desejos sexuais como algo arraigado em nós, como parte fundamental de nossa individualidade. Ao mesmo tempo, temos essa energia, que parece nos remeter a uma “animalidade” natural, que nos envolve e, de certo modo, nos ultrapassa. Assim, para manter-se o sexo sob controle, são inventadas regras, consideradas necessárias e imprescindíveis não apenas para o bem-estar pessoal, mas também para a organização da vida em sociedade.

Sexo representa tanto prazer quanto perigo. É o que temos de mais íntimo e também o que mais atíça a preocupação, a vigilância e o controle social. A família, a escola, a religião, a ciência, a lei e o governo esforçam-se para determinar o que é sexo e o que ele deve ser; esforçam-se para estipular quando, como, onde e com quem se pode fazer sexo. Quase sempre essas prescrições são transmitidas e justificadas em nome de uma ordem universal e imutável, fundada em Deus ou na Natureza. Entretanto, é importante considerar que tais regras, supostamente em concordância com a “verdade” profunda do sexo, também são construções sociais.

Analisemos o raciocínio que está por trás de uma dessas prescrições básicas. Com quem se pode fazer sexo? Desde crianças somos ensinadas/os que o modo “natural” de fazer sexo é relacionando-se com pessoas de “sexo oposto”, e não com pessoas de “mesmo sexo”. Esta prescrição supõe uma conexão necessária entre:

1. Ser biologicamente macho ou fêmea – ter os órgãos genitais e as capacidades reprodutivas apropriadas a cada sexo;
2. Incorporar uma identidade de gênero masculina ou feminina – ter a convicção interior de ser “homem” ou “mulher”, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para cada sexo;
3. Ter uma predisposição inata para a orientação sexual heterossexual – eleger necessariamente pessoas do “sexo oposto” como objetos de desejo e parceiros de afeto.

Neste raciocínio, articulam-se o sexo biológico, a identidade de gênero e a orientação sexual – três questões distintas – como se fossem, no fundo, manifestações de uma só coisa: a “sexualidade”; e esta é vista como suposta fonte interna e “natural” de nossa identidade.



Seguindo esta lógica, chega-se a uma **naturalização** da relação sexual entre homens e mulheres, que responde pela formação da família ao reproduzir não só a espécie, mas também a vida social. Daí decorrem concepções igualmente naturalizadas a respeito do comportamento masculino e feminino, daquilo que pode ser considerado família e daquilo que é tido como legítimo em termos de desejos, sentimentos e relacionamentos. Não há, de fato, nenhuma razão “natural” para que estas diferentes questões sejam obrigatoriamente associadas. Nascer com pênis ou com vagina, por si só, não faz ninguém ser “masculino” ou “feminino”, tampouco faz alguém ser, necessariamente, heterossexual ou homossexual. Esta suposta unidade de aspectos tão diversos é, na verdade, uma criação da cultura ocidental moderna.

Em síntese, é comum acreditarmos que o corpo – e, por extensão, a sexualidade – é o que temos de mais “natural” e particular. O corpo aparece como uma fonte primordial da identidade de homens e mulheres, enquanto pessoas de um sexo ou de outro. Hoje em dia, reconhece-se mais facilmente que o desejo e a busca de prazer, assim como a necessidade de compartilhar intimidade e afeto, são inerentes aos seres humanos e dizem respeito à privacidade e ao bem-estar de cada indivíduo. Ao mesmo tempo, todos e todas podemos reconhecer, segundo a própria experiência, as pressões sociais para que nossa sexualidade se realize conforme o que “naturalmente” se espera.

É forte a ideia de que o desenvolvimento “normal” da sexualidade conduz à união de um homem com uma mulher, e de que qualquer alternativa represente um “problema”. Mais ainda, é dado como pressuposto que quem tem pênis é “homem” e, portanto, deve se sentir “masculino” e se comportar como tal. Nesta mesma linha, quem tem vagina é “mulher”, deve se sentir “feminina” e se comportar como tal. O homem tem que desejar a mulher e a mulher, o homem. Somente o homem e a mulher podem se unir em casamento e formar uma família, na qual serão criados os futuros homens e mulheres que, por sua vez, devem repetir todo o ciclo e, assim,

***(...) todos e
todas podemos
reconhecer,
segundo a própria
experiência, as
pressões sociais
para que nossa
sexualidade
se realize
conforme o que
“naturalmente” se
espera.***

reproduzir a sociedade. Isto corresponde ao que o senso comum considera “certo” e “normal”, expressão forte da chamada **heteronormatividade**.

Entretanto, a sexualidade não é somente uma questão de instintos, impulsos, genes ou hormônios, e tampouco se resume às possibilidades corporais de vivenciar prazer e afeto. Ela é também uma construção. A sexualidade envolve um processo contínuo, e nem sempre linear, de aprendizado e reflexão através do qual elaboramos a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas.

Nascemos dotadas/os de uma determinada capacidade biológica. Todo o resto se constrói e vai se formando durante a vida. Por isso, as expressões da **SEXUALIDADE HUMANA** são tão diversas.

SEXUALIDADE HUMANA

Uma das reflexões mais influentes sobre a concepção moderna de sexualidade está nos trabalhos do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984). Ele argumenta que a ideia de sexualidade, tal como a entendemos hoje, é um dispositivo histórico, isto é, seria uma elaboração própria do Ocidente moderno, constituída por meio de um conjunto heterogêneo de saberes, práticas, organizações e instituições. Esse processo histórico, com raízes no passado cristão europeu, atingiu seu ápice no século XIX, transformando o sexo num domínio especializado de conhecimento científico e num alvo estratégico de intervenção social. Dessa forma, o sexo passou a ser entendido como uma energia natural, essencial para a constituição do corpo e da personalidade de cada sujeito. Ao mesmo tempo, conhecer o sexo era crucial para o controle do comportamento e da saúde da população como um todo. O sexo tornou-se o ponto privilegiado em torno do qual se desenvolveu toda uma complexa tecnologia de administração da vida individual e coletiva (FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: A vontade de saber. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1993).

Heteronormatividade – é o termo usado para descrever a “norma” segundo a qual os seres humanos se dividem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea. Nesta perspectiva, as relações sexuais seriam normais somente entre pessoas de sexos diferentes e cada sexo teria certos papéis naturais na vida. Nessa linha de reflexão, a heteronormatividade seria considerada como a única orientação sexual normal.

Naturalização – aqui se refere ao modo como ideias, valores e regras sociais, produzidas por homens e mulheres em contextos históricos, são transmitidas, justificadas e adotadas como se existissem independentes da ação humana, como se fossem imposições externas (“naturais”) que não se podem evitar, combater ou modificar, sob risco de alterar essa ordem “natural” que garantiria a estabilidade e a reprodução da sociedade.



GÊNERO E SEXUALIDADE

QUANTAS VEZES OUVIMOS OU FALAMOS COM CERTO LAMENTO: "PORQUE NO MEU TEMPO...".
FAÇA ESTA RETROSPECTIVA: COMO VOCÊ CONSTRUIU SUA SEXUALIDADE?
QUAIS OS VALORES ATRIBUÍDOS À SEXUALIDADE DE HOMENS E MULHERES EM SUA ADOLESCÊNCIA?
HAVIA DIFERENÇAS COMPARADAS AOS VALORES DA GERAÇÃO ANTERIOR?
ESTES VALORES ERAM COMUNS PARA OUTRAS FAMÍLIAS, CIDADES OU PAÍSES?
QUAL O PESO DA SEXUALIDADE NA DEFINIÇÃO DE HOMEM E DE MULHER?

Neste texto veremos que gênero e sexualidade são dimensões que integram a identidade pessoal de cada indivíduo, mas são originadas, afetadas e transformadas pelo modo como os valores sociais, sistematizados em códigos culturais, organizam a vida coletiva em um dado momento histórico.

Analisando-se a trajetória dos estudos sobre sexualidade, não se pode ignorar que eles tiveram um *boom* particularmente expressivo a partir dos estudos sobre gênero. Na verdade, o campo da sexualidade mantém uma relação íntima com o de gênero, cujo desenvolvimento está

estritamente ligado aos movimentos sociais, como o feminista e o de liberação homossexual.

O debate teórico em torno da sexualidade tem sido marcado pelo enfrentamento entre duas posições: o **ESSENCIALISMO** e o **CONSTRUTIVISMO** social.

ESSENCIALISMO

Segundo o essencialismo, o mundo – e conseqüentemente o sexo – é dado pela natureza. Assim, se nasceu fêmea, é mulher; se nasceu macho, é homem. Há um essencialismo biológico, determinado pelo órgão sexual. Nessa corrente, o pensamento é de caráter ético ou normativo e segue a linha da moral judaico-cristã, na qual a sexualidade está ligada à reprodução e à heterossexualidade. Para aprofundar, ler:

ARIÈS, Philippe. São Paulo e a carne. In: ____ & BÉJIN, André (orgs.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 54-76.

BIRMAN, Joel. Erotismo, desamparo e feminilidade – uma leitura psicanalítica sobre a sexualidade. In: BIRMAN, Joel. *Cartografias do feminino*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 201-217.

COSTA, Jurandir Freire. Sexo e amor em Santo Agostinho. In: LOYOLA, Maria Andréa (org.). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. P. 133-158.

CONSTRUTIVISMO SOCIAL

Na visão do construtivismo social, mulheres e homens são vistos como sujeitos na construção de suas sexualidades. Desse modo, a conduta sexual humana é socioculturalmente determinada e construída. Não é o órgão sexual que determina a ação, mas os aspectos sociais, a sociedade. Portanto, na configuração da cultura sexual de grupos e sociedades há interfaces biológicas, psicológicas e sociais. Para aprofundar, ler:

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. In: ____ (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

____ & BRANDÃO, Elaine. Introdução: ciências sociais e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

Contudo, tal oposição não possui uma distinção linear, travando-se em dois planos distintos: no primeiro, há uma oposição simples entre as duas perspectivas. No segundo, incluem-se variantes entre as diferentes concepções sobre o construtivismo social.

Nas trincheiras do essencialismo, viceja a convicção de que há algo inerente à natureza humana inscrito nos corpos na forma de um instinto ou de uma energia sexual que conduz as ações. A sexualidade ora restringe-se a um mecanismo fisiológico, a serviço da reprodução da espécie, ora à manifestação de uma pulsão, de ordem psíquica, que se busca extravasar. O construtivismo social reúne abordagens que procuram problematizar a universalidade desse instinto sexual. O foco da argumentação é o de que existem formas culturalmente específicas, que o olhar ocidental chamaria de sexualidade, que envolvem contatos corporais entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, ligados ou não à atividade reprodutiva, que podem ter significados radicalmente distintos entre as culturas, ou mesmo entre grupos populacionais de uma determinada cultura.

Portanto, os significados sexuais e, sobretudo, a própria noção de experiência ou comportamento sexual não seriam passíveis de generalização, dado que estão ancorados em teias de significados articuladas a outras modalidades de classificação, como o sistema de parentesco, o de gênero e raça/etnia e o das classificações geracionais, o da estrutura de privilégios sociais e de distribuição de riqueza etc.

É importante identificar as articulações e os nexos entre estes eixos de classificação social – gênero, classe, estrutura etária, raça/etnia etc. – na medida em que a sexualidade, como qualquer outro domínio da vida, depende de socialização, de aprendizagem de determinadas regras, de roteiros e cenários culturais para que a atividade sexual possa ser significada e exercida (Gagnon & Simon, 1973). Não há, assim, uma razão universal pairando sobre as condutas e muito menos sobre os significados do que seja sexual. O sexual não se restringe à dimensão reprodutiva, tampouco à psíquica, estando impregnado de convenções culturais acerca do que consistem a ex-

*(...) a sexualidade,
como qualquer
outro domínio da
vida, depende de
socialização,
de aprendizagem
de determinadas
regras, de
roteiros e cenários
culturais para
que a atividade
sexual possa ser
significada
e exercida*

citação e a satisfação eróticas, constructos simbólicos que modelam as próprias sensações físicas (Parker, 1994). Em outras palavras, o domínio do sexual, do erótico ou das sensações do corpo é efeito de construções culturais. Nesse sentido, é necessário identificar as mediações, os vínculos que, em cada momento histórico, definem o que seja sexual e de que modo tal significado se articula, por exemplo, com as classificações de gênero.

***(...) há estreito
e inescapável
imbricamento
entre sexualidade
e gênero.***

O conceito de gênero veio salientar a dimensão de atribuição cultural e modelação dos corpos sexuados. Tais corpos são atravessados por maneiras particulares de socialização, as quais seguem certos eixos de classificação social, como o das prescrições do gênero. Estas prescrições, por sua vez, carregam as insígnias de um determinado momento histórico e cultural e se apresentam em formas particulares de gestão das sensações corporais. Isto nos leva a compreender a sexualidade como produto de diferentes cenários, e não apenas como derivada do funcionamento biopsíquico dos sujeitos. A ênfase sobre cenários socioculturais alude à premissa de que as características distintas entre homens e mulheres, no tocante

à vida sexual e na interface desta com a esfera reprodutiva, se devem a uma combinação de fenômenos que reverberam nos corpos como efeito de processos complexos de socialização dos gêneros. Desse modo, podemos dizer que há estreito e inescapável imbricamento entre sexualidade e gênero. As formas de interação de mulheres e de homens apresentam-se pautadas por códigos entre os/as atores/atrizes que, por sua vez, estão submetidos/as a expectativas sociais de desempenho segundo seu sexo e seu gênero. Afetividade e sexualidade, enquanto dimensões da pessoa, só se atualizam em formas socialmente convencionadas por certa cultura. E o exame das relações de gênero permite desvendar roteiros preestabelecidos que orientam as condutas dos sujeitos (Heilborn, 1993).

Daquilo que vimos estudando desde o início deste texto, podemos afirmar que a cultura sexual brasileira é marcada fortemente por uma categorização de gênero que reserva contrastivamente atitudes e qualidades para cada um dos sexos. Desse modo, masculinidade e atividade estão associadas, em oposição à feminilidade e à passividade. Tal sistema ordena as relações entre pessoas do mesmo sexo ou entre sexos opostos. O sistema classificatório funciona como um quadro de leitura para as condutas. Sobre

os homens é exercida uma vigilância constante de seus gestos e comportamentos, de maneira que sobre eles não recaia sombra de dúvida sobre sua masculinidade (Parker, 1991).

Tomando como exemplo a sexualidade juvenil, observamos que na adolescência há uma pressão para que o rapaz tenha relações sexuais com pessoa do sexo oposto, de modo a garantir que ele não seja homossexual; havia, por exemplo, a antiga tradição de os pais levarem os filhos, logo que possível, para conhecerem “prostitutas”. Tal gesto reforça o masculino e a imagem profundamente valorizada do machão, um dos modelos da **masculinidade hegemônica** (Heilborn & Carrara, 1998).

Da mesma forma, das mulheres é exigida a correspondência com as imagens de pureza e recato para que sejam consideradas honestas. Mesmo que a perda da virgindade não seja mais um atributo passível de estigmatização das mulheres, não deixou de existir certa exigência de preservação sexual que se reveste de respeitabilidade moral, apresentada na forma de um jeito passivo e ingênuo no que refere aos temas sexuais. Tal padrão torna difícil, por exemplo, que as mulheres abordem questões de sexualidade ou de contracepção com o parceiro (Bozon et al., 2003; Bozon, 2004). De forma complementar, a maternidade é valorizada e vista como um componente da feminilidade, o que se traduz no ideal presente na sociedade brasileira de ter o/a primeiro/a filho/a bastante jovem (em comparação com a realidade de países de IDH elevado). Veremos na Unidade 3 que esta tendência vem se alterando com um adiamento da maternidade, principalmente nas classes sociais média e alta.

Nesse cenário de atitudes e de papéis claramente atribuídos a cada um dos gêneros, as relações sexuais entre homens e mulheres são vividas como fruto da espontaneidade: é culturalmente pouco provável que uma primeira relação sexual seja discutida ou preparada. Ela é muitas vezes barganhada pelos rapazes como “prova de amor” de suas parceiras.

*(...) prescrições
culturais
hegemônicas
acerca do gênero
modelam a
feminilidade
em torno da
maternidade, e
a masculinidade,
sob o signo da
virilidade.*

Esse cenário é extremamente revelador do modo como prescrições culturais hegemônicas acerca do gênero modelam a feminilidade em torno da maternidade, e a masculinidade, sob o signo da virilidade.

GLOSSÁRIO

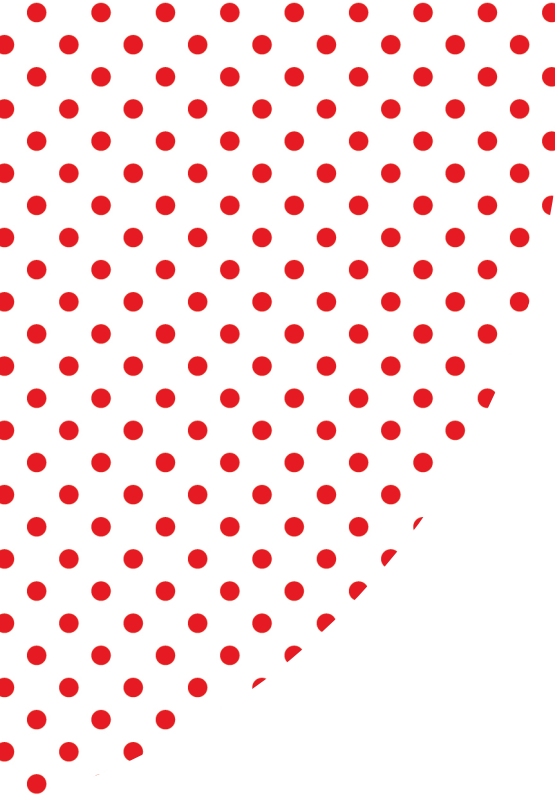
Masculinidade hegemônica – designa a masculinidade ocidental dominante em oposição à masculinidade subalterna ou marginal. A masculinidade hegemônica refere-se ao padrão do homem branco, ocidental, heterossexual. A masculinidade subalterna refere-se principalmente aos homossexuais e aos indivíduos do sexo masculino que não se alinham às normas da masculinidade hegemônica.

Ler mais em:

KIMMEL, M. S. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. In: VALDÉS, Teresa & OLIVARIA, José (eds.). *Masculinidade/s-poder y crisis*. Chile: FRACSO-Isis-Ediciones de las mujeres, nº 24, 1997.

———. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: *Corpo, doença e saúde – Horizontes Antropológicos*. Publicação do programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. p. 103-117.





VÍDEO “MEDO DE QUÊ?”

ver trecho do vídeo “Medo de quê? Parte 1 (até 2min 21s ou até 4min 40s. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=F2L7Bwm0CvQ> Acesso em 24/03/2010. Desenho animado produzido e distribuído pela ONG ECOS, que aborda a descoberta homoafetiva de um adolescente e as reações pessoais e sociais diante desta descoberta.

IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

ORIENTAÇÃO OU OPÇÃO SEXUAL?

ASSISTA AO TRECHO DO VÍDEO “[MEDO DE QUÊ?](#)”

E REFLITA SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SEXUAL E AS PRESSÕES SOCIAIS DIANTE DAS SEXUALIDADES NÃO-HEGEMÔNICAS.

QUAIS SÃO OS MEDOS E AS DIFICULDADES DE GARANTIA DOS DIREITOS DAQUELES/AS QUE NÃO SÃO HETEROSSEXUAIS?

EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, HÁ POLÍTICAS ESPECÍFICAS PARA HOMOSSEXUAIS MASCULINOS E FEMININOS? QUAIS?

Identidade de gênero diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres. Falamos em identidade de gênero para nos referirmos à maneira como alguém se sente, se identifica, se apresenta para si e para os demais e como é percebido/a como “masculino” ou “feminino”, ou ainda uma mescla de ambos, independentemente do sexo biológico e da orientação sexual.

A expressão “identidade de gênero” foi utilizada primeiramente no campo médico-psiquiátrico justamente para

designar o que estas disciplinas consideravam “transtornos de identidade de gênero”, isto é, o desconforto persistente criado pela divergência entre o sexo atribuído ao corpo e a identificação subjetiva com o sexo oposto. Nos últimos anos, outros campos da ciência, bem como as próprias pessoas que se identificam como **travestis, transexuais, transgêneros ou intersexuais**, têm retomado este conceito, seja para questionar a perspectiva que avalia essas variações como patologias, seja para reivindicar direitos relativos ao reconhecimento social da identificação com o sexo assumido pela pessoa, quando a aparência e os comportamentos são diferentes daqueles esperados para o sexo atribuído no nascimento, tendo como base as características anatômicas.

Orientação sexual refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto. Hoje, são reconhecidos três tipos de orientação sexual: a heterossexualidade (atração física e emocional pelo “sexo oposto”); a **HOMOSSEXUALIDADE** (atração física e emocional pelo “mesmo sexo”); e a bissexualidade (atração física e emocional tanto pelo “mesmo sexo” quanto pelo “sexo oposto”). O termo “orientação sexual” contrapõe-se a uma determinada noção de “opção sexual”, entendida como escolha deliberada e supostamente realizada de maneira autôno-

HOMOSSEXUALIDADE

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e as principais associações científicas internacionais deixaram de classificar a homossexualidade como uma doença a partir dos anos 1970. Desde 1974, a Associação Norte-Americana de Psiquiatria (APA) não mais considerou a homossexualidade como distúrbio mental. Por não aceitar que a homossexualidade seja considerada uma doença, a OMS, em 1985, excluiu-a do Código Internacional de Doenças (CID). Em 1987, a APA aprovou que seus membros não usassem mais como diagnóstico códigos que patologizassem a homossexualidade. Em 1993, o termo “homossexualismo” foi substituído por “homossexualidade”. No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia do Brasil estabeleceu, em dezembro de 1998, que os psicólogos não deveriam exercer qualquer ação que favorecesse a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, ou mesmo colaborar com eventos e serviços que propusessem “tratamento” e “cura” da homossexualidade. O Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da condição de desvio sexual em 1985. No entanto, essas instituições ainda consideram a transexualidade e a travestilidade como doenças. Nesse sentido, persiste uma concepção patologizada da experiência de gênero que as pessoas “trans” desenvolvem. Por isso, existe uma forte mobilização internacional, por parte de especialistas e de várias forças sociais, para retirar as experiências “trans” do CID e da APA.

ma pelo indivíduo, independentemente do contexto social em que se dá. Nossas maneiras de ser, agir, pensar e sentir refletem de modo sutil, complexo e profundo, os contextos de nossa experiência social. Assim, não pode a definição dos nossos objetos de desejo resultar de uma simples opção, efetuada de maneira mecânica, linear e voluntariosa.

Na cultura ocidental moderna, outra grande linha divisória correlacionada à diferença sexual e ao gênero foi estabelecida para distinguir as diferentes expressões da orientação sexual. Isto se deveu em parte às consequências das teorias biomédicas ocidentais do século XIX, das quais se originou a sexologia. Tais teorias articularam a variedade de expressões da orientação sexual a determinadas constituições corporais, segundo preocupações políticas e morais da época, voltadas para identificar as “anomalias” e as “perversões” em termos de comportamento sexual. Assim, aqueles e aquelas que sentiam atração por pessoas do mesmo sexo foram nomeados “homossexuais”, como se representassem um “terceiro sexo” e um tipo especial de personalidade. O termo “homossexualismo” foi utilizado posteriormente para indicar um tipo de patologia associada aos desejos e às práticas homossexuais. Atualmente, adota-se o termo “homossexualidade” para designar a orientação sexual para o mesmo sexo, orientação esta tida como uma das formas possíveis e legítimas de vivenciar a sexualidade, sem as conotações de doença, patologia ou anomalia que o termo “homossexualismo” sugere. O esforço de mapear as “anomalias” e de estabelecer categorias de identidade pessoal ligadas à orientação sexual levou à imposição da heterossexualidade como a orientação sexual “natural”, “saudável”, “normal”, desde que praticada entre adultos, sendo ela legitimada pelo casamento e associada à reprodução.

Dessa forma, as ideias que culminaram na noção contemporânea de orientação sexual e de homossexualidade partiram do campo médico-psiquiátrico e, mais tarde, foram retomadas por outras áreas do conhecimento, bem como por pessoas que passaram a

***(...) pessoas
passaram a se
identificar e a se
declarar como
homossexuais, tanto
para questionar seu
viés patológico como
para reivindicar o
reconhecimento
social da
homossexualidade.***

se identificar e a se declarar como homossexuais, tanto para questionar seu viés patológico como para reivindicar o reconhecimento social da homossexualidade.

Desde os anos 1970, a Organização Mundial da Saúde (OMS) deixou de diagnosticar a homossexualidade como doença. A posição vigente hoje, do ponto de vista científico, é a de que a vivência da sexualidade faz parte da identidade da pessoa, a qual deve ser compreendida em sua totalidade. Ainda segundo este ponto de vista, homossexuais e bissexuais têm as mesmas possibilidades e capacidades que heterossexuais para amar, estabelecer relações afetivas e criar filhos – o que equivale a dizer que estas práticas não podem ser questionadas em razão de sua homoafetividade.

Muitos/as se perguntam: nasce-se ou torna-se homossexual? O que determina a orientação sexual de uma pessoa? O que podemos dizer é que há uma variedade de teorias biológicas, psicológicas e sociológicas sobre o assunto, mas não há, até agora, nenhum estudo conclusivo. Embora as especulações sobre uma determinação genética ou cromossômica da homossexualidade despertem bastante atenção hoje em dia – da mesma forma que já foram populares as teorias psicológicas sobre o “trauma de infância”, ou sobre a ausência de uma figura parental do mesmo sexo (o pai, no caso dos rapazes, e a mãe, no caso das garotas) – atualmente existe certo consenso entre as ciências de que não deve haver uma explicação causal simples para a orientação sexual.

Outra indagação frequente é se a orientação sexual de uma pessoa é algo que se consolida e se fixa definitivamente em um determinado período da vida. Em muitos casos, sim. Porém, não são raras as pessoas que se “descobrem” homossexuais ou heterossexuais na maturidade ou na velhice. Sendo assim, poderíamos afirmar que a orientação sexual é uma escolha? Como já discorremos neste texto, parte dos/das cientistas e ativistas do movimento LGBT não considera correto referir-se à homossexualidade ou à bissexualidade como “opções”, dado que, em se tratando de escolhas, seria mais fácil “optar” pela heterossexualidade, que é aceita como “normal”, ao invés de “optar” pela homossexualidade, que é discriminada e perseguida. O que se sabe é que a orientação sexual existe sem que a pessoa tenha controle direto sobre ela. Não se trata, portanto, de algo que se escolha voluntariamente ou se modifique segundo as conveniências.

Queremos reiterar que a sexualidade não é um equipamento com o qual nascemos: ela é, como qualquer outra atividade humana, o produto de um aprendizado de significados socialmente disponíveis. O desejo sexual é construído em uma complexa relação entre a afetividade de cada indivíduo e o modo como a sociedade incentiva ou desfavorece determinados atos e maneiras de expressão. Como já apontado neste

texto, durante bastante tempo, nas sociedades ocidentais, tratou-se o desejo sexual por pessoas do mesmo sexo como um distúrbio afetivo. Ao se superar a concepção da homossexualidade como anomalia, abandonou-se a ideia de que os homossexuais sofressem de “inversão sexual”. A inversão sexual pressupunha que se uma pessoa nascesse homem, ela deveria se comportar como um homem (tal qual o meio social decide que deve ser) e se interessar sexualmente por mulheres. Os casos que fugiam a esta regra eram vistos como de “inversão sexual”, ou seja, pensava-se que era uma alma de mulher presa em um corpo de homem.

A identidade sexual é um produto histórico e cultural específico do Ocidente. Nem todos os indivíduos em diferentes partes do mundo que mantêm relações sexuais com pessoas de seu próprio sexo serão classificados de homossexuais. E, mais ainda, a “preferência” sexual não dá lugar a uma identidade sexual específica. Sabe-se que os indivíduos podem manter contatos sexuais de diferentes tipos, sem que isto faça com que eles tenham uma identidade sexual determinada, nem tampouco que apresentem traços de gênero particulares.

Bronislaw Malinowski – considerado um dos fundadores da antropologia, cujas concepções e metodologias de pesquisa serão tratadas com maior profundidade no Módulo 3 sobre *Políticas Públicas de Raça e Etnia*, estudou uma sociedade chamada Trobriand, localizada no Pacífico do Sul, durante o período da Primeira Guerra Mundial, e escreveu o livro *A vida sexual dos selvagens*. Nesta obra ele descreve como eram os costumes sexuais daquele povo. Quando apareceu (final dos anos 1920), o livro despertou muita atenção por conta do hábito cultural dos adolescentes de Trobriand de manterem relações sexuais antes do casamento, fato considerado imoral pelos europeus daquela época. Há várias diferenças na maneira como os trobriandeses e os povos ocidentais pensavam sobre sexo. Em Trobriand, as pessoas que mantinham relações sexuais com outras do mesmo sexo não eram consideradas “homossexuais” e tal prática se-

**(...) a sexualidade
não é um
equipamento com
o qual nascemos:
ela é, como
qualquer outra
atividade humana,
o produto de
um aprendizado
de significados
socialmente
disponíveis.**

xual não chocava os trobriandeses. Eles não pensavam que os que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo fossem pessoas muito diferentes das outras que não faziam sexo assim. Este exemplo nos traz de volta ao modo como no Ocidente se criaram termos específicos para designar práticas sexuais e, mais ainda, para associar a realização desses atos com um tipo de identidade particular, no caso, a homossexual.

Em suma, sexualidade e gênero são dimensões que integram a identidade pessoal de cada indivíduo, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. Enquanto elementos da cultura valem por um determinado período histórico, portanto, são passíveis de mudanças.

Travestis, transexuais, transgêneros ou intersexuais – travestis são as pessoas que se vestem e vivem cotidianamente como pessoas do sexo oposto. Transexuais são pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele que lhe foi imposto a partir do momento de seu nascimento, a ponto de muitas delas, mas nem todas, desejarem e efetuarem modificações corporais radicais, como a cirurgia reparadora de mudança de sexo. Intersexuais são as pessoas que apresentam sexo ambíguo. Transgênero ou “trans” é o termo usado por algumas pessoas para reunir, numa só categoria, transformistas, travestis e transexuais.

REVOLUÇÃO FRANCESA

Uma revolução é uma mudança política radical, com transformação social no poder ou nas estruturas organizacionais, em curto período de tempo, a partir de um golpe de Estado. Há revoluções que acontecem de forma mais pacífica e outras são mais violentas e sangrentas. As revoluções provocam não só mudanças políticas, mas também econômicas, sociais, culturais e institucionais.

A revolução francesa derrubou o Antigo Regime, no qual o rei era um monarca absoluto, e a nobreza e clero detinham privilégios sobre demais pessoas: comerciantes, camponeses, artesãos etc. Em 14 de julho de 1789 foi tomada a Bastilha, prisão que era símbolo do poder real e depósito de armas. A Assembléia Nacional Constituinte proclamou a “Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão”.

MOVIMENTO FEMINISTA E OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS

O MOVIMENTO FEMINISTA É COISA DO PASSADO?
QUAL A ATUAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS?
O QUE AS MULHERES QUEREM?
QUAL A PAUTA DO MOVIMENTO FEMINISTA?

Conhecer um pouco sobre o Movimento Feminista é necessário para a compreensão de como determinadas desigualdades de gênero puderam ser questionadas, discutidas e transformadas na sociedade.

No Módulo 1, vimos que um marco da luta pela igualdade foi a **REVOLUÇÃO FRANCESA** (1789). Seus princípios revolucionários de justiça social, liberdade, igualdade e fraternidade passaram a inspirar gradualmente, nos séculos seguintes, reivindicações de diferentes segmentos sociais em condição de desigualdade de acesso a direitos então negados. Vimos também que os direitos das mulheres não foram imediatamente assumidos por esta bandeira; só a partir do século XIX é que começam a surgir manifestações públicas pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, traduzidos no igual acesso de ambos à educação, ao mercado de trabalho e ao voto. No decorrer do século XX, a partir da reflexão sobre a situação das mulheres nas

sociedades ocidentais modernas, foi possível explicitar as desigualdades sociais e étnico-raciais que marcavam suas vidas.

A Unidade 4, como já dissemos, será dedicada à apresentação do histórico dos movimentos de mulheres e dos caminhos encontrados pelo Movimento Feminista para incluir as novas demandas. Portanto, neste texto, não pretendemos esgotar o processo de formação ou as ações do Movimento Feminista. Nosso objetivo é destacar a importância do movimento, seja na disseminação do conceito de relações de gênero e suas implicações na trajetória das mulheres, seja na inclusão, na agenda pública, das demandas das mulheres. O Movimento Feminista é considerado por importantes analistas sociais como o responsável pelas grandes mudanças ocorridas na segunda metade do século XX. Este movimento foi capaz de demonstrar à sociedade que as discriminações incidiam sobre as mulheres, desde a sujeição feminina aos desígnios da autoridade masculina no ambiente doméstico, até as situações de guerra, nas quais as mulheres eram (e são) vulneráveis a mutilações, estupros e abusos de toda ordem. O Movimento Feminista também possibilitou questionar a divisão sexual do trabalho, caracterizada pela desigual repartição de tarefas, salários e poder entre homens e mulheres, presente nas diversas sociedades. Ao questionar as posições inferiores e menos valorizadas que as mulheres ocupavam, o Movimento Feminista expôs as desigualdades de gênero em diversas esferas, tais como nas áreas do trabalho, de educação, saúde, na organização da vida política, no ordenamento jurídico da sociedade e na produção de conhecimentos científicos.

Somente a partir da década de 1960 é que o Movimento Feminista se volta para questões relacionadas à saúde da mulher. Contando com a participação de cientistas sociais, historiadoras, juristas, profissionais de saúde e outras militantes, o Movimento Feminista passou a contestar a noção do destino biológico reprodutor das mulheres e a analisar o contexto histórico da construção do lugar da mulher na sociedade. Traduzida no lema “nosso corpo nos pertence”, a luta do Movimento Feminista tem buscado

*Ao questionar
as posições
inferiores e menos
valorizadas que
as mulheres
ocupavam, o
Movimento
Feminista expôs
as desigualdades
de gênero em
diversas esferas.*

romper com a subordinação do corpo (e da vida) da mulher aos imperativos da reprodução. Daí a luta pela defesa do direito de livre acesso à contracepção e ao aborto ser crucial para o movimento, pois consolida a autonomia das mulheres para vivenciarem a sexualidade e a afetividade como direitos, sem os riscos permanentes de engravidarem.

O MOVIMENTO FEMINISTA EM PERSPECTIVA.

A luta das mulheres e a sua organização em grupos são antigas. Essa luta e esses grupos de mulheres nem sempre se chamaram Movimento Feminista. Algumas estudiosas costumam dividir o Movimento Feminista em períodos históricos, também denominados ondas.

Os direitos exigidos e reclamados por grupos de mulheres começaram a representar, no século XIX, bandeiras de luta do nascente Movimento Feminista. Na segunda metade do século XIX, as mulheres da Europa e dos Estados Unidos iniciaram um movimento por direitos políticos e sociais, ou seja, elas queriam votar e desejavam melhores condições de trabalho nas fábricas.

SIMONE DE BEAUVOIR (1908 -1986)

Nasceu e viveu em Paris, foi escritora, filósofa existencialista e feminista francesa. Foi companheira do filósofo Jean Paul Sartre. Escreveu mais de 20 importantes livros. O Segundo Sexo, publicado em 1949, é considerado uma das mais importantes obras para o movimento feminista. Nele analisa a situação da mulher na sociedade, refletindo sobre mitos e fatos que condicionam essa situação. Examina também a condição feminina nas esferas sexual, psicológica, social e política. A autora apresenta um panorama da posição da mulher no mundo, do ponto de vista biológico, psicanalítico e do materialismo histórico.

A marca da **primeira onda feminista** é a luta pelo direito do voto feminino. Embora essa primeira onda tenha começado no século XIX, ela se manteve até quando o direito ao voto foi sendo conquistado pouco a pouco pelas mulheres nos diferentes países (Alemanha: 1918; EUA: 1919; Inglaterra: 1928; Brasil: 1932; França, Itália e Japão: 1945; Suíça: 1973). Uma importante marca da primeira onda foi o livro de **SIMONE DE BEAUVOIR**, *O Segundo Sexo*, de 1949. No livro, a autora denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual e as causas existentes na nossa cultura para que as mulheres sejam consideradas inferiores.

O **feminismo liberal** entendia que estes direitos poderiam ser alcançados no interior do sistema capitalista, enquanto o **feminismo marxista** abordava que sua realização só seria alcançada plenamente em uma sociedade socialista. O feminismo da primeira onda foi fundamental no sentido de apresentar, de maneira mais sistemática, articulada e global, as demandas das mulheres que, naquele momento, se apresentavam no singular (Vieira, 2008).

A proposta do **feminismo de segunda onda**, identificado a partir da década de 1960, foi a de colocar foco no aspecto socialmente construído das concepções do feminino e do masculino. A frase clássica de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”, expressou a ideia básica do feminismo: a desnaturalização do ser mulher. Com a categoria gênero, enfatizou-se a construção social da diferença sexual. Não se tratava mais de abordar o poder masculino **submetendo às** mulheres – uma espécie de guerra dos sexos – mas pensar como está organizada na sociedade a diferença sexual, que se baseia no binarismo, associando o poder ao polo masculino e a submissão ao polo feminino, como se inscritos na sua própria natureza.

*"não se nasce
mulher, torna-se
mulher" (Simone
de Beauvoir)*

A categoria gênero, conforme explicitado, emergiu nesse momento e remeteu aos dispositivos de poder que constituíram a diferença sexual como natural e evidente (Bandeira, 1996; Scott, 1995) e, ao considerar o caráter social naturalizado da diferença sexual, implicou a ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. O gênero passou a ser analisado enquanto fenômeno histórico, determinado e produzido ao longo do tempo. Ao se considerar o caráter construído da dimensão de gênero, o feminismo de segunda onda também permitiu a concepção da pluralidade dos femininos e masculinos. Neste sentido, potencializou as articulações de feministas e a **interseção** com múltiplas agendas, como o combate ao racismo e à heteronormatividade.

Também no Brasil o feminismo, organizado como movimento, nasce no século XX com a luta pelo voto. Mas muito antes da década de 1920 as mulheres brasileiras já estavam engajadas nas mais diferentes frentes de luta contra a escravidão e por melhores condições de vida para mulheres e homens.

Mais adiante, durante a **DITADURA MILITAR (1964-1985)** em nosso país, muitas mulheres deram suas vidas pela construção de uma sociedade democrática. Tiveram que abandonar suas famílias e viver na clandestinidade. Quando presas pelo governo militar, tiveram que suportar as torturas e os estupro nas prisões. Muitas mulheres foram sumariamente assassinadas por torturadores, policiais e soldados. Recuperaremos os nomes e as histórias de algumas dessas mulheres na Unidade 4.

Finalmente, um marco do Movimento Feminista no Brasil é o ano de 1975. Por iniciativa da Organização das Nações Unidas, a ONU, esse ano foi considerado Ano Internacional da Mulher. Apesar das dificuldades devido à ditadura militar, a essa altura alguns grupos de mulheres já estavam organizados buscando enfrentar a repressão política em seus bairros, fábricas e sindicatos.

No cenário das demandas pela **anistia política** de centenas de homens e mulheres vítimas da violência militar, segmentos do Movimento Feminista Brasileiro se empenharam em denunciar a violência cometida contra as mulheres no próprio lar. Esse processo de resistência fortaleceu-se com várias estratégias de luta, dentre elas, a nomeação da expressão “violência contra a mulher”, seguida pela demanda por políticas públicas a fim de coibi-la.

A primeira resposta do Estado brasileiro às demandas foi efetivada com a criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), em 1985, em São Paulo, cujos impactos repercutiram positivamente nos segmentos menos privilegiados da sociedade (Bandeira, 2009).

DITADURA MILITAR (1964-1985)

Ditadura é o regime político em que o governante ou o grupo governante não responde à lei, e/ou não tem legitimidade conferida pela escolha popular. É um governo autoritário em que, pela força, são revogadas as leis e as liberdades individuais. A ditadura pode ter um líder único, como foi o caso de Adolf Hitler no nazismo, ou coletivo, como foi o caso de regimes militares na América Latina. A ditadura normalmente é implantada mediante um golpe de Estado.

A ditadura militar começou no Brasil em 1964 com a derrubada do governo de João Goulart e terminou em 1985 com a posse do presidente civil José Sarney.

Na Unidade 3 do Módulo 1, apresentamos uma *Cronologia das conquistas de políticas públicas focadas em gênero e raça*, a partir da década de 1980. Registramos a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM (1984), da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM (2003), entre outras conquistas. Aqui queremos chamar a atenção para a repercussão destas conquistas no Movimento de Mulheres. Algumas questões abordadas por estes programas, seminários, conferências etc. tornaram-se polos de aglutinação ou bandeiras comuns – como a denúncia da violência doméstica e o combate a todas as formas de violência contra as mulheres, a luta antirracista, assim como a luta pela saúde, os direitos sexuais e reprodutivos e a descriminalização do aborto – não deixando dúvidas de que o Movimento Feminista Brasileiro foi e é importante força social para despertar a consciência das mulheres para os seus problemas e para questões que as cercam e as afetam direta e indiretamente.

Apesar das evidências da destacada atuação do Movimento Feminista no processo de emancipação da mulher pelo trabalho fora do lar, pela educação e pela participação em esferas públicas e políticas em geral, ainda persistem inúmeros preconceitos, de homens e mulheres, em relação ao feminismo. Há aqueles/aquelas que preferem ver o feminismo como o estimulador de uma “guerra dos sexos”; como um pensamento desordeiro que subverte a ordem natural das coisas. Há aqueles/aquelas que acham que o feminismo é assunto do passado, como se a igualdade de direitos já tivesse sido alcançada.

Se, por um lado, há muitas conquistas a festejar, por outro, há muito para se fazer! A luta pela igualdade de gênero e pela diversidade sexual está acontecendo e se transformando a cada dia. As feministas continuam atuantes, construindo cotidianamente os muitos feminismos e as diferentes maneiras de ser feminista. São mulheres de diversos grupos raciais/étnicos, idades, origem, orientação sexual, áreas de atuação etc. que trabalham arduamente para melhorar a vida da população. Queremos reforçar que, de modo direto e indireto, as feministas brasileiras foram e ainda são responsáveis pela conquista de direitos, práticas e espaços negados às mulheres brasileiras.



**E VOCÊ? RECONHECE O IMPACTO DO FEMINISMO EM SUA VIDA PESSOAL
E PROFISSIONAL?**

interseção – Interseccionalidade – encontro entre dois pontos, duas linhas que se cortam ou se cruzam. Kimberle Crenshaw, professora de direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Colúmbia, desenvolve o conceito de interseccionalidade entre desigualdades de gênero e raça, visando incluir questões raciais nos debates de gênero e vice-versa. Além dessas desigualdades podem se acoplar outras desigualdades, como de classe, de geração, de orientação sexual, de territorialidade. É na interseção, cruzamento e coexistência das discriminações, que as desigualdades se potencializam. Segundo a autora, esta ação “resulta num conjunto indivisível de perversidades e violações de direitos, fruto da interatividade entre eles” (Cf. Werneck, Jurema. Inclusão Racial e de gênero: desafio ou pressuposto da política pública? ABONG, 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Cadernos Abong, nº 34: 17, São Paulo, maio de 2005).

Anistia política – é o perdão de delito político (Dicionário Houaiss). No Brasil, a anistia política foi dada a pessoas acusadas de atentarem contra a legalidade, insurgindo-se contra ditaduras do Estado Novo e do regime militar. A anistia de 1979 resultou de inúmeras negociações entre setores moderados do regime militar e da oposição, como preparação para a transição do regime. Em 1974, ao assumir a Presidência da República, o general Ernesto Geisel anunciou um programa de “abertura lenta, gradual e segura”. A anistia foi dada igualmente e em caráter de reciprocidade aos exilados, cassados, acusados de ações terroristas e aos envolvidos na repressão política e na tortura.

Feminismo Liberal – A primeira fase do feminismo, designada de Primeira Onda ou Feminismo Liberal surge com a Revolução Francesa e reivindica a extensão dos direitos políticos às mulheres por meio de sua inclusão no campo da cidadania. A partir daquele momento, a defesa do direito à educação torna-se a maior bandeira de luta do feminismo.

Ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, a defesa dos direitos das mulheres passa pelo Movimento Sufragista, o acesso à educação pública, a preocupação com questões sociais ligadas à família (proteção à maternidade) e ao direito das mulheres trabalhadoras.

Feminismo marxista – O Feminismo Marxista é uma corrente que defende a abolição do capitalismo e a implantação do socialismo como forma de liberação das mulheres. Considera que a desigualdade de gênero é determinada pelo modo de produção capitalista e pela divisão social de classes. A subordinação da mulher é vista como uma forma de opressão mantida pela classe dominante e pelos interesses do capitalismo.



O MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO

O TERMO "ORIENTAÇÃO SEXUAL" ESTÁ INCLUÍDO NAS LEIS DO SEU MUNICÍPIO?
E NOS DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES VEICULADOS EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO?
VOCÊ CONHECE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VISAM GARANTIR AS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO LGBT?

O Movimento LGBT no Brasil também pode ser dividido em duas “ondas”, entre fins de 1970 e os anos 1980. Com antecedentes em mobilizações acontecidas em outros países desde fins da década de 1960, e a partir de redes de sociabilidade estabelecidas nas grandes cidades (Green, 2000), os primeiros grupos militantes homossexuais surgiram no Brasil no final dos anos 1970, no contexto da “abertura política” que anunciava o final da ditadura militar.

Aliada ao Movimento Feminista e ao Movimento Negro, aquela **primeira onda** do “Movimento Homossexual” continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir hierarquias de gênero e lutar contra a repressão sexual, fonte de autoritarismo e de produção de violência e desigualdade. Pertenceram a

essa fase o Grupo Somos de Afirmação Homossexual, de São Paulo, e o jornal Lampião da Esquina, editado no Rio de Janeiro, experiências seminais de organização política alternativa que promoviam a reflexão em torno da sujeição do indivíduo às convenções de uma sociedade sexista, gerando espaços onde a diversidade sexual podia ser afirmada.

A **segunda onda** do “Movimento Homossexual” no Brasil corresponde a um período de aumento da visibilidade pública da homossexualidade, na década de 1980, com a expansão de um mercado de bens e serviços destinado ao público homossexual e à chegada da **EPIDEMIA DA AIDS**.

Foi nesse contexto que atuaram os grupos **TRIÂNGULO ROSA** e **ATOBÁ**, do Rio de Janeiro, e o **GRUPO GAY DA BAHIA**. O objetivo destes grupos, além das atividades comunitárias, era promover mudanças na sociedade e em diferentes níveis do governo que servissem para diminuir a discriminação contra os homossexuais. Interessava incidir nas ações de governo, na política partidária, no âmbito legislativo e em organizações da sociedade civil. Foi o Grupo Gay da Bahia que coordenou a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Inamps. Durante a Constituinte de 1988, foi do Grupo Triângulo Rosa a iniciativa em articular o movimento homossexual para reivindicar a inclusão da expressão “orientação sexual” na Constituição Federal, no artigo que proíbe discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade” e no artigo que versa sobre os direitos do trabalhador. Embora sem sucesso nessa instância, o combate a esse tipo de discriminação passou a ser incluído nas legislações de vários estados e municípios (Vianna & Lacerda, 2004).

EPIDEMIA DA AIDS

A epidemia de Aids no Brasil começa no início dos anos 80, com os primeiros casos diagnosticados em São Paulo, por transmissão homo/bissexual. Segundo o Ministério da Saúde, de 1980 a junho de 2009, foram registrados 544.846 casos. Durante esse período, 217.091 mortes ocorreram em decorrência da doença. Por ano são notificados entre 33 mil e 35 mil novos casos. Em relação ao HIV, a estimativa é de que existam 630 mil pessoas infectadas no país. O primeiro caso de AIDS em mulheres foi diagnosticado em 1983 e hoje, para 15 casos de homens, há 10 casos de mulheres. Na faixa etária entre 13 e 19 anos há maior incidência entre as meninas – 10 casos para 8 casos de meninos. A maior incidência concentra-se na faixa etária de 25 a 49 anos, e a tendência de crescimento é em homens a partir de 40 anos e em mulheres a partir dos 30 anos. Sexo desprotegido é responsável por quase 97% das transmissões. A epidemia de AIDS teve três grandes fases na sua evolução: 1. infecção entre homossexuais com um nível de escolaridade alto; 2. incremento de casos devido à transmissão por uso de drogas injetáveis, com a consequente diminuição do grupo etário e uma maior disseminação entre as pessoas que têm prática heterossexual; 3. terceira e atual fase, com a tendência de disseminação do HIV e da AIDS entre os heterossexuais, principalmente as mulheres, com aumento percentual de pacientes entre pessoas de escolaridade mais elementar. Hoje a epidemia está caminhando para o interior do país e a incidência vem baixando nas grandes cidades das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Nas regiões Norte e Nordeste a epidemia cresce em pequenos e grandes municípios.

GRUPO TRIÂNGULO ROSA

O Triângulo Rosa surgiu nos anos 1980, no Rio de Janeiro, na Segunda Onda do movimento gay no Brasil, discutindo questões da epidemia da Aids e da Assembleia Nacional Constituinte. O nome do grupo teve origem no símbolo utilizado pelos nazistas para identificar e encarcerar os homossexuais em campos de concentração. O Triângulo Rosa contribuiu de maneira inegável para repensar expressões estigmatizantes, estabelecendo um diálogo com movimentos sociais, opinião pública, parlamentares e jornalistas, em uma fase de transição do movimento gay. Pela primeira vez na história do “Movimento Homossexual” brasileiro, um grupo se propôs a incluir a *orientação sexual* em códigos e leis, levando o debate para o âmbito público. Hoje o “triângulo rosa” é símbolo internacional do Orgulho Gay. Desde 1990 há nacionalmente a entrega do Troféu Triângulo Rosa às personalidades e às instituições que dão apoio aos direitos humanos dos homossexuais.

GRUPO ATOBÁ

O Grupo Atobá – Movimento de Emancipação Homossexual surgiu no Rio de Janeiro em 1986 a partir do assassinato de um homossexual no ano anterior. Objetiva reconhecer, desenvolver e promover a dignidade de homens e mulheres homossexuais, lutando contra todas as formas de preconceito e discriminação. A primeira iniciativa do grupo foi salvar uma ave, um Atobá, que alguns rapazes da vizinhança iriam matar. Cuidaram da ave por um tempo e depois a devolveram ao seu *habitat*.

Para conhecer: <http://grupo-atoba.vilabol.uol.com.br/index.html>

GRUPO GAY DA BAHIA

Uma das mais antigas associações de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Fundado em 1980, é membro da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Desde 1988 é membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde do Brasil, e desde 1995 faz parte do comitê da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC). Ocupou a partir de 1995 a Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT e, em 1998, a Secretaria de Saúde da mesma. A entidade oferece espaço para outras entidades da sociedade civil que trabalham em áreas similares, especialmente no combate à homofobia e na prevenção de HIV/Aids entre a comunidade LGBT e a população em geral. <http://www.ggb.org.br>

***Brasil pioneiro
na resposta
tanto comunitária
quanto
governamental
à Aids.***

Diante do crescimento dos casos de Aids e da demora em ser produzida uma resposta governamental, a exemplo da maioria dos países ocidentais, os militantes homossexuais foram os gestores das primeiras mobilizações contra a epidemia, tanto no âmbito da assistência solidária à comunidade, quanto na formulação de demandas para o poder público. No final dos anos 1980, o movimento homossexual cresceu como forma de contestação a essa situação, tornando o Brasil pioneiro na resposta tanto comunitária quanto governamental à Aids. Com base no acúmulo de experiência e no conhecimento e acesso à comunidade, os grupos passaram a coordenar projetos de prevenção financiados por programas estatais de combate à Aids, o que permitiu que muitos se organizas-

sem como Organização Não-Governamental – ONG. Houve o aumento do número de grupos e tipos de organizações – de mulheres e de homens – e a expansão do movimento por todos os estados do país.

Nos anos 1990 foram se diferenciando também grupos de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, com foco em demandas específicas de cada um destes coletivos. O fenômeno da segmentação dos grupos intensifica-se na segunda metade dos anos 1990, acompanhado pela multiplicação das siglas que representam demandas de reconhecimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Às vezes acusado de produzir uma “sopa de letrinhas” (Facchini, 2005), é inegável a importância do movimento como referência para se pensarem temas como diferença, desigualdade, diversidade, identidades.

É nesta conjuntura que também se produz uma maior articulação entre os grupos, celebrando encontros anuais de organizações ativistas e dando origem à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) em 1995. Hoje, 13 anos depois, a ABGLT é uma rede nacional de 203 organizações, sendo 141 grupos de gays, lésbicas, travestis e transexuais, e mais 62 organizações colaboradoras voltadas para os Direitos Humanos e a Aids – a maior rede LGBT na América Latina. Além de um investimento sistemático de esforços no combate à Aids e variadas articulações com órgãos públicos, a ABGLT promove uma série de mudanças no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, notadamente os Projetos de Lei 1151/95, de Parcerias Cívicas, e 122/2006, que criminaliza a homofobia.

Um signo distintivo da fase atual do Movimento LGBT no Brasil é a conquista de visibilidade pública através das Paradas realizadas nas principais cidades de todos os estados. Com apoio de prefeituras locais aos **PROGRAMAS NACIONAIS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E À AIDS**, as paradas do orgulho LGBT são frequentadas não só por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, mas também por um alto número de “simpatizantes”, entre familiares, amigos e militantes de partidos e diversos movimentos sociais (de 10 a quase 40%, segundo dados colhidos na pesquisa feita pelo Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos), sendo habitual ver famílias e pessoas de todas as idades participarem do evento. As paradas do orgulho LGBT constituem talvez o fenômeno social e político mais inovador do Brasil urbano, unindo protesto e celebração e retomando, desse modo, as bandeiras de respeito e solidariedade levantadas pelos movimentos que reivindicam o direito à livre expressão da sexualidade como Direito Humano.

PROGRAMAS NACIONAIS

O **Programa Brasil Sem Homofobia** foi lançado em 2004 a partir de uma série de discussões entre o governo federal e a sociedade civil organizada com o intuito de promover a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), visando à equiparação de direitos e ao combate à violência e à discriminação homofóbicas. Este programa busca o reconhecimento e a reparação da cidadania da população LGBT, inegavelmente uma parcela relevante da sociedade brasileira, que sofre com o preconceito e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, além de outros, como de raça/etnia, idade, deficiências, credo religioso ou opinião política.

Fonte: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/brasilsem/ Acesso em 26/03/2010.

O **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT/PNLGBT – 2009** propõe 50 diretrizes e ações necessárias, a serem implementadas pelo poder público para garantir igualdade de direitos e exercício pleno da cidadania do segmento LGBT da população brasileira.

Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf> Acesso em 26/03/2010.



DISPUTAS E CONQUISTAS: DIREITOS REPRODUTIVOS E DIREITOS SEXUAIS

Desde o início deste curso temos refletido sobre diversidade e igualdade. Igualdade não significa o mesmo. Ela deve ser entendida como um princípio que admite o convívio e o respeito às diferenças, sem que estas sejam cristalizadas em desigualdades imobilizadoras.

DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS SÃO DIREITOS HUMANOS. COMO GARANTI-LOS?

Um dos recentes desdobramentos da concepção de direitos humanos pauta-se na ideia de “direitos sexuais”, o que abarca a noção de bem-estar assegurado (como o da saúde, por exemplo) e de dignidade garantida ao estilo de vida que se expressa na forma peculiar de atração erótica e nas maneiras de obtenção de prazer de cada sujeito, salvaguardado o respeito ao consentimento daquele/a com quem se exerce tais preferências. Essas formas variadas de desejo, que escapam à concepção do sexo voltado para a reprodução ou no âmago do que se derivou como “norma heterossexual”, sempre estiveram presentes em distintos momentos históricos e em variadas sociedades, mas a grande novidade das sociedades contemporâneas é reivindicar a legitimidade e o tratamento equitativo para tais modalidades de ser.

CONTRACEPÇÃO HORMONAL (ANTICONCEPCIONAIS)

A pílula anticoncepcional, que ofereceu às mulheres a possibilidade da separação entre sexo e reprodução, chegou ao Brasil em 1962. Nos anos de 1967 e 1968, quando o Ibope realizou amplas pesquisas sobre o comportamento da mulher em São Paulo e no Rio de Janeiro, estimava-se que as farmácias já vendiam mais de 5 milhões de pílulas por mês. Embora o contraceptivo oral trouxesse alívio às mulheres casadas – limitadas a métodos incômodos e inseguros para controlar o número de filhos – e viesse a contribuir decisivamente para uma maior liberdade sexual feminina na década seguinte, havia uma rejeição expressiva em torno dos 30%. Na primeira quinzena de junho de 1967, o Ibope quis saber de universitários paulistas e cariocas sobre a vida acadêmica e sentimental. [...] No sexo, 59% dos estudantes julgavam que a liberdade para rapazes e moças já era a mesma e 56% aprovavam que meninas tivessem “relações completas” antes do casamento.

Na prática, porém, 88% admitiam que os homens procuravam mais as virgens para se casar, e 70% colocavam que o respeito era menor para com aquelas que perderam a virgindade. Nesse sentido, a pílula anticoncepcional não era uma “boa solução moral” para 53%; e 70% não viam na pílula a superação do mito da virgindade, mesmo eliminado o risco de gravidez. Dados recentes da Pesquisa sobre Demografia e Saúde de 2006 revelam que o conhecimento da pílula anticoncepcional é praticamente universal no Brasil, ou seja, quase todas as mulheres já ouviram falar neste método. Atualmente, o contraceptivo oral é o principal método utilizado pelas mulheres com idade entre 15 e 44 anos (27,4%), tendo ultrapassado a proporção representada pela esterilização feminina (25,9%), método até então prevalente no Brasil (Perpétuo & Wong, 2009).

A chamada revolução sexual – que costuma ser localizada nos anos 1960 – representou um símbolo dessa nova maneira. Como abordamos no histórico do Movimento Feminista, a **CONTRACEPÇÃO HORMONAL**, embora não acessível ainda a todas as mulheres, afastou as implicações diretas entre sexo e reprodução; as mulheres, impulsionadas pelo feminismo, insistiram no tema de que o “nosso corpo nos pertence”, reivindicando usufruir a sexualidade sem constrangimentos. O aparecimento do movimento de liberação homossexual trouxe para a cena pública que os amores e a atividade sexual realizada por pessoas do mesmo sexo, designada de homossexualidade, mereciam reconhecimento e respeito. Por várias razões, e a elas não escapa a própria lógica da “**dominação masculina**”, tema que abordaremos na próxima unidade, o sexo entre homens sempre teve maior visibilidade e também maior perseguição. O relativo silêncio que recobre a **lesbianidade** é expressivo de uma mentalidade que delega ao feminino um lugar secundário.

Podemos dizer que as discussões e as mudanças relativas aos papéis sociais masculinos e femininos e à afirmação da diversidade sexual decorrem em grande parte das lutas e das conquistas de direitos políticos dos movimentos feministas e LGBT dentro e fora do Brasil. As ações desses movimentos, somadas ao interesse internacional sobre temas como população, saúde reprodutiva e o controle da epidemia de HIV/Aids, têm contribuído para dar visibilidade às questões de gênero e sexualidade particularmente na área da saúde, tanto nas pesquisas acadêmicas, como na definição de agendas e políticas governamentais internacionais (Barbosa & Parker, 1999). A incorporação da concepção de direitos reprodutivos e de direitos sexuais ilustra avanços nesta direção.

Desde o início da década de 1990 a Saúde Reprodutiva tem sido concebida, pelos movimentos sociais de alcance tanto nacional como internacional, em termos de Direitos Reprodutivos e Sexuais, estes sendo entendidos como uma ampliação dos direitos sociais, civis e políticos que visam proteger a saúde e as escolhas sexuais e reprodutivas das cidadãs e dos cidadãos. Tais termos foram legitimados pela Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, ocorrida em 1994 no Cairo, e pelo documento da IV Conferência Mundial da Mulher de 1995, em Pequim, e representaram conquistas nos planos legislativo (códigos e leis), judicial (decisões de tribunais) e de políticas públicas (portarias e programas).

Para Miriam Ventura (2002) os Direitos Reprodutivos compreendem:

1. o direito de decidir sobre a reprodução sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de filhos e intervalo entre os nascimentos;
2. o direito de ter acesso à informação e aos meios para o exercício saudável e seguro da reprodução e da sexualidade;
3. o direito de ter controle sobre o próprio corpo;
4. o direito de exercer a orientação sexual sem sofrer discriminações ou violência.

É possível contabilizar avanços significativos na legitimação do conceito de Direitos Reprodutivos, como garantia do direito ao pleno exercício da sexualidade e da reprodução. Entretanto, o conceito de Direitos Sexuais, embora atrelado à concepção de Direitos Reprodutivos, encontra maior dificuldade de afirmação e reconhecimento, haja vista as resistências em se admitir a diversidade sexual, que engloba múltiplas expressões legítimas da sexualidade. Por meio das lutas e do ativismo político e social dos movimentos feministas, gay-lésbicos, travesti-transsexual-transgênero, de profissionais do sexo e de movimentos de combate à Aids tem se buscado romper o silêncio acerca das diferentes formas de expressão da sexualidade e ampliar a noção de Direitos Sexuais para além do campo da saúde.

O conceito de Saúde Sexual pode ser interpretado como reforço do ideal – de evidente conotação moral – do corpo e do espírito sadios, e da sua contrapartida na medicaliza-

ção da sexualidade como forma de controle sobre os usos do corpo. Entretanto, mais que a saúde como ideal normativo, a perspectiva dos Direitos Sexuais (para além dos Direitos Reprodutivos e da Saúde Sexual) diz respeito ao *direito à saúde*, como um aspecto (entre outros) do marco jurídico que legitima o direito de cada pessoa a que seu corpo, seu desejo e seu direito de amar sejam reconhecidos e respeitados. As garantias à igualdade, à não-discriminação e aos direitos humanos individuais e coletivos foram consagradas pela Constituição Brasileira de 1988. As conquistas relativas ao direito à autonomia no uso do corpo e ao reconhecimento da diversidade sexual vêm reforçar aquilo já contemplado no espírito do marco jurídico vigente.

GLOSSÁRIO

Lesbianidade – lesbienneidade ou safismo refere-se à relação homossexual entre mulheres. Mulheres que sentem afeto, desejo e têm relações sexuais com outras mulheres são chamadas de lésbicas, numa referência às habitantes da ilha de Lesbos, na Grécia, onde viveu a poetisa Safo, famosa por seus poemas de amor dirigido a mulheres. O termo lesbienneidade, a exemplo de homossexualidade, substitui o termo **lesbianismo**, abandonando o sufixo “ismo” que indica doença.







CORPO E COMPORTAMENTO

As convenções de gênero variam segundo a cultura, a classe social e o momento histórico. Naquilo que chamamos de cultura ocidental moderna, a diferença sexual é entendida como suporte primordial e imutável da identidade de gênero. Segundo este ponto de vista, as distinções anatômicas dos corpos humanos expressariam uma grande linha divisória que separaria homens e mulheres, concebidos, nestes termos, como sujeitos fundamentalmente diferentes e, assim, destinados a ter e a desenvolver emoções, atitudes, condutas e vocações distintas. Desta forma, a decisão de alguém de romper com essa suposta determinação do sexo biológico, empreendendo uma transição do masculino ao feminino ou vice-versa, pode causar escândalo e gerar violência e perseguição.

O historiador Thomas Laqueur (2001) argumenta que as transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas no Ocidente, no século XVIII, criaram o contexto para que se estabelecesse uma nova visão sobre os sexos, compreendendo-os como totalmente distintos. Segundo Laqueur, o ponto de vista que predominava até então concebia os corpos masculino e feminino como versões hierárquicas, mas complementares, de um único sexo: o corpo feminino era considerado uma forma inferior e invertida do masculino. Os órgãos masculinos eram exter-

Conforme o gênero, acredita-se que também haja modos específicos de trabalhar, gerenciar outras pessoas, chefiar, ensinar, dirigir carros, gastar dinheiro, ingerir bebidas, dentre outras atividades.

nos, enquanto a morfologia do feminino os faziam internos. Nessa percepção, que estabelecia uma equivalência de funções dos corpos, o prazer sexual feminino era central para que a reprodução fosse bem-sucedida. Seria no século XIX que essa visão viria a ser substituída por uma nova concepção de modelo reprodutivo, que afirmava a existência de dois corpos marcadamente diferentes e de duas sexualidades opostas, conceitualizando o ciclo reprodutivo da mulher como automático e uma suposta falta de sensação sexual.

Esta distinção acentuada entre homens e mulheres se institui como parâmetro da normalidade no que se refere ao gênero, adaptando qualquer ambiguidade corporal e estabelecendo condutas coerentes com o ideal do casal heterossexual reprodutor. Homens “normais” devem se sentir “masculinos”, e mulheres “normais” devem se sentir “femininas”. Tudo aquilo que foge a esse parâmetro de normalidade tende a ser considerado “desvio”, “transtorno”, “perturbação”. Assim, homens afeminados, mulheres masculinizadas, transformistas, travestis, transexuais e intersexuais são vistos como exemplos de “desviantes” em relação à norma de gênero.

Como estudamos na unidade anterior, o modo como homens e mulheres se comportam em sociedade corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que nos ensina a agir conforme as prescrições de gênero (Gagnon & Simon, 1973). Há uma expectativa social em relação ao modo como homens e mulheres devem andar, falar, sentar, mostrar o corpo, brincar, dançar, namorar, cuidar do outro, amar etc. Conforme o gênero, acredita-se que também haja modos específicos de trabalhar, gerenciar outras pessoas, chefiar, ensinar, dirigir carros, gastar dinheiro, ingerir bebidas, dentre outras atividades. Os jeitos de ser e fazer são ensinados/aprendidos desde a infância e reforçados por toda a vida. Na Unidade 3 – Desigualdades de gênero no Brasil, veremos alguns dados de como este modelo opera na prática.

Quantos/as de nós, em algum momento da vida, não se perguntou sobre o porquê de tantas desigualdades entre homens e mulheres, e recebeu como resposta um “sempre foi assim” ou “é assim”!? O fato é que é comum, e não é exclusividade das assimetrias de gênero, que as desigualdades sejam naturalizadas, atribuídas às distintas características que estariam no corpo ou na mente de cada um/a. Essa busca por causas biológicas ou psíquicas para explicar as diferenças entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, tem sido recorrente nas ciências biológicas. É frequente encontrar nos jornais e nas revistas explicações científicas baseadas no funcionamento do cérebro ou dos hormônios que poderiam distinguir o comportamento de cada sexo. Tais explicações encobrem o longo processo de socialização que nos tornou humanos/as.

As ciências sociais, que estudam a vida coletiva dos grupos humanos, postulam que essas diferenças são socialmente construídas. Isto significa dizer que não existe um padrão universal para comportamentos sexuais ou de gênero que seja considerado normal, certo, superior ou, a priori, o melhor. Somos nós, mulheres e homens, pertencentes a distintas sociedades, diversos tempos históricos e contextos culturais, que estabelecemos modos específicos de classificação e de convivência social. O conceito de gênero é o instrumento analítico que nos ajuda a ter o olhar atento para determinados processos que consolidam diferenças de valor entre o masculino e o feminino, gerando hierarquias.

*(...) não existe
um padrão
universal para
comportamentos
sexuais ou de
gênero que seja
considerado
normal, certo,
superior ou, a
priori, o melhor.*

AS MULHERES TÊM TIDO UM PAPEL SIGNIFICATIVO NA ATIVIDADE PROCRIATIVA. DIRETOS REPRODUTIVOS E O MITO DA MATERNIDADE

Segundo Flavia Piovesan, professora doutora da PUC/SP nas disciplinas de Direito Constitucional e Direitos Humanos, professora de Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação da PUC/SP e da PUC/PR, só em 1994, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, os direitos sexuais e reprodutivos foram reconhecidos como direitos humanos. É reconhecido que mulheres e homens têm a liberdade, a privacidade e a autonomia para decidir se e quando desejam reproduzir-se. O Estado deve garantir políticas públicas que assegurem a saúde sexual e reprodutiva, o direito ao acesso a informações, a meios e a recursos seguros, disponíveis e acessíveis, ao progresso científico e à educação sexual. A luta, que culminou na Conferência, começou a partir da década de 1960, quando o movimento feminista pela saúde da mulher, contando com a participação de cientistas sociais, historiadoras, juristas, profissionais de saúde e outras militantes, passou a contestar a noção do destino biológico reprodutor das mulheres e a analisar o contexto histórico da construção do lugar da mulher na sociedade. Um bom exemplo disto é o livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, escrito pela historiadora francesa Elisabeth Badinter (1985), no qual ela demonstra que o “instinto materno” é uma construção histórica promovida pelos reformadores sociais ligados à higiene no século XVIII. Anteriormente, as mulheres da nobreza enviavam os bebês recém-nascidos para o campo para serem amamentados. Ver ainda sobre este tema o livro de Philippe Ariés (1978).

GÊNERO E REPRODUÇÃO

AS MULHERES SÓ SE REALIZAM QUANDO SÃO MÃES?
A REPRODUÇÃO É O QUE DÁ SENTIDO À SEXUALIDADE FEMININA?
GESTAR, CUIDAR DOS/AS FILHOS/AS E DA CASA FAZEM PARTE DO DESTINO BIOLÓGICO DAS MULHERES?
QUAL O PESO DA REPRODUÇÃO NAS DESIGUALDADES DE GÊNERO?

As interrogações ao final destas frases há décadas atrás eram impensadas. Afirmativas, tinham um tom de impositivas. A reprodução aparecia, assim, como natural, como obrigação. Como abordamos na unidade anterior, os direitos sexuais fazem parte de história recente.

Tem sido salientado por ampla literatura que é no trabalho reprodutivo que a diferença se instala. Várias linhas interpretativas sobre as relações de gênero explicam estar na apropriação da fecundidade feminina pelo sexo masculino a origem da desigualdade entre os gêneros em diversas sociedades (Barbieri, 1991). **AS MULHERES TÊM TIDO UM PAPEL SIGNIFICATIVO NA ATIVIDADE PROCRÍATIVA** até o atual momento, embora os

avanços da tecnologia genética possam no futuro alterar esse quadro. Considerando o panorama atual, ocorre que a distribuição das tarefas entre os sexos é, em muitos sistemas culturais, entendida como uma espécie de extensão das diferenças anatômicas (procriativas) entre os sexos. Parece “natural” que caiba ao sexo feminino uma série de tarefas associadas ao papel que a mulher ocupa no processo reprodutivo. O cuidado com a prole é sempre destinado às mulheres, mas este se situa para além do papel propriamente reprodutivo. Assim, recebe uma carga simbólica de atributo pré-social da condição feminina.

EXPERIÊNCIAS SOCIAIS

MUITO DIVERSIFICADAS PARA HOMENS E MULHERES

A subordinação da mulher aos ditames religiosos e científicos é antiga. Conforme análise da estudiosa Londa Schiebinger, que ajuda a entender as repercussões do movimento feminista e dos estudos de gênero na produção de conhecimentos científicos, desde o Iluminismo a ciência prometeu uma perspectiva “neutra” e privilegiada, acima dos interesses políticos e religiosos. Buscava-se produzir um conhecimento objetivo e universal que transcendesse às restrições culturais. Entretanto, a ciência não se mostrou neutra em questões de gênero e de raça. As desigualdades efetivamente vividas nessas relações influenciaram o conhecimento produzido nas instituições científicas.

Na biologia e na medicina, o conhecimento sobre a saúde e o corpo da mulher pautou-se no seu aspecto físico, moral e de diferenciação entre os sexos, na tentativa de enfatizar a posição subordinada das mulheres na sociedade. Aristóteles (384-322 a.C.), filósofo grego, em sua obra *Política*, afirmava que “As mulheres são limitadas por natureza. [...] A mulher é como se fosse um macho estéril. [...] No que respeita aos animais, o macho é por natureza superior e dominador e a fêmea, inferior e dominada. E o mesmo deve necessariamente aplicar-se ao mundo humano”. Em *Geração de Animais*, diz que “A coragem do homem revela-se no comando, e a da mulher, na obediência”.

Em sua obra *A Origem do Homem e a Seleção Sexual* (1859), Charles Darwin (1809-1882) afirma que “A distinção principal nos poderes mentais dos dois sexos reside no fato de que o homem chega antes que a mulher em toda ação que empreenda, requeira ela um pensamento profundo ou então razão, imaginação, ou simplesmente o uso das mãos e dos sentidos. [...] podemos também concluir que, se em muitas disciplinas os homens são decididamente superiores às mulheres, o poder mental médio do homem é superior”.

Tais noções serviram como fundamento das perspectivas ocidentais sobre diferença sexual: a força física e intelectual enaltecia o homem, e a maternidade, a mulher. Esta dicotomia conduzia conseqüente desvalorização e negação do poder feminino de gerar, ao mesmo tempo em que demonstrava a preocupação masculina em controlar a reprodução.

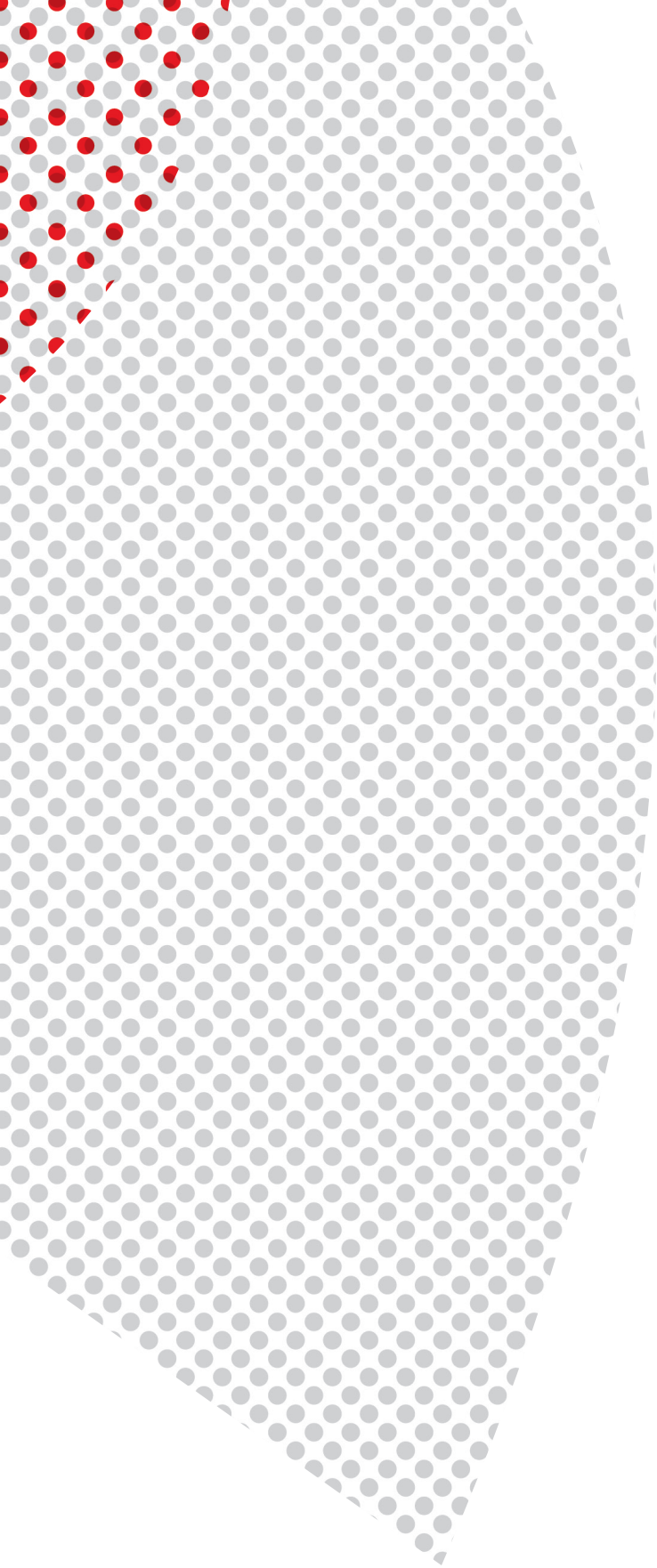
Cf. ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina. *Review, Cadernos de Saúde Pública*, 19, Sup. 2: S201-S212, Rio de Janeiro, 2003.

As mulheres estariam, portanto, ideologicamente representadas como mais imersas na natureza do que os homens.

Entretanto, o constrangimento que a biologia exerce sobre a organização social na designação de condutas dos dois sexos é bastante débil. Esquece-se que na vida social lidamos sempre com formas institucionais – portanto, arbitrárias e mutáveis – de arranjo das relações entre seres humanos. Fortalece-se o vício de “conceber instituições estáveis da sociedade como formas ‘naturais’ de organização da vida coletiva” (Durham, 1983:15) – vida coletiva que nas sociedades contemporâneas estão organizadas por critérios de diferenciação de gênero, que importam em **EXPERIÊNCIAS SOCIAIS MUITO DIVERSIFICADAS PARA HOMENS E MULHERES**, marcadas por relações de poder. Esta diferença faz interseção com outras de igual importância, como a de classe, raça, origem regional, religião, orientação sexual, entre outras, conforme conceituamos e exemplificamos desde a introdução deste curso. Ao falarmos de **interseccionalidade**, chamamos a atenção para as marcas das (des)classificações produzidas pela sociedade na vida das pessoas, marcas estas que muitas vezes determinam os eventos de sua trajetória existencial.

GLOSSÁRIO

Interseccionalidade – encontro entre dois pontos, duas linhas que se cortam ou se cruzam. Kimberle Crenshaw, professora de direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Colúmbia, desenvolve o conceito de interseccionalidade entre desigualdades de gênero e raça, visando incluir questões raciais nos debates de gênero e vice-versa. Além dessas desigualdades podem se acoplar outras desigualdades, como de classe, de geração, de orientação sexual, de territorialidade. É na interseção, cruzamento e coexistência das discriminações, que as desigualdades se potencializam. Segundo a autora, esta ação “resulta num conjunto indivisível de perversidades e violações de direitos, fruto da interatividade entre eles” (Cf. Werneck, Jurema. Inclusão Racial e de gênero: desafio ou pressuposto da política pública? ABONG, 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Cadernos Abong, nº 34: 17, São Paulo, maio de 2005).



DIFERENÇAS DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA VIDA PÚBLICA

QUAL A INTERFERÊNCIA DA DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO DOMÉSTICO NA VIDA PÚBLICA? QUAIS
OS INDICADORES DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA
SOCIEDADE?
COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PODEM ATENUAR OS
EFEITOS DAS HIERARQUIAS DE GÊNERO?

Ao colocarmos o “embate entre natureza e cultura” na Unidade 1, nós nos referimos a como, desde pequenos/as, por meio dos brinquedos e das brincadeiras, somos ensinados/as sobre a forma de ocupação dos espaços privados e públicos. As bonecas e as miniaturas de utensílios domésticos vão ensinando/determinando o que se espera de uma menina (em casa e fora dela), ao mesmo passo que os brinquedos de locomoção (bicicleta, carrinhos, skate e outros) e de luta servem como trampolim para que meninos se sintam fortalecidos a sair de casa e a ocupar seus espaços na vida pública. Cada um, cada uma vai aprendendo desde cedo o que fica bem para uma menina e para um menino e quais atitudes e comportamentos devem ser reprimidos em ambos.

Neste texto, examinaremos como a questão de gênero é usada para determinar a organização social do espaço pú-

blico e privado e como configura o mundo que nos cerca. A oposição “rua x casa” é particularmente interessante para percebermos como os gêneros masculino e feminino estão associados a cada uma destas instâncias, conformando a divisão entre o mundo da produção (masculino) e o da reprodução (feminino).

Tal como o conceito sociológico de classe social, que distingue diferentes inserções conforme as condições materiais de existência de cada um/a, o conceito de gênero também nos ajuda a compreender o modo de organização da vida social, tanto no espaço público quanto na esfera privada.

Historicamente, o espaço público era restrito aos homens como cidadãos, tendo sido as mulheres dele excluídas durante muitos séculos, confinadas no mundo doméstico. Em todas as sociedades há uma divisão do trabalho entre homens e mulheres que permite que as tarefas necessárias à produção e à reprodução sejam cumpridas. Chamamos isto de “**divisão sexual do trabalho**”.

Certamente não existe um único modelo para a divisão sexual do trabalho, porém o que se observa é que, a despeito de diferenças culturais no modo como as distintas sociedades humanas se organizam, as mulheres estão sempre mais voltadas ao cuidado dos/as filhos/as e ao trabalho doméstico, como consequência natural da reprodução ocorrer em seus corpos. Já os homens geralmente estão mais voltados às atividades relativas à produção de bens e serviços, fundamentalmente no espaço público, as quais lhe conferem rendimentos para o sustento da prole. Essa tradicional divisão do trabalho entre os sexos tem sido, contudo, duramente criticada e já apresenta sinais de mudanças. Podemos perceber isto através da análise das transformações ocorridas em três setores, antes eminentemente masculinos: o mercado de trabalho, a escolaridade e a participação política. A crescente participação feminina nas atividades econômicas e o maior aumento da escolaridade, quando comparado ao dos homens, atestam que mudanças societárias modificaram o perfil das relações entre os sexos.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL FEMININA: INDICADOR PRECISO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

À primeira vista, pode parecer que as escolhas ou os modos de inserção em diferentes espaços da sociedade sejam reflexo exclusivo de preferências naturais, aptidões natas, capacidades e desempenhos distintos entre homens e mulheres, entre negros/as e brancos/as. No que se refere às relações de gênero, as **assimetrias de gênero** são

essenciais para a análise da distribuição de homens e mulheres nos diferentes espaços da sociedade. Ao questionar as posições inferiores e menos valorizadas que as mulheres ocupavam, o movimento feminista expôs as desigualdades de gênero nos seguintes espaços da sociedade:

a) Na produção de conhecimentos científicos:

O gênero tem servido para classificar as aptidões de homens e mulheres em diferentes áreas científicas. A física, por exemplo, foi considerada uma disciplina mais apropriada para ser exercida pelos homens por ser imparcial, mais racional, abstrata, por exigir aptidão analítica e um trabalho árduo e longo, enquanto as ciências humanas, que se dedicam ao estudo das pessoas, e mais próximas das preocupações do cotidiano, foram consideradas mais adequadas às mulheres. Observa-se que o modo de compreender o que é específico de cada disciplina foi associado ao que se entende como característica de cada gênero. Isto faz com que as mulheres estejam pouco representadas na física e em outras ciências ditas “mais complexas” (o termo é traduzido de hard sciences, da discussão epistemológica norte-americana e europeia), não porque sejam disciplinas “mais difíceis”, mas pelas imagens que as associam ao masculino. Também a matemática sempre foi vista como incompatível com as mulheres. Geralmente, o prestígio de uma ciência depende de seu grau de “matematização” e, quanto mais matemática for exigida para um dado emprego, maior a remuneração e menor a taxa de participação das mulheres.

Esta perspectiva foi diversas vezes legitimada por teorias biológicas da **LATERALIZAÇÃO CEREBRAL** ou da genética. Entretanto, poucos esforços foram feitos para se estu-

LATERALIZAÇÃO CEREBRAL

Alguns estudos e pesquisas indicam que a mulher usa de forma natural e espontânea muito mais o lado direito do cérebro do que o homem. Isto resulta em maior capacidade de comunicação e talvez explique por que mulheres consigam se comunicar e se expressar melhor que os homens, e usem informações de maneira múltipla. Assim se explica a capacidade da mulher de desenvolver múltiplas ações: “ao mesmo tempo em que atende o telefone, observa um quadro que está na parede, pensa na comida que está no microondas e responde a uma pergunta do filho que está na sala”. Por outro lado, homens são unidirecionais na maioria dos casos. Se estiverem “assistindo a um jogo, lendo um livro ou no computador, esqueçam!” Para saber mais, leia sobre “Lateralização Cerebral em <http://frankherles.wordpress.com/2007/11/05/lateralizacao-cerebral/> Acesso em 20/03/2010.

A FALA DE UMA MÉDICA. MULHERES NA MEDICINA

darem as diferenças de gênero em relação a outras importantes variáveis, tais como etnia, cultura e classe. Historicamente, portanto, o gênero foi um organizador silencioso de teorias e práticas científicas, estabelecendo prioridades e determinando resultados. A noção das fêmeas como naturalmente subordinadas conformou-se com a perspectiva política da posição social inferior da mulher. **A FALA DE UMA MÉDICA** no topo de sua profissão poderia ser estendida a outras áreas: “Tenho que ser duas vezes mais competente e trabalhar três vezes mais duramente para conseguir três quartos da remuneração e metade do crédito dos homens” (Schiebinger, 2001: 312).

Na Inglaterra da segunda metade do século XIX, as feministas, que se organizavam em torno da luta pelo direito ao voto, viam a entrada da mulher na medicina como uma necessidade, por duas razões: a primeira é que as médicas poderiam trazer mais conforto e segurança para as pacientes, livrando-as dos abusos cometidos pelos médicos homens; a segunda, e mais importante razão, era que as médicas poderiam ajudar a reconstruir as noções de feminilidade e masculinidade com base no estudo da biologia e da fisiologia. Elas teriam condições de dar uma legitimidade científica à redefinição da identidade da mulher e justificar sua inclusão política (Kent, 1990 apud Rohden, 2001).

b) No mercado de trabalho:

No Brasil, décadas passadas, o mercado de trabalho era um espaço de hegemonia masculina. Até a metade do século XX, as mulheres não tinham o horizonte da carreira profissional ou a participação na vida pública como metas preponderantes, não tendo participação significativa na população economicamente ativa. Hoje, a presença das mulheres no mercado de trabalho é expressiva, o que contribui para desvelar as desigualdades e as discriminações se comparadas aos homens, seja no espaço público, seja no espaço privado. Na próxima unidade, traremos vários dados a este respeito. Aqui chamamos a atenção para o fato de um contingente expressivo de mulheres estar representado pelas principais provedoras de suas famílias, em contextos nos quais os maridos perderam seus postos no mercado formal de trabalho e, ainda assim, não serem reconhecidas.

É recente na legislação civil o reconhecimento das mulheres como “pessoa de referência da família”, designação antes reservada somente aos homens, vistos como “o chefe da família”. Desde que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incorporou o quesito “pessoa de referência” nos censos, foi possível demonstrar a crescente participação das **MULHERES NO PROVIMENTO DA FAMÍLIA**; atualmente esse percentual é de cerca de 30%.

No Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o item VII refere-se ao direito a terra, à moradia digna e à infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais. São objetivos gerais: I. Promover o direito das mulheres à vida com qualidade na cidade, no meio rural e nas comunidades tradicionais, respeitando suas especificidades e garantindo o acesso a bens, equipamentos e serviços públicos; II. Promover os direitos das mulheres no acesso a terra, à reforma agrária e ao desenvolvimento rural sustentável, com atenção especial aos territórios contemplados no programa “Territórios da Cidadania”. São objetivos específicos:

- I. Promover o acesso das mulheres à moradia digna, construída em local apropriado, saudável e seguro, titulada, com qualidade de condições materiais e técnicas construtivas, dotada de energia elétrica convencional ou alternativa, infraestrutura e acesso a bens, serviços públicos e equipamentos sociais;
- II. Garantir o acesso igualitário das mulheres a terra, por meio de inscrição, cadastro e titulação de assentamentos da reforma agrária, bem como orientação jurídica e capacitação sobre os direitos das mulheres assentadas;
- III. Promover o reconhecimento econômico das mulheres nos assentamentos, estimulando sua participação na gestão e no acesso à assistência técnica, ao crédito e à comercialização;
- IV. Articular os programas habitacionais nas periferias dos grandes centros urbanos ou grupamentos municipais nos territórios rurais com os programas de eficiência energética e de conservação de energia.

São prioridades:

- Ampliar o acesso a terra nas áreas urbanas e à moradia com infraestrutura social adequada;
- Ampliar o conhecimento sobre as normas referentes ao direito de acesso a terra para as mulheres nos assentamentos de reforma agrária;
- Ampliar e qualificar o acesso à assessoria técnica socioambiental, ao crédito especial e à agroindustrialização para assentadas da reforma agrária;
- Promover o acesso igualitário das mulheres ao Programa Crédito Fundiário.

Metas:

- Capacitar servidores/as sobre gênero, reforma agrária e desenvolvimento rural em 100% das Superintendências Regionais do Incra;
- Avaliar o impacto sobre a vida das mulheres em 100% dos projetos de habitação, saneamento e infraestrutura do PAC.

A possibilidade de as mulheres trabalhadoras urbanas e rurais terem o direito de acesso ao título de proprietárias de terra e de imóveis é muito importante. No caso das trabalhadoras rurais, há o fato de que seus companheiros costumavam migrar para grandes centros urbanos à procura de trabalho e não voltavam para os estados de origem, deixando-as sós, cultivando a terra e assumindo a responsabilidade do sustento da família. No entanto, elas não tinham a chance de serem reconhecidas como donas daquela propriedade, nem mesmo de transferirem a posse da terra para os filhos.

As mulheres, desde meninas, educadas para cuidar dos outros (filhos, marido, parentes idosos), acabam por abraçar carreiras tidas como femininas: professoras, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, empregadas domésticas etc. Não só é comum que elas escolham carreiras no campo do ensino ou da prestação de serviços sociais ou de saúde, como se supõe que tais atividades sejam uma extensão, no espaço público, das tradicionais atividades que elas já desenvolvem no ambiente doméstico. Esta escolha é construída pela **socialização diferencial de gênero**.

O processo de escolarização pode reforçar a associação frequente entre o gênero feminino e determinadas ocupações. Este vínculo leva a uma desvalorização social de certas profissões, por elas serem consideradas de menor competência técnica ou científica. Mesmo entre carreiras de prestígio social, como a medicina, as especialidades que se feminizaram – a exemplo da pediatria – terminam sendo mais mal remuneradas se comparadas a outras especialidades cujo contingente masculino é mais expressivo, como a ortopedia ou a neurologia (Silva, 1998). Se incluirmos nesta análise as relações raciais, teremos um quadro ainda mais agravado, como veremos na próxima unidade ao analisarmos os salários médios de brancos/as e negros/as e entre mulheres brancas e mulheres negras. Veremos que as mulheres negras estão submetidas às piores condições. A reivindicação por salários equiparados, como forma de assegurar o cumprimento de direitos trabalhistas e a igualdade de gênero e étnico-racial no mercado de trabalho, é uma constante nos movimentos sociais, pautados nas **LEGISLAÇÕES NACIONAIS E NAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS**, das quais o Brasil é signatário.

***Mesmo entre
carreiras de
prestígio social,
como a medicina,
as especialidades
que se feminizaram
– a exemplo da
pediatria – terminam
sendo mais mal
remuneradas se
comparadas a outras
especialidades
cujo contingente
masculino é mais
expressivo, como a
ortopedia ou
a neurologia
(Silva, 1998).***

LEGISLAÇÕES NACIONAIS E NAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

As Convenções 100 e 111, ratificadas pelo Brasil, referem-se, respectivamente, à igual remuneração para homens e mulheres no exercício de atividades iguais, e à não-discriminação no trabalho baseada em cor/raça, sexo, religião, opinião política, ascendência ou origem social, determinando medidas efetivas para evitar discriminações e promover a igualdade de oportunidade. Acesse a íntegra das convenções em <http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=356>. Acesso em 26/03/2010.

c) No espaço escolar:

Há algumas décadas, a prioridade para a dedicação aos estudos era um privilégio dos filhos homens, não estendido às filhas mulheres. Somente no final de 1870 o governo brasileiro abriu as instituições de ensino superior para a entrada das mulheres. Em 1887, formou-se a primeira médica no Brasil, **RITA LOBATO VELHO LOPES**. Em 2006, a ministra **ELLEN GRACIE** foi a primeira mulher a ser incorporada ao Supremo Tribunal Federal, ocupando a presidência desta instituição pelo período de dois anos.

O ingresso das mulheres na escola tem crescido significativamente, hoje ultrapassando o contingente masculino. Esta inserção advém, entre outros fatores, da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, da exigência de melhoria de sua qualificação profissional e consequente aspiração por melhores salários. No entanto, este investimento ainda não se reverteu em igualdade salarial com os homens. Em alguns setores apenas se reduziu o nível de desigualdade, em outros, esta se intensificou. Quando consideramos as mulheres negras, os dados são ainda mais impressionantes. **QUANTO MAIOR A ESCOLARI-**

RITA LOBATO VELHO LOPES (1866-1954)

foi primeira médica no Brasil, formada na Faculdade de Medicina de Salvador, Bahia. Sua tese foi sobre A operação cesariana. Trabalhou em Porto Alegre e Rio Pardo. Foi vereadora até a implantação do Estado Novo.

ELLEN GRACIE NORTHFLEET

nasceu no Rio de Janeiro em 1948, jurista brasileira, inicialmente procuradora e depois desembargadora, foi em 2000 a primeira ministra mulher do Supremo Tribunal Federal, exercendo a presidência do Supremo em 2006 e 2007.

ZAÇÃO, MAIOR A DIFERENÇA SALARIAL entre estas e os homens, mas também entre as próprias mulheres, estando as brancas em posição de maior vantagem. Esta situação demonstra como a segregação social combina elementos étnico-raciais e de gênero.

d) Na organização da vida política:

No Brasil, as mulheres só tiveram acesso ao voto em 1932, por incansável militância do movimento sufragista feminino, nas primeiras décadas do século XX, liderado pela bióloga paulista **BERTHA LUTZ**. As primeiras mulheres foram eleitas para o Parlamento em 1933. De lá pra cá, a necessidade de igualdade de oportunidades sociais para participar ativamente da vida pública impôs-se como um direito inalienável das mulheres. Discute-se há alguns anos, no interior dos partidos políticos e na sociedade mais ampla, a proposta de cotas para mulheres no intuito de garantir certa representatividade política feminina no Poder Legislativo e no Executivo. A Lei de Cotas 9504/97, que institui 30% de cotas para candidatas mulheres, ainda encontra muitas resistências, como veremos ao analisar na próxima unidade as tabelas com a representação feminina nos diferentes poderes.

Há uma tendência à baixa representatividade e à desproporção na representação parlamentar das mulheres, o que não é exclusividade do Brasil. Repete-se em todos os países, conforme dados da pesquisa feita em 2006 pela União Interparlamentar – UIP, organização de fomento à cooperação entre as câmaras nacionais de mais de 140 países. A partir desta análise, nota-se que o número de deputadas no Brasil é baixo. Numa avaliação que incluiu 187 países, o Brasil, no ano 2002, esteve na 107ª colocação no ranking sobre a participação de mulheres nas câmaras de deputados/as. Ruanda, na África, aparece em primeiro lugar, com 48%. A média brasileira, 8,8%, é pouco superior à de países árabes, que têm 6,8% de mulheres nos parlamentos. Os Estados Unidos também ficaram abaixo da média mundial de 16,6% de mulheres na composição da Câmara dos Representantes, com apenas 15,2%.

Naquele momento, o Brasil, entre os países sul-americanos, ocupou a pior colocação na lista, atrás de Argentina (9), Guiana (17), Suriname (26), Peru (55), Venezuela (59), Bolívia (63), Equador (66), Chile (70), Colômbia (86), Uruguai (92) e Paraguai (99). A UIP nota a melhora no desempenho de alguns países sul-americanos depois da introdução de políticas de cotas mínimas para candidatas, como aconteceu na Argentina, na Bolívia e na Venezuela. No Brasil, o modo de se aplicar uma regra de 30% das candidaturas não respeita o teto de 100% das vagas. Desse modo, os partidos diminuem as chances das mulheres de serem eleitas, isto é, preservam os privilégios masculinos¹.

¹ | Fonte: Jornal O Globo, editoria O País, 02 de março de 2006.

QUANTO MAIOR A ESCOLARIZAÇÃO, MAIOR A DIFERENÇA SALARIAL. ESCOLARIDADE

Segundo a Fundação Carlos Chagas, o nível de escolaridade da população brasileira tem se elevado continuamente através dos anos. No final da primeira década do milênio há um aumento significativo do nível de instrução da população, principalmente das mulheres, 39% das quais passam a ter mais de nove anos de estudo, em comparação a 35% dos homens. Esta tendência de as mulheres terem um nível mais alto de escolaridade veio do século passado e é importante na inserção das mulheres no mercado de trabalho. Em 2007, as mulheres são mais da metade entre os que têm de 9 a 11 anos de estudo e 57% entre os que têm mais de 12 anos de estudo. No mercado de trabalho, quanto aos melhores empregos, exigem-se maiores níveis de escolaridade para as mulheres do que para os homens. Mesmo contando com credenciais superiores, as mulheres ganham menos que os homens. Na questão salarial, homens brancos ganham mais que homens negros e mulheres brancas e negras. Mulheres brancas ganham mais que homens e mulheres negras. Para aprofundar o tema, ver www.fcc.org.br

Com os dados apresentados sobre a participação das mulheres na produção de conhecimento científico, na educação, no mercado de trabalho, na vida política, na propriedade etc., queremos demonstrar que uma persistente hierarquia de gênero organiza as relações sociais no espaço público, destinando lugares, postos, posições de prestígio, funções específicas, direitos e deveres a cada sexo. A análise aqui iniciada, e que será aprofundada durante todo este curso, pretende oferecer subsídios para que se abandone a avaliação ingênua de que a participação de homens e mulheres na vida pública seja aleatória, fruto de desejos pessoais ou resultante de aptidões ou habilidades naturais a cada sexo. Somos socialmente educados e educadas para nos interessarmos mais ou menos por política, economia, leis, quer sejamos homens ou mulheres. A via de acesso à cidadania passa por lutas e conquistas normativas e jurídicas.

BERTHA LUTZ (1894-1976)

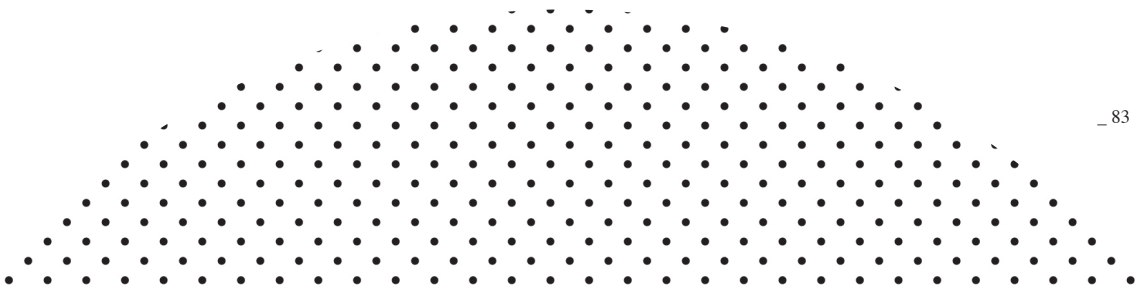
foi uma das figuras pioneiras do feminismo brasileiro. Zoóloga, foi se especializar na Sorbonne, em Paris, onde conheceu movimentos feministas europeus e norte-americanos. A partir daí, criou as bases para o feminismo brasileiro. Em 1922 fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, após ter representado o Brasil na assembleia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, onde foi eleita vice-presidente da Sociedade Panamericana. Foi eleita suplente para deputado/a federal em 1934, após fracassar em duas eleições. Em 1936 assumiu o mandato. As principais bandeiras de luta eram mudanças na legislação trabalhista em relação ao trabalho feminino e infantil, e a igualdade salarial. Perdeu o mandato com o Estado Novo em 1937.

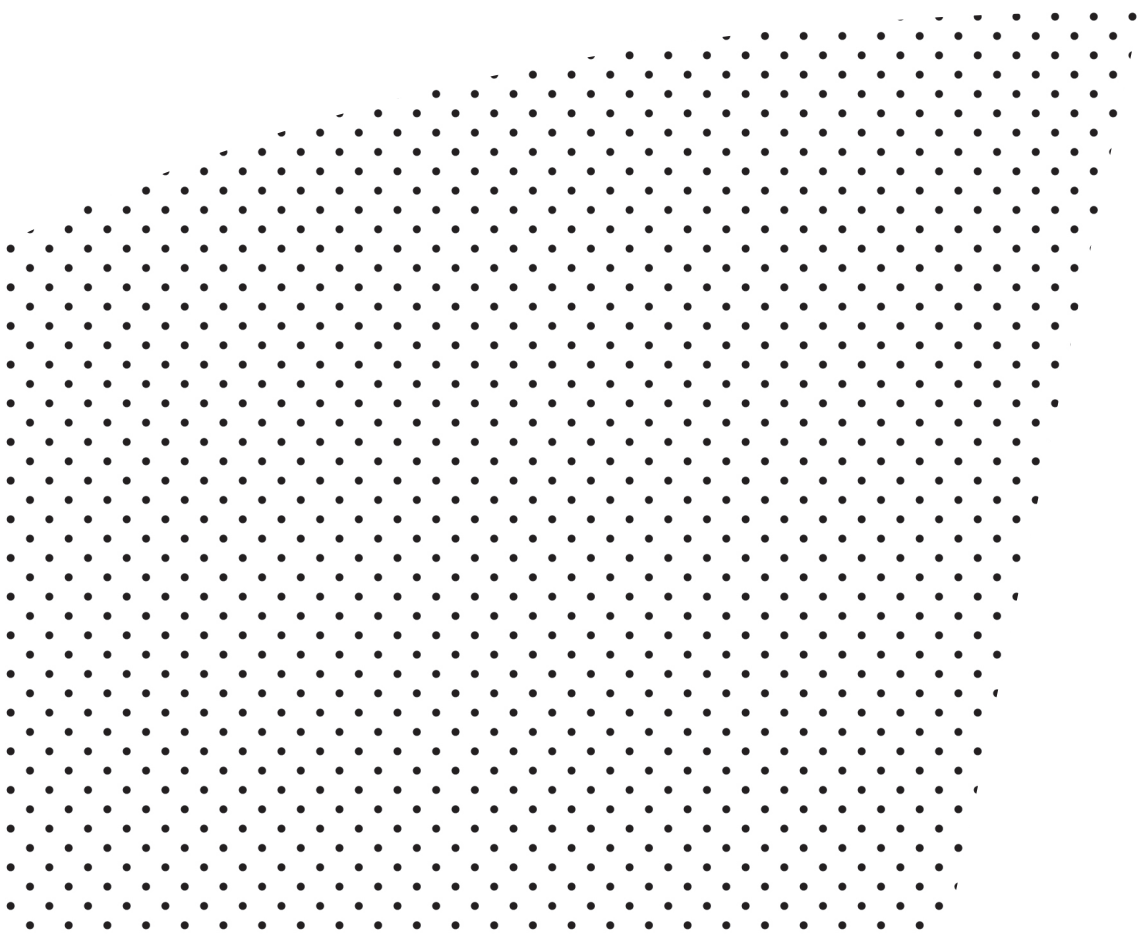
GLOSSÁRIO

Assimetrias de gênero – Há uma disparidade entre o poder dos homens e o poder das mulheres na sociedade. Os homens estão numa posição dominante enquanto as mulheres estão numa posição subalterna. Esta assimetria de gênero (masculino e feminino) é reforçada por estereótipos e preconceitos e reproduzida em nossa sociedade.

Divisão sexual do trabalho - Para uma história da análise sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, ver os artigos: HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132:595-609, set.-dez. 2007; BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia & SCALON, Celi. Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. São Paulo: Edusc, 2008. Consultar ainda na página do CLAM www.clam.org.br a entrevista do sociólogo sueco Göran Therborn sobre “Relações de poder entre os sexos”.

Socialização diferencial de gênero – O primeiro processo de socialização de crianças e jovens acontece no contexto familiar. Ao observar, estudar e pesquisar as famílias, percebe-se que há uma socialização diferencial em função do gênero dos filhos e das filhas, desde seu nascimento, com uma grande carga de estereótipos. Há variadas expectativas quanto ao futuro das filhas e dos filhos, passando pela oferta de diferentes brinquedos, desigual distribuição de tarefas domésticas, mensagens diversas acerca da sexualidade. Esse diferencial prolonga-se na escola e em outros contextos socializantes.





DIFERENÇAS DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA VIDA PRIVADA

Vimos como a reprodução biológica exerce considerável influência na divisão sexual do trabalho e na estruturação dos lugares sociais ocupados por homens e mulheres. Às mulheres cabe gestar, parir, criar os filhos e realizar serviços de manutenção doméstica que lhes são atribuídos como se fosse algo natural. Os homens tradicionalmente se voltaram para o provimento da casa, ou seja, para a mediação entre o mundo privado e o público.

Este modo de organização da família implica também uma hierarquia moral que estabelece posições sociais, deveres e obrigações próprias a cada um, conforme a inserção de gênero e de geração. Nesse sentido, os homens mais velhos são aqueles que devem ser mais respeitados pelos demais. Eles podem ser os maridos ou pais e, na ausência destes, os filhos ou irmãos mais velhos a quem se espera que as mulheres obedeçam. Este modelo tem se perpetuado por séculos.

Na linha das mudanças no espaço privado é preciso retomar aqui, novamente, a conquista feminina de regular a sua fecundidade de maneira mais eficiente, isto é, o número de filhos que deseja ter e o espaço entre o nascimento deles. O aparecimento da pílula anticoncepcional, na segunda metade do século XX, possibilitou às mulhe-

res controlarem sua reprodução e fazerem da maternidade algo não compulsório. Tal possibilidade permitiu dissociar a atividade sexual da reprodução, com muitas transformações sociais daí decorrentes. O fato de as mulheres poderem ter uma vida sexual e escolher ser ou não mães, planejar a ocasião da maternidade, espaçá-la, decidir o número desejável de filho teve um substancial impacto em suas vidas. Assim, elas puderam organizar melhor o fluxo da vida cotidiana familiar e passar a ter novas aspirações não restritas à vida doméstica e ao cuidado com a prole.

Infelizmente, esses direitos não estão acessíveis a todas as mulheres, o que dificulta ou impede o enfrentamento da hierarquia de gênero. As razões podem ser restrições financeiras, de conhecimento ou acesso aos serviços de saúde, de subjugação ao companheiro, marido ou namorado, em razão da dominação masculina.

Outro exemplo das mudanças havidas nas relações de gênero no âmbito da vida privada pode ser dado na escolha do parceiro para o casamento. Essa escolha deixou de ser um acordo entre pais e mães interessados/as na união de suas famílias e permitiu que moças e rapazes passassem a exercer o livre arbítrio.

No entanto, sabe-se que tal escolha é também socialmente determinada, havendo forte chance de se eleger um parceiro ou uma parceira entre iguais, ou seja, de inserção social e estilo de vida semelhante.

O modo como cada cultura constrói o gênero irá definir um determinado padrão de organização das representações e das práticas sociais no mundo público (rua) e na vida privada (casa), estabelecendo lugares distintos para homens e mulheres e uma dinâmica peculiar entre ambos.

Transformações societárias vêm tornando cada vez menos expressivo o modelo tradicional de família no qual a mulher se ocupa exclusivamente da casa, e o homem, do provimento material. Embora as mulheres tenham conquistado expressivo espaço no mercado de trabalho, a participação dos homens nas decisões e nas obrigações referentes à vida doméstica não se faz na mesma proporção, deixando às mulheres a difícil tarefa de conciliar família e emprego. Vemos de forma preponderante o enraizamento da desigualdade de gênero na divisão das tarefas da casa.

Apesar de as mulheres terem crescente participação nos rendimentos domésticos, o domínio do cuidado com o lar e com os seus membros é percebido como responsabilidade

feminina. Os homens casados/unidos, que agora contam com a contribuição de suas esposas para o rendimento comum da unidade doméstica, não transferem parte do seu tempo para o cuidado com a esfera privada (Sorj et al., 2007), perpetuando-se a hierarquia de gênero. Uma das características desta desigualdade é a sua naturalização. É atribuída à disposição, ao talento, ao gosto das mulheres ocuparem-se das atividades domésticas, como prova de feminilidade ou afeto para com os membros da casa. Este trabalho gratuito é concebido como parte da “natureza feminina”. Esta é uma visão antiquada e tem sido objeto de reivindicações em várias partes do mundo para que tal distorção seja corrigida.

A socióloga canadense Andrée Roberge (1987: 61-62) define serviços domésticos como aqueles que compreendem a produção ou a transformação secundária de bens de consumo e a realização de atividades associadas à subsistência e à manutenção do lar/abrigo e de seus dependentes. Assim, lavar, passar, cuidar de crianças ou idosos, limpar e arrumar a casa, cozinhar ou esquentar refeições, gerenciar as tarefas, definir seu ritmo, frequência, sequência e supervisão, comprar alimentos e acondicioná-los são rotinas necessárias para que as casas funcionem e o bem-estar dos residentes esteja assegurado.

As mulheres de classes sociais favorecidas do Brasil e de muitos países da América Latina têm como diminuir essa dupla jornada de trabalho, transferindo para as empregadas domésticas grande parte da carga de trabalho físico e mental que a manutenção da moradia comporta. Dois elementos devem ser olhados a partir destes dados: a) apesar de contarem com o trabalho doméstico de outras mulheres, nem por isso estão livres dos encargos do lar, pois a gerência dessas trabalhadoras recai sempre sobre as figuras femininas; b) o trabalho doméstico na maioria das famílias brasileiras é desenvolvido por mulheres negras sem garantias trabalhistas, acirrando as desigualdades de gênero e raça.

***É atribuída à
disposição, ao
talento, ao gosto
das mulheres
ocuparem-se
das atividades
domésticas,
como prova de
feminilidade ou
afeto para com os
membros da casa.
Este trabalho
gratuito é
concebido como
parte da "natureza
feminina".***

Pesquisadoras/es feministas têm se dedicado a analisar como as diferentes sociedades têm lidado com as demandas competitivas entre trabalho remunerado e cuidados familiares. Há diversas soluções. Em muitos países industrializados, particularmente no norte da Europa, observa-se o desenvolvimento de políticas públicas que apoiam a conciliação de trabalho e família, atenuando os efeitos negativos das transformações sobre a igualdade de gênero. Em outros, como nos Estados Unidos, o governo desempenha um papel mínimo no suporte às famílias, perpetuando a crença de que os cuidados com a família são um assunto privado e sobretudo afeito às mulheres (Sorj et al., 2007). No Brasil, o baixo desenvolvimento de serviços coletivos que possibilitem socializar os custos dos cuidados com a família penaliza a quantidade e a qualidade da inserção feminina no mercado de trabalho, especialmente das mães das classes menos favorecidas economicamente.

Há três tipos de políticas públicas mais disseminadas nos países desenvolvidos que favorecem a conciliação de trabalho e cuidados familiares. Há variações significativas no grau de cobertura que oferecem aos/às cidadãos/ãs e na capacidade de neutralizar as desigualdades de gênero (Gornick & Meyers, 2003 apud Sorj et al., 2007):

1. Licenças do trabalho para cuidar dos/as filhos/as, sem perda do emprego e com a manutenção do salário ou de outros tipos de benefícios monetários equivalentes;
2. Regulação do tempo do trabalho, o que permite aos/às pais/mães reduzirem ou realocarem as horas de trabalho quando as necessidades de cuidados com os/as filhos/as são mais prementes, sem custos econômicos e para o desenvolvimento da carreira profissional;
3. Acesso a creches, pré-escolas e escolas em tempo integral como um arranjo alternativo para o cuidado dos/as filhos/as quando os/as pais/mães estão no local de trabalho.

Considerando-se esta tipologia sobre políticas públicas, pode-se avaliar que no Brasil a temática da conciliação entre trabalho e família desfruta de fraca legitimação social e política. As políticas públicas são insuficientes e pouco abrangentes para possibilitar a socialização dos custos dos cuidados familiares. Assim, os cuidados com a família continuam recaindo sobre as mulheres, sem distinção de classe, cor ou raça.

A DOMINAÇÃO MASCULINA

Por dominação masculina entende-se o exercício do poder pelos homens sobre as mulheres. É um conceito proposto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), considerado um dos intelectuais mais influentes de sua época. Em *A dominação masculina*, Bourdieu (1999) levanta explicitamente a questão da hierarquia sexual, lembrando a necessidade de uma ação coletiva de resistência feminina com o objetivo de impor reformas jurídicas e políticas capazes de alterar o estado atual da relação de forças – material e simbólica – entre os sexos.

O autor convoca as mulheres a realizarem uma ação política capaz de abalar as instituições vigentes, estatais ou jurídicas que contribuem para eternizar sua subordinação. Em especial, chama a atenção para aquilo que designa de “violência simbólica”, a violência sutil e invisível em relação às suas próprias vítimas, que se exerce por vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento. Este trabalho de **PIERRE BOURDIEU** mereceu, entretanto, severas críticas da parte de pesquisadoras feministas francesas, por ele também ter exercido a dominação masculina.

Afinal, ele ignora que antes de seu livro, escrito no começo dos anos 1990, já havia uma sólida reflexão de autoras mulheres sobre o assunto, às quais ele não dá voz, nem reconhecimento.

Mais de duas décadas antes de o filósofo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) formular a teoria da dominação masculina, uma longa tradição de pesquisadoras francesas tratava de relações sociais de sexo (*rappports sociaux de sexe*). Este conceito manteve-se em voga na tradição intelectual francesa até o reconhecimento mais recente de que a palavra gênero tornou-se a forma socialmente difundida para tratar das diferenças sociais entre homens e mulheres. Ele foi proposto por pesquisadoras ligadas à sociologia do trabalho, que tomaram de empréstimo à tradição marxista a formulação de relações sociais de produção. Nesse conceito central de Marx, assinala-se que as formas com que o trabalho é realizado e aquelas com que a riqueza é produzida não são formas naturais; elas derivam de relações sociais de poder. Relações sociais de sexo, portanto, referem-se ao modo como se estruturam socialmente os vínculos entre os sexos em uma dada sociedade.

Christine Delphy e Daniele Kergoat elaboraram os temas da divisão sexual do trabalho doméstico. Trata-se de uma teoria que sustenta que os homens e os maridos exploram suas esposas e companheiras ao se beneficiarem de um trabalho doméstico gratuito. De fato, não são apenas os homens próximos, mas a sociedade como um todo que, ao não reconhecer os custos dos cuidados com a reposição das condições de vida no lar, o cuidado com crianças e idosos, lança sobre as mulheres e não sobre os homens tais compromissos. Uma sociedade que busca a equidade de gênero deve contar com aparelhos coletivos que tornem tais tarefas socializáveis e não apenas encargos das mulheres.

O “MACHISMO LATINO” E O IDEAL DE HONRA NA CRIAÇÃO DE HIERARQUIAS DE GÊNERO

**É POSSÍVEL PENSAR EM UMA “CULTURA LATINA” APESAR DA DIVERSIDADE EXISTENTE ENTRE OS PAÍSES?
QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DO “MACHISMO LATINO”?**

No senso comum, entende-se por machismo latino o prestígio e extremado poder masculinos, cujo exercício está no controle da moral e da conduta femininas. Embora reconheçamos a diversidade presente na América Latina, propomos pensar na existência de uma linha que aproxima os países deste continente quanto aos papéis diferenciados de gênero e à organização da moral que os caracteriza. Segundo a tradição antropológica, essa configuração cultural tem sido denominada de mediterrânea (Pitt-Rivers, 1971; 1977; Peristiany, 1971), e diz respeito a um traço valorativo organizador da sociedade, caracterizado pelo complexo simbólico “honra-vergonha”.¹

Honra é definida nesses estudos antropológicos como

o valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale a sua pretensão de orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade de sua excelência, do seu direito ao orgulho (Pitt-Rivers, 1971: 13).

O sentimento de honra inspira um estilo de conduta máscula e idônea, reconhecida socialmente como reputação .

Em nossa sociedade, é frequente a associação da honra masculina com o número de mulheres que um homem consiga seduzir. Quanto maior a quantidade de casos amorosos e encontros eróticos, maior seu prestígio de “macho”. Ser macho, de acordo com este pensamento, aumenta o capital simbólico de seu portador perante os olhos da sociedade. Este imperativo social que coloca para os homens o domínio do público (rua) e para a mulher o âmbito doméstico (casa) implica a “assexualização” da mulher.

A esta cabe o contrário: sua honra está definida a partir da não-experimentação erótica e sexual com diversas pessoas e da não-divulgação destes eventos, caso eles aconteçam.

¹ | Chama-se de Mediterrâneo por fazer alusão a certos traços culturais de cunho moral e de organização do parentesco, comuns a certas regiões da Europa e mesmo do norte africano. Para a formação da identidade na América Latina, Espanha e Portugal, são referências fundamentais (Heilborn, 1991).

Assim, do ponto de vista do código de gênero, o complexo honra-vergonha tematiza os signos masculino e feminino. Em termos estruturais, o prestígio masculino, portanto, o núcleo de sua identidade, consubstancia-se na noção de honra, passível de ameaça a partir da conduta moral da parentela feminina. A relação entre homens, no sentido da afirmação da virilidade, implica um constante teste da capacidade de controle e, simultaneamente, da transgressão da honra (alheia). Tal configuração cultural promove um sistema de relações com alto grau de tensão e ruptura e ainda a emergência de violência, em particular contra as mulheres (Aragão, 1983). Em nome da honra masculina, mulheres são vítimas de ameaças, insultos, xingamentos, humilhações, chegando ao extremo dos assassinatos que se estampam nas manchetes de jornais e revistas. A diferença entre estas e outras formas de violência está no fato de a agressão se pautar no machismo presente nas sociedades que, de certo modo, “autorizam” a agressão à mulher e ao feminino.

Cabe refletir também sobre a agressão sofrida por “homens efeminados” e travestis, tendo como referência a dupla simbólica penetrador/penetrado, num imaginário em que aquele que penetra (ativo) é interpretado como superior ao penetrado (passivo), conservando o ideal de submissão feminina. No interior dos preconceitos relativos à homossexualidade, há maior estigma quanto àqueles cuja subjetividade de gênero se aproxima do feminino. Assim, os “homens efeminados” e as travestis são vistos como mais desonrados, porque associados à passividade sexual feminina (embora na prática as disposições não sejam estanques) e porque transgridem o paradigma de gênero hegemônico, o masculino. Por tal motivo, também é comum escutar que um homem que faz sexo com outro homem não é “veado” se for ele o penetrador. Em alguns contextos, para um rapaz de aparência máscula, penetrar “veados” ou travestis pode ser inclusive uma maneira de reafirmar sua masculinidade.

os “homens efeminados” e as travestis são vistos como mais desonrados, porque associados à passividade sexual feminina (embora na prática as disposições não sejam estanques) e porque transgridem o paradigma de gênero hegemônico, o masculino.



DESIGUALDADES ENTRECruzADAS: ESTEREÓTIPOS E HIERARQUIAS DE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE

QUAIS OS PRECONCEITOS ALIMENTADOS SOBRE OS CORPOS E A SEXUALIDADE DAS PESSOAS NEGRAS?
QUAIS OS ESTEREÓTIPOS SOBRE O CORPO DA MULHER NEGRA E COMO ESTES GERAM DISCRIMINAÇÕES QUE PREJUDICAM O ACESSO A DIREITOS E A OPORTUNIDADES?
COMO SE CONSTRUIU HISTÓRICA E CIENTIFICAMENTE AS DISTINÇÕES/OPOSIÇÕES ENTRE O CORPO E A SEXUALIDADE DA MULHER NEGRA E DA MULHER BRANCA?
QUAIS AÇÕES ESTÃO EM CURSO PARA REVERTER ESTE QUADRO?

Existe uma representação secular que aproxima africanos/as e seus/suas descendentes da selvageria. Nesta aproximação foram reproduzidas ideias de sexualidade exacerbada associada à bestialidade. No transcurso da história, a sexualidade dos/as africanos/as e de seus descendentes nas Américas tem sido denotada a partir de referenciais essencialistas que a caracterizam, ora pelas aberrações genitais e sexuais (Comaroff, 1993; Gilman, 1985), ora pelas proezas eróticas e pelo exotismo. Através desta perspectiva, fazer referência à sexualidade de pessoas negras significa falar de modelos generalizados que se relacionam a

Na invenção desse corpo negro, o estereótipo da sexualidade exacerbada (além do estereótipo da languidez e da preguiça) conformou o eixo da visão moral sobre negros e negras.

pensamentos **androcêntricos**, brancos e hegemônicos por meio dos quais se manifestam mecanismos de poder, marginalização, discriminação e dominação.

Os estereótipos sobre a sexualidade das pessoas negras como seres **dionisíacos** mantém relação com uma forma particular de posicioná-los hierarquicamente na ordem racial. O corpo africano é um corpo inventado, criado em resposta a interesses hegemônicos, identificados com base na ideia de inferioridade, a qual se concretizou com os discursos da biologia e seu sofisticado desenvolvimento de sistemas classificatórios, como se verá no Módulo 3 – Políticas Públicas, Raça e Etnia.

Na invenção desse corpo negro, o estereótipo da sexualidade exacerbada (além do estereótipo da languidez e da preguiça) conformou o eixo da visão moral sobre negros e negras que acompanhou a colonização tanto no Brasil, como em diversos países nas Américas que viveram o regime escravocrata. De acordo com esta ideologia colonial, o objetivo de conter a sexualidade e “domesticar” os corpos de negros e negras foi um mecanismo para colocá-los a serviço dos amos e das senhoras. O controle colonial em face do direito da vivência sexual dos homens em cativeiro, juntamente com o uso do corpo

das mulheres para atender às demandas sexuais dos amos e cumprir com as funções reprodutivas, foram marcas sociais importantes que resultaram na coisificação dos corpos para fins práticos (Moreno Friginals, 1977) e na desconfiguração das famílias negras (Schwartz, 1988; Mattos de Castro, 1995).

Diversos/as autores/as têm enfatizado a atração erótica que as mulheres negras despertavam nos homens brancos (Ortiz, 1951; Jaramillo Uribe, 1972; Freyre, 1973). Alguns assinalam também que existiram casos em que o encontro sexual se caracterizava pela violência (Jaramillo Uribe, 1972). Devido ao imaginário erótico que o corpo da mulher negra representava, era visto como perigoso já que, por um lado, ele era concebido como um potencial transmissor de doenças venéreas aos brancos (como podemos ler nos trabalhos de Gilberto Freyre) e, por outro, podia ser justamente uma forma de exercer resistência e alcançar meios de ascensão social para sua prole.

A historiadora Inírida Morales (2003: 55) explica que, durante o século XVIII, a Igreja Católica universalizou o arquétipo de Maria como o modelo exemplar de mulher, em detrimento da imagem da Eva “pecadora”. Este antagonismo fortaleceu a prática de limitar a autonomia das mulheres, subordinando-as à ordem patriarcal vigente naquele período. A autora comenta:

O emprego do arquétipo de Maria como estratégia de subordinação do gênero feminino afetou de maneira mais radical as mulheres negras, devido à necessidade de controlar qualquer expressão de autonomia que pudesse induzi-las à liberdade do regime escravista e a tentativas de independência diante do domínio colonial (Morales, 2003: 55).

A ideia da promiscuidade dos africanos, africanas e seus/suas descendentes no Brasil colonial aparece na afirmação do Padre Benci em 1700: “nenhuma nação era mais inclinada e entregue aos vícios que a dos pretos” (Benci, 1977: 178 apud Fígari, 2004: 5).

Gilberto Freyre chama a atenção para a crença existente na época acerca da sexualidade “ilimitada” das mulheres negras e mulatas, possuidoras de “um tipo anormal de superexcitação genésica” (Freyre, 1973: 372).

Nos séculos XVIII e XIX, a oposição entre a sexualidade da mulher negra e a sexualidade da mulher branca alcançou uma nova dimensão quando o discurso científico fez juízo de valor a respeito da sexualidade da mulher negra (Gilman, 1985). Os cientistas da época identificaram o corpo das mulheres negras com a Vênus Hottentot, analisando-o como “aberrante”, de características descomunais, com órgãos sexuais mais desenvolvidos que os dos brancos. A representação da luxúria na Vênus Hottentot aparecia na imagem que esses pensadores construíram de sua fisiologia, fisionomia e forma da sua genitália, sinalizada como algo inerentemente oposta à da mulher branca. Estas concepções do primitivismo genital e sexual das mulheres negras aparecem retratadas ainda nas imagens de **CESARE LOMBROSO**, o grande criminalista italiano do século XIX, como provas ou características da tendência da mulher negra à delinquência, à prostituição e ao concubinato.

Médico, cirurgião e cientista italiano. Ficou conhecido por suas teorias de antropologia criminal. Sua teoria desenvolvida no livro *O homem delinquente* (1876) foi formulada com base em autópsias de delinquentes e em análises de delinquentes vivos. Segundo Lombroso, havia relação entre as características físicas dos indivíduos e sua capacidade mental e propensões morais. Ele apontava as seguintes características corporais do homem delinquente: mandíbulas grandes, ossos da face salientes, pele escura, orelhas chapadas, braços compridos, rugas precoces, testa pequena e estreita. Outras marcas, não-físicas, seriam a epilepsia, o “homossexualismo” e a prática de tatuagem. Apesar de inconsistentes, suas ideias preconceituosas e racistas tiveram ampla repercussão no mundo, especialmente entre policiais, juízes e juristas.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES: ATIVIDADE X PASSIVIDADE

Percebe-se que os estereótipos sobre os povos africanos e seus descendentes, ao serem classificados de bárbaros hipersexuais, manifestam-se ainda nos dias de hoje. O estereótipo sexual deve ser pensado como um fenômeno sociocultural, que gera, entre outras, a discriminação étnico-racial.

Do mesmo modo que ao final do século XIX a genitália das mulheres negras era representada com tamanhos e características desproporcionais e aberrantes, na atualidade continua a ser atribuído tamanho “descomunal” aos genitais dos homens negros. Esta imagem veiculada na mídia, em cinema, novelas, mensagens publicitárias e pornografia expressa a estrutura fetichista das representações da masculinidade negra. Ao mesmo tempo em que se projetam fantasias raciais e sexuais explícitas, cria-se uma ideia do corpo negro como encarnação da alteridade e da diferença.

No caso das mulheres negras, o estigma da luxúria excessiva leva-as a serem percebidas em diversos âmbitos como mulheres “fáceis”, que cedem a propostas sexuais sem maiores ressalvas, que não desejam ser tratadas com carinho e respeito durante o cortejo ou a paquera, e que não são destinadas ao papel de esposas, que está reservado às mulheres “recatadas”, isto é, as brancas (Congolino, 2006; Viveros, 2008).

Estes ideários sobre seu aparente “apetite sexual inato” é também um mecanismo de localizá-las hierarquicamente na ordem sociorracial.

As mulheres negras têm sido vítimas do duplo aspecto, sexual e conjugal, do estereótipo que existe sobre elas com base em uma suposta disponibilidade e desenfreamento sexual e como mulheres cuja sexualidade não envolve consequências conjugais, já que, segundo o censo comum, as mulheres negras não se casam, mas se unem (Viveros, 2008: 253).

Nesses estereótipos a sexualidade e a raça aparecem imbricadas, da mesma forma que os processos de racialização das mulheres e dos homens negros têm sido objeto de análise de diferentes pesquisadores/as em diversos contextos de tradição colonial (Stolcke, 1989; Díaz Benítez, 2005; Bastide, 1970; Moutinho, 2004).

Para o imaginário ocidental, o sexo tem se convertido em um dos rasgos que definem o fato de ser negro/a. As alusões às pessoas negras estão dotadas de qualidades físicas, destinando-as a se destacarem especificamente nos âmbitos da dança, do esporte e da sexualidade, numa evidente expressão do racismo. Nosso desafio, como gestores/as,

lideranças, militantes, é desnaturalizar essa diferença que gera opressão e dificulta o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras.¹

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO EM CONTEXTO DE DESIGUALDADE SOCIAL E ÉTNICO-RACIAL

O olhar que lançamos às diferenças existentes entre nós, sejam elas de pertencimento a determinada classe social, gênero, raça, etnia ou orientação sexual, entre outras, é cultural e socialmente determinado. A defesa dos direitos humanos supõe uma postura política e ética na qual todos/as têm igualmente o direito de ser respeitados/as e tratados/as com dignidade, independentemente da cor, do gênero, da orientação sexual, da origem etc. Tais diferenças, como se tem insistido neste curso, produzem desigualdades que não podem ser atribuídas à natureza e à biologia, mas sim ao processo de socialização que define e transmite papéis, comportamentos e padrões.

TRADIÇÕES CULTURAIS A MULHER NA LITERATURA DE CORDEL

A literatura de cordel é uma das manifestações da cultura popular do Nordeste. Veja o que escreve sobre isto a pesquisadora Maria Lindamir Aguiar Barros no artigo “A mulher na literatura de Cordel”: “A figura feminina é um tema recorrente em toda a literatura ocidental, e na literatura de cordel ela é descrita ora como moça casadoira, ora como donzela, ora como prostituta ou doméstica. Um vasto continente de personagens femininas desfila pelas trovas, mas, na maioria, são senhoras e senhoritas aparentemente recatadas, mães ou mulheres submissas, voltadas para o trabalho doméstico, destinadas à procriação”.

BARROS, M.L.A. A mulher na literatura de Cordel. In: ANDREU, S. & SANCHES, K. P.G. Aprendendo a ler e escrever textos, 8ª série. Curitiba: Nova Didática, 2004.

As diferenças e todas as formas de classificação interagem simultaneamente no mundo social, fazendo com que certos entrecruzamentos sejam objeto de tratamentos menos igualitários do que outros. Assim, se um determinado indivíduo é homem, negro e de classe popular, receberá um tipo de avaliação distinto daquele de uma mulher branca e de classe alta. Este exemplo assinala que a “desvantagem” relativa do gênero em uma sociedade machista pode ser neutralizada pela classificação de raça/etnia e/ou pelo pertencimento a uma classe social considerada superior.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, rico em diversidade cultural, com imensas desigualdades sociais em razão da distribuição de renda extremamente assimétrica, o quadro social torna-se bastante complexo, exigindo políticas públicas criativas e focalizadas. As desigualdades de gênero e de raça/etnia produzem-se em meio a profundas diferenças regionais e a **TRADIÇÕES CULTURAIS** distintas.

11 Sobre esta temática, ver entrevista da feminista negra peruana Rocío Muñoz no site do CLAM: http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=_BR&inford=6182&sid=7 Acesso em 26/03/2010.

“Nordestino, gaúcho, amazonense, caboclo, indígena” possuem regras sociais e moralidades que estabelecem os costumes locais e a inserção da mulher em uma dada cultura.

Além de lutarem contra a exclusão social que as atinge, muitas mulheres têm que enfrentar preconceitos e superar dificuldades advindas da posição social subordinada que ocupam em relação à posição dos homens, independentemente de sua condição socioeconômica. Além de administrarem o cotidiano doméstico e disputarem vagas no mercado de trabalho, elas precisam ainda conquistar legitimidade e respeito social tanto em casa, perante o companheiro, quanto na comunidade em que vivem. A situação de pobreza e de discriminação étnico-racial agrava, porém, esta realidade. As mulheres pobres, sobretudo as negras, possuem menos acesso ao mundo público, suportam a sobrecarga de trabalhos domésticos e têm menores oportunidades de realizar sonhos que as conduzam à emancipação financeira ou social.

Se agregarmos ainda a dimensão geracional, é possível que – sem uma boa formação escolar e sem possibilidades próximas e concretas de adiamento da decisão da maternidade – meninas e jovens refaçam a trajetória de suas mães e estejam mais expostas ao risco da gravidez não prevista e à “escolha precoce” da maternidade como forma de serem reconhecidas e respeitadas em sua comunidade. Uma maneira de intervir publicamente neste roteiro é ampliando os programas de acesso à contracepção, que atualmente não incluem de forma sistemática a assistência às adolescentes ou às mulheres que não são mães, e a oferta de políticas públicas focalizadas, para que as mulheres contem com ações, projetos e programas eficazes para a superação das dificuldades abordadas neste curso.

Androcêntrico – posturas, estudos, análises, investigações, narrações e propostas construídos a partir de uma perspectiva exclusivamente masculina, que depois são generalizados para homens e mulheres.

Dionisiaco – relativo a Dioniso, deus grego dos ciclos vitais, da alegria e do vinho, chamado Baco entre os romanos; natureza agitada, arrebatada, desinibida; instintivo, espontâneo.

MARQUÊS DE CONDORCET

(1743-1794)

matemático e filósofo, foi eleito em 1781 para a Assembleia Nacional, onde redigiu um projeto para a instrução pública e um esboço de Constituição, não adotados, mas que se tornaram modelos para democracias do futuro. Em 1794 escreveu Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano e logo depois foi preso, tendo morrido de forma misteriosa. Para Condorcet, educação era uma questão política, por isso deveria ser para todos/as e possibilitar o desenvolvimento de talentos individuais. O ensino deveria ser laico. Foi um dos pioneiros na defesa de um ensino igual para homens e mulheres e também do voto feminino, que a maioria dos revolucionários não aceitava. Em discursos e escritos, argumentava contra a discriminação de protestantes e judeus e pregava o fim da escravidão e o direito de cidadania dos negros.

POPULAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES DE GÊNERO

A relação entre população e desenvolvimento tornou-se objeto de estudo a partir da Revolução Industrial, ocorrida na Europa em fins do século XVIII. A preocupação dos economistas interessados no tema, de modo geral, era garantir a acumulação de capital, com níveis adequados de emprego e salário (além da competitividade externa da economia) para o crescimento da produção. As questões de gênero, meio ambiente, equidade e bem-estar não tinham destaque nas correntes dominantes do pensamento econômico.

Contudo, pensadores iluministas como **William Godwin** (1756-1836) e o Marquês de Condorcet (1743-1794) concebiam o desenvolvimento econômico a partir da ótica da justiça social e da igualdade econômica. Godwin (1793) defendia o progresso científico e tecnológico com a contribuição equitativa de homens e mulheres para o bem público e para uma sociedade baseada na cultura e no lazer. Ele fazia uma crítica radical das formas patriarcais do matrimônio e defendia relações afetivas e amorosas livres, assim como a convivência igualitária entre os sexos.

O **MARQUÊS DE CONDORCET** – matemático e filósofo – teve atuação destacada nos primeiros anos da Revolução Francesa, inclusive fazendo a defesa do voto feminino no

nascedouro da República. Condorcet defendia um sistema internacional mais justo entre as nações, além de combater todos os tipos de guerras. Em relação à igualdade de gênero, ele escreveu:

Entre os progressos do espírito humano, os mais importantes para a felicidade geral, devemos contar a destruição integral dos preconceitos que estabeleceram entre os dois sexos [...] Essa desigualdade só teve por origem o abuso da força, e foi em vão que depois se tentou desculpá-la por sofismas (Condorcet, 1993: 195).

O exemplo destes dois pensadores iluministas mostra que a articulação teórica entre população, desenvolvimento e as questões de gênero é bastante antiga. Contudo, a grande maioria dos autores clássicos da ortodoxia econômica dos séculos XIX e XX ignorou as contribuições pioneiras de Godwin e Condorcet na área de gênero. Só recentemente, em especial depois do Ano Internacional da Mulher, em 1975, as questões de gênero voltaram a fazer parte da pauta que discute população e desenvolvimento. Neste sentido, a **Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD)**, ocorrida na cidade do Cairo em 1994, foi um marco na defesa da equidade entre homens e mulheres em uma perspectiva de direitos e de desenvolvimento humano sustentável.

Cabe aqui mencionar que **AMARTYA SEN**, cujos trabalhos são uma contribuição ineqüívoca para a reconceitualização do desenvolvimento, em 1995, imediatamente após a CIPD, publicou um texto sobre população e desenvolvimento que resgata tanto a visão otimista de Condorcet sobre crescimento demográfico, quanto sua ênfase na igualdade entre homens e mulheres como um dos determinantes fundamentais para impulsionar o equilíbrio entre população e produção econômica (Sen, 1995).

AMARTYA SEN (1933)

é um economista indiano ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998 por suas contribuições para a teoria de decisão social e do Estado do Bem-Estar Social. Foi um dos fundadores do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento – Universidade da ONU. Foi professor na London School, Cambridge, Oxford e Harvard. Sua grande contribuição foi a reconceitualização do desenvolvimento, ao mostrar que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. Isto vai além da garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, mas engloba segurança, liberdade, habitação e cultura.

A equidade de gênero é considerada pelo Fundo de População das Nações Unidas um direito humano, sendo o empoderamento das mulheres ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento e a redução da pobreza. Mulheres com maiores níveis de educação e participação no mercado de trabalho estão, em geral, mais capacitadas para contribuir para a saúde e a produtividade de suas famílias e localidades, criando melhores perspectivas para as novas gerações. A importância da igualdade de gênero é evidenciada pela sua inclusão como um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A igualdade de gênero é reconhecida como a chave para se alcançar os outros sete objetivos (UNFPA, 2009).

Por efeito dos debates sobre desenvolvimento que se desenrolaram desde os anos 1980, organismos internacionais, como o **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, o Banco Mundial e, mais recentemente, o Fórum Econômico Mundial têm buscado avaliar as desigualdades entre homens e mulheres no desenvolvimento, incorporando indicadores de equidade e de empoderamento de gênero, tais como o **Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero (IDG)**, a **Medida de Empoderamento de Gênero (MEG)** e o **Índice Global de Desigualdade de Gênero (IGDG)**. Além dos Relatórios Anuais de Desenvolvimento Humano que desde 1995 incluem o IDG e a MEG em suas tabelas estatísticas, é importante fazer referência ao relatório sobre gênero e desenvolvimento publicado pelo **Banco Mundial**, “Engendering Development” (Banco Mundial, 1998) que foi amplamente traduzido e disseminado (**CONFERÊNCIAS MUNDIAIS E O DIREITO DAS MULHERES**).

- 1) Conferência dos Direitos Humanos (1993) – afirma que os direitos das mulheres são direitos humanos. Em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/index.html> Acesso em 21/03/2010.
- 2) Conferência de População e Desenvolvimento no Cairo (1994) – propõe o empoderamento de gênero e o combate à violência contra a mulher. Em <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lindgrenalves/alves.htm> Acesso em 21/03/2010.
- 3) Cúpula do Desenvolvimento Social (1995) – compromete-se com a igualdade de gênero. Em http://www.planalto.gov.br/publi_04/compromisso.htm Acesso em 21/03/2010.
- 4) IV Conferência da Mulher (1995) – teve como objetivo alcançar maior igualdade no acesso à educação, ao emprego, às políticas, à saúde e à nutrição, além de promover o acesso de mais mulheres a postos de decisão dos governos e de outras instituições. Também adotou uma plataforma de ação para remover os obstáculos ainda existentes para a mulher atingir total e igualitária participação no desenvolvimento de todas as esferas de sua vida. Em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pequim95.htm> Acesso em 21/03/2010.
- 5) Fórum Mundial de Educação (2000) – comprometeu-se com a educação básica de qualidade para todos, com ênfase na educação de meninas. Em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf> Acesso em 21/03/2010.
- 6) III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Conferência de Durban – 2001) – discutiu as origens e as causas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância correlata, e fez um chamado para ações concretas para erradicar todos esses males. Como resultado, os representantes dos países presentes redigiram uma Declaração e uma Plataforma de Ação. Em <http://www.planalto.gov.br/consea/Static/documentos/Eventos/IIIConferencia/DeclaracaoFinalDurban.pdf> Acesso em 26/03/2010.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM)

a Cúpula do Milênio (2000) estabeleceu oito objetivos do milênio a serem alcançados em 2015(ODM), Os países signatários devem:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. Atingir o ensino básico universal;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Em http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/lista_objetivos.html Acesso em 21/03/2010

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

é uma organização sem fins lucrativos, com sede em Genebra, que reúne anualmente em Davos, Suíça, os principais líderes empresariais e políticos, além de alguns convidados especiais, para discutir as questões econômicas e sociais mundiais consideradas mais importantes. O FEM foi fundado em 1971 por Klaus Schwab, professor de administração na Suíça.

Como contraponto ao Fórum Econômico Mundial foi constituído, em 2003, o Fórum Social Mundial, organizado por movimentos sociais dos vários continentes, com a pretensão de criar alternativas para uma transformação social global, adotando o slogan “Um outro mundo é possível”.

A equidade de gênero é considerada pelo Fundo de População das Nações Unidas um direito humano, sendo o empoderamento das mulheres ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento e a redução da pobreza. Mulheres com maiores níveis de educação e participação no mercado de trabalho estão, em geral, mais capacitadas para contribuir para a saúde e a produtividade de suas famílias e localidades, criando melhores perspectivas para as novas gerações. A importância da igualdade de gênero é evidenciada pela sua inclusão como um dos oito **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM)**. A igualdade de gênero é reconhecida como a chave para se alcançar os outros sete objetivos (UNFPA, 2009).

Mesmo estudos de entidades privadas afirmam que a redução das desigualdades de gênero aumenta a produtividade e o crescimento econômico.

Segundo relatório do **FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL**, as pesquisas demonstram que o investimento na educação feminina reduz as taxas de fecundidade, de mortalidade infantil e de mortalidade materna, aumenta as taxas de participação da força de trabalho e elevam os ganhos salariais.

O estreitamento dos hiatos de gênero (gender gap) não só é uma questão de justiça, mas também incrementa o crescimento econômico e o bem-estar da população (WEF, 2009: 24).

Como estudado no Módulo 1, no Brasil a equidade de gênero figura no texto da Carta Magna como um direito fundamental, a partir da Constituição Federal de 1988.

Os princípios de dignidade, liberdade, privacidade e igualdade de tratamento perante a lei converteram-se, gradativamente, em legislação complementar e ordiná-

ria, contribuindo para reduzir as desigualdades e as discriminações entre homens e mulheres no país.

Contudo, se o ordenamento legal do Brasil estabelece preceitos fundamentais para garantir a igualdade de tratamento perante a lei e a equidade de gênero, na vida cotidiana persistem inúmeros obstáculos à realização dessas promessas legais, seja no mundo do trabalho, seja na esfera política ou privada. Mulheres brasileiras, nos diferentes períodos da vida, sofrem a violência com base no gênero em suas várias expressões: restrições no campo da autonomia sexual, dificuldades de acesso à saúde sexual e reprodutiva, sobrecarga de responsabilidades, segregação ocupacional, discriminação salarial, baixa presença nos espaços de poder, má distribuição dos afazeres domésticos etc. Porém, a despeito das permanências de antigas desigualdades, há aquelas entre os gêneros que estão sendo reconfiguradas, resultando num novo cenário em que se reforçam desigualdades entre as próprias mulheres, mas também se revertem desigualdades entre homens e mulheres, como no caso da educação e da esperança de vida, em que estas últimas apresentam melhores indicadores do que os primeiros.

GLOSSÁRIO

Banco Mundial - é uma instituição financeira internacional que tem como objetivo reduzir a pobreza por meio de financiamentos e empréstimos aos países em desenvolvimento. Seus recursos são garantidos por cotas definidas e reguladas pelos países-membros. Ele foi criado para financiar a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. O Banco Mundial dispõe de duas instituições: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a Associação Internacional de Desenvolvimento – AID.

Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) – aconteceu no Cairo, em setembro de 1994. Entre as temáticas principais, discutiram-se: igualdade de gênero, equidade e empoderamento da mulher; família, seus papéis, composição e estrutura; crescimento e estrutura populacional; direitos reprodutivos e planejamento familiar, entre outros. Um dos objetivos principais da Conferência do Cairo foi debater sobre a redução das taxas de crescimento populacional e a estabilização da população mundial em níveis compatíveis com os recursos do planeta, na perspectiva de direitos humanos e do desenvolvimento sustentável. O movimento de mulheres teve um papel muito importante nas negociações de consensos na Conferência do Cairo.

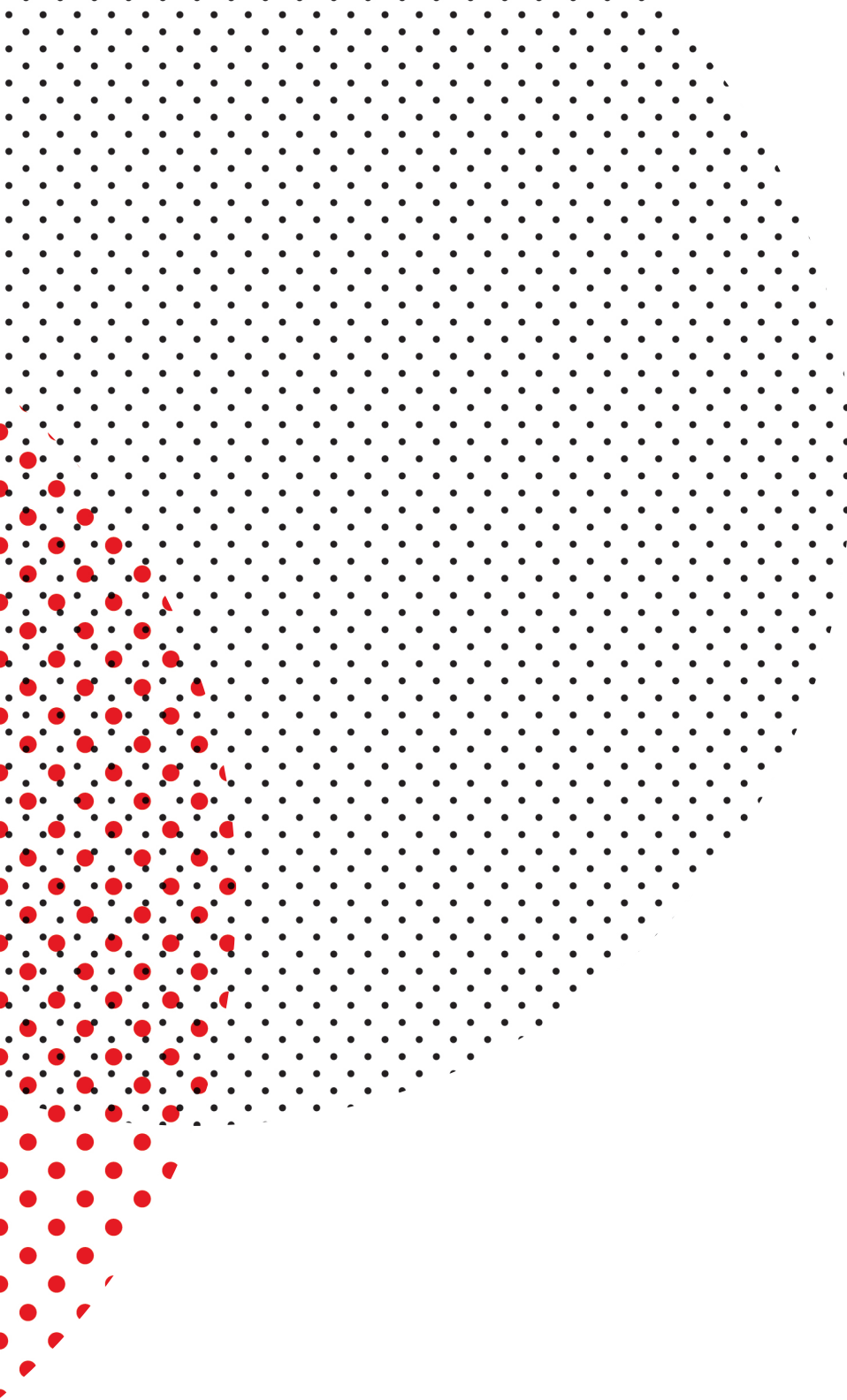
Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero (IDG) – “O IDG mede as mesmas dimensões e utiliza as mesmas variáveis que o IDH, mas leva em conta a desigualdade entre mulheres e homens. Quanto maior a disparidade entre os sexos no desenvolvimento humano básico, principalmente relacionada à alfabetização e à saúde, menor o IDG de um país comparado com o seu IDH. O IDG é simplesmente o IDH descontado, ou ajustado para baixo, pela desigualdade entre os sexos”. Ver outros índices no Glossário de Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/oquee/dh_glossario.htm

Medida de Empoderamento de Gênero (MEG) – O MEG do PNUD mede a desigualdade sexual em áreas fundamentais da participação e da tomada de decisão econômica e política em cinco dimensões e respectivas categorias: participação econômica (desemprego, renda, atividade econômica, salário); oportunidade econômica (licença maternidade, benefícios, disponibilidade de creches, empregos); empoderamento político (mulheres no Executivo, no Legislativo, funcionárias sênior, gerentes); avanço educacional (média de escolaridade, matrículas, alfabetização); saúde e bem-estar (partos assistidos, taxa de fertilidade, índice de mortalidade materna, mortalidade infantil, eficácia do governo na redução da pobreza e desigualdades).

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – tem como foco principal a pobreza. Trabalha com governos, iniciativa privada e sociedade civil, articulando conhecimentos, experiências e recursos, ajudando pessoas a construírem uma vida digna e trabalhando conjuntamente nas soluções traçadas pelos países-membros para fortalecer capacidades locais e proporcionar acesso a seus recursos humanos, técnicos e financeiros, à cooperação externa e à sua ampla rede de parceiros. Tem três áreas principais de atuação: Governança Democrática, Redução da Pobreza, Energia e Meio Ambiente. Está no Brasil há mais de 40 anos. Para saber mais consulte www.pnud.org.br

William Godwin (1756-1836) – escritor, político e filósofo social inglês, acreditava na liberdade individual e no poder da razão, ideias expostas em seu livro *Inquiry concerning Political Justice* (1793). Escreveu sobre ateísmo, anarquismo e liberdade individual.





DESENVOLVIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA

A DESIGUALDADE É CONSEQUÊNCIA DA POBREZA?
SOMOS UM PAÍS POBRE OU UM PAÍS DESIGUAL?
É POSSÍVEL DESENVOLVIMENTO SEM
DESIGUALDADES?
QUAIS AS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS PARA A
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES ECONÔMICAS?
VOCÊ OBSERVA O IMPACTO DESTAS POLÍTICAS EM
SUA ÁREA DE ATUAÇÃO?
DE QUE FORMA?
PRIORIZAR AS MULHERES NOS PROGRAMAS DE
TRANSFERÊNCIA DE RENDA É UMA BOA ESTRATÉGIA
PARA SE REDUZIREM AS DESIGUALDADES?
POR QUÊ?
COMO ESTAS POLÍTICAS PODERIAM SER
APRIMORADAS PARA A REDUÇÃO EFETIVA DAS
DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA?

O Brasil viveu grandes transformações econômicas, sociais e demográficas no século XX. O processo de desenvolvimento foi marcado pela passagem de uma economia primário-exportadora, assentada em bases agrárias e rurais, para uma economia urbana com predominância dos setores industrial e de serviços. O país passou pelos

fenômenos da transição demográfica e da transição urbana, por melhorias nos indicadores sociais e por fortalecimento das instituições democráticas e da sociedade civil. Contudo, o desenvolvimento brasileiro aconteceu com aumento da concentração da riqueza e com exclusão social, e só recentemente se inverteram parcialmente os sinais das desigualdades regionais, de classe, de gênero, de raça e geração.

O Brasil foi um dos países do mundo que mais cresceram no século XX em termos populacionais e econômicos. A população brasileira passou de pouco mais de 17 milhões de habitantes, em 1900, para 170 milhões de habitantes no ano 2000 (cresceu 10 vezes em 100 anos). Este alto crescimento demográfico não impediu o crescimento econômico, pois o Produto Interno Bruto (PIB) do país aumentou cerca de 127 vezes em 100 anos, propiciando uma ampliação da renda per capita de 12,7 vezes no período. O pior desempenho econômico ocorreu nas duas últimas décadas do século, exatamente quando a redução do ritmo de crescimento da população e o início de uma estrutura etária mais favorável, em tese, possibilitariam impulsionar o crescimento econômico e o bem-estar dos/das cidadãos/ãs.

O declínio da renda per capita nos anos de 1980 fez com que o período fosse conhecido como a “década perdida”. Nos dez anos seguintes houve uma melhoria no crescimento da renda per capita em relação à década anterior. Porém, esta melhoria (crescimento de 1,3% ao ano na década de 1990) simplesmente alcançou a metade do crescimento médio da renda per capita do século como um todo (que foi de 2,6% ao ano), ficando abaixo de todas as demais décadas que apresentaram desempenho positivo. Evidentemente, houve um agravamento das condições de pobreza no país nesse período de baixo crescimento econômico.

A permanência de altos percentuais de pobreza entre a população brasileira evidencia que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro não foi capaz de universalizar seus benefícios, especialmente quando consideramos os recortes de classe, gênero e raça. Entretanto, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD,

o percentual de pobres no Brasil reduziu-se pela metade em 15 anos, sendo que a redução foi mais acentuada entre mulheres, negros e idosos.

do IBGE, mostram que o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior à linha da pobreza (metade do salário mínimo), que vinha se mantendo constante em torno de 40% até 1993, caiu para cerca de 35% entre 1995 e 2003, e chegou próximo de 20% em 2008, isto é, o percentual de pobres no Brasil reduziu-se pela metade em 15 anos, sendo que a redução foi mais acentuada entre mulheres, negros e idosos.

De fato, houve uma conjugação de forças entre 2004-2008 (período chamado de “quinquênio virtuoso”) que possibilitou o crescimento econômico, com redução das desigualdades de renda e respeito às normas do Estado de Direito. Numa situação de baixa **razão de dependência demográfica**, o Brasil foi capaz de aproveitar uma onda de crescimento da economia internacional e acelerar o ritmo interno de geração de emprego e aumento das taxas de atividade (Alves, 2009). **É importante ressaltar que foram as mulheres que apresentaram as maiores taxas de inserção na população economicamente ativa (PEA).**

Do ponto de vista das políticas públicas contribuíram para a recente redução da pobreza no Brasil os efeitos de investimentos realizados em três áreas estratégicas: a) valorização do salário mínimo; b) aumento da cobertura da assistência social via Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social/Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS); e c) ampliação substantiva das políticas de transferência de renda. Vejamos cada uma:

a) Valorização do salário mínimo

Em função da mobilização das Centrais Sindicais de Trabalhadores e de Associações de Aposentados, o governo se comprometeu a promover reajustes do salário mínimo (SM) nominal acima da inflação, repassando o percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) como ganho real do SM, além de antecipar a data base do reajuste. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2008) o salário mínimo corresponde ao ganho de cerca de 45 milhões de pessoas, em torno de 25 milhões de trabalhadores/as formais e informais e de 18 milhões de aposentados/as, pensionistas e beneficiários/as da assistência social. Entre abril de 2002 e fevereiro de 2009 houve um aumento real de 44,9% no valor do salário mínimo, beneficiando os estratos mais pobres da população brasileira.

b) Aumento da cobertura da assistência social via BPC/LOAS

O crescimento da cobertura e o aumento do valor dos benefícios da seguridade social têm tido um papel cada vez mais destacado no sistema de proteção social no país, especialmente para a população idosa e para as pessoas portadoras de deficiência. O principal benefício da assistência social brasileira é o BPC – Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social, que foi definido na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e não tem caráter contributivo. O número de beneficiários do BPC no Brasil passou de 1,3 milhões para 2,9 milhões entre 2001 e 2008, sendo que o número de pessoas com deficiência cresceu 74% e o número de idosos, 204% no período. Os recursos destinados às pessoas com deficiência saltaram de 1,7 bilhão em 2001 para 7,1 bilhões em 2008 (crescimento de 300%), enquanto os recursos destinados aos idosos evoluíram de 927 milhões para 6,7 bilhões no mesmo período (crescimento de 620%). No total, os recursos investidos no BPC/LOAS passaram de 2,7 bilhões para 13,8 bilhões, representando um crescimento de 410% entre 2001 e 2008 (MDS, 2009).

c) Aumento das transferências de renda, com especial ênfase para o Programa Bolsa Família (PBF)

Ao contrário do BPC/LOAS, que beneficia as pessoas idosas e com deficiência, o Programa Bolsa Família (PBF) favorece preferencialmente as famílias com filhos/as até 17 anos. Contudo, o valor do benefício é bem menor do que o do BPC e os reajustes não seguem o aumento do salário mínimo. Em 2003, ano da unificação dos diversos programas anteriores de transferência de renda, foram beneficiadas 3,6 milhões de famílias. Este número passou para 11 milhões em 2008, devendo ultrapassar 12 milhões em 2009.

O benefício médio mensal do PBF, em 2008, foi de R\$ 80, o que representava cerca de 20% do valor do salário mínimo do ano (R\$ 415). O montante total de recursos transferidos passou de R\$ 687 milhões em 2002 para R\$ 3,6 bilhões em 2003, e deve ultrapassar R\$ 12 bilhões em 2009. O crescimento do número de famílias beneficiadas foi de 240% e o aumento dos recursos aplicados foi de 1.700% entre 2003 e 2009.

GÊNERO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Estas três políticas públicas (expansão da cobertura da assistência social, valorização do salário mínimo e Bolsa Família) tiveram um impacto positivo na redução da pobreza em termos de classe, gênero, raça e geração, isto é, favoreceram pobres, mulheres, negros e idosos (Cedeplar, 2007; Ibase, 2008; Rocha, 2008). Também tiveram um impacto regional, pois a prioridade é para as regiões mais pobres do país, que recebem, proporcionalmente, maiores recursos decorrentes do aumento do salário mínimo, do BPC/LOAS e do Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família teve resultado visível nas relações de gênero ao beneficiar preferencialmente as mulheres como as responsáveis pelo domicílio (em famílias monoparentais femininas) ou na condição de cônjuge. Segundo Cunha (2007):

*Ao optar pela mulher como responsável por receber o benefício, o Bolsa Família se transformou num importante instrumento de autonomia e “empoderamento” das mulheres. **Esse gesto simples representa independência, autonomia e cidadania para muitas delas.***

Contudo, privilegiar a mãe ou a filha como titular do benefício, ao invés de promover a autonomia feminina, pode fortalecer o papel tradicional da mulher como dona de casa e cuidadora do lar, reforçando o modelo de assistência que tem na família a principal responsabilidade pelo combate à pobreza (Arriagada & Mathivet, 2007). O fato de as mulheres terem preferência na titularidade do benefício do PBF não garante automaticamente maior autonomia. A emancipação feminina depende da posição da mulher dentro da família e da relação da família com as demais instituições da sociedade: relações com o mercado de trabalho e com o grau de cobertura das políticas públicas nas áreas de educação, saúde e previdência afetam as transferências intergeracionais. Em estudo com a população cadastrada no CadÚnico, em Recife, demonstra-se que:

Estas três políticas públicas (expansão da cobertura da assistência social, valorização do salário mínimo e Bolsa Família) tiveram um impacto positivo na redução da pobreza em termos de classe, gênero, raça e geração

Para reduzir a pobreza e a extrema pobreza (indigência) é preciso se avançar com o sistema de proteção social, garantindo maior mercantilização da força de trabalho e maior presença do Estado nas políticas públicas de saúde, educação e previdência visando à redução dos encargos familiares (desfamiliarização), em especial, reduzindo o peso imposto sobre os ombros femininos no que diz respeito aos cuidados intergeracionais e nos afazeres domésticos (Alves & Cavenaghi, 2009: 16).

A consolidação das transferências de renda às famílias pobres no sistema de proteção social brasileiro apresenta um padrão que pode ser caracterizado como “familismo explícito” (Bartholo, 2009: 134). Em geral, nas garantias e nos direitos trabalhistas, o foco está claramente na figura feminina e na fase de aleitamento materno. As normas impeditivas da discriminação da mulher no mercado de trabalho não foram acompanhadas de perspectivas mais equitativas sobre a divisão sexual do trabalho doméstico e a inserção produtiva de ambos os sexos. Segundo a autora, esse “traço histórico” das políticas sociais brasileiras também pode ser identificado no PBF, isto é, **há reforço do papel familiar-doméstico das mulheres, ao invés de sua inserção produtiva.**

Vale dizer, contudo, que tais vieses não são específicos da política brasileira de transferência de renda. Bathyiani e Corrêa (2009), que examinaram as interseções e as disjunções entre reforma de saúde, políticas de saúde sexual e reprodutiva e programas de transferência de renda em cinco países latino-americanos – Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai – concluem que:

No caso dos programas de transferência de renda, a escolha das mulheres como beneficiárias teve impactos imediatos em termos de fazer com que elas superassem o patamar da pobreza extrema, permitindo aos domicílios níveis mais altos de consumo.

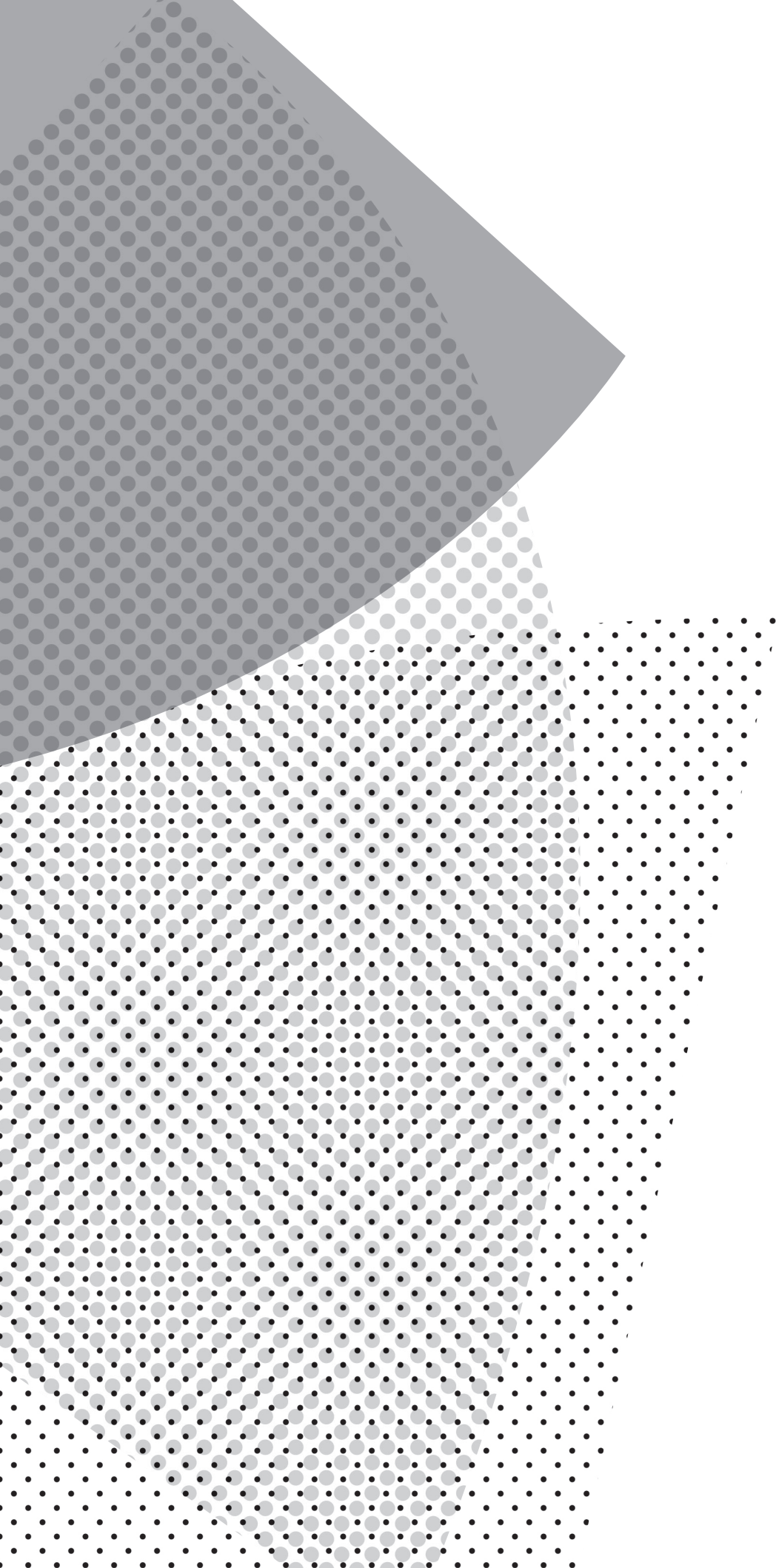
Porém, esses programas como estão desenhados não incluem medidas voltadas para alterar a divisão sexual do trabalho e os vieses de gênero que eles implicam. De fato, eles instrumentalizam as construções sociais de gênero sedimentadas na cultura que confinam as mulheres ao papel de mães e cuidadoras, transformando-as em gerentes da pobreza no nível domiciliar. Embora as conexões entre os programas de transferência de renda e educação das crianças pareçam ter efeito positivo, não houve a expansão necessária de creches e os programas não incluem mecanismos sistemáticos que favoreçam o engajamento dessas mulheres no mercado de trabalho de modo a assegurar a melhoria de sua renda pessoal. Os vínculos com intervenções de saúde são, de maneira geral, débeis, e na maioria dos casos não garantem acesso à atenção integral à saúde

sexual e reprodutiva que responda a suas demandas pessoais de saúde (e não apenas das crianças). Essa tendência é inconsistente com as recomendações de promoção da igualdade de gênero, empoderamento das mulheres, autonomia sexual e reprodutiva e direitos humanos das mulheres, num sentido mais amplo, tal como acordadas nas conferências da ONU dos anos 1990, e aceitas, sem reservas, pelos cinco países examinados neste artigo (Batthiany & Corrêa, 2009: 175).

GLOSSÁRIO

População Economicamente Ativa – PEA – é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa. Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. A população ocupada é composta pelas pessoas que trabalham, incluindo empregados, por conta própria, empregadores e não-remunerados (aprendiz, estagiário). A população desocupada corresponde às pessoas que não estão trabalhando, mas procuram por emprego. Ver mais em www.ibge.org.br

Razão de dependência demográfica – razão entre o grupo etário da população definido como economicamente dependente (menores de 15 anos e os de 65 anos e mais de idade) e o grupo em idade potencialmente produtiva (entre 15 e 59 anos de idade). A razão de dependência geralmente é apresentada em termos percentuais por meio da seguinte fórmula = $(\text{Pop 0-14} + \text{Pop 65 e mais} / \text{Pop 15-64}) * 100$.



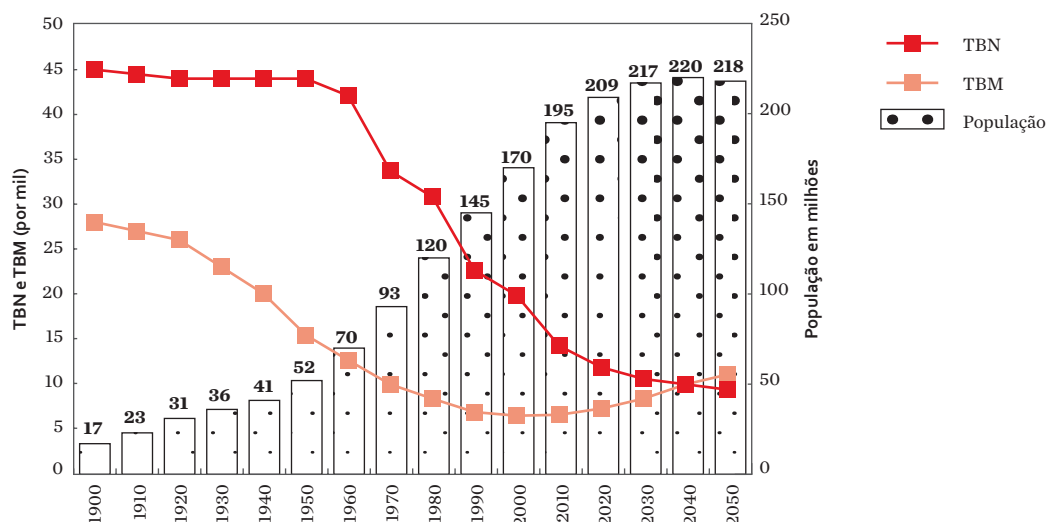
A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

A transição demográfica é um fenômeno único na história humana e ocorre, em geral, de forma sincrônica com o desenvolvimento econômico e social. Entende-se aqui o processo de desenvolvimento na acepção expressa por Singer (1977), isto é, desenvolvimento não meramente como um aumento quantitativo da produção de bens e serviços, mas sim como um processo de expansão qualitativa da divisão social do trabalho, com reconfiguração dos espaços territoriais e melhoria do bem-estar da população.

O Gráfico 1 mostra o processo de transição demográfica no Brasil de 1900 a 2050, com base nos dados do IBGE e nas projeções da divisão de população das Nações Unidas. Nota-se que a taxa bruta de mortalidade (TBM) apresenta uma tendência de queda desde 1900, mas acelera o ritmo de redução depois da Segunda Guerra Mundial. A TBM atinge seu ponto mais baixo na primeira década do século XXI, apresenta em seguida uma ligeira tendência de alta decorrente do processo de envelhecimento da população. A taxa bruta de natalidade (TBN) permaneceu constante até meados da década de 1960, quando inicia um processo ininterrupto de queda. Durante o período em que a queda da mortalidade coexiste com a taxa de natalidade constante, acelerou-se o crescimento popula-

cional; após a rápida queda da natalidade, a população permanece crescendo, mas em ritmo cada vez menor. Estima-se que na década de 2040 as duas curvas se invertem, significando o início de um declínio populacional no Brasil.

GRÁFICO 1 :
TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL: 1900-2050



Fonte: IBGE, 2006, e ONU - <http://esa.un.org/unpp> (revisão 2008); visitado em 27/10/2009
Nota: dados de 1910 e 1930 obtidos por interpolação

Assim, a população brasileira passou de pouco mais de 17 milhões em 1900 para 170 milhões no ano 2000, devendo atingir o ápice de 220 milhões de habitantes em 2040. Para 2050 há a previsão de um montante de 218 milhões de habitantes. Em 2008, existiam 5 milhões de mulheres a mais que homens, havendo um equilíbrio entre os sexos até a idade de 20 anos e uma proporção crescente de mulheres nas faixas mais velhas da população.

TRANSIÇÃO DA MORTALIDADE NO BRASIL

POR QUE E COMO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS MULHERES
TEM IMPACTO NOS INDICADORES ECONÔMICOS?

A redução das taxas de mortalidade e o aumento da esperança de vida são pré-condições para o desenvolvimento econômico e o bem-estar de uma população.

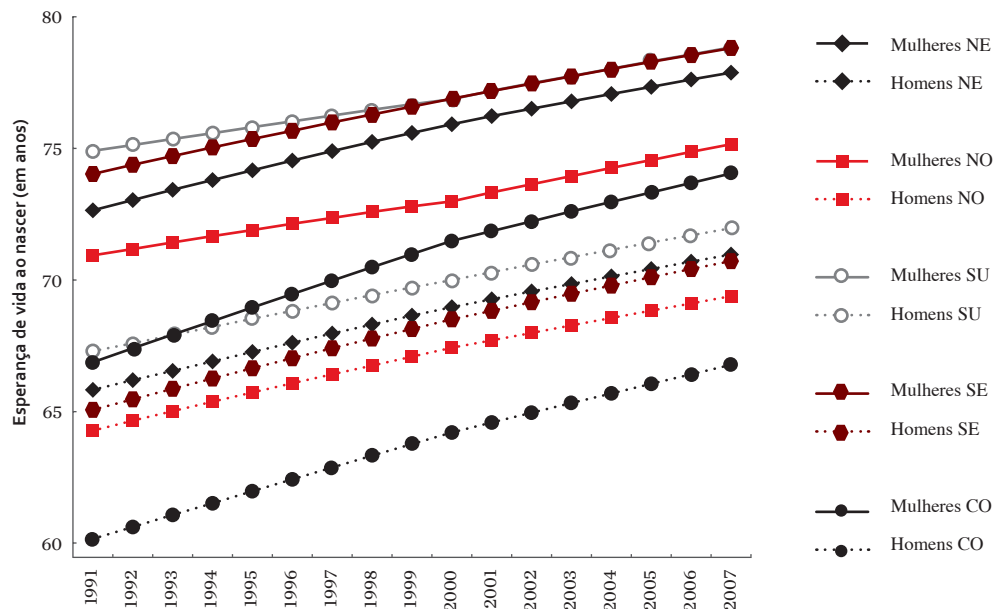
A mortalidade precoce interrompe a potencialidade da vida dos indivíduos. A elevada mortalidade infantil é um fardo para a família e a sociedade, especialmente para as mulheres. Toda vida interrompida antes do tempo significa uma subtração não só para o indivíduo, mas para toda a sociedade.

Em meados do século XX, a taxa de mortalidade infantil no Brasil era de 135 óbitos por mil nascimentos. A esperança de vida ao nascer estava em torno de 49 anos para os homens e 52 anos para as mulheres. A diferença era de três anos a favor das mulheres. Nas décadas seguintes, houve uma melhoria nas condições gerais de saúde do país, com redução da mortalidade infantil e aumento da sobrevivência em todas as idades. Como resultado, a esperança de vida ao nascer das mulheres chegou, em 1994, a 72,1 anos e a dos homens a 64,3 anos, atingindo, em 2007, 76,4 e 68,8 anos, respectivamente. O hiato de gênero da esperança de vida ao nascer de homens e mulheres tem se reduzido ligeiramente, mas a sobrevida feminina, entre 1994 e 2007, tem se mantido acima de 7 anos durante todo o período (Ministério da Saúde, 2008).

A evolução da esperança de vida segundo as regiões brasileiras, para ambos os sexos, entre 1994 e 2007, está demonstrada no Gráfico 2. Apesar das desigualdades ainda existentes, observa-se uma redução nos diferenciais entre as regiões. Existe um processo de convergência entre a esperança de vida das regiões mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas, embora o Nordeste esteja bem abaixo das demais.

GRÁFICO 2:

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, POR SEXO, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS: 1994-2007



Fonte: Ministério da Saúde/Datasus. IDB 2009

A região Norte segue a média nacional e as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentam as médias mais elevadas, sendo que esta última mantém a dianteira por todo o período. As mulheres do Nordeste, em 2007, mesmo estando com índices mais baixos que as demais mulheres do país, tinham esperança de vida maior do que a dos homens de todas as regiões do Brasil. **O hiato de gênero** da esperança de vida ao nascer permaneceu acima de sete anos a favor das mulheres em todas as regiões. Ele **pode ser explicado pela maior longevidade feminina e pela sobremortalidade masculina por causas externas, na faixa de 15 a 30 anos**, pois os homens jovens possuem taxas bem mais elevadas de **MORTALIDADE** por homicídios e acidentes de trânsito.

MORTALIDADE DE JOVENS

De acordo com o “Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008”, homicídios representam um fator importante de causa de morte entre os jovens. A cidade do Rio de Janeiro concentrou o maior número absoluto de morte de jovens por causas violentas. No ano de 2006 houve o óbito de 879 jovens. A maior taxa de homicídios de jovens, porém, está em Foz do Iguaçu (PR): 234,8 mortes por 100 mil habitantes. Recife aparece logo atrás, com 214,3. Outro fator apontado pela pesquisa de morte entre os jovens são os acidentes de moto. No período compreendido entre 2002 e 2006, o número de motociclistas mortos em acidentes de trânsito subiu 83%: foram 6.829 mortos em 2006. Para acessar o Mapa completo, ver http://www.estadao.com.br/especiais/2009/11/mapa_violencia_2008.pdf Acesso em 26/03/2010.

A morte materna é um importante indicador para avaliar as condições socioeconômicas gerais, bem como a qualidade da assistência à saúde das mulheres

Esse cenário relativo à esperança de vida, favorável às mulheres, não deve ofuscar a persistência de níveis inaceitáveis de mortalidade materna, cujas causas estão, sobretudo, relacionadas à má qualidade da assistência obstétrica e ao aborto clandestino e inseguro.

A morte materna é um importante indicador para avaliar as condições socioeconômicas gerais, bem como a qualidade da assistência à saúde das mulheres (Berquó & Cunha 2000; Aquino, 1999; Perpétuo, Wong & Ribeiro, 2006; Martins, 2004; Gomes, 2002). Esses óbitos estão diretamente relacionados a circunstâncias de vida e sanitárias intimamente associadas a construções socioculturais sedimentadas em relação ao lugar e ao papel das mulheres como mães. Entre outros aspectos, os dados disponíveis sobre morte materna informam que há uma correlação importante entre sua incidência e a falta de autonomia reprodutiva das mulheres no que diz respeito à contracepção e, mais especialmente, ao aborto inseguro.

Observa-se, desde o início da atual década, uma franca estabilidade nas taxas de mortalidade, como pode ser observado na tabela abaixo que apresenta os dados para o Brasil e as regiões com maior grau de cobertura do SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade e SINASC – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos.

NÚMERO DE ÓBITOS MATERNOS POR 100.000 NASCIDOS VIVOS, BRASIL E REGIÕES, 2001-2006

BRASIL E REGIÕES	2001	2002	2003	2004	2005	2006
BRASIL	70,9	75,9	73	76,1	74,7	77,2
REGIÃO SUDESTE	47,6	49	43,2	45,5	43,4	50,7
REGIÃO SUL	52,7	57,6	51,6	59	55,1	56,7
REGIÃO CENTRO-OESTE	54,1	59,5	48	63,1	55	63,8

Fonte: MS/SVS, SINASC/SIM, IDB DATASUS, 2008

Há diferenciais importantes nas taxas de morte materna quando os dados disponíveis são desagregados por cor/raça (Martins, 2004). O cálculo da razão de mortalidade materna para as capitais brasileiras com base no critério de cor/raça foi: brancas, 48,73/100 mil; negras 72,61/100 mil; pardas 65,07/100 mil; e total 56,04/100 mil.

Assim, no Brasil, onde tendências positivas em favor das mulheres são observadas nos dados agregados sobre esperança de vida, a morte materna é um sintoma forte de problemas de gênero que persistem. Adicionalmente, se considerarmos que mais de 90% dos partos ocorrem em ambiente hospitalar e que mais de 60% das mortes maternas têm lugar em hospitais, **o coeficiente de morte materna constitui um indicador de grande sensibilidade para medir a qualidade da atenção pré-natal e obstétrica.**

Uma combinação perversa existe entre relações de gênero arcaicas e desrespeito pelas mulheres nos serviços de saúde. Mesmo nos dias atuais, a atenção à saúde maternal, em particular a assistência obstétrica, é vista e implementada nas piores condições, entre outras razões, porque é um procedimento do SUS que paga menos. Além disso, a morte maternal continua sendo percebida pela sociedade e o setor saúde como um evento inevitável (Lago, 2008).

TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE NO BRASIL

**QUAIS FATORES TÊM CONTRIBUÍDO PARA A QUEDA DA FECUNDIDADE NO PAÍS?
ESTA TRANSIÇÃO ESTÁ OCORRENDO NAS DIFERENTES
CLASSES SOCIAIS E ECONÔMICAS?
COMO AS POLÍTICAS FOCALIZADAS EM GÊNERO E RAÇA
TÊM CONTRIBUÍDO PARA ESTE RESULTADO?**

A transição da fecundidade representa uma das maiores mudanças de atitude no comportamento de massa de todos os tempos, especialmente quando se considera que a redução do número médio de filhos/as ocorreu em um quadro de expansão do tempo de sobrevivência e de melhoria da qualidade de vida. A queda da fecundidade ocorreu no Brasil em um quadro de profundas transformações econômicas, sociais e institucionais que aconteceram no país durante a segunda metade do século XX. Este fenômeno foi objeto de debates acirrados no campo demográfico brasileiro entre os anos 1970 e 1980. Um importante estudo de Vilmar Faria (1989) analisa como, num contexto

de rápida industrialização e urbanização, quatro políticas estratégicas implementadas durante o regime militar tiveram efeitos não previstos sobre os níveis de fecundidade: a) a unificação e a expansão do regime de previdência social; b) a expansão dos serviços de saúde, que implicou a medicalização das práticas reprodutivas; c) as políticas de estímulo ao crédito pessoal; e d) a política de telecomunicações, em especial o acesso à televisão, que disseminou amplamente um modelo de família nuclear, com poucos filhos/as e organizada ao redor do consumo.

Existem inúmeros estudos tratando da relação entre a queda da fecundidade e a autonomia feminina no processo de desenvolvimento econômico e social. As evidências apontam para uma correlação positiva entre a menor fecundidade e os maiores níveis de escolaridade e de inserção da mulher na população economicamente ativa. **De fato, a transição da fecundidade no Brasil aconteceu de maneira sincrônica com a maior presença feminina no mundo da educação e do trabalho extradoméstico.**

Em 1960, a **Taxa de Fecundidade Total (TFT)** era de 6,3 filhos/as por mulher no Brasil, caindo para 5,8 filhos/as em 1970, para 2,7 filhos/as em 1991 e para 2,35 filhos/as no ano 2000. A transição da fecundidade aconteceu em todas as regiões, embora em diferentes ritmos. Em 1960, a região Norte apresentava a maior taxa de fecundidade (8,6 filhos/as), enquanto a região Sul apontava a menor (5,9 filhos/as).

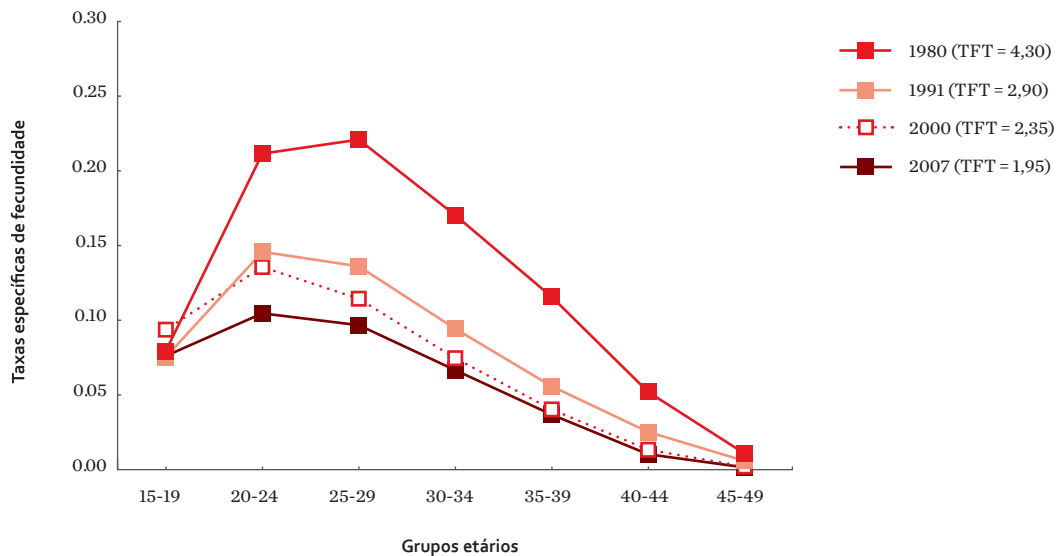
A partir de 1970, a região Sudeste tomou a dianteira do processo de declínio e atingiu o nível de reposição (2,1 filhos/as) no ano de 2000, seguida de perto pelas regiões Sul e Centro-Oeste. As regiões Norte e Nordeste permaneceram com as maiores TFT, mas também apresentaram as maiores quedas nos últimos 30 anos. **Em 2005 a taxa de fecundidade chegou a 2,1 filhos/as por mulher, que é considerado o nível de reposição populacional.** Os últimos dados indicam que a fecundidade das mulheres brasileiras está entre 1,8 e 1,9 filhos/as por mulher segundo, respectivamente, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS-2006) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2008).

Embora o Brasil já apresente taxas abaixo do nível de reposição, existe uma expectativa de que a fecundidade continue caindo, pois o tamanho das famílias apresenta uma tendência de queda na medida em que crescem a urbanização, os níveis de escolaridade, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o aumento do grau de formalidade do emprego, a cobertura da previdência, os níveis de renda, a melhoria nas condições de habitação e saneamento etc.

Ao contrário da Europa que apresentou uma queda da fecundidade em função do adiamento do casamento e da idade da primeira gravidez, no Brasil a limitação do número de filhos/as aconteceu nas idades superiores do ciclo de vida reprodutivo. O gráfico 3 apresenta as taxas específicas de fecundidade e mostra que, em 1980, além do nível mais elevado, o padrão da curva de fecundidade apresentava seu vértice ou sua cúspide no grupo etário 25-29 anos. Já em 1991, a queda do nível de fecundidade foi acompanhada por uma mudança do padrão e a cúspide passou para o grupo etário 20-24 anos. Em 2000 as taxas específicas caíram em todas as idades, com exceção do grupo etário 15-19 anos que, inclusive, apresentou um ligeiro aumento. O crescimento da gravidez entre adolescentes e jovens tem sido objeto de muita polêmica no país. Contudo, os dados de 2007 mostram que as tendências de queda se generalizaram até mesmo para o grupo 15-19 anos. Comparando com a Europa, que tem um padrão de fecundidade com cúspide no grupo 25-34 anos, o Brasil, assim como a maioria dos países da América Latina, possui um padrão de fecundidade rejuvenescido.

GRÁFICO 3:

TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE, BRASIL – 1980-2007



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000 e PNAD -2007

A rebelião das mulheres no plano micro das relações pessoais familiares e comunitárias (para conseguir meios de regulação da fecundidade) é responsável pelo aceleração do ritmo da transição.

Feministas e pesquisadores/as comprometidos/as com a autonomia e os direitos das mulheres que analisaram a transição demográfica brasileira (Barroso, 1984; Corrêa, 1983; Corrêa & Reichmann, 1994; Alves, 1994) adicionam às análises estruturais da transição um novo elemento: o movimento subjetivo e coletivo das próprias mulheres no sentido de buscar acesso a métodos anticoncepcionais.

A procura por meios anticoncepcionais por parte das mulheres brasileiras teve lugar sem nenhum apoio do Estado, pois até 1984 o Estado brasileiro relutou em incluir o acesso à anticoncepção na pauta das políticas de saúde. Esta recusa foi superada com a criação do Programa de Assistência Integral de Saúde da Mulher (PAISM) em 1984 e com a adoção do parágrafo 7º do artigo 226 da Constituição de 1988:

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de insti-

tuições oficiais ou privadas.

Contudo, quando se analisa o ritmo da queda da fecundidade nos anos 1970, a adoção de uma política pública de anticoncepção foi tardia. A transição demográfica se fez com custos de saúde para as mulheres. A implementação da política de saúde da mulher, após 1984, esteve sujeita a muitos altos e baixos e só bem recentemente se identifica uma melhor resposta do SUS às necessidades anticonceptivas da população brasileira (Correa, Arilha & Piola, 1999; Berquó & Cavenaghi, 2002).

A rebelião das mulheres no plano micro das relações pessoais familiares e comunitárias (para conseguir meios de regulação da fecundidade) é responsável pelo aceleração do ritmo da transição. Sem ela, o país não estaria experimentando a atual “**janela de oportunidade demográfica**”.

GLOSSÁRIO

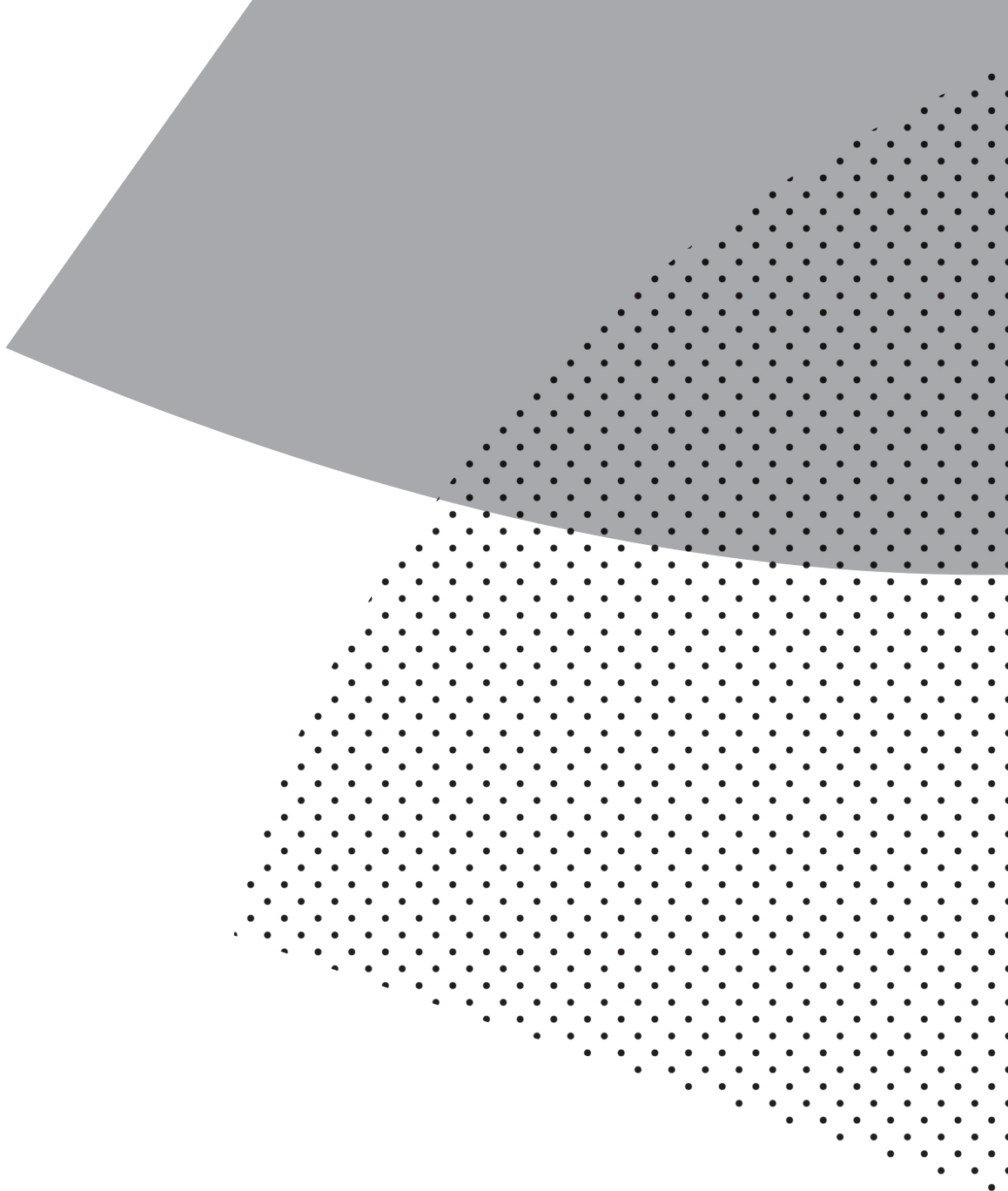
Hiato de gênero – diferença entre homens e mulheres que decorre de condições sociais.

Taxa de Fecundidade Total (TFT) – corresponde ao número médio de filhos/as nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo (49 anos), na população residente, em determinado espaço geográfico e num ano considerado. É estimada a partir de informações retrospectivas, obtidas em censos e inquéritos demográficos. É um indicador determinante da dinâmica demográfica para avaliar tendências, realizar estudos comparativos, subsidiar planejamento e gestão de políticas públicas.

Janela de oportunidade demográfica – momento em que, na evolução do tamanho de uma população, o número de pessoas em idade produtiva é maior do que aqueles que estão em fase de dependência.

Nível de reposição populacional – este termo refere-se ao número médio de filhos/as que uma mulher deve ter para o casal (homem e mulher) que deu origem aos filhos vivos seja repostos na geração seguinte.

Transição demográfica – o fenômeno da transição demográfica ocorre com a passagem de altos a baixos níveis de mortalidade e natalidade, como fruto dos avanços científicos, tecnológicos e culturais, juntamente com as mudanças nas relações intergeracionais e entre homens e mulheres na família e na sociedade.





A REVERSÃO DO HIATO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

ESTUDAR É COISA DE MENINA?

DESDE QUANDO?

COMO SE DEU A MUDANÇA DA NEGAÇÃO DO DIREITO DE ESTUDAR ÀS MULHERES, À SUA MAIOR PARTICIPAÇÃO E MELHOR DESEMPENHO NOS DIFERENTES GRAUS DE ESCOLARIZAÇÃO?

A ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE DE MULHERES BRANCAS E NEGRAS VEM SE APRESENTANDO NA MESMA PROPORÇÃO?

E A REDUÇÃO DO HIATO RACIAL?

COMO SE DAVA E COMO SE DÁ, ATUALMENTE, A DISTRIBUIÇÃO DE HOMENS E MULHERES NAS ÁREAS DE HUMANAS E DE EXATAS?

EM SEU CAMPO DE ATUAÇÃO, HÁ MAIOR CONCENTRAÇÃO DE MULHERES E DE HOMENS EM ALGUMAS ÁREAS?

COMO VOCÊ EXPLICA ESTA CONCENTRAÇÃO?

A educação é um direito e um elemento fundamental da cidadania e da construção da democracia. Diversas conferências mundiais reafirmaram este direito, estabelecendo metas e objetivos que visam à expansão das oportunidades educacionais e à igualdade de gênero. Em várias conferências e planos de ação mundiais são estabelecidos metas e objetivos que visam a estes dois critérios.

Em grande parte do mundo as mulheres têm escolaridade inferior à dos homens. Superar este hiato é uma necessidade, pois os efeitos da educação no empoderamento da mulher manifestam-se no aumento do potencial de geração de renda, na autonomia das decisões pessoais e no controle sobre a fecundidade, além da maior participação na vida pública. Contudo, estes efeitos não são automáticos, pois dependem muito de circunstâncias individuais e dos contextos sociais (nível de desenvolvimento econômico, situação do mercado de trabalho e grau de estratificação sexual) e cultural predominantes.

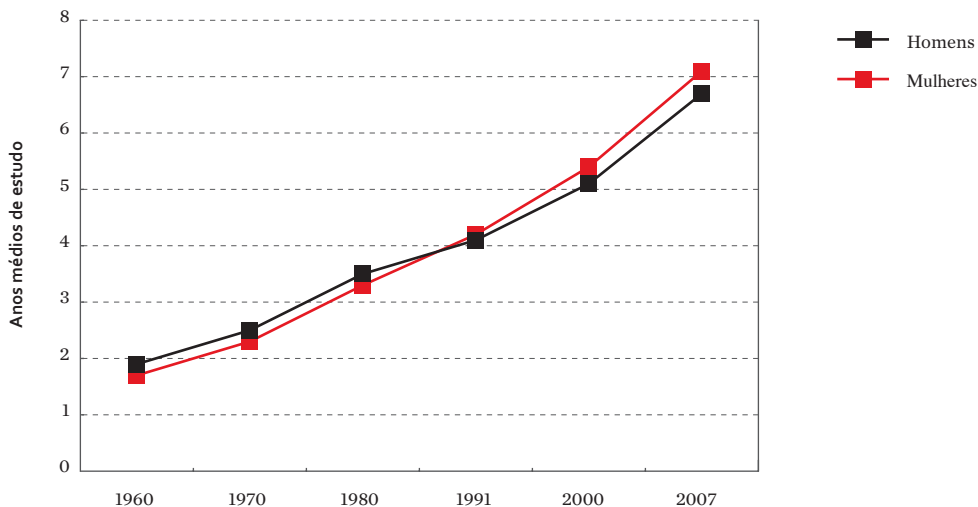
As mulheres brasileiras entraram no século XXI com níveis educacionais superiores aos dos homens (Beltrão & Alves, 2009), mas nem sempre foi assim. Durante o período colonial as mulheres foram completamente excluídas das poucas escolas existentes. Com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, e a Independência, em 1822, houve um aumento da oferta educacional, porém, ao sexo feminino cabia apenas a educação primária, com forte conteúdo moral e social, a fim de fortalecer o papel da mulher enquanto mãe e esposa. Já a educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério. Na educação superior, as dificuldades de acesso eram mais graves, pois, como já citado neste Módulo, as mulheres foram excluídas dos primeiros cursos de Medicina (1808), Engenharia (1810) e Direito (1827) surgidos no país.

No século XIX teve destaque na luta pela educação feminina a figura pioneira de Nísia Floresta, norterriogradense que, em 1838, criou no Rio de Janeiro o primeiro colégio para moças. Em 1887, Rita Lobato Velho Lopes, gaúcha, tornou-se a primeira mulher a obter o título de médica no Brasil. A luta pela maior inserção feminina na educação teve suas maiores conquistas ao longo do século XX, quando as mulheres foram ultrapassando gradativamente os homens nos diversos níveis de educação, até reverter o hiato educacional de gênero.

O Gráfico 4 apresenta o número médio de anos de estudo por sexo, e mostra que as mulheres saíram de uma situação inferior para uma situação de superioridade educacional em relação aos homens entre 1960 e 2007. Em 1960, a escolaridade média era de 1,9 ano para os homens brasileiros e 1,7 ano para as mulheres, passando, em 2000, para 5,4 e 5,1 anos, respectivamente, e chegando a 6,7 anos para os homens e 7,1 anos para as mulheres em 2007.

GRÁFICO 4:

REVERSÃO DO HIATO EDUCACIONAL DE GÊNERO (GENDER GAP), BRASIL – 1960-2007



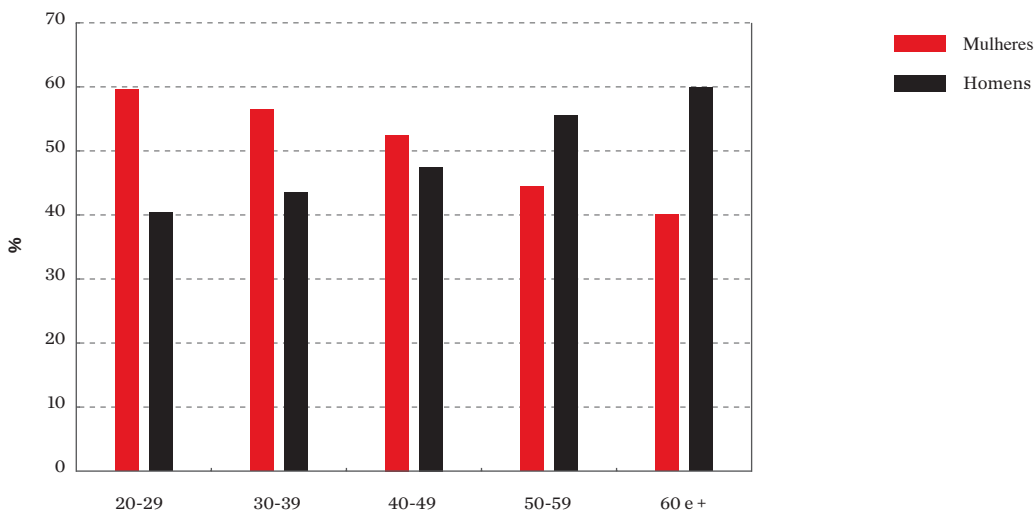
Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 e PNAD-2007

Embora a reversão do hiato de gênero para as **coortes** mais jovens tenha ocorrido desde meados do século XX, nos dados agregados, a reversão ocorreu na década de 1980 e, a partir daí, vem se ampliando a favor das mulheres.

A eliminação das desvantagens educacionais femininas no Brasil foi uma conquista da sociedade. Isto faz parte de uma mudança mundial de redefinição do papel da mulher na sociedade e de enfraquecimento do sistema de dominação masculino.

O gráfico 5 mostra a distribuição da população com nível superior de educação, por sexo e grupos etários. Observa-se que no ano 2000, nas faixas de idade até 49 anos, as mulheres eram maioria nos cursos superiores, mas para aquelas acima de 50 anos, os homens com curso superior suplantavam o número de mulheres. Para o grupo etário acima de 60 anos, ou seja, das pessoas nascidas antes de 1940, os homens com curso superior eram quase 60%, contra 40% das mulheres. Ao contrário, para o grupo etário de 20 a 29 anos, eram as mulheres com curso superior que perfaziam 60% do total, enquanto os homens correspondiam a 40%.

GRÁFICO 5:
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO COM NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO,
POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXO, BRASIL – 2000



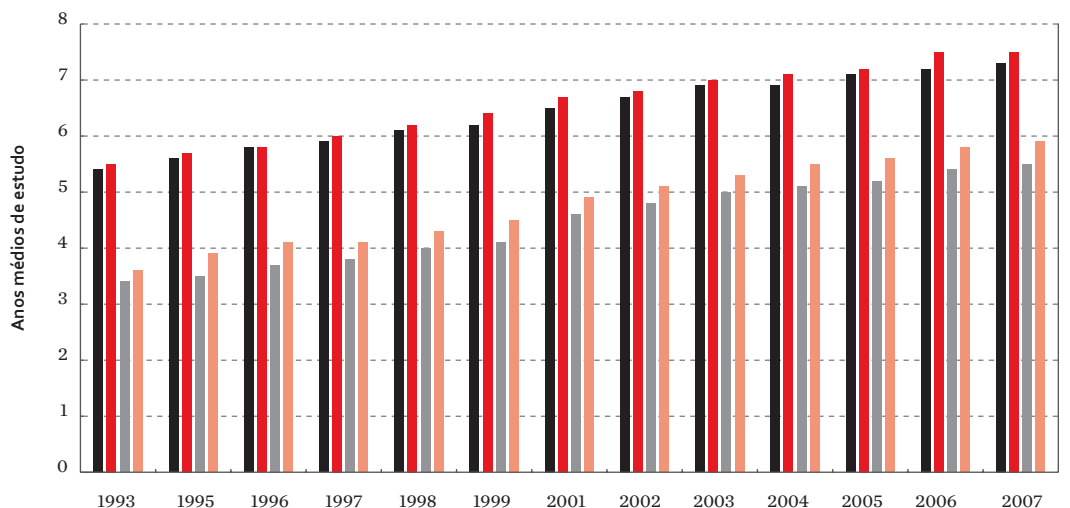
Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2000

Diversos/as autores/as (Rosemberg [2001]; Beltrão & Teixeira, 2005), ponderam que, embora tenha havido um avanço feminino na educação, ainda persiste uma bipolarização de sexo nos cursos humanas-exatas, sendo que as mulheres continuariam concentradas em carreiras consideradas “mais fáceis” ou menos valorizadas socialmente. Contudo, análises sobre as diferenças geracionais na educação apontam que as mulheres com idades entre 20 e 29 anos já apresentavam, no censo 2000, ganhos significativos nas carreiras consideradas “mais difíceis” e de maior prestígio social (Guedes, 2004).

O gráfico 6 mostra a média de anos de estudo no Brasil, segundo sexo e cor, conforme os dados das PNADs do IBGE de 1993 a 2007 (Pinheiro, 2008). Nota-se que os anos médios de estudo cresceram com maior rapidez no período entre a população feminina.

GRÁFICO 6:

MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO SEXO E COR/RAÇA, BRASIL – 1993-2007



Fonte: Pinheiro (2008), com base nas PNADs do IBGE

Nota: Anos de estudo com a média de séries concluídas com aprovação

■ Masculino branca ■ Feminino branca
■ Masculino negra ■ Feminino negra

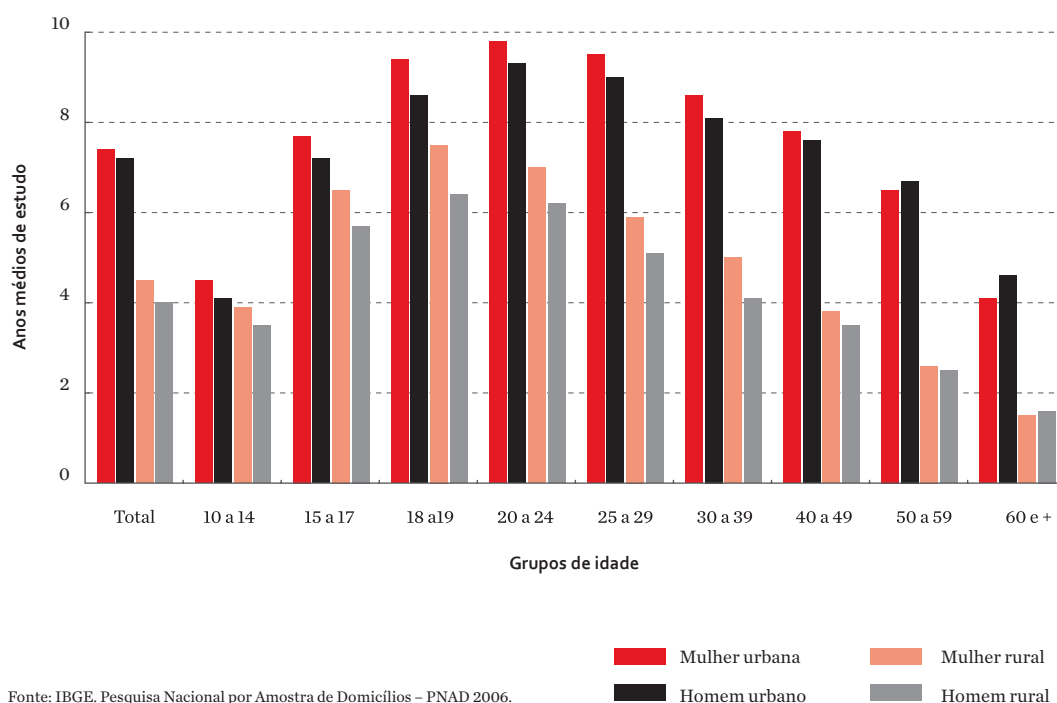
Nota-se que, embora as desigualdades de gênero tenham diminuído na área da educação, as desigualdades raciais persistem. Destaca-se a desvantagem das mulheres negras em comparação com mulheres e homens brancos e a pior situação do homem negro em relação aos três grupos analisados. Voltaremos a este tema no próximo módulo, ao analisarmos as desigualdades raciais.

Embora o hiato de gênero tenha se mantido constante entre 1993 e 1997, há um diferencial a favor das mulheres negras. Na população branca a diferença é menor, mas ampliou-se no período. Houve redução no diferencial de anos médios de estudo entre a população branca e a negra: este passou de 56% em 1993 para 31% em 2007. Tal redução ocorre desde os anos 1990, porém, como vimos no Módulo 1, as mudanças vêm se acelerando em decorrência das políticas de ações afirmativas, entre elas, as cotas nas universidades brasileiras.

As mulheres também superam os homens nas áreas rurais em relação ao desempenho médio escolar em todos os grupos etários, até os 59 anos de idade (Gráfico 7). Apenas entre os idosos atuais, as mulheres perdem em escolarização para os homens. Os anos

médios de estudo da população urbana são bem superiores àqueles da população rural para ambos os sexos, e o grupo etário de 20 a 24 anos da área urbana já possui uma média de quase 10 anos de estudo, o dobro do grupo etário acima de 60 anos. Isto quer dizer que, ao longo das próximas décadas, haverá uma melhoria do nível médio de estudo da população brasileira pelo efeito da inércia demográfica e do envelhecimento populacional.

GRÁFICO 7:
NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS COM 10 ANOS DE IDADE OU MAIS,
POR SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, BRASIL – 2006



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2006.

O grande desafio para a educação brasileira é ampliar o acesso das crianças à Educação Infantil (creche e pré-escola) e universalizar o ensino até os 17 anos. Esta tarefa pode ser facilitada pela redução em termos absolutos da população nesta faixa etária, fato que tem sido chamado de **“bônus demográfico educacional”** (Soares, 2008a). A ampliação do acesso à educação de 0 a 6, mais especialmente para as crianças de 0 a 3 (creches), é essencial para facilitar o acesso pleno das mulheres ao mercado de trabalho, aumentar sua renda e, portanto, a autonomia pessoal (Sorj et al., 2008). Os dados

Não é desejável que os homens tenham níveis educacionais muito inferiores aos das mulheres; busca-se a equidade.

da PNAD mostram que, em 2007, a matrícula do grupo etário de 10 a 14 anos já estava em 97%, mas daquele de 0 a 4 anos encontrava-se em apenas 25%, e que a taxa de distorção idade-série caiu de 64%, em 1996, para 45%.

O Brasil, portanto, reverteu o hiato de gênero na educação e eliminou o déficit educacional das mulheres em relação aos homens, e este salto pode e deve ser comemorado. Todavia, não se deve perder de vista os impactos não antecipados da desigualdade invertida que hoje caracteriza o cenário educacional brasileiro. Não é desejável que os homens tenham níveis educacionais muito inferiores aos das mulheres; busca-se a equidade. Desníveis educacionais entre mulheres e homens são capazes de ter efeitos na capacidade de comunicação e na resolução de conflitos entre os gêneros.

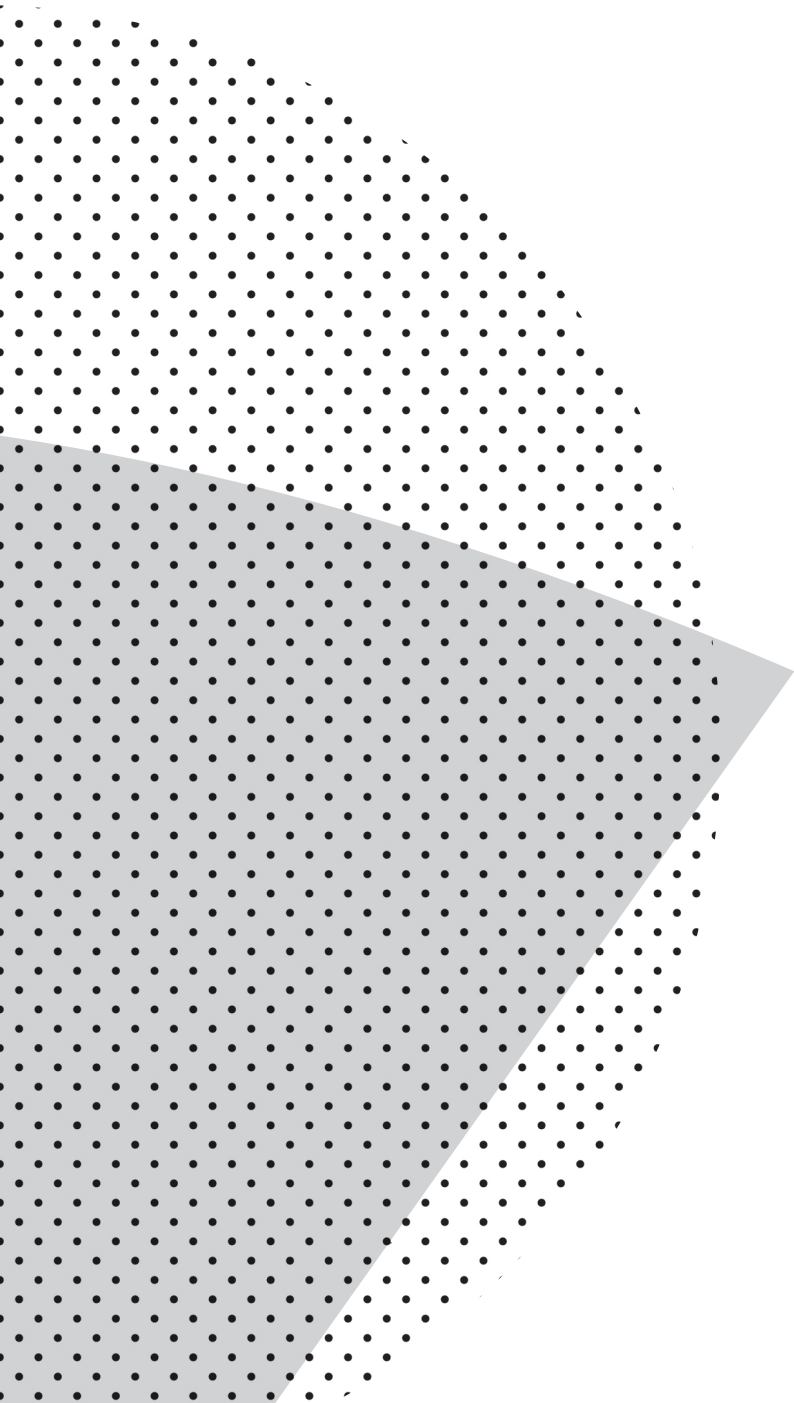
É possível supor que homens menos escolarizados possam se sentir inferiorizados e, sobretudo, recorrer com mais frequência a métodos violentos para equacionar conflitos com suas parceiras.

Uma das explicações utilizadas para a ampliação da escolaridade feminina é o fato de as mulheres necessitarem de maior qualificação para a entrada no mercado de trabalho. Caso este fator seja realmente preponderante, na seção seguinte veremos como os ganhos educacionais das mulheres não se traduzem em melhorias efetivas no mercado de trabalho, no qual, apesar das mudanças positivas, continua a prevalecer um razoável hiato salarial.

GLOSSÁRIO

Bônus demográfico educacional – é composto por dois componentes: o bônus demográfico relativo, em que a população em idade escolar cresce em menor velocidade do que a população total; o bônus absoluto, em que a população em idade escolar de fato está caindo. Em ambos os casos, crescem os recursos potenciais para a educação de cada criança e para os investimentos na qualidade da escola.

Coortes – terminologia para designar grupos etários em uma população analisada.



DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E GÊNERO

O desenvolvimento econômico e social de um país depende do pleno emprego dos insumos produtivos disponíveis e do crescimento da produtividade dos fatores de produção. Para haver aumento do excedente social e avanço na disponibilidade per capita de bens e serviços, são necessários incorporação de progressos tecnológicos, aumento do nível de informação, inovação do conhecimento e crescimento qualitativo do capital humano, com o desenvolvimento de uma força de trabalho saudável e mais escolarizada. A inserção feminina na divisão social do trabalho é um dos elementos-chave para o desenvolvimento humano com equidade de gênero.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – PEA: TENDÊNCIAS HISTÓRICAS

O Brasil apresentou um grande crescimento da **População Economicamente Ativa (PEA)** nas últimas seis décadas, registrando um aumento de 5,8 vezes. A PEA masculina passou de 14,6 milhões para 56,1 milhões (incremento de 3,8 vezes), enquanto a feminina teve uma elevação extraordinária, passando de 2,5 milhões, em 1950, para 43,4 milhões, em 2008 (crescimento de 17,2 vezes) **(Tabela 1)**.

Grandes transformações sociais ocorridas no Brasil, como o processo de urbanização e o crescimento do setor terciário da economia, bem como a redução da fecundidade, as mudanças na dinâmica conjugal e familiar e a elevação dos níveis médios de escolaridade **tornaram o sexo feminino uma força de trabalho indispensável para o desenvolvimento do país.**

O Gráfico 8 mostra o comportamento das taxas de atividade para homens e mulheres, entre 1950 e 2007. Verificam-se a redução das taxas masculinas e o aumento das femininas no período. A linha do gráfico mostra a tendência de decréscimo do hiato de gênero, já que existe um processo de convergência no nível de inserção de ambos os sexos na população economicamente ativa. Evidentemente, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não eliminou os problemas de segregação ocupacional e discriminação salarial, embora tenham sido abrandados. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho do Brasil é maior, por exemplo, do que toda a população da Argentina em 2008.

TABELA 1:

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – PEA, POR SEXO, BRASIL – 1950-2008
EM MILHÕES DE PESSOAS

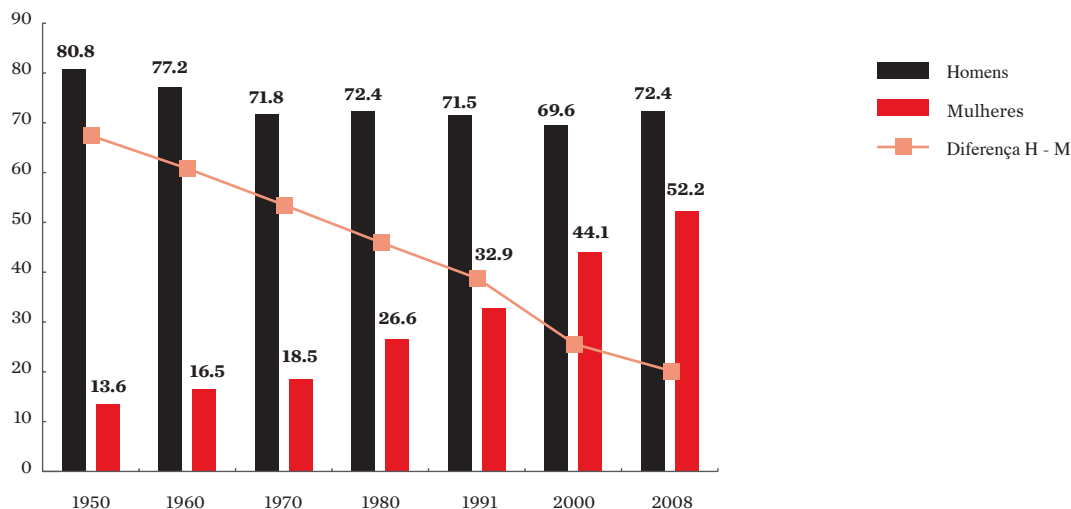
ANOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1950	17,1	14,6	2,5
1960	22,8	18,7	4,1
1970	29,6	23,4	6,2
1980	43,2	31,3	11,8
1991	58,5	39,5	19,0
2000	77,5	46,5	30,9
2008	99,5	56,1	43,4

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1950 a 2000 e PNAD 2008.

1 | Parte desta expansão se deve a mudanças metodológicas nos instrumentos de coleta das pesquisas domiciliares, mas a tendência de aumento de longo prazo é inegável.

GRÁFICO 8:

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NA PEA, POR SEXO, BRASIL – 1950-2008

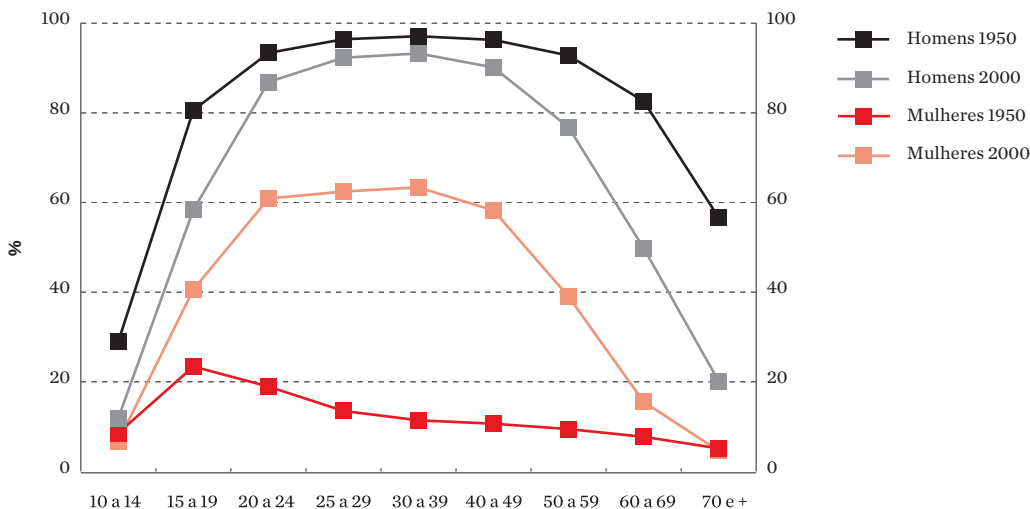


Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1950 a 2000 e PNAD 2008

O Gráfico 9 mostra as tendências das taxas de atividade por grupos etários. As taxas masculinas tiveram pequeno decréscimo entre as idades de 25 e 49 anos e redução significativa nos extremos da curva. A diminuição da atividade de jovens se deve, fundamentalmente, ao aumento dos níveis de escolaridade e, entre os idosos (acima de 50 anos), ao crescimento da cobertura previdenciária. Já a curva feminina, em 1950, tinha uma cúspide na idade de 15-19 anos e apresentava uma queda nas idades posteriores. Isto significa um padrão de inserção de jovens no mercado de trabalho. Em 2000, as taxas de atividade femininas cresceram em praticamente todos os grupos etários, indicando um padrão de inserção de mulheres adultas, com maior presença de mulheres chefes e cônjuges no mercado de trabalho (perfil relacionado à queda das taxas de fecundidade).

GRÁFICO 9:

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NA PEA, POR SEXO E GRUPOS ETÁRIOS, BRASIL – 1950 E 2000



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1950 e 2000

Alguns estudiosos consideram que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho ocorreu em função da necessidade de uma complementação da renda familiar por parte das mulheres (cônjuges ou filhas), em uma situação de redução do rendimento per capita domiciliar (Saffioti, 1978). Contudo, esta argumentação não considera que **as mulheres continuam se inserindo no mercado de trabalho nos momentos de aumento da renda domiciliar** e são, principalmente **aquelas com maior nível educacional** (e com salários acima do salário mínimo), **as que possuem as maiores taxas de atividade**, inclusive as que moram sozinhas.

Outro argumento considera que a maior igualdade de oportunidades entre os sexos no mercado de trabalho brasileiro, na década de 1990, teve origem na degradação do emprego em geral, resultado da reestruturação produtiva. Esta reestruturação implantou a flexibilização da produção por meio de jornadas parciais, contratos por tempo determinado, trabalhos a domicílio etc. Assim, as mulheres, em geral, seriam submetidas a condições precárias e inseguras, com a prevalência de baixos salários e a perda de direitos legais (Neves, 2000).

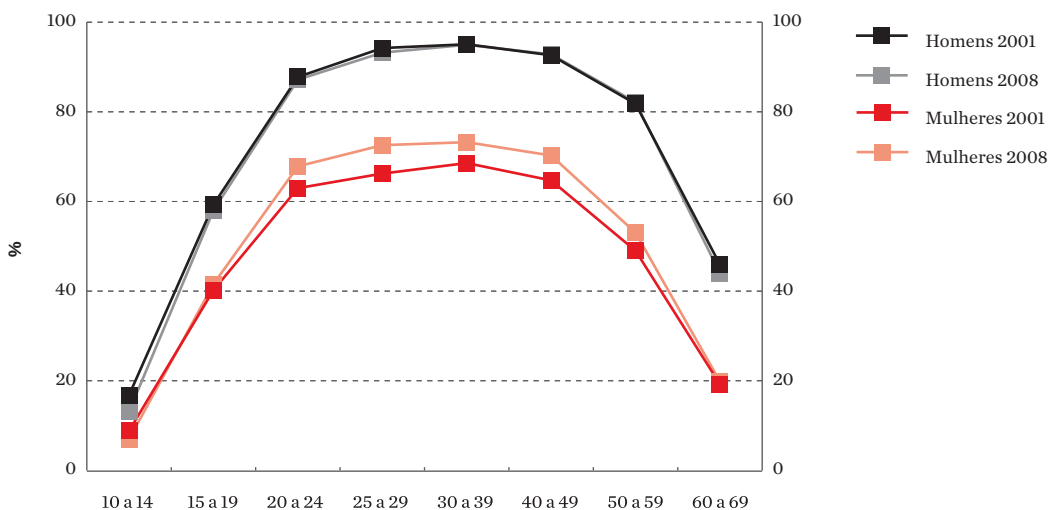
Porém, há quem discorde desta interpretação, argumentando que o aumento da participação feminina na PEA decorre da precariedade e da flexibilidade como características de “feminização” do emprego: as mulheres já apresentavam ganhos na ocupação e no rendimento na década de 1990 e o crescimento da PEA feminina ocorre independentemente dos ciclos econômicos.

Enquanto as taxas de atividades femininas continuaram aumentando, as masculinas apresentam tendência de ligeiro declínio na atual década (2001-2008), especialmente para os grupos etários mais novos (Gráfico 10). As taxas de atividades femininas indicaram uma elevação, em especial para os grupos de 20 a 59 anos, **aumentando os níveis de participação no mercado de trabalho entre as mulheres maduras, que já passaram pelas experiências do casamento e da maternidade e que estão na condição de chefes ou cônjuges.**

*Mais
educação está
correlacionada
com maiores
taxas de atividade
no mercado de
trabalho.*

GRÁFICO 10:

TAXAS DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS, POR SEXO E GRUPOS ETÁRIOS, BRASIL – 2001-2008



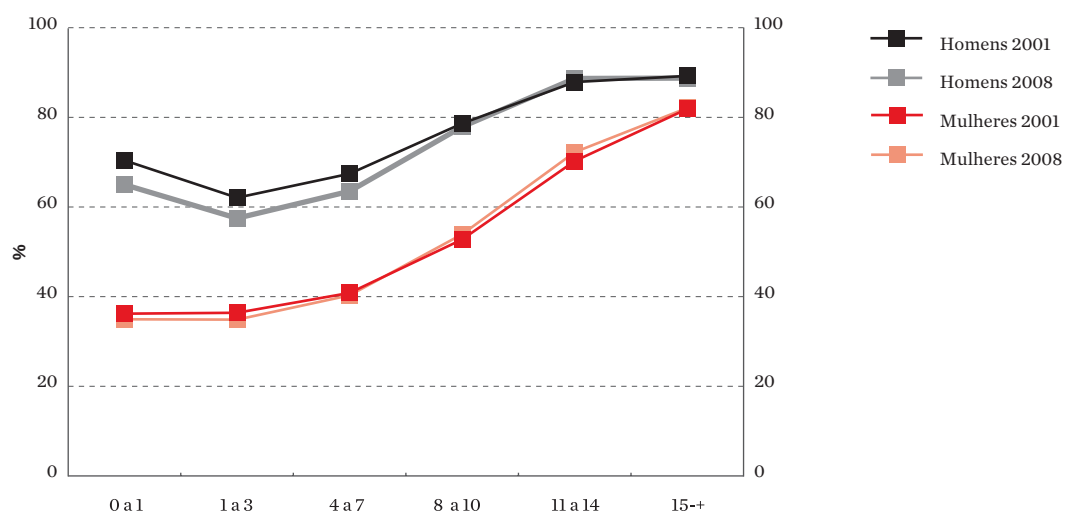
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 e 2008

Um dos fatores que explicam o aumento das taxas de atividades femininas é a relação positiva que existe entre inserção das mulheres e o nível educacional. À medida que aumenta o nível educacional das pessoas, crescem as taxas de atividade para ambos os sexos. No caso das taxas masculinas, existe uma pequena redução entre o nível mais baixo e o nível de 1 a 3 anos de estudo, mas as taxas de atividade são maiores, especialmente para aqueles com mais de 8 anos de estudo. No caso das mulheres, a relação entre atividade laboral e educação é mais forte, pois as taxas de atividade crescem significativamente, sendo que as mulheres com 15 ou mais anos de estudo possuem taxas acima de 80%, mais do dobro daquelas com menos de 7 anos de estudo (Gráfico 11). Mais educação está correlacionada com maiores taxas de atividade no mercado de trabalho.

Para 2008, as taxas de atividade do grupo com maior escolaridade foram próximas para ambos os sexos, sendo de 88,6% para os homens e de 82,2% para as mulheres. No período 2001-2008, as taxas de atividade das mulheres com mais de 7 anos de estudo aumentaram, enquanto as taxas para os níveis educacionais mais baixos diminuíram para ambos os sexos. Esta redução pode estar relacionada às maiores exigências do mercado de trabalho e a uma possível menor participação na PEA da população pobre, isto é, em decorrência do processo de “**desmercantilização**” provocado pelo Programa Bolsa-Família e pela expansão dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC).

GRÁFICO 11:

TAXAS DE ATIVIDADES DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE ECONOMICAMENTE ATIVAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO, BRASIL – 2001-2007

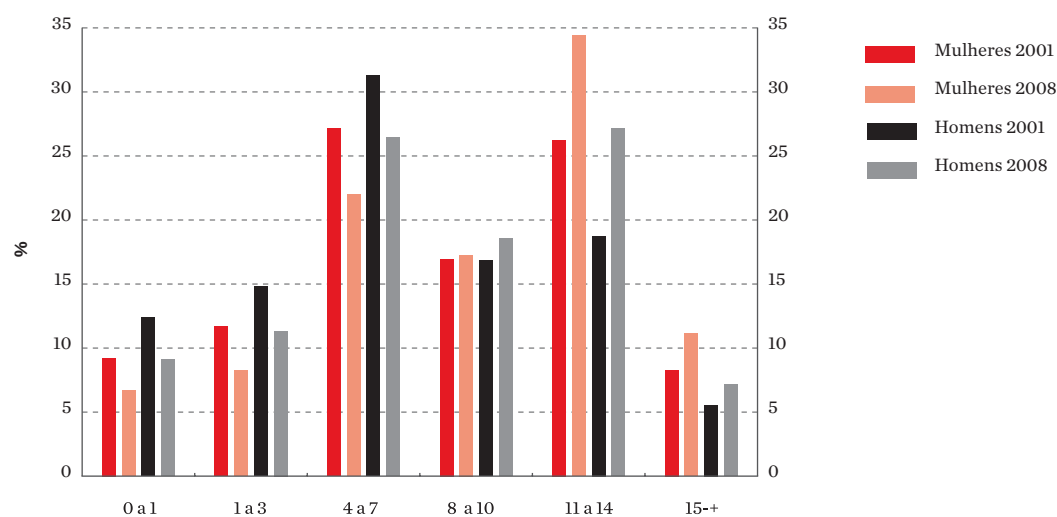


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 e 2009

O Gráfico 12 mostra a distribuição das pessoas economicamente ativas segundo escolaridade. Nota-se que os homens predominam nos níveis com menos de sete anos de estudo, existindo um empate no nível de 8 a 10 anos de estudo, sendo que as mulheres predominam nos níveis com 11 anos ou mais de escolaridade. Entre 2001 e 2008, houve uma melhoria educacional da PEA, pois as taxas de atividade, tanto de homens como de mulheres, diminuíram para os níveis abaixo de oito anos de estudo e aumentaram para os aqueles acima de oito anos de estudo.

GRÁFICO 12:

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE ECONOMICAMENTE ATIVAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO, BRASIL – 2001-2008



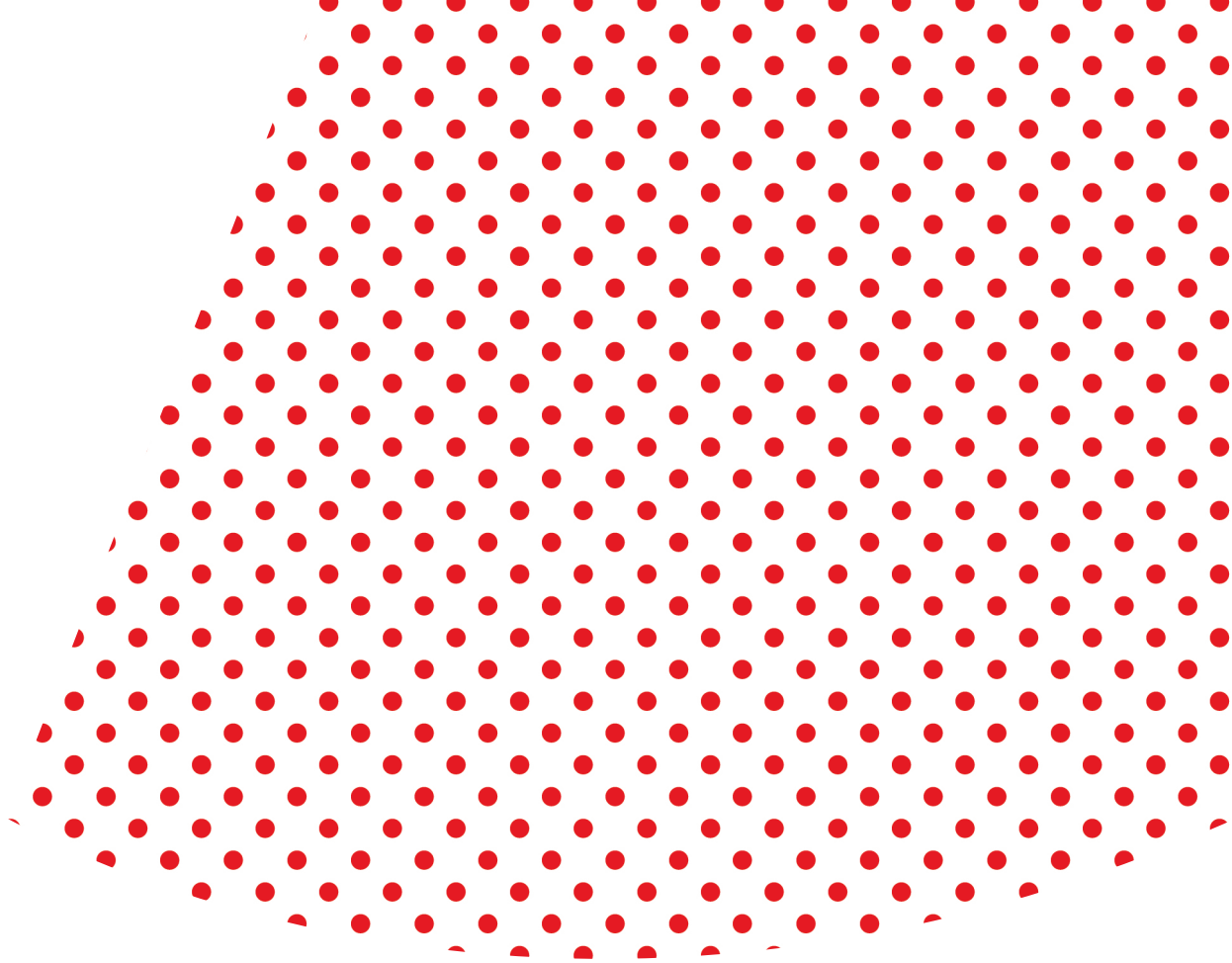
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 e 2007

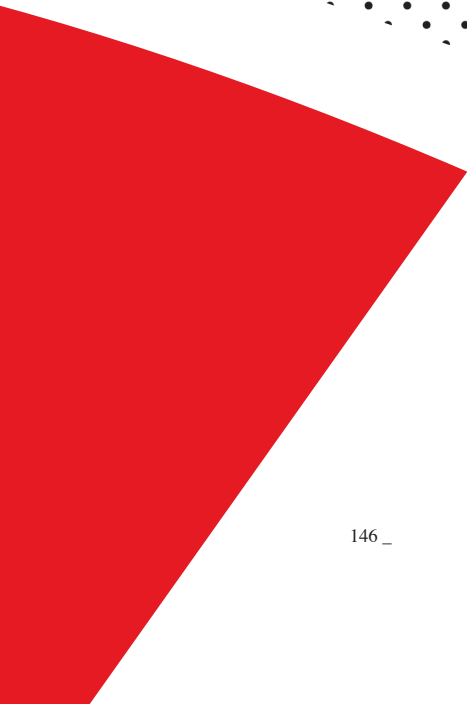
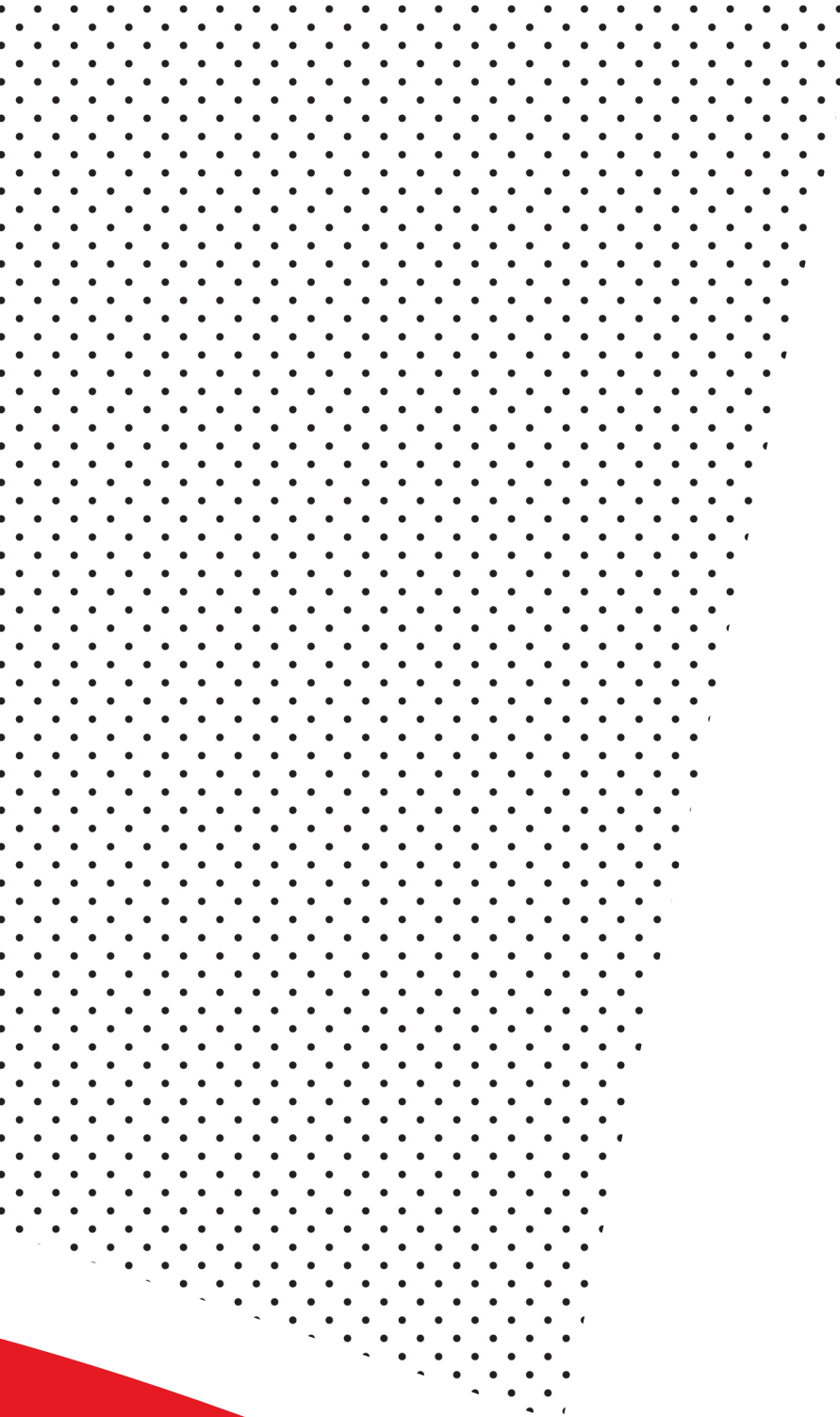
Em 2008 existiam quase 20 milhões de mulheres com mais de 11 anos de estudo inseridas no mercado de trabalho; este montante constitui uma “massa crítica” importante na sociedade brasileira.

GLOSSÁRIO

Desmercantilização – saída das mulheres do mercado remunerado do trabalho para se dedicarem ao trabalho no lar (com a própria família).

População Economicamente Ativa – PEA – é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa. Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. A população ocupada é composta pelas pessoas que trabalham, incluindo empregados, por conta própria, empregadores e não-remunerados (aprendiz, estagiário). A população desocupada corresponde às pessoas que não estão trabalhando, mas procuram por emprego. Ver mais em www.ibge.org.br

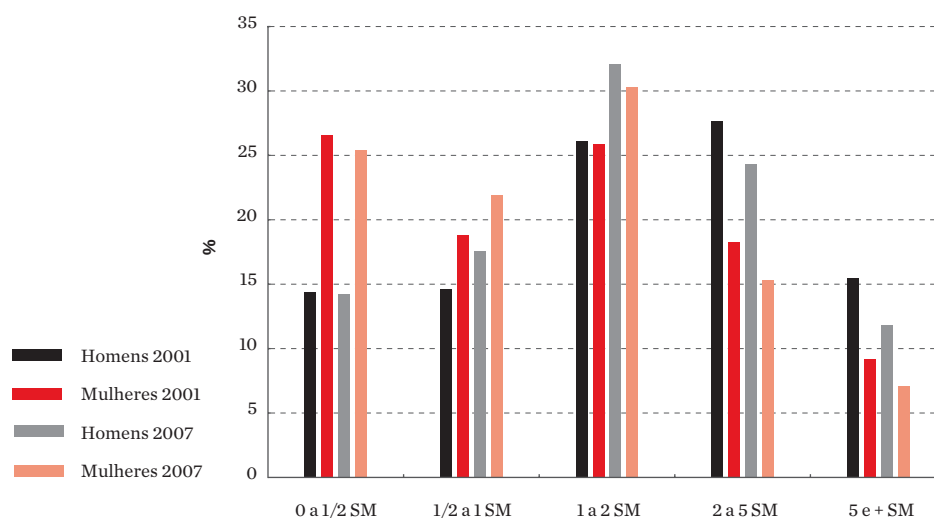




DESIGUALDADES SALARIAIS

Embora as mulheres brasileiras predominem nos segmentos mais escolarizados da PEA, os homens seguem em maioria nos segmentos com melhor remuneração. As mulheres ocupadas predominam nas faixas de 0 a 1/2 salário mínimo (SM) e de 1/2 a 1 salário mínimo, enquanto os homens ocupados predominam nas faixas acima de um SM (Gráfico 13).

GRÁFICO 13:
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS NA SEMANA, POR SEXO, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL EM TODOS OS TRABALHOS, BRASIL – 2001-2007



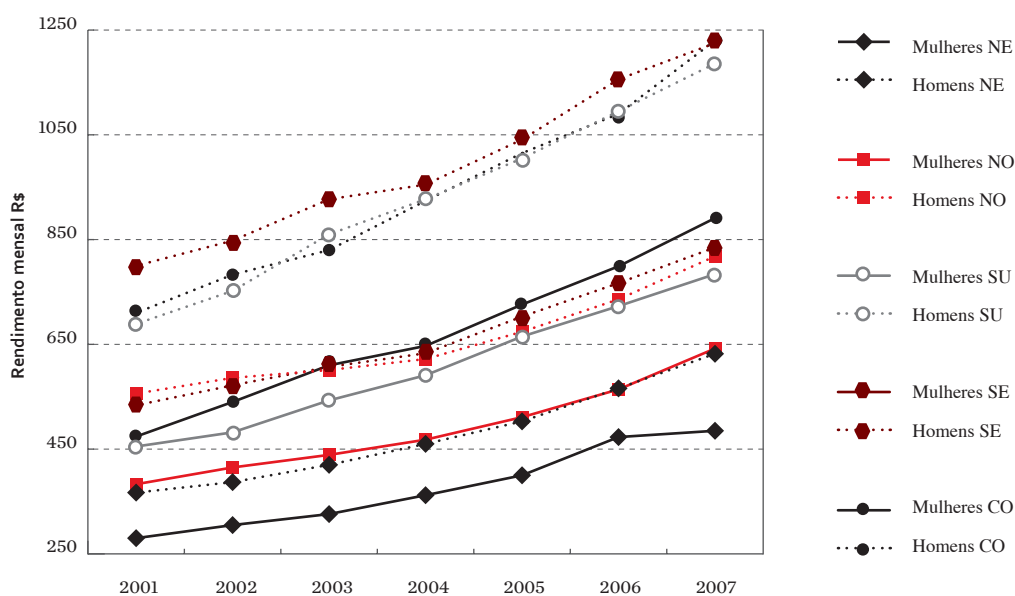
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 e 2007

O fato de as mulheres ganharem menos do que os homens, mesmo tendo maiores níveis educacionais, reflete uma persistente desigualdade de gênero. Várias outras questões estão envolvidas neste tema, tais como a relação entre trabalho doméstico e trabalho produtivo e a do uso do tempo – temas que serão abordados adiante.

As diferenças de renda, do ponto de vista de gênero, são reforçadas com a transversalidade das desigualdades no âmbito regional e local de domicílio. Homens e mulheres de todas as regiões tiveram aumento do rendimento médio entre 2001 e 2007 (Gráfico 14). As mulheres do Nordeste apresentaram os menores rendimentos do país, sendo de R\$ 280 em 2001 e de R\$ 485 em 2007. Em seguida, aparecem empatados os homens do Nordeste e as mulheres do Norte. Em um grupo intermediário estão as mulheres do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste e os homens do Norte. No topo do gráfico, indicando aqueles com maiores rendimentos, encontram-se os homens do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste. Nota-se que os maiores ganhos ocorridos entre 2001 e 2007 ficaram com homens e mulheres do Centro-Oeste, provavelmente refletindo o peso dos maiores salários do Distrito Federal. Estes dados mostram como são complexas as interações entre as desigualdades de gênero e as desigualdades regionais. Se, de modo geral, o sexo feminino ganha menos que o masculino, **as mulheres do Sudeste e do Centro-Oeste, por exemplo, tiveram rendimentos maiores do que os homens do Norte e do Nordeste do país.**

GRÁFICO 14:

VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO E REGIÕES DO BRASIL – 2001-2007

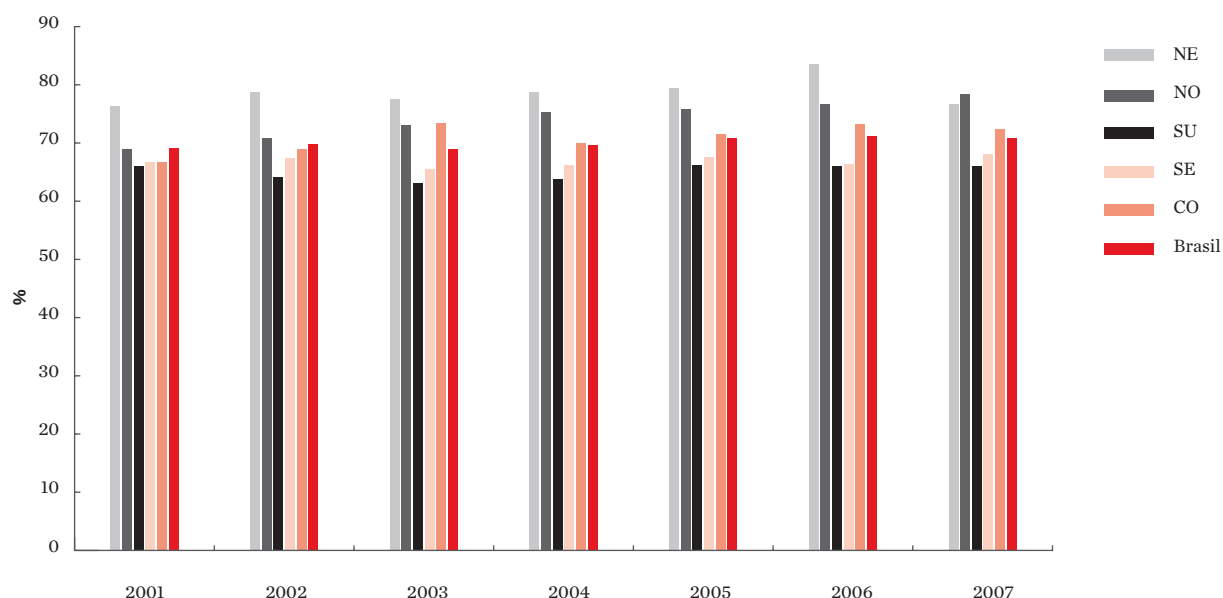


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 a 2007

O Gráfico 15 indica o hiato de rendimento entre homens e mulheres nas diversas regiões do país entre 2001 e 2007. Nota-se que as menores diferenças encontram-se no Nordeste e as maiores, no Sudeste. Por exemplo, em 2006, as mulheres do Nordeste ganhavam 83,5% do rendimento dos homens da mesma região, enquanto as mulheres do Sudeste recebiam apenas 66% do rendimento dos homens desta região. Assim, um dos aparentes paradoxos é o fato de o valor recebido pelas mulheres ser mais elevado onde as diferenças de rendimento entre homens e mulheres são maiores, isto é, as menores desigualdades de gênero acontecem onde ambos os sexos possuem rendimentos mais baixos.

GRÁFICO 15:

HIATO DE RENDIMENTO ENTRE HOMENS E MULHERES, BRASIL E REGIÕES – 2001-2007



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 a 2007

O cenário é ainda mais complexo quando incluímos as desigualdades raciais, como faremos no Módulo 3. Segundo Paixão e Carvano (2009), em 2006, o rendimento médio mensal do trabalho principal, em todo o país, era de R\$ 1.016 para os homens brancos, R\$ 586,26 para os homens negros (pretos e pardos), R\$ 744,51 para as mulheres brancas e R\$ 388,18 para as negras. Fica evidente que as diferenças de rendimento por cor/raça variam muito. Embora os dados demonstrem que de 1995 a 2002 estas desigual-

dades diminuíram paulatinamente em todo o país, os diferenciais de rendimento por cor e gênero ainda são muito altos; servem de alerta para que não percamos de vista a grande desigualdade que as cifras evidenciam e a necessidade de políticas públicas voltadas para a equidade de gênero e raça.

PEA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

A análise da distribuição percentual, por sexo, de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas mostra que mais de 60% dos homens estão inseridos no mercado de trabalho como empregados, quase 30% são por “conta própria”, cerca de 6% são empregadores e menos de 1% é de empregados domésticos. No caso das mulheres ocupadas, as empregadas não chegam a 60%, as trabalhadoras domésticas e as que trabalham por conta própria ficam em torno de 20% e as empregadoras representam cerca de 3%. Comparativamente, as mulheres possuem maior porcentagem de trabalhadoras domésticas e os homens, maior porcentagem trabalhadores por “conta própria”.

O trabalho doméstico tem ocupado um lugar central na reflexão de pesquisadoras feministas (Delphy Kergoat, Hirata, Araújo), pois ele encerra uma das contradições profundas das sociedades, que remuneram o trabalho realizado na esfera pública, mas ignoram atividades voltadas para a manutenção do espaço doméstico – cruciais para manter a vida individual e coletiva (Ávila, 2007: 43). Só por meio da análise da relação entre atividades domésticas e atividades remuneradas é que se pode compreender de forma marcante as desigualdades das relações de trabalho entre e para as mulheres.

Há dupla concepção para o mesmo trabalho doméstico: a) atividade não remunerada realizada por donas de casa; b) prestação de serviços nos lares de outras famílias. A primeira é qualificada como algo voluntário, gratuito, oriundo da dedicação aos familiares, enquanto a segunda é uma atividade profissional desempenhada por grande parte das mulheres brasileiras, sobretudo pelas mulheres negras. Como uma prestação de serviços, o trabalho doméstico remunerado enseja um vínculo de trabalho, podendo ser formalizado através da carteira assinada e de certos (e geralmente reduzidos) benefícios. O trabalho das mulheres no âmbito de suas próprias famílias não é tratado como um produto, uma vez que não se converte em renda monetária. Há assim uma desvalorização do autoconsumo (Ávila, 2007: 46).

De modo geral, o trabalho doméstico (remunerado ou não) não é percebido como parte da organização do tempo social, sendo concebido como parte das atribuições fe-

mininas, uma extensão de sua natureza destinada a servir. Esta percepção se contrapõe àquela acerca do tempo despendido em atividades laborais realizadas fora da esfera da casa, visto como diacrônico e cumulativo. O **TRABALHO DOMÉSTICO** é tratado como uma categoria à parte dos demais empregos e, em razão de seu estatuto profissional especial, permanece como uma grande dimensão estruturante das desigualdades de gênero e raciais no país.

Verifica-se que em qualquer situação as mulheres ganham menos que os homens, mas a diferença de rendimentos varia com o tipo de ocupação. Entre os/as empregados/as, o rendimento das mulheres situava-se em torno de 90% em relação àquele referente aos homens; entre os/as empregadores/as, chegava a quase 80%, e a maior desigualdade encontrava-se entre os/as trabalhadores/as por conta própria, pois as mulheres nesta situação ganham apenas dois terços do rendimento dos homens. Para avaliar os diferenciais salariais entre homens e mulheres, é preciso controlar o rendimento por horas trabalhadas, tipo de ocupação e idade das pessoas.

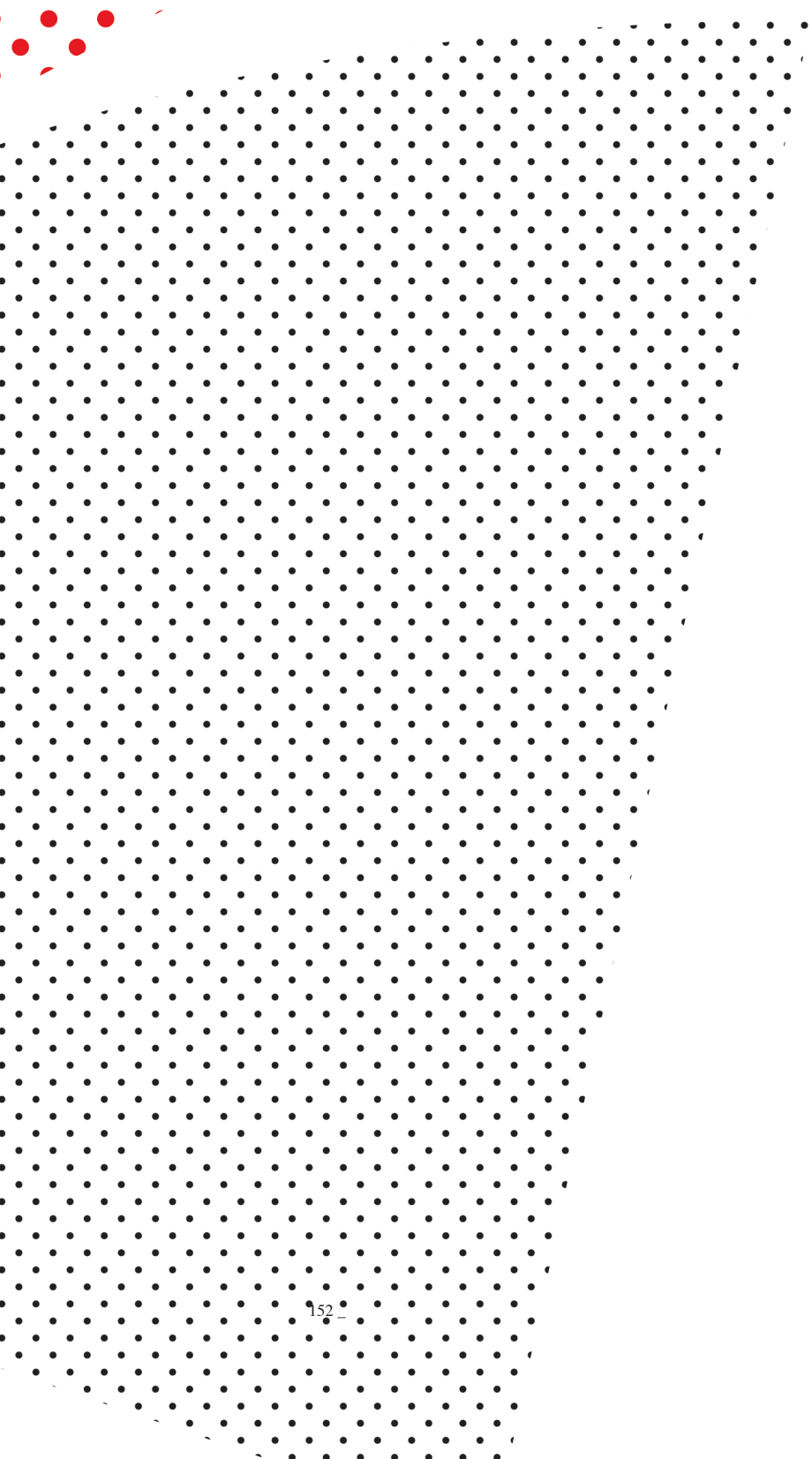
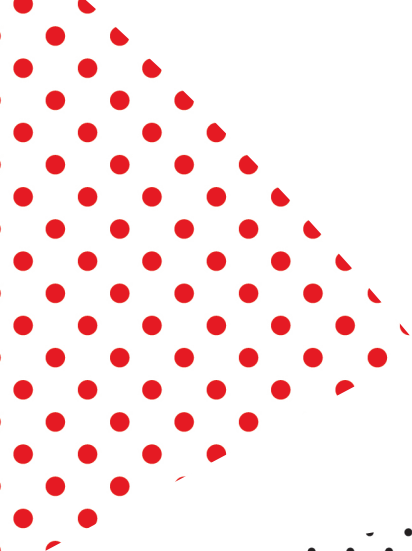
Em trabalho recente, Oliveira e Guimarães (2009) mostram que o hiato entre os rendimentos de mulheres das coortes mais jovens e os dos seus congêneres homens é bastante assemelhado.

A distribuição das pessoas ocupadas segundo o número de horas trabalhadas na semana de referência da pesquisa, em 2007, indica que as mulheres predominam nas jornadas de trabalho com menos de 40 horas semanais e os homens naquelas de 40 ou mais horas. Os/As ocupados/as em jornadas com menos de 40 horas compõem 20% dos homens e 43% das mulheres. Este fato pode explicar em parte os menores rendimentos das mulheres no mercado de trabalho, mas precisa ser analisado no contexto das responsabilidades femininas quanto ao trabalho reprodutivo.

Do total dos empregados no setor doméstico, cerca de 93% são mulheres, existindo um predomínio de crianças, jovens e mulheres negras com baixa renda no desempenho desta função. Se, por um lado, as mulheres negras de baixa renda encontram no trabalho doméstico um espaço laboral relativamente estável, o baixo status desta ocupação coloca-as em um patamar depreciado na hierarquia social e econômica, não oferecendo muitas oportunidades de ascensão social. O trabalho doméstico permanece associado a características raciais e regionais e há uma interseção entre ambas. Mantém-se em nossa sociedade o mito – legado da escravidão – da grande capacidade de homens negros e mulheres negras para trabalhos braçais. Igualmente, persiste a crença sobre a “lentidão” e uma menor capacidade mental de pessoas provenientes de algumas regiões do país, como o Nordeste, que as torna aptas apenas para trabalhos domésticos, como segurança, faxina, cuidado de crianças ou outras similares, fora do leque de trabalhos intelectuais.

A discriminação racial e os lugares socialmente associados às pessoas negras imbricam-se com a condição de pobreza em que vive grande parte desta população no Brasil, numa interseção entre desigualdades sociais, étnico/raciais e de gênero.

Segundo dados da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, mais de 500 mil meninas estão no trabalho doméstico. Elas não têm direito de brincar porque precisam cuidar de outras crianças, limpar, lavar, passar, cozinhar. É muito trabalho e a escola fica em segundo plano. Pela lei (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990), o trabalho doméstico é proibido para menores de 16 anos. A partir daí, as adolescentes têm direito à carteira assinada, ao salário mínimo, a férias, 13º, descanso remunerado. A mesma lei proíbe o trabalho noturno entre 22h e 5h para adolescentes.



DESEMPREGO E INFORMALIDADE

O DESEMPREGO ATINGE HOMENS E MULHERES DE FORMA DISTINTA?

EM SUA CIDADE, QUAIS AS POSSIBILIDADES DE “BICOS” OU TRABALHOS INFORMAIS PARA HOMENS E MULHERES?

HÁ UMA SEGREGAÇÃO DE GÊNERO PARA OS “BICOS” OU TRABALHOS INFORMAIS POSSÍVEIS? DE QUE FORMA E POR QUAIS MOTIVOS?

HÁ AQUELES E AQUELAS QUE ROMPEM ESSES LIMITES? COMO ESSAS PESSOAS SÃO VISTAS?

A População Economicamente Ativa (PEA) feminina tem crescido mais rapidamente do que a masculina, mas o desemprego de mulheres se mantém mais elevado do que o de homens desde a década de 1980. A oferta de trabalho feminino aumenta em ritmo superior ao crescimento da demanda. Entre as explicações para o maior desemprego feminino, três merecem destaque:

1. Um dos fatores que contribuem para o desequilíbrio entre oferta e demanda é a segregação ocupacional, que torna o leque de profissões femininas mais estreito que o masculino. Assim, ao oferecer mais opções para os homens, o mercado atingiria

um equilíbrio em um nível mais baixo de desemprego masculino, enquanto a disputa pelas poucas ofertas de emprego feminino torna o desemprego das mulheres um fenômeno mais frequente;

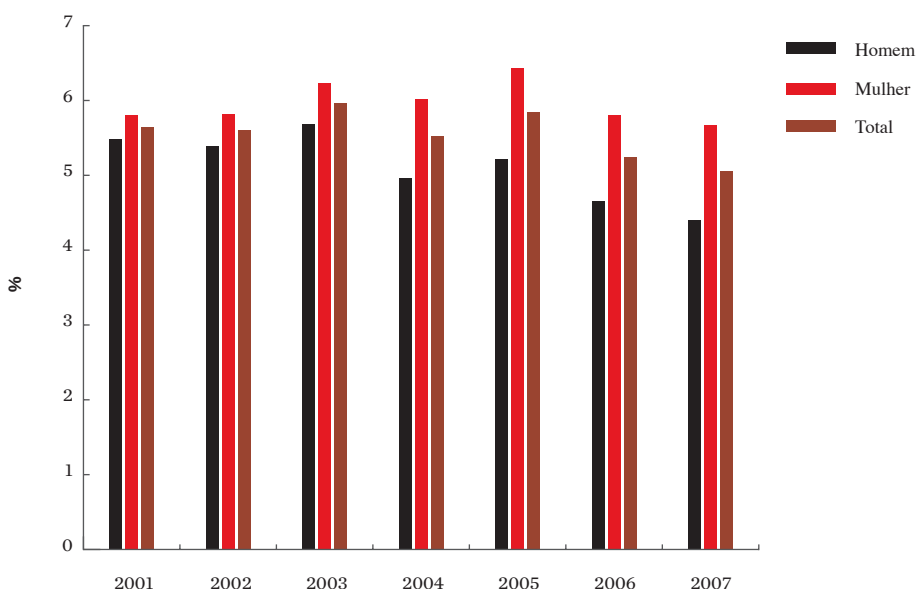
2. A divisão sexual do trabalho, que incumbe preferencialmente as mulheres das tarefas domésticas e do cuidado com os/as filhos/as e dos/das idosos/as no domicílio, torna mais difícil compatibilizar o emprego fora do local de residência com os afazeres domésticos. Enquanto o homem pode optar por um emprego que o afaste a maior parte do dia (ou da semana) da rotina familiar, a mulher precisa, em geral, conciliar trabalho e família, e suas opções são mais limitadas;

3. As mulheres são comumente mais vulneráveis à falta de segurança pública e no trabalho. Os padrões culturais sexistas da sociedade dificultam a entrada da mulher em algumas ocupações consideradas inseguras ou exercidas em horários incompatíveis com o cuidado familiar, por exemplo, vigia e segurança noturno.

O Gráfico 16 mostra as **taxas de desemprego aberto**, por sexo, da população brasileira de 10 anos e mais a partir das PNADs. As taxas de desemprego são maiores para as mulheres em todo o período, embora o desemprego total esteja caindo desde 2003.

GRÁFICO 16:

TAXAS DE DESEMPREGO DE PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO, BRASIL, 2001-2007



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 a 2007

PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO – PNPE

Em geral, o mercado de trabalho exige experiência para a contratação de empregados e os jovens levam desvantagem neste quesito. As maiores taxas de desemprego de jovens encontram-se no grupo etário 18 a 19 anos, tanto para homens quanto para mulheres, e diminuem com o avanço da idade. Por conta disto, é importante que haja **POLÍTICAS DE APOIO AO PRIMEIRO EMPREGO** e para a qualificação da juventude eficazes, em especial para mulheres jovens.

Quanto ao grupo de 10 a 14 anos, chamamos a atenção para a necessidade de maiores esforços do Estado, das famílias e da sociedade para a erradicação do trabalho infantil. Temos demonstrado com os vários dados o quanto a escolarização concorre para o desenvolvimento do país; crianças e adolescentes devem estar na escola, ao invés de trabalhando muitas vezes em atividades insalubres. De acordo com o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/2003), o trabalho de adolescentes é permitido apenas a partir dos 16 anos e na condição de aprendizes.

As políticas de emprego focalizadas são necessárias em decorrência do grau de informalidade no mercado de trabalho, que é sempre maior para o sexo feminino. Contudo, também neste quesito, os diversos indicadores do grau de informalidade apontam uma tendência de queda no período denominado de “quinquênio virtuoso”.

O fato positivo é que se tem reduzido a percentagem de entrada da mulher em ocupações caracterizadas por **“PERDA DE DIREITOS LEGAIS”**.

REDUÇÃO DA ENTRADA DA MULHER EM OCUPAÇÕES COM “PERDA DE DIREITOS LEGAIS”

No caso do trabalho doméstico nos últimos 30 anos, há legislação e avanços nas leis. Aquela que regulamenta o trabalho doméstico é a Lei 5.859/1972, além do Decreto 71.885/1973. Alguns pontos são determinados pela Constituição de 1988, pela CLT e por decretos específicos. O Ministério do Trabalho traz em seu site as leis e os decretos por tema. O importante é que sejam concretizados e seguidos em todo o país. Para isso, leis e decretos precisam ser cada vez mais conhecidos. Para saber mais, veja em http://www.mte.gov.br/trab_domestico/trab_domestico_direitos.asp

PREVIDÊNCIA

Em contraposição às desigualdades do mercado de trabalho que desfavorecem as mulheres, a previdência social é um exemplo de política pública que tem como efeitos reduzir as iniquidades de gênero no país. A Tabela 2 mostra que, ao contrário do que acontece na PEA, as mulheres predominam na população coberta pela previdência social. Considerando-se somente os/as aposentados/as, os homens são maioria, como era de se esperar, mas as mulheres são ampla maioria entre os/as pensionistas. Somando-se aposentados/as e pensionistas, as mulheres eram 10,2 milhões em 2001 e passaram para 12,9 milhões em 2008, enquanto os homens correspondiam a 8,1 milhões e 9,8 milhões nestes anos.

Nota-se que a população de aposentados/as e pensionistas é maior do que toda a população igual ou maior de 60 anos. Entre as pessoas que acumulam aposentadoria e pensão, o sexo feminino também predomina e as mulheres já somavam 1,6 milhão de pessoas nesta situação, em 2008. Isto contribui para diminuir ou até reverter o hiato de rendimento por gênero na população idosa do Brasil. A política previdenciária brasileira introduz um viés favorável para as mulheres, uma vez que estas contribuem por menos tempo de trabalho e passam mais tempo como beneficiárias.

Sua importância é significativamente maior para as mulheres, dado que estas têm menor acesso ao mercado de trabalho nas idades avançadas e menor capacidade contributiva e de poupança ao longo da vida laboral, como resultado da dupla jornada de trabalho, da maternidade e da precariedade da trajetória da vida ativa (Wajzman et al., 2008: 13).

GLOSSÁRIO

População Economicamente Ativa – PEA – é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa. Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. A população ocupada é composta pelas pessoas que trabalham, incluindo empregados, por conta própria, empregadores e não-remunerados (aprendiz, estagiário). A população desocupada corresponde às pessoas que não estão trabalhando, mas procuram por emprego. Ver mais em www.ibge.org.br e <http://www.ibge.gov.br>

TABELA 2:

POPULAÇÃO DE 60 ANOS E MAIS E PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, APOSENTADAS E/OU PENSIONISTAS, NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO SEXO, BRASIL – 2001-2008 - EM MIL PESSOAS

SEGMENTOS	SEXO	ANO							
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
População de 60 anos e mais	TOTAL	15.333	16.176	16.920	17.663	18.214	19.077	19.955	21.040
	HOMEM	6.780	7.120	7.453	7.771	7.988	8.406	8.838	9.214
	MULHER	8.553	9.055	9.466	9.892	10.225	10.672	11.115	11.824
Total aposentados e pensionistas	TOTAL	18.296	19.125	19.980	20.046	20.870	21.201	22.126	22.784
	HOMEM	8.065	8.363	8.763	8.735	9.047	9.201	9.623	9.862
	MULHER	10.232	10.762	11.216	11.311	11.823	12.000	12.503	12.922
Somente aposentadas	TOTAL	13.252	13.829	14.328	14.206	14.531	14.853	15.273	16.195
	HOMEM	7.627	7.907	8.235	8.201	8.403	8.557	8.771	9.082
	MULHER	5.625	5.922	6.093	6.005	6.128	6.296	6.502	7.113
Somente pensionistas	TOTAL	4.059	4.202	4.416	4.567	4.856	4.757	5.292	4.783
	HOMEM	341	347	395	406	477	437	642	531
	MULHER	3.718	3.855	4.021	4.160	4.379	4.321	4.651	4.252
Aposentadas e pensionistas	TOTAL	986	1.094	1.235	1.273	1.482	1.590	1.561	1.807
	HOMEM	97	108	133	128	166	207	210	249
	MULHER	889	985	1.102	1.146	1.316	1.383	1.351	1.557

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 a 2008

GLOSSÁRIO

Taxas de desemprego aberto - nas pesquisas mensais de trabalho da população brasileira de 10 anos e mais, feitas pelo IBGE, há geração de indicadores para a Taxa de Desemprego Aberto, que traz a relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas num determinado período de referência. As pessoas desocupadas estão divididas entre as que nunca trabalharam e as que já trabalham. A Taxa pode ser também por setor de trabalho. As maiores taxas de desemprego de jovens estão na faixa etária de 18 a 19 anos, tanto para homens quanto para mulheres, diminuindo conforme as pessoas adquirem maior idade. Observa-se que o desemprego feminino é sempre maior do que o masculino, exceto na faixa 10 a 14 anos.



DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA

QUAIS INDICADORES PODEM CONTRIBUIR PARA QUE O QUESTIONAMENTO À DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO SAIA DO ÂMBITO PRIVADO?
QUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PODEM CONTRIBUIR PARA UMA MELHOR GESTÃO DOS CONFLITOS VIVIDOS PELAS MULHERES QUE ESTÃO NO MERCADO DE TRABALHO?

Se as mulheres ocupadas inserem-se em jornadas de trabalho mais curtas, o contrário acontece com os **afazeres domésticos**, que correspondem aos trabalhos realizados na esfera da reprodução, mas que não são contabilizados na população economicamente ativa.

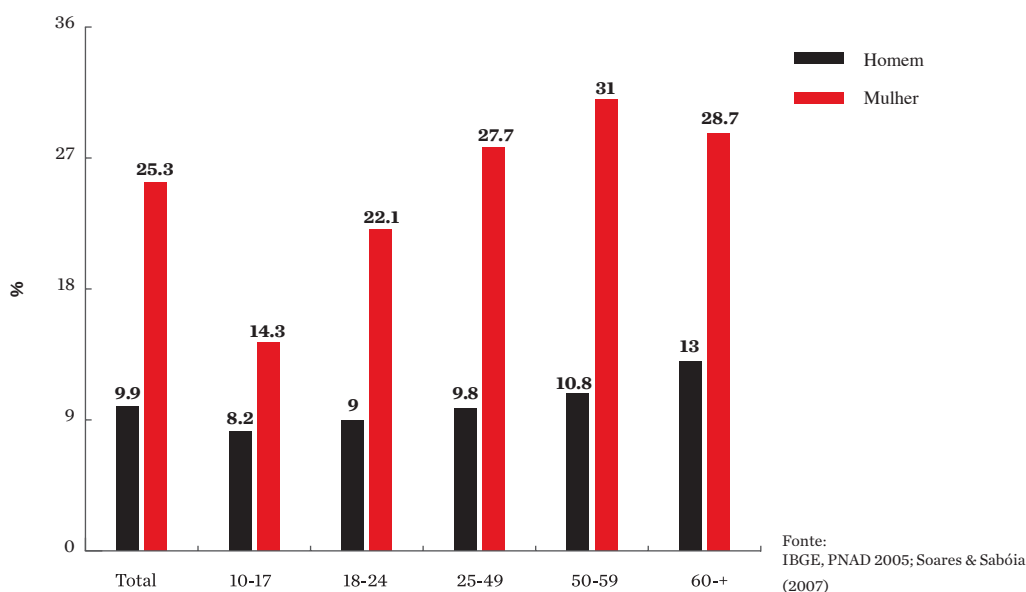
No país, 109,2 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade declararam exercer atividades relacionadas com os afazeres domésticos; sendo que, deste conjunto, 71,5 milhões são mulheres. Em termos absolutos, é a população adulta de 25 a 49 anos de idade que mais realiza afazeres domésticos. Não obstante, considerando a população em cada grupo etário, observa-se que é a população de 50 a 59 anos de idade que despende a maior parte do seu tempo em afazeres domésticos (24,3 horas semanais). As desigualdades de gênero na realização dessas atividades

Verificou-se que somente 51,1% dos homens realizam afazeres domésticos enquanto entre as mulheres esse percentual é de 90,6%.

são ainda mais visíveis quando se considera a população total de acordo com o sexo e os grupos de idade. Verificou-se que somente 51,1% dos homens realizam afazeres domésticos enquanto entre as mulheres esse percentual é de 90,6%. É no Nordeste que se observa a menor participação dos homens nos afazeres domésticos (46,7%), enquanto no Sul se evidencia a maior taxa (62%). Uma possível explicação para esta participação um pouco mais baixa dos homens nordestinos nos afazeres domésticos pode estar ligada aos aspectos culturais locais, que valorizam o “machismo”, já que existe uma forte correlação positiva entre a realização de afazeres domésticos e sexo feminino (Soares & Sabóia 2007: 10).

No Gráfico 17 verifica-se que, no total, as mulheres dedicavam 25,3 horas semanais aos afazeres domésticos, contra 9,9 horas dos homens. A análise por grupos etários mostra que o tempo dedicado aos afazeres domésticos cresce à medida que aumenta a idade para ambos os sexos, demonstrando a dinâmica do ciclo de vida do grupo familiar. Os/As filhos/as que moram com pais e mães dedicam menos tempo aos afazeres domésticos; contudo, o grande contraste é entre o tempo dedicado aos afazeres domésticos por cada sexo, demonstrando que **na esfera do cuidado reside o núcleo da desigualdade de gênero.**

GRÁFICO 17:
NÚMERO MÉDIO DE HORAS SEMANAIS GASTAS EM AFAZERES DOMÉSTICOS DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE, BRASIL – 2005



O maior envolvimento das mulheres com os afazeres domésticos explica em grande parte a sua menor jornada no mercado de trabalho. A divisão do tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo depende também do tipo de família e da presença de filhos/as. Entre os casais de dupla renda sem filhos/as, a parcela de homens que realiza afazeres domésticos é de 72,5% e estes homens dedicam 9,36 horas semanais contra as 20,12 horas das mulheres. Já para os demais casais, a parcela de homens que realiza afazeres domésticos cai para 51% e os homens dedicam apenas 9,9 horas contra 36,5 horas das mulheres. A soma das horas dedicadas ao trabalho produtivo e aos afazeres domésticos mostra que, considerando-se a dupla jornada, as mulheres trabalham mais do que os homens, sendo que a diferença cresce com o aumento do número de filhos/as (Barros, 2009).

CONCILIAÇÃO ENTRE TRABALHO PRODUTIVO E FAMÍLIA

As formas com que as pessoas lidam com os desafios do trabalho e da vida familiar são marcadas pelas desigualdades de gênero. As desvantagens vivenciadas pelas mulheres afetam a renda, o compromisso, a estabilidade nos postos de trabalho e a qualidade de vida de todos os membros da família. A despeito destas desvantagens, as mulheres, como vimos, estão se inserindo progressivamente nas atividades produtivas.

Em pesquisa recente, Bruschini e Ricoldi (2009) concluíram que as trabalhadoras mais jovens que são chefes de famílias e têm filhos/as muito pequenos/as são as mais sobrecarregadas. **As políticas públicas mais adequadas para este segmento deveriam priorizar as creches e as jornadas de trabalho mais flexíveis** para compatibilizar a atividade profissional e o cuidado familiar; já as trabalhadoras com mais idade, cujos filhos/as são maiores, descrevem um cotidiano menos pesado. Para ambas existe a preocupação com a violência, o uso de drogas, o lazer e as atividades físicas. As trabalhadoras anseiam por políticas públicas que garantam escola para os/as filhos/as, segurança, transporte e espaços públicos de lazer para toda a família.

O desenvolvimento insuficiente de políticas públicas que permitam redistribuir ou socializar os custos dos cuidados familiares e o baixo nível de abrangência das políticas existentes confirma que **a gestão das demandas conflitivas entre família e trabalho permanece, em grande medida, um assunto privado**. O tema não é tratado como prioridade social e política. A legislação trabalhista brasileira provê um conjunto de medidas relativas às licenças do trabalho para cuidar de assuntos fami-

Buscar fórmulas de conciliação entre a atividade laboral e as tarefas de cuidado não é apenas assunto de negociação entre homens e mulheres, mas também entre o Estado, o mercado e a sociedade em geral.

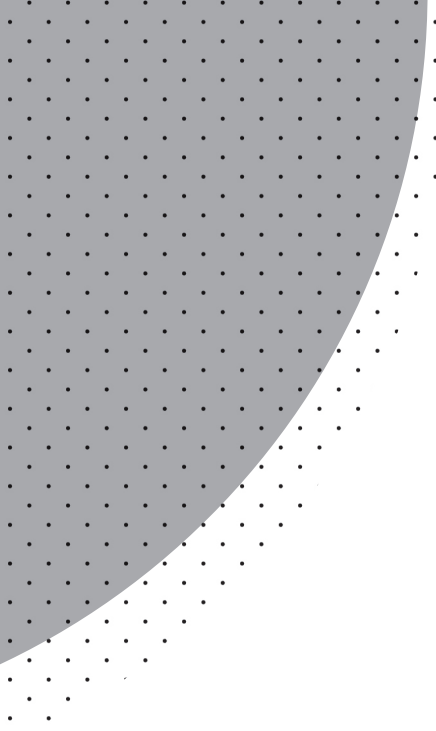
liares com cobertura limitada, que só se aplicam aos/as trabalhadores/as registrados/as que representam menos da metade da força de trabalho ativa no país.

A significativa presença do trabalho informal no país, à exceção de pequena redução na última década, indica que um contingente muito grande de trabalhadores/as encontra-se desprotegido de direitos trabalhista básicos, notadamente os cônjuges e as pessoas de referência de famílias monoparentais (a maioria mulheres) que estão proporcionalmente mais representadas no segmento informal da economia. Além de regular apenas o segmento formalizado do mercado de trabalho, a legislação trabalhista contém um claro viés de gênero, uma vez que os benefícios concedidos por ela focalizam prioritariamente os direitos reprodutivos das mulheres, garantindo, entre outros, a estabilidade para a gestante, a licença maternidade de 120 dias e creches nos primeiros meses de vida dos/as filhos/as de mães trabalhadoras. Aos homens é garantida a licença-paternidade de cinco dias corridos após o nascimento ou a adoção de filho/a, com ônus para o empregador. Assim, as políticas são pouco efetivas para garantir a articulação entre trabalho e necessidades familiares ao longo de todas as etapas da vida familiar dos/as trabalhadores/as (Sorj & Machado, 2007).

A conciliação entre vida familiar e atividade laboral constitui um dos maiores desafios de nosso tempo. Buscar fórmulas de conciliação entre a atividade laboral e as tarefas de cuidado não é apenas assunto de negociação entre homens e mulheres, mas também entre o Estado, o mercado e a sociedade em geral.

GLOSSÁRIO

Afazeres domésticos – a PNAD/IBGE coleta informações acerca das pessoas de 10 anos ou mais de idade sobre afazeres domésticos. Estes constituem as atividades realizadas na moradia e que não contabilizam como trabalho na PEA: a) arrumar ou limpar toda a moradia ou parte dela; b) cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando ou não aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si mesma ou para outros/as moradores/as; c) orientar ou dirigir trabalhadores/as domésticos/as na execução das tarefas domésticas; d) cuidar de filhos/as ou menores moradores; e) limpar o quintal ou o terreno que circunda a residência. Basta a realização de apenas uma das tarefas arroladas para a pessoa ser enquadrada na categoria.



DESIGUALDADES DE GÊNERO NA POLÍTICA E “EMPODERAMENTO”

SE AS MULHERES SÃO MAIORIA NA POPULAÇÃO,
POR QUE NÃO O SÃO NA REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA? MULHERES VOTAM EM MULHERES?
POR QUÊ?
AS MULHERES NÃO GOSTAM DE POLÍTICA
PARTIDÁRIA?
NÃO GOSTAM DE OCUPAR LUGARES DE PODER?
OU HÁ OUTROS MOTIVOS? QUAIS?
VOCÊ ACHA QUE AS COTAS PARA MULHERES NOS
PARTIDOS PODEM DIMINUIR AS DESIGUALDADES DE
REPRESENTAÇÃO?
QUE OUTRAS MEDIDAS PODERIAM SER ADOTADAS?

O conceito “**empoderamento das mulheres**” foi consolidado nas Conferências Internacionais do Cairo/94 e Beijing/95, a partir da contribuição dos movimentos de mulheres que lutavam contra a exclusão social, a violência de gênero e a situação subalterna do sexo feminino na sociedade e na família. Empoderamento representa uma maneira inovadora de enfrentar as desigualdades de gênero existentes tanto na esfera pública quanto na privada e estimula a ampliação das capacidades individuais, como o acesso às fontes de poder.

O termo “empoderamento das mulheres” foi concebido para ser aplicado a todas as esferas da vida social e política em que podem ser identificadas desigualdades marcantes entre homens e mulheres: as relações afetivas e pessoais, a sexualidade, a família, os espaços de trabalho e as instituições públicas e privadas. Nesta unidade, contudo, estamos restringindo o uso do conceito à esfera pública. No Brasil, nas últimas décadas, sem dúvida, as mulheres avançaram na ocupação dos espaços de relações de poder comunitários e associativos. Porém, avançaram pouco na ocupação de espaços de poder mais hierarquizados e institucionalizados. Ainda é mínima a participação feminina no topo dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

A PRESENÇA FEMININA NAS ELEIÇÕES E NOS PODERES DA REPÚBLICA

Durante a maior parte da história do Brasil, as mulheres estiveram distantes da vida pública e tinham como destino os espaços privados e a convivência familiar. Neste curso já nos referimos ao **MOVIMENTO SUFRAGISTA**, responsável pela ampla mobilização para a conquista do direito das mulheres brasileiras de votarem, o que aconteceu em 1932. O novo ambiente econômico e social, criado a partir das lutas e dos ideais que impulsionaram a **Revolução de 1930**, abriu uma época de transformação de uma sociedade agrária e rural para uma sociedade urbana e industrial.

MOVIMENTO SUFRAGISTA

As sufragistas brasileiras capitaneadas pela bióloga Bertha Lutz (1894-1976) e pela engenheira Carmem Portinho (1903-2001) criaram organizações, polemizaram na imprensa, escreveram discursos e peças de teatro. Mesmo sem direito ao voto, para chamar a atenção da sociedade, criaram o Partido Republicano Feminino. Isso em 1910. Finalmente, em 1932, o Colégio Eleitoral estendeu o voto às mulheres alfabetizadas. A primeira brasileira eleita foi a médica Carlota Pereira de Queirós (1892-1982), deputada federal por São Paulo. Foi de sua autoria o projeto para a criação de serviços sociais no país. Nesses anos, a sociedade brasileira avançou muito na questão. No Legislativo, a força das deputadas conseguiu vitórias, como a criminalização do Assédio Sexual e a Lei Maria da Penha – ferramentas para as mulheres se defenderem da violência sofrida no trabalho e dentro de casa. As senadoras, apesar de serem apenas 12,3% do total, também fazem barulho. Dados tirados do artigo de Fernanda Pompeu “Mulheres ampliam participação política no Brasil”. Disponível em <http://br.noticias.yahoo.com/s/15032010/48/manchetes-voto-disputa-eleitores-mulheres-ampliam.html> Acesso em 21/03/2010.

Nas décadas seguintes, as mulheres foram gradativamente conquistando espaços na educação, nos esportes, no mercado de trabalho – inclusive na base dos três poderes da República – e na expansão do eleitorado.

O crescimento das mulheres no eleitorado brasileiro também foi inicialmente lento, mas acelerou nas últimas décadas do século XX. As mulheres somavam 12 milhões de eleitoras contra 22 milhões de eleitores em 1974, representando um terço do eleitorado. Nas eleições de 2008, existiam quase 5 milhões de eleitoras a mais do que eleitores e as mulheres chegavam, em números redondos, a 52% do eleitorado (Alves & Cavenaghi, 2008).

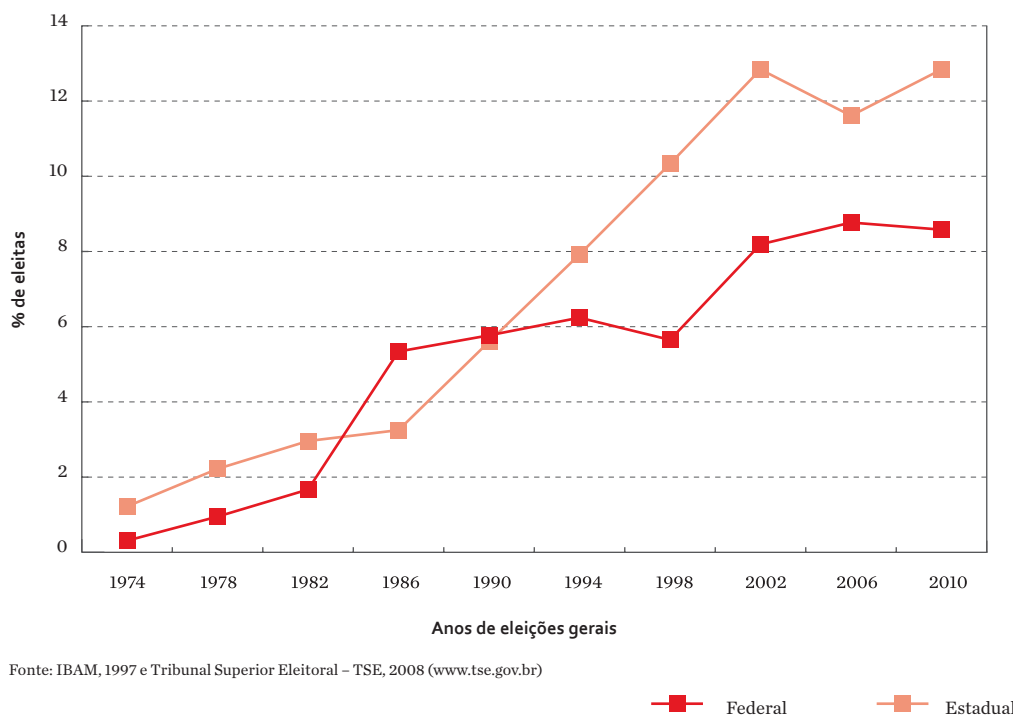
Contudo, a maioria no voto não chegou a transformar a participação por gênero nos diversos níveis da representação parlamentar. As mulheres brasileiras continuam sub-representadas no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Nas eleições de 1974 foram eleitas uma deputada federal (representando 0,31% do total de deputados) e 11 deputadas estaduais (1,2% do total). Nas eleições seguintes, o número de deputadas aumentou e, nas eleições gerais de 2006, foram eleitas 45 deputadas federais (8,2% do total) e 133 estaduais (12,8%) – Confira no Gráfico 18. Nas eleições de 2010 foram eleitas 44 deputadas federais e 136 deputadas estaduais.

Nota-se que a porcentagem de deputadas estaduais quase sempre (com exceção de 1986, quando se elegeu a Assembleia Constituinte) é maior do que a de deputadas federais e apresentou um crescimento mais contínuo até 2002, sofrendo uma redução em 2006. Os dados mostram que a paridade da representação parlamentar está longe de ser conquistada.

***Os dados mostram
que a paridade
da representação
parlamentar
está longe de ser
conquistada.***

GRÁFICO 18:

PORCENTAGEM DE MULHERES DEPUTADAS FEDERAIS E ESTADUAIS, BRASIL – 1974-2010



NOVAS REGRAS ELEITORAIS

Novas Regras eleitorais aprovadas no Congresso Nacional – Em 2009 foi acatado pela Câmara Federal um substituto que prevê uma reserva de 5% do fundo partidário para promoção de atividades de incentivo à participação política feminina, e de 10% do tempo dos partidos no rádio e na TV para as mulheres, nos anos eleitorais ou não. Anteriormente não existia percentual. Agora, se o partido não destinar o percentual para esta finalidade, no ano seguinte terá que acrescentar mais 2,5% do fundo partidário como sanção pelo não-cumprimento da lei.

Os avanços na representação política das mulheres brasileiras têm sido pequenos e não têm acompanhado os avanços ocorridos no resto do mundo. O percentual de mulheres no Parlamento no Brasil é menor do que em outras regiões com nível de desenvolvimento mais baixo. Na América Latina e no Caribe, o Brasil estava em um dos últimos lugares no ranking da participação feminina nos Parlamntos. Em 2009, o Brasil só possuía taxas de participação maior do que o Haiti e a Colômbia, perdendo para todos os outros

países, em uma lista de 29 Parlamntos (Alves & Araújo, 2009).

Um dos motivos que explicam o diferencial de participação feminina no Brasil e no resto do mundo é a forma como a política de cotas foi adotada no país, que reserva um número de vagas para as candidaturas femininas, mas não obriga os partidos a preencherem estas vagas. Devem se considerar os avanços previstos com as **NOVAS REGRAS ELEITORAIS** aprovadas no Congresso Nacional, em setembro de 2009, válidas para as eleições de 2010. Além de garantir uma parcela do tempo de propaganda e um percentual do fundo partidário para as mulheres, a lei inova no sentido de fazer as cotas funcionarem como um piso e não como um teto. É provável que o percentual de candidatas fique acima de 30%, tendendo a elevar o percentual de mulheres eleitas.

Nas eleições majoritárias do Senado, onde não existem cotas, a primeira senadora foi eleita em 1990 e o percentual de mulheres passou de 1,2% na legislatura 1991-1999 para 12,4% na de 2007-2015. Para as administrações estaduais, a primeira governadora foi eleita no país em 1994, sendo que atualmente existem três governadoras, representando 11,1% do total das Unidades da Federação.

No âmbito da administração pública federal, as mulheres são maioria no funcionalismo público, mas participam gradativamente menos dos cargos de assessoramento superior (DAS). **Nos DAS1 as mulheres chegavam a 45,5% em 2000, nos DAS2 eram 40%, mas nos DAS5 e 6, de maior poder, prestígio e valor, elas representavam somente 15%** (Piovesan, 2006). Na presidência das empresas estatais, a presença feminina é praticamente nula.

Levantamento elaborado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), realizado entre 15/01 e 02/02 de 2009 junto às prefeituras das 26 capitais brasileiras, mostrou um quadro de sub-representação feminina em seus recém-nomeados secretariados, sendo 79 secretárias (19,85%) e 319 secretários (80,15%) em 398 secretarias municipais. Embora baixo, o índice

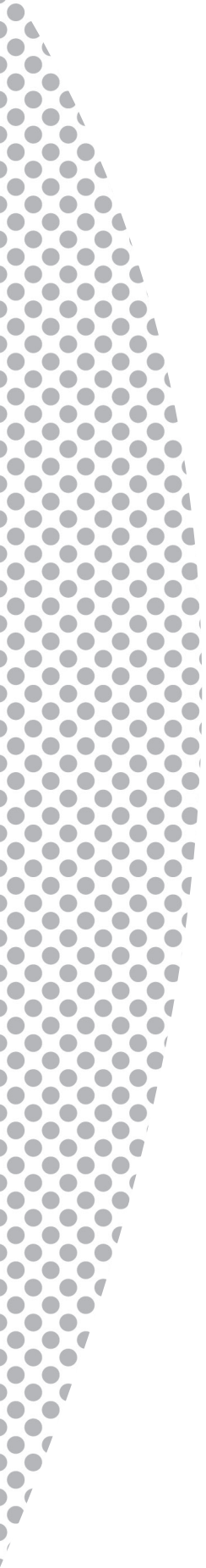
*No âmbito da
administração
pública federal,
as mulheres
são maioria no
funcionalismo
público, mas
participam
gradativamente
menos dos cargos
de assessoramento
superior (DAS).*

de 20% de mulheres em secretarias nas capitais é superior ao de prefeitas (9,09%) e vereadoras (12,53%) eleitas em 2008. Na região Sul, o percentual de secretárias municipais foi de somente 7,4%, enquanto na região Norte chegou a 32%. No plano estadual, apenas 16,48% das secretarias estaduais e do Distrito Federal são administradas por mulheres. Das 528 secretarias existentes, 87 são dirigidas por mulheres e 441 por homens; **73,56% das pastas relacionadas a políticas sociais estão sob responsabilidade feminina.**

No Poder Judiciário, a representatividade feminina nos Tribunais Superiores é também extremamente reduzida. Até 1995, nenhuma mulher ocupava cargo nas instâncias superiores. Em 1998, a participação feminina subiu para 2%; em 2001, para 8,2%; e em 2003, para 9,09% (Piovesan, 2006). As mulheres já são maioria entre os/as formados/as nos cursos de Direito, mas na primeira instância jurisdicional, as mulheres ocupam 30% dos postos do Supremo Tribunal Federal (STF). **Até 2000, nenhuma mulher havia sido ministra do STF. Apenas em 2001' houve a indicação da ministra Ellen Grace Northfleet.** No Superior Tribunal de Justiça (STJ), composto por 28 ministros, em 2004 havia quatro ministras. Já o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem 16 ministros e apenas uma ministra. **É importante assinalar que, na primeira instância, o número de juízas do trabalho supera o de juízes.** Além da baixa participação de mulheres nas altas cortes de Justiça, **a representatividade feminina é nula nos Tribunais Superiores Eleitoral e Militar.**

empoderamento das mulheres - empoderamento é a tradução não-dicionarizada do termo inglês empowerment. Denota o processo pelo qual as mulheres ganham poder interior para expressar e defender seus direitos, ampliar sua autoconfiança, identidade própria e autoestima e, sobretudo, exercer controle sobre suas relações pessoais e sociais (Hera, 1998).

Revolução de 1930 - Em seu livro *Revolução de 1930: historiografia e história* (São Paulo: Brasiliense, 1972), o historiador e cientista político Boris Fausto relata que houve uma remodelação econômica no Brasil em face das mudanças mundiais e da crise de 1929. Acabou a hegemonia da burguesia do café e surgiu um novo grupo social com o desenvolvimento da indústria. A revolução foi liderada por Getúlio Vargas, que tomou posse em 1930. A partir de então, acelerou-se o processo de urbanização e a burguesia começou a participar cada vez mais da vida política. Cresceu a classe operária e foram criadas várias leis de garantia de direitos dos/as trabalhadores/as. No entanto, em 1937, Vargas dá um golpe de Estado, cria o Estado Novo (1937-1945), fecha o Congresso Nacional, extingue os partidos políticos, outorga uma nova Constituição e nomeia interventores para governarem os estados. Estas medidas silenciaram os movimentos sociais.



VIOLÊNCIA DE GÊNERO

EM BRIGA DE MARIDO E MULHER NÃO SE METE A COLHER?

QUAIS AS RESPONSABILIDADES DOS/DAS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE, AO SE DEPARAREM COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?

QUAIS AS RESPONSABILIDADES DA SOCIEDADE DE MODO GERAL?

QUAL A ESTRUTURA DE SERVIÇOS NECESSÁRIA E ADEQUADA AO ATENDIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA?

COMO PREVENIR A VIOLÊNCIA DE GÊNERO?

São inegáveis as conquistas sociais das mulheres brasileiras nas últimas décadas e a redução de algumas desigualdades de gênero. No entanto, a violência contra as mulheres ainda é uma questão social grave e com consequências diretas na vida, em geral, e na saúde sexual e reprodutiva. No texto sobre o “machismo latino”, procuramos mostrar como no Brasil e em vários outros países latino-americanos, a violência contra as mulheres não é somente praticada, mas muitas vezes também legitimada por parte da sociedade em “nome da honra”, principalmente quando envolve suspeita de infidelidade conjugal

23% de todas as mulheres estão sujeitas à violência doméstica. (...)

Dados indicam que 70% das agressões ocorrem dentro de casa e que o agressor é o próprio marido ou companheiro.

dela. A forma mais comum de violência contra as mulheres é o abuso cometido pelo companheiro, que envolve desde agressão psicológica e/ou física até relação sexual forçada. **O cenário mais real da violência doméstica ainda não é conhecido**, pois a agressão, na maioria das vezes, não é denunciada às autoridades, e a mulher busca ajuda com amigas ou dentro da família, quando não silencia totalmente.

No Brasil, uma pesquisa histórica de âmbito nacional, que forneceu dados sobre vitimização, data de 1988 e foi realizada como suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com algumas perguntas sobre agressão física. Naquela época, constatou-se que 63% dos casos de agressão física no espaço doméstico tinham a mulher como vítima. Em pesquisa internacional realizada pela Sociedade Mundial de Vitimologia, verificou-se que no Brasil **23% de todas as mulheres estão sujeitas à violência doméstica**.

Na década de 1980, no âmbito estadual, foram criadas as Delegacias de Defesa das Mulheres, que nos anos 1990 passaram a ser chamadas de Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAM). Cobrem somente 10% do território nacional (totalizavam 339, em 2005), embora estados como São Paulo apresentem uma boa cobertura. Dados coletados nestas delegacias indicam que 70% das agressões ocorrem dentro de casa e que o agressor é o próprio marido ou companheiro. Destas agressões, 40% resultam em lesões corporais graves.

A partir dos casos registrados nas delegacias, estudos analisando os processos abertos mostram que 81% dos casos se referem à lesão corporal dolosa, com abertura de casos na Justiça a partir das evidências de agressão, 5% correspondem a estupro ou atentado ao pudor e 8% a ameaças. Na maioria dos casos (60%), após a queixa não ocorre a separação conjugal. Os estudos mostram que 80% das mulheres têm entre 20 e 40 anos, com vida conjugal de longa duração, e que a violência ocorre mais entre pessoas com maior nível educacional. Este último dado deve ser motivo de maior investigação, pois a declaração da violência é tida, na maioria das vezes, como uma vergonha ou de res-

ponsabilidade exclusiva da mulher. Para chegar à denúncia, é necessário reconhecer-se como cidadã digna de direitos, ter informações quanto aos canais de denúncia e à rede de apoio às mulheres vítimas de violência.

Fator agravante para a não-declaração de atos de violência por parte da vítima é o receio quanto à forma com que será atendida, seja na delegacia, seja no serviço de saúde. **O medo de não ser ouvida**, de ser criticada, de ter que ficar horas esperando pelo atendimento diante de olhares penalizados, desconfiados ou de acusação **e o fato de sentir-se responsável pelo fracasso da relação, entre outros fatores, muitas vezes desencorajam e retardam uma tomada de atitude.**

É fato que muitos/as profissionais não recebem a devida preparação para lidar com situações de violência. Citamos como exemplo o atendimento a mulheres vítimas de violência sexual; há profissionais da saúde que desconhecem os procedimentos adequados: oferta de contracepção de emergência, proteção medicamentosa contra DST/HIV e profilaxia para hepatite B.

Estima-se que o Brasil perde cerca de 10,5% do seu PIB em decorrência da violência contra as mulheres, sem contar as perdas econômicas individuais a que estas mulheres estão sujeitas.

Em relação à legislação, houve mudanças significativas nas últimas décadas; uma delas se refere à substituição do Código Civil Brasileiro de 1916 que discriminava a mulher em várias situações, como ao permitir que o homem movesse ação para anular o casamento se descobrisse que “sua” mulher não era virgem e, da mesma forma, permitia aos pais e às mães utilizarem a “desonestidade da filha que vive na casa paterna” como motivo para deserdá-la. Em 2003, com a aprovação do novo código civil, foram instituídas a lei de criminalização do assédio sexual (**LEI 10.224/2001**), a de proibição de discriminação contra a mulher na legislação trabalhista (**LEI 9.029/1995**) e a de notificação de casos de violência contra mulheres atendidas nos serviços de saúde públicos e priva-

LEI Nº 10.224/2001

A Lei de Assédio Sexual, de 15 de maio de 2001, determina ser crime constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, fazendo prevalecer ser superior no exercício de emprego, cargo ou função.

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/LEIS_2001/L10224.htm Acesso em 20/03/2010.

dos **(LEI 10.778/2003)**. No entanto, o cumprimento destas leis ainda é matéria sujeita à avaliação nos próximos anos.

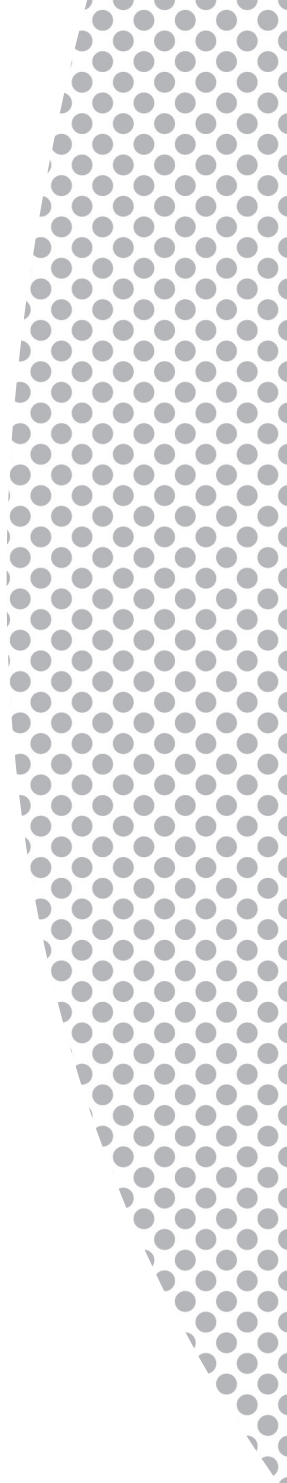
Outro ganho na esfera normativa é a Lei Maria da Penha, que será apresentada na próxima unidade sobre o histórico do “Movimento de Mulheres” e suas conquistas.

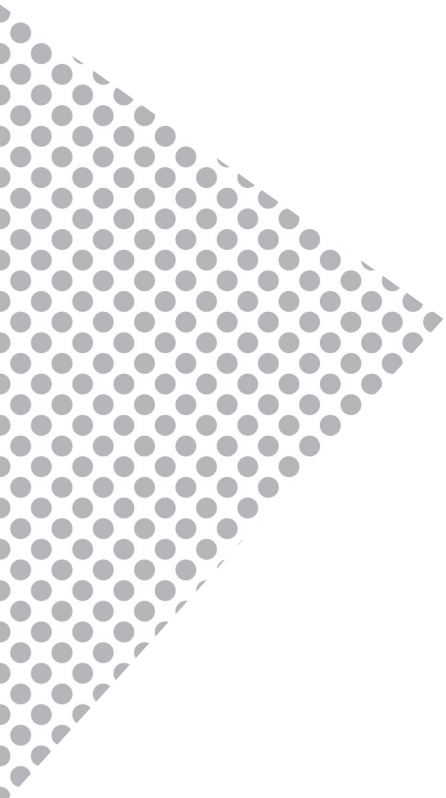
LEI 9.029/1995

A Lei de proibição de discriminação contra a mulher na legislação trabalhista proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho. Em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9029.htm Acesso em 20/03/2010.

LEI Nº 10.778/2003

A Lei de notificação de casos de violência contra mulheres, atendidas nos serviços de saúde públicos e privados, estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.778.htm> Acesso em 20/03/2010.





BALANÇO FINAL

O rápido panorama das transformações sociais e das relações de gênero no Brasil traçado nesta unidade tem o objetivo de indicar as tendências gerais das mudanças e das continuidades das relações de gênero no país. Assim como outras nações, o Brasil passou por uma redefinição nas relações entre homens e mulheres na sociedade e na família representada por uma longa mudança institucional, que propiciou uma relativa desmontagem dos privilégios masculinos na família e na sociedade e a obtenção de crescentes direitos às esposas e aos/às filhos/as. As regras de casamento e de parceria sexual diversificaram-se e tornaram-se mais equitativas no tocante às relações de gênero. A transformação mais marcante do século XX no Brasil – e que sintetiza as mudanças sociais, econômicas e demográficas – foi a alteração da presença da mulher como coadjuvante nas decisões familiares para protagonista na sociedade em termos globais e institucionais.

Como visto pelos dados anteriores, em uma perspectiva de longo prazo, o Brasil vem apresentando avanços sociais e nas relações de gênero nas áreas de saúde, educação, mercado de trabalho, previdência etc. Nestas áreas as desigualdades de gênero reduziram bastante ou houve reversão do hiato de gênero (gender gap), como na educação. Na política, os ganhos foram menores: as mulhe-

res tornaram-se maioria do eleitorado, mas possuem uma das mais baixas presenças no Parlamento entre os países da América Latina. No mercado de trabalho houve conquistas parciais, com uma inserção massiva das mulheres na população economicamente ativa e uma ampliação do leque ocupacional, com redução dos diferenciais de salário e renda entre homens e mulheres. Já o sistema de previdência social tem atuado no sentido de contrabalançar desigualdades do mercado de trabalho, favorecendo as mulheres das gerações mais velhas que podem contar com aposentadoria, pensões ou benefícios, como o BPC/LOAS.

As mudanças demográficas e as transformações do sistema sexo/gênero a elas correlacionadas contribuíram para que se abrisse no país uma janela de oportunidade para a consolidação do desenvolvimento, incluindo-se a redução da extrema pobreza e da fome. Além disto, a conjuntura nacional e internacional do período 2004-2008 possibilitou a conjugação de crescimento econômico com crescimento da renda e políticas sociais que aliviaram a extrema pobreza. Permanece como objetivo a ser atingido o pleno emprego e o trabalho decente. A taxa de informalidade vem caindo nos últimos anos, mas ainda é muito elevada. O governo tem elaborado algumas políticas de emprego para jovens e alguns programas de geração de renda (na agricultura familiar, por exemplo), mas as dimensões do problema são muito mais amplas. Talvez seja este o ponto que requeira maiores investimentos do governo, da sociedade e do setor empresarial no Brasil.

A dinâmica de criação de emprego em cada país depende da política macroeconômica e do ambiente de crescimento econômico internacional. Um dos grandes desafios é reduzir o desemprego geral e, especialmente, o desemprego de jovens, em particular das mulheres jovens. Para aumentar o trabalho formal e regido pelos direitos sociais, é preciso reduzir a segregação ocupacional e a discriminação de gênero e raça. São necessários também programas de qualificação em geral e programas específicos para o primeiro emprego para jovens.

*as famílias
em melhores
condições
socioeconômicas
são aquelas
em que os
dois cônjuges
trabalham e em
que as crianças de
o a 6 anos estão
na creche ou na
pré-escola.*

As mudanças na família e a maior presença das mulheres no mercado de trabalho tornam imperativas as políticas de conciliação de trabalho e família. Além da participação dos homens nos afazeres domésticos, é preciso criar mecanismos de alívio da sobrecarga familiar (desfamiliarização) e incentivar outros, como: a) Creches e educação infantil; b) Restaurantes populares; c) Transporte coletivo adequado para adultos e crianças; d) Jornadas de trabalho flexíveis; e) Espaços públicos de lazer etc.

Uma pesquisa realizada em Recife (PE) com as famílias cadastradas no CadÚnico do Programa Bolsa Família (PBF) mostrou que as famílias em melhores condições socioeconômicas são aquelas em que os dois cônjuges trabalham e em que as crianças de 0 a 6 anos estão na creche ou na pré-escola. A inserção da mulher no mercado de trabalho e a criação de mecanismos de conciliação emprego e família mostraram-se fundamentais para o aumento da autonomia feminina.

A educação brasileira, quando olhada pela ótica do aumento das taxas de matrículas e do aumento do número médio de anos de estudo, avançou muito nas últimas décadas. Porém, ainda não se chegou à universalização do ensino de 6 a 15 anos, que é obrigatório por lei. Além disto, existe uma proposta de tornar obrigatório o ensino de 4 a 17 anos. Isto seria fundamental e, no momento atual, pode ser viabilizado pelo “**bônus demográfico educacional**”, que existe em função da diminuição relativa ou absoluta da população em idade escolar. A expansão das creches é fundamental para a população pobre. A creche permite o desenvolvimento cognitivo da criança e libera especialmente a mãe para entrar no mercado de trabalho e garantir maior nível de renda para a família. No caso da população atendida pelo PBF, a educação infantil é uma pré-condição para a criação de portas de saída da situação de pobreza.

O Brasil reduziu a mortalidade infantil e já está quase chegando abaixo do patamar de menos de 20 mortes por mil. Porém, as desigualdades regionais são grandes e a região Nordeste possui taxas cerca de três vezes maior do que as regiões Sul e Sudeste. O governo federal tem pactuado ações para a redução da mortalidade infantil nas regiões mais carentes, inclusive promovendo o acesso aos métodos contraceptivos para planejar a fecundidade e aumentar o espaçamento entre filhos/as. Ações na área de saúde sexual e reprodutiva ajudam a reduzir a mortalidade infantil e a combater a persistência de níveis elevados e inaceitáveis de mortalidade materna, **cujas causas estão relacionadas, sobretudo, à má qualidade da assistência obstétrica e ao aborto clandestino e inseguro.**

A esperança de vida tem crescido para ambos os sexos, mas o hiato nas taxas de esperança de vida ao nascer entre homens e mulheres no Brasil é muito grande. Isto se deve em grande parte à sobremortalidade de homens entre 15 e 30 anos por conta das mortes violentas, por homicídios e acidentes de trânsito. **Medidas de redução da mortalidade de homens jovens são urgentes.**

Os dados mostram que houve avanços significativos nas últimas décadas no Brasil em relação às “políticas de redistribuição e às políticas de reconhecimento”. O fato é que a sociedade brasileira está ficando cada vez mais plural e as desigualdades de gênero não cabem mais em esquemas de interpretação unidirecional, mas demandam uma análise multifacetada.

Em síntese, este diagnóstico sobre a desigualdade de gênero (e de suas interseções com outras desigualdades) indica que transformações muito significativas ocorreram nos últimos 15 anos no plano jurídico, no âmbito cultural mais amplo e no que diz respeito a algumas áreas estratégicas das políticas; ao mesmo tempo, buscou-se revelar a persistência de problemas nas relações de gênero.

No que tange aos ganhos, sobressaem os incrementos constatados no campo da educação – que decorrem de lutas e investimentos de longa duração – mas também o crescimento sustentado das taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho, devendo ser observado que, embora as disparidades salariais não tenham sido eliminadas, elas vêm se reduzindo especialmente no mercado formal de trabalho. Outro campo onde mudanças muito relevantes são percebidas diz respeito à composição e à organização das famílias brasileiras.

Quanto aos problemas não resolvidos nas relações de gênero, **podemos destacar três questões críticas:** A primeira é o **não-equacionamento da distribuição de responsabilidades entre homens e mulheres em relação aos afazeres domésticos e a falta de programas públicos de apoio às tarefas da reprodução social**, que têm efeitos negativos não apenas sobre a disponibilidade das mulheres para o mundo do trabalho, mas também sobre seus rendimentos. **A segunda refere-se à violência de gênero. E a terceira, sem dúvida, é o hiato flagrante quanto à presença da mulher na política**, contrastando com as mudanças relativas às mulheres e ao poder observadas em outras esferas (como é o caso do Judiciário ou da mídia).

Entretanto, não é excessivo afirmar que em outras áreas parece existir um “desencontro/desajuste” entre as agendas de demandas sociais e de resposta de políticas públicas. Um exemplo pode ser identificado no caso da educação, pois, embora continue sendo relevante superar os vieses sexistas, racistas e homofóbicos nas políticas de educação pública, **o hiato revertido que vem desfavorecendo meninos e jovens homens – e**

que tem seguramente efeitos negativos nas relações entre gêneros – não tem sido tratado como **um importante problema de gênero que deveria receber atenção sistemática da sociedade e do Estado**. Da mesma forma, a questão crucial do equacionamento das responsabilidades quanto às tarefas da reprodução – considerando-se inclusive as mudanças ocorridas nas famílias – não tem recebido atenção adequada, tanto no debate público quanto no plano da formulação de políticas.

O panorama do mercado de trabalho assinala a desigualdade entre as próprias mulheres, bem como entre mulheres de renda mais alta e os homens situados nos estratos inferiores da distribuição. É necessária a adoção de uma perspectiva de gênero que se afaste da concepção binária (homem/mulher) e que considere sistematicamente a interseção com outros padrões de desigualdade, como raça/etnia.

Ainda é preciso apontar para análises sobre os elos entre racismo, sexismo, intolerância e formas de violência no trabalho no Brasil, e olhar para a permanência de salários e rendimentos com base na discriminação pelos fatores cor/raça e gênero. Nadya Araújo Guimarães (2002) chama a atenção para os conflitos raciais, registrados como queixas, que surgem nos âmbitos de trabalho, muitos deles personificados na figura do insulto. Segundo os dados que Guimarães analisou, as mulheres negras são as mais insultadas, o que sugere uma imbricação entre sexo e cor/raça, e a incorporação de preconceitos associadas a comportamentos de gênero e expectativas raciais. Assim, lembra da

[...] violência simbólica que se exerce sobre os negros no Brasil, na forma da internalização da inferioridade; muitos estudos no campo do feminismo têm documentado os efeitos da internalização das expectativas de comportamento “feminino” contidas nos papéis sociais de gênero. [...] A associação entre ambas as constelações de expectativas de conduta contribui para consolidar os efeitos de segregação e da desigualdade no trabalho.

GLOSSÁRIO

Revolução de 1930 - Em seu livro *Revolução de 1930: historiografia e história* (São Paulo: Brasiliense, 1972), o historiador e cientista político Boris Fausto relata que houve uma remodelação econômica no Brasil em face das mudanças mundiais e da crise de 1929. Acabou a hegemonia da burguesia do café e surgiu um novo grupo social com o desenvolvimento da indústria. A revolução foi liderada por Getúlio Vargas, que tomou posse em 1930. A partir de então, acelerou-se o processo de urbanização e a burguesia começou a participar cada vez mais da vida política. Cresceu a classe operária e foram criadas várias leis de garantia de direitos dos/as trabalhadores/as. No entanto, em 1937, Vargas dá um golpe de Estado, cria o Estado Novo (1937-1945), fecha o Congresso Nacional, extingue os partidos políticos, outorga uma nova Constituição e nomeia interventores para governarem os estados. Estas medidas silenciaram os movimentos sociais.



AS MULHERES COMO SUJEITOS POLÍTICOS

O movimento de mulheres são todas as formas de organização de mulheres que lutam por diferentes objetivos. – Betânia Ávila e Sônia Corrêa¹

O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo [...]. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país. – Sueli Carneiro²

Para se compreenderem a origem e os significados das mobilizações das mulheres, é importante considerar algumas questões. A primeira delas diz respeito ao reconhecimento da pluralidade envolvida nas relações entre pessoas, grupos de pessoas, sociedades inteiras. E ainda, nas relações entre indivíduos, sociedade e Estado. Nessas relações dinâmicas, poderes, projetos e desejos se constroem e são modelados por fatores culturais, ideológicos e políticos, que variam de acordo com os contextos históricos e socioculturais específicos. É a partir das interpretações singulares dessas dinâmicas e de seu questionamento que surgem articulações de indivíduos. Tais articulações, na forma de sujeitos sociais coletivos, construídos a partir de identidades e projetos comuns, têm como objetivo não apenas angariar espaços para a expressão de especificidades, mas, principalmente, mo-

1 | Ávila, Bethania & Correa, Sônia. Movimento de Mulheres: questões para pensar-se seus rumos, 2000, p.1. Disponível em: http://www.minjusticia.cl/pmg/documentos/movimiento_mulheres.pdf. Acesso em 26/03/2010.

2 | Carneiro, Sueli. Mulheres em Movimento. Revista Estudos Avançados, 17(49): 1, 2003.

A hierarquia nas relações de gênero está presente nos mais variados contextos socioculturais, prevalecendo a preeminência do masculino sobre o feminino

dificar a esfera pública de acordo com suas necessidades. Esses sujeitos coletivos, ao se transformarem em movimentos sociais, estão engajados no sentido de visibilizar distintas demandas na arena política e buscar respostas para problemas sociais considerados relevantes.

A segunda questão crucial é reconhecer que a assimetria de gênero e a consequente subordinação do sexo feminino são fenômenos globais. Ainda que se possam encontrar exceções a essa norma, a hierarquia nas relações de gênero está presente nos mais variados contextos socioculturais, **prevalecendo a preeminência do masculino sobre o feminino, a presença da heterossexualidade compulsória e a concentração do poder público e das riquezas coletivas nas mãos dos homens.** Assim, a resistência a todas as formas de subordinação do feminino gera e articula os movimentos de mulheres.

É no interior dos movimentos de mulheres que se desenvolve um amplo debate acerca do entendimento da opressão das mulheres enquanto efeito de estruturas de dominação patriarcais. Embora o conceito de patriarcalismo/patriarcado faça referência às sociedades em que a organização social é centrada na figura do pai/patriarca, a apropriação deste termo pelos movimentos sociais conferiu-lhe novo sentido. Com frequência, a expressão patriarcado é utilizada pelos movimentos de mulheres como sinônimo de qualquer estrutura social em que as mulheres ocupam posições subalternas, estando sujeitas aos mais variados modos de dominação pelos homens (Machado, 2000).

No âmbito da produção feminista nas Ciências Sociais desde a década de 1980, a expressão patriarcado deixou de ser utilizada como um conceito analítico, adquirindo lugar secundário no campo dos estudos de gênero. Assim, o termo “patriarcado permanece como uma referência de fundo, mais alusiva do que conceitual” (Machado, 2000: 5). Há que se considerar a influência na produção científica feminista das reflexões de Pierre Bourdieu (2003) sobre dominação masculina. Tal conceito supõe que a subordinação social das mulheres pelos homens seja efeito de um processo em que atributos culturais e representações sociais adquirem o estatuto de fatos naturais,

impondo-se através da **violência simbólica** presente na linguagem, nos modos de organização social, nos comportamentos e nas visões de mundo que trazem implícita a superioridade do masculino sobre o feminino.

A assimetria nas relações entre homens e mulheres não é o único eixo de hierarquia social; há outras hierarquizações em diferentes sociedades. Vários fatores atuam na produção das desigualdades, implicando distintas formas e variados graus de subordinação para as mulheres. Um conjunto de marcadores sociais de diferença – raça/etnia, classe social, nacionalidade, orientação sexual, origem geográfica, entre outros – concorre, em diversas intensidades na produção de poderes e privilégios materiais e simbólicos para os sujeitos sociais. Como ressalta Ávila,³ é preciso ter em conta que:

a desigualdade das mulheres é um elemento estrutural da sua formação social, a qual está imbricada à desigualdade de raça e à construção de um modelo de desenvolvimento através do qual a divisão entre riqueza e pobreza se reproduz e se mantém atravessando os diversos contextos históricos.

Esta questão também está presente nos movimentos de mulheres.

UM BREVE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES

Inúmeros acontecimentos, em diferentes épocas e lugares, constituem a história das lutas das mulheres. Em muitos casos, essas mobilizações permitiram mudanças nos modos de produção material e de sentido sobre os gêneros e suas relações, sobre as mulheres e suas potencialidades. Trata-se de um longo processo social e histórico do qual as mulheres emergiram como sujeitos políticos, questionando seu lugar subordinado ao homem no mundo social. No Módulo 1 apresentamos uma linha do tempo das conquistas feministas a partir da década de 1980. Neste módulo, pretendemos recuperar conquistas de décadas e séculos anteriores.

É importante destacar que, embora as fontes historiográficas sejam escassas, é possível encontrar referências à participação das mulheres na esfera pública e política desde antes das reconhecidas revoluções democráticas que propugnam direitos individuais.

3 | Ávila, M. B. Feminismo no Brasil. Projeto de pesquisa. Sem data. p. 1.

SOCIEDADES IORUBÁS

Habitantes da região onde hoje estão Nigéria e Benin, os/as iorubás são uma antiga civilização urbanizada, cujas cidades são registradas desde o ano 500. As mulheres iorubás são autônomas e grandes negociantes nas feiras, onde são a maioria. Quando jovens, separam-se das famílias para fazer comércio em mercados distantes. Quando idosas, abrem pequenas vendas perto de casa. Dedicam-se ao comércio por sobrevivência e para acumulação, sendo algumas vezes mais ricas que seus maridos. Geralmente compram a colheita dos maridos e ficam com o lucro na revenda. Nas feiras, dedicam-se também a relações sociais e a trocas simbólicas.

A história da esfera pública é feita a partir da estrutura organizacional das sociedades ocidentais, porém é possível aludir à presença feminina em importantes esferas coletivas de decisão em sociedades não-ocidentais. Nas **SOCIEDADES IORUBÁS** do século XVIII, por exemplo, a participação feminina no mundo público era conferida à figura da Iyalodê, representante das mulheres nos palácios e nos conselhos dos reis iorubás (Azevedo, 2006). A Iyalodê atuava nos tribunais locais sempre que uma mulher estivesse envolvida em um delito e arbitrava as disputas e os conflitos entre mulheres.

No mundo ocidental, foi o surgimento da concepção moderna de indivíduo e de cidadania – tendo como principais marcos a Revolução Francesa (1789) e a *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), referidas várias vezes neste curso – que permitiu a emergência das mulheres como sujeitos de direitos (Franchetto et al., 1981).

Nesse contexto, a perspectiva de que a hierarquia e a desigualdade são atributos naturais das relações humanas é suprimida por novas concepções de direitos alicerçados nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Contudo, tal proposta tinha como sujeitos apenas os homens (Ávila, 2000).

Em 1791, Olympe de Gouges publicou a “**Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**”. O documento afirmava a equidade universal de direitos entre homens e mulheres e ressaltava as necessidades específicas das mulheres. Olympe havia sido parte do grupo minoritário que defendeu, na Assembleia que originou a Constituição Francesa de 1791, a extensão dos direitos de cidadania a todos e a todas que lutaram na Revolução Francesa. Contudo, a nova Constituição apenas considerou como cidadãos plenos os homens acima de 25 anos, não estendendo às mulheres o direito de voto. Nas reviravoltas da Revolução Francesa, Olympe acabou executada em 1793.

No Brasil, os ideais da Revolução tiveram grande repercussão. A primeira metade do século XIX foi marcada por inúmeras revoltas populares e pelo surgimento de várias organizações em prol da independência e contra o regime escravocrata. **Embora tenham ficado de fora da história oficial, as mulheres desempenharam um papel essencial nessas mobilizações.** As batalhas pela independência ocorridas na Bahia, por exemplo, tiveram como protagonistas: Maria Quitéria, em 1822; Joana Angélica, que foi assassinada por um soldado português, em 1823; e Maria Felipa de Oliveira, negra descendente de sudaneses (não se sabe se liberta ou não).

Em 1823, a marisqueira Maria Felipa liderou cerca de 400 mulheres (conhecidas como “vedetas”), homens e indígenas na queima de 42 embarcações de guerra portuguesas aportadas na Praia do Convento e preparadas para atacar Salvador (Schumacher & Brazil, 2007).

Nos levantes de escravos também há registros de mulheres que ocuparam posições de forte liderança, como Mariana Crioula, que participou da revolta de Paty de Alferes, liderada por Manuel Congo, em 1838; mucama e costureira, Mariana fugiu com os/as demais revoltosos/as para formar um quilombo. Ainda durante a fuga, ela assumiu posição de comando, tornando-se rainha do quilombo ao lado do rei Manuel Congo. Sete dias após a revolta, quando a Guarda Nacional surpreendeu os/as quilombolas, Mariana esteve à frente da batalha. Ela e Manuel Congo foram presos, mas como o código criminal do Império conferia às mulheres estatuto inferior ao dos homens, apenas Manuel foi condenado (Schumacher & Brazil, 2007).

Outro caso ilustrativo da intensa participação feminina no combate ao regime escravocrata é a trajetória da escrava Adelina, de São Luís, Maranhão. A charuteira teve papel crucial na articulação entre os **quilombolas** e as **ASSOCIAÇÕES ABOLICIONISTAS** locais. Como andava pela cidade diariamente para vender charutos, ela distribuía informações entre grupos em diferentes regiões da cidade e auxiliava nas fugas de escravos sem despertar suspeitas.

ASSOCIAÇÕES ABOLICIONISTAS

No Rio de Janeiro, em 1880, alguns políticos como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio criam a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, o que estimula a formação de associações por todo o país. O jornal O Abolicionista, de Nabuco, e a Revista Ilustrada, de Ângelo Agostini, também estimulam e inspiram outras publicações antiescravistas. Algumas pessoas, entre elas advogados, artistas, intelectuais, jornalistas e políticos, comprometem-se com essa luta e arrecadam fundos para pagar cartas de alforria. No Recife, alunos da Faculdade de Direito criam uma associação abolicionista da qual participam Plínio de Lima, Castro Alves, Rui Barbosa, Aristides Spínola, Regueira Costa. Em São Paulo, o advogado Luís Gama, ex-escravo, consegue libertar mais de 1.000 escravos/as.

Em contexto de grande efervescência política que caracterizou a crise no mundo colonial, o debate sobre liberdade e direitos propiciou também a **emergência das primeiras manifestações de mulheres brasileiras contra o lugar privilegiado dos homens na ordem social**. Um bom exemplo foi a publicação, em 1831, da obra pioneira *Espelho das Brasileiras*, de Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida como Nísia Floresta Brasileira Augusta. Natural do estado do Rio Grande do Sul, Nísia dedicava-se a escrever sobre os problemas sociais, tais como: a escravidão, as dificuldades enfrentadas pelas populações indígenas, a qualidade da educação e a condição das mulheres na sociedade. Em *Espelho das Brasileiras*, a intelectual gaúcha abordou a condição feminina no país e a necessidade de emancipação das mulheres. Influenciada pela intelectualidade norte-americana e europeia da época, Nísia traduziu, em 1832, um clássico do feminismo norte-americano, o livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, de Mary Wollstonecraft.

Na segunda metade do século XIX, emergiram as primeiras associações de mulheres no Brasil.

A defesa da emancipação das mulheres através da educação levou-a a fundar um colégio para meninas com proposta curricular avançada, tornando-se precursora dos ideais de igualdade e autonomia da mulher brasileira (Schumacher & Vital, 2000).

Outra figura preeminente na luta pela emancipação feminina e pelo acesso das mulheres à educação foi a negra maranhense Maria Firmina dos Reis, autora de *Úrsula*, primeiro romance abolicionista brasileiro, publicado em 1859. Maria Firmina, professora concursada, fundou em São Luís uma escola gratuita para meninos e meninas pobres, na qual lecionou até sua morte, em 1881. Ela foi a primeira escritora maranhense, folclorista e compositora. Entre suas composições, consta um hino abolicionista (Moraes Filho, 1975).

Na segunda metade do século XIX, emergiram as primeiras associações de mulheres no Brasil. Uma dessas organizações foi a Sociedade das Senhoras Libertadoras (As Cearense Libértadoras/1882), liderada por Maria Tomásia Figueira, Elvira Pinho e Maria Correia do Amaral, que promoveu manifestações pelo fim da escravidão até 1884, quando foi abolida a escravatura no Ceará. Outra associação de mulheres que se destaca na luta contra a escravidão no país foi a das Amazonenses Libértadoras. A organiza-

ção, fundada em 1884 por mulheres da elite de Manaus, teve como principais lideranças Elisa Faria Souto, Olímpia Fonseca e Filomena Amorim (Schumacher & Vital, 2000). A escravidão foi abolida no Amazonas um ano antes da **Lei Áurea** (1888).

Até a década de 1870, o acesso às **ESCOLAS NORMAIS** era negado às mulheres, e apenas em 1879 passa a ser permitido o ingresso de mulheres nas instituições

de ensino superior do país. Além de muito restrito, o acesso ao ensino superior não garantiu às mulheres o reconhecimento como plenas cidadãs de direitos. A proclamação da República também não alterou esse quadro. Embora a Lei Eleitoral de 1890 não refutasse explicitamente o direito das mulheres ao voto, a Constituição de 1891 vetou o direito de voto a analfabetos, mendigos, soldados e religiosos, mas não fez menção às mulheres, e sua participação como iguais no processo político continuava a ser negada. Na virada do século, a luta pelo sufrágio ganhou fôlego e novas adeptas. Em 1910, Leolinda de Figueiredo Daltro ocupou ousadamente a cena pública com suas ideias vanguardistas em defesa das mulheres e dos indígenas. Ao ter seu alistamento eleitoral recusado, fundou no Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminino, cujo objetivo era mobilizar as mulheres pelo direito ao voto (Schumacher, 2006).

Na década de 1920, multiplicaram-se as associações de mulheres, autoidentificadas como Ligas para o Progresso Feminino. Esse movimento, marcado pela realização em 1922 do primeiro Congresso Nacional Feminista, é o que se considera hoje como a Primeira Onda do feminismo brasileiro (Schumacher, 2000). Ele contou com a presença de importantes líderes feministas internacionais e permitiu a formação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que teve filiais, dirigidas por expressivas lideranças locais, em diversos estados brasileiros.

A articulação das sufragistas na esfera nacional e a visibilidade internacional de lideranças, como a bióloga Bertha Lutz e a datilógrafa negra Almerinda Gama, foram fundamentais para que em 1932, no governo provisório de Getúlio Vargas, as mulheres conseguissem finalmente o direito ao voto. Almerinda Gama foi fundadora e primeira presidente do Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal, e a primei-

A primeira Escola Normal brasileira foi criada em 1835, em Niterói, Rio de Janeiro, com o objetivo de formar professores para o ensino primário e o nível secundário, hoje Ensino Médio. A partir daí, foram criadas Escolas Normais no Brasil, marcadas por diversos movimentos de afirmação e de reformulação. Até 1950 as Escolas Normais foram fundamentais na formação de docentes para o ensino primário em todo o país.

ra eleitora constituinte do país, tendo tido participação destacada nos preparativos das feministas para a Constituinte de 1934 (Schumacher, 2006). Contudo, alguns anos mais tarde, com o Estado Novo (1937), o movimento feminista – bem como os demais movimentos sociais – foi silenciado pela ditadura Vargas.

GLOSSÁRIO

Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã – escrita em 1791 como contraponto à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, por Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze (1748-1793), feminista, revolucionária, jornalista e escritora executada na guilhotina. A Declaração afirma no artigo primeiro: “A mulher nasce e vive igual ao homem em direitos. As distinções sociais não podem ser fundadas a não ser no bem comum”.

Veja a íntegra da Declaração em

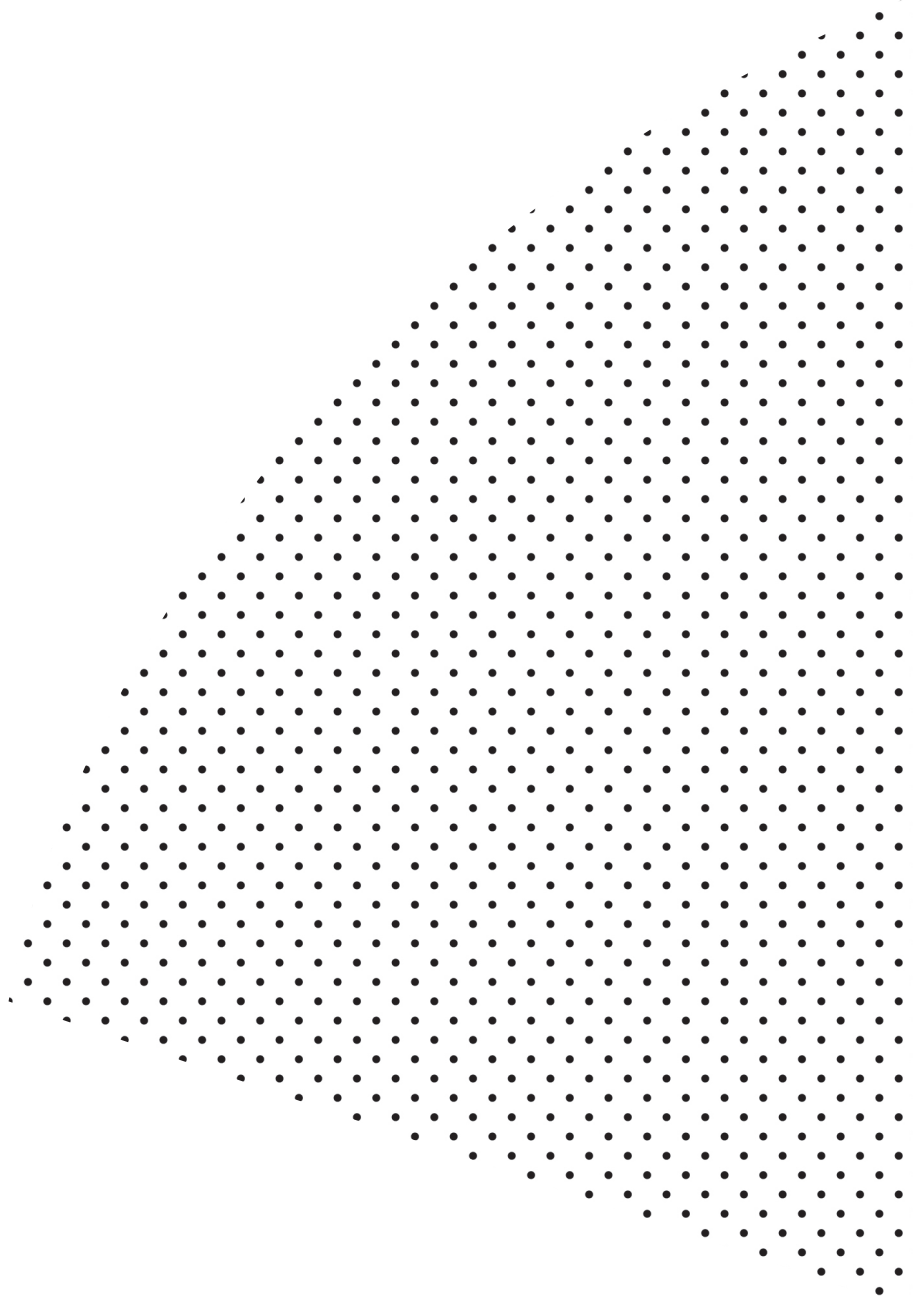
<http://www.eselx.ipl.pt/ciencias-sociais/tratados/1789mulher.htm> Acesso em 21/03/2010 ou em http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/mulher/declar_dir_mulher.pdf Acesso em 15/05/2010

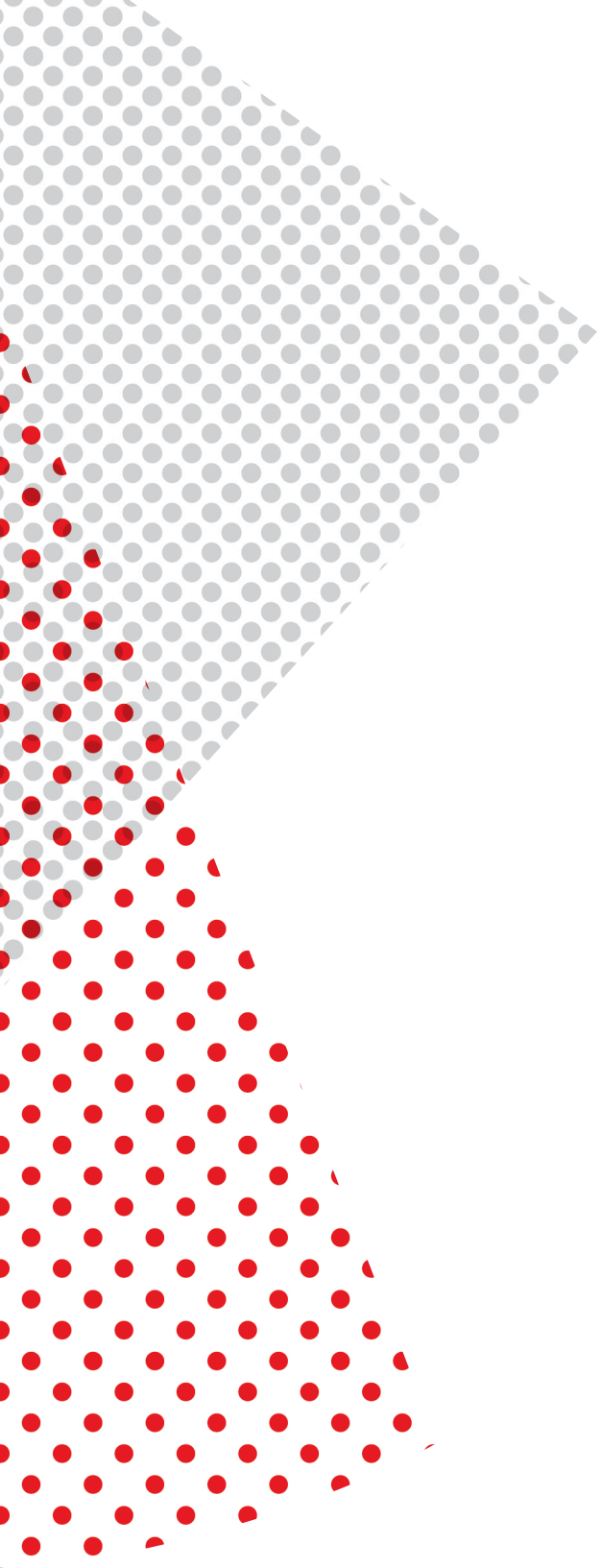
Lei Áurea – Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888, assinada pela princesa-regente, Dona Isabel, libertando os/as escravizados/as e extinguindo a escravidão legal no Brasil.

Quilombolas - Abdias do Nascimento define Quilombolismo como “movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização socioeconômico-política própria (Nascimento, A. O Quilombismo. Petrópolis: Vozes, 1980. p.32).

No Observatório Quilombola, www.koinonia.org.br/oq, é possível encontrar notícias atualizadas saídas na imprensa, além de matérias especiais, textos analíticos e uma biblioteca sobre comunidades remanescentes de quilombos.

Violência simbólica – termo utilizado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para se referir a um tipo de violência quase sempre invisível para as próprias vítimas, e que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento e não da agressão física. Um exemplo comum de violência simbólica é um marido impedir a esposa de trabalhar fora, argumentando que isto não é necessário, e que o mais conveniente é ficar em casa cuidando dos filhos e das filhas. Para saber mais, consulte a obra de Pierre Bourdieu, *A dominação masculina* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999).





MOVIMENTO FEMINISTA CONTEMPORÂNEO

SE FEMINISMO NÃO É COISA DO PASSADO, QUAIS SÃO AS ATUAIS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO FEMINISTA?
QUEM FAZ PARTE DESTE MOVIMENTO?
COMO O MOVIMENTO FEMINISTA VEM RESPONDENDO ÀS NOVAS DEMANDAS QUE LHE SÃO COLOCADAS?

O feminismo é reconhecidamente o movimento social mais importante da **Era Moderna**. (Hobsbawn, 1995). Ao estudar os conceitos de sexo, gênero e sexualidade na primeira unidade deste módulo, vimos como as desigualdades baseiam-se nas diferenças anatômicas entre homens e mulheres para estabelecer hierarquias sociais. O feminismo surge questionando essas hierarquias. Trata-se de um movimento social que, ao desconstruir concepções culturais, comportamentos e práticas sociais, permitiu desnaturalizar o modo como eram organizadas as relações entre homens e mulheres em distintas sociedades. Embora a luta das mulheres por cidadania, com foco no direito ao voto e à educação, possa ser considerada a Primeira Onda do movimento, foi a partir da década de 1960 que o feminismo se consolidou e se legitimou enquanto prática política e proposta filosófica de compreensão do mundo, tendo impacto significativo sobre diversas áreas do saber científico.

A nova ou Segunda Onda do feminismo chegou ao Brasil no final dos anos 1960 através da influência decisiva das reflexões de Simone de Beauvoir (1908-1986) em *O Segundo Sexo*, de 1949, e de Betty Friedan, em *A Mística Feminina*, de 1963 (Schumacher, 2006). **O deslocamento entre sexo e gênero realizado por Beauvoir e as críticas às estratégias para manutenção das mulheres na esfera privada de Friedman tiveram ressonância em um momento de grande efervescência social e política:** a ditadura militar restringia as liberdades civis; a resistência de setores de esquerda ao golpe; o movimento negro popularizando a afirmativa *black is beautiful*; a Igreja Católica dividida entre a defesa da família e da propriedade e a busca por mudança social, priorizando o combate à pobreza; a difusão da psicanálise e a aposta hippie em estilos de vida alternativos; a propagação da televisão.

Os discursos políticos eram frequentemente caracterizados pelo tema da luta de classes e da necessidade de transformar as relações sociais.

Os discursos políticos eram frequentemente caracterizados pelo tema da luta de classes e da necessidade de transformar as relações sociais. Estes temas coexistiam com demandas por mudanças comportamentais nas relações interpessoais, na moral vigente e nos modos de uso dos corpos. Foi nesse momento que mulheres de camadas médias, muitas delas provenientes dos movimentos de esquerda, passaram a questionar as propostas de mudança social com enfoque exclusivo nas desigualdades de classe.

Em 1975, o Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em reconhecimento aos movimentos de mulheres em todo o mundo, e a Conferência sobre a Mulher no México, aos quais temos nos referido neste curso em outros momentos, tiveram grande repercussão no Brasil. Em julho do mesmo ano, o Centro de Informações da ONU patrocinou no Rio de Janeiro o evento *O Papel e o Comportamento da*

Mulher na Realidade Brasileira – uma semana de debates, organizada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que reuniu 400 profissionais liberais, universitárias e donas-de-casa para discutir os principais problemas que afligiam as mulheres brasileiras. Esse encontro, proposto por um grupo de feministas brasileiras, originou o Centro da Mulher Brasileira (CMB), organização feminista pioneira na reflexão e na sensibilização das mulheres para as desigualdades de gênero na sociedade brasileira.

*nos anos
1980, essa
multiplicidade
de perspectivas,
que informavam
a atuação das
organizações
feministas,
conduzirá a um
alargamento
das bandeiras do
movimento*

Ao longo da década de 1970, o novo feminismo brasileiro se constituiu por diferentes correntes de pensamento e ideologias políticas, sendo, em geral, marcado pela contestação à ditadura militar (Sarti, 2004). **Os distintos grupos feministas que se espalharam pelo país assumiram como pauta comum a luta pela redemocratização e a defesa da autonomia das mulheres diante dos homens, da família e do Estado.** Buscou-se ampliar o diálogo com diferentes segmentos da sociedade, privilegiando-se a interação com mulheres de outros segmentos sociais, em especial, as operárias e as residentes nas periferias. Nesse contexto, o debate com as mulheres nos movimentos populares e com aquelas atuantes nos partidos políticos envolveu polêmicas e disputas, com frequência caracterizadas por uma oposição entre os chamados interesses gerais e específicos.

Com o processo de redemocratização do país nos anos 1980, essa multiplicidade de perspectivas, que informavam a atuação das organizações feministas, conduzirá a um alargamento das bandeiras do movimento, que passa a incorporar: **a luta em oposição a todas as formas de violência contra as mulheres, contra a carestia e pela aquisição de direitos à saúde, ao trabalho, à educação não-discriminatória, à contracepção e ao aborto seguro, entre outros.** Algumas questões, porém, apesar de suscitarem certa empatia, não são incorporadas nessa agenda, como os direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Por muito tempo o movimento acreditou que essa ocupação se extinguiria, por considerá-la uma atividade alienante que se opunha ao ideal feminista de uma partilha equitativa das tarefas domésticas entre homens e mulheres.

A forte influência marxista foi paulatinamente perdendo espaço a partir da incorporação, pelo movimento, do conceito de gênero, entendido como “dimensão dos atributos culturais alocados a cada um dos sexos em contraste com a dimensão anatomofisiológica dos seres humanos” (Heilborn, 1992).

*mais do que
promover uma
interseccionalidade
entre gênero e
raça/etnia, as
feministas negras
desenvolveram
uma perspectiva
feminista negra.*

Nesse contexto, ganha força a perspectiva de mudança individual por meio do autoconhecimento e da transformação comportamental e da sexualidade (as políticas do corpo) alcançada pelas experiências vividas nos grupos de reflexão: estes derivavam das experiências norte-americanas e europeias de grupos voltados à tomada de consciência da opressão feminina através da análise das vidas cotidianas (consciousness-raising groups) de mulheres. Novas alianças políticas surgiram e houve a ampliação do diálogo com distintos segmentos da sociedade, como os grupos de mulheres negras, de lésbicas, de trabalhadoras urbanas e rurais, de trabalhadoras do sexo, de empresárias, de educadoras populares. Tal processo envolveu **uma crescente dissolução de fronteiras entre o feminismo e as demais vertentes do movimento de mulheres**, o que não se deu sem dissensões. **As feministas negras foram essenciais nesse processo, pois problematizaram a teoria e a prática feministas, formulando uma agenda específica de combate às desigualdades intragênero** no âmbito do movimento (Carneiro, 2003).

Lélia González, cofundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), e Maria Beatriz Nascimento, uma das fundadoras do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), foram duas das principais protagonistas desse debate. **Até então, o feminismo brasileiro mantinha um viés branco em suas abordagens**, ineficaz para a superação das assimetrias que atingiam as mulheres não-brancas e de outros contextos socio-culturais. Mais do que promover uma interseccionalidade entre gênero e raça/etnia, as feministas negras desenvolveram uma perspectiva feminista negra. **A questão de gênero passou a ser vista a partir da questão da raça, com foco na produção de identidades masculinas e femininas subalternas** (Carneiro, 2003).

Em 1982, com a convocação de eleições diretas para governadores/as, os movimentos de mulheres que contavam com aliados/as em alguns partidos políticos reiniciaram sua relação com o Estado. Um grupo de feministas paulistas propôs a criação de um órgão específico, responsável pela defesa da cidadania feminina e a implemen-

tação de políticas públicas para as mulheres na estrutura do Estado. Assim, em 1983, grupos de feministas paulistas e mineiras conquistaram a criação de um órgão específico para a defesa da cidadania e a formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres – os Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher do Brasil (Schumacher & Vital, 2000). A experiência do CNDM foi pioneira e suscitou a criação de diversos conselhos e coordenadorias nos estados e nos municípios.

A campanha contra a violência doméstica *Quem ama não mata!*, lançada pelas mineiras diante de vários assassinatos de mulheres (de camadas médias), reverberou por todo o país e **culminou com a implementação, em 1985, das primeiras Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (DEAM)**. Um dos marcos dessa nova fase do feminismo brasileiro.

A reforma constitucional de 1988, marco da redemocratização do país, como já citamos em outros textos, consolidou a cidadania das mulheres, removendo obstáculos à igualdade de direitos.

LOBBY DO BATOM

A partir de 1987 começa a se organizar um movimento de sensibilização de deputados e senadores constituintes sobre as demandas das mulheres para a nova Constituição. O grupo, que ficou conhecido como o Lobby do Batom, era formado por lideranças feministas e as 26 deputadas federais constituintes, que se articularam de forma suprapartidária. O Lobby do Batom obteve importantes avanços na Constituição Federal, garantindo igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres perante a lei.

Isto só se tornou possível graças à atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, dos movimentos de mulheres e do bloco das parlamentares, através do conhecido **LOBBY DO BATOM**, que empreendeu uma aguerrida mobilização nacional e provocou uma forte transformação no campo político-ideológico dos direitos (Schumacher, 2006). Cerca de 80% das propostas feitas pelos movimentos de mulheres foram acatadas (Carneiro, 2003), entre elas, a mudança do estado jurídico das mulheres, a destituição do pátrio poder e a transformação do racismo em crime inafiançável. Deve se destacar que as conquistas nesse cam-

po foram profundamente negociadas. Os direitos sexuais de gays, lésbicas, travestis e transgêneros, os direitos trabalhistas para as domésticas, o direito ao aborto, entre outros temas, enfrentaram grande resistência, suscitando intenso debate e muitos

confrontos. Estes são, ainda hoje, temas polêmicos, e continuam a encontrar forte resistência para a sua aceitação.

Na década de 1990, transformações profundas já haviam sido introduzidas pelo movimento feminista na sociedade brasileira. Nesse processo, novas moralidades, novas concepções sobre sexo, gênero e sexualidade, novos modelos familiares e de participação feminina nas esferas pública e privada foram produzidos e se legitimaram. A ação do movimento feminista em todo o mundo derrubou tabus e modificou costumes, **abrindo espaço para o fortalecimento ou a maior visibilidade de outros movimentos identitários.** Mas, apesar dos avanços, havia lucidez quanto às distâncias para que as mulheres alcançassem a tão almejada equidade de gênero.

O ciclo de Conferências promovido pela Organização das Nações Unidas a partir desta década, cujo marco inicial foi a realização da ECO-92 na cidade do Rio de Janeiro, ampliou o escopo de atuação dos diferentes segmentos do movimento feminista e antirracista. Os movimentos de mulheres tiveram participação ativa no Fórum das Organizações Não-Governamentais, através do Planeta Fêmea. Este foi um espaço privilegiado de amplo diálogo entre feministas do mundo todo, tendo convergido para a elaboração da **AGENDA 21 DAS MULHERES** (Melo & Schumacher, 2000).

AGENDA 21 DAS MULHERES

Um ano antes da ECO-92, em 1991, mulheres de todo o mundo se reuniram no I Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável. O resultado foi a construção de uma Agenda de Ação das Mulheres, com recomendações sobre direitos das mulheres, direitos reprodutivos, educação, tecnologia, ciência, governança, globalização, pobreza, militarismo e outros. Essa Agenda influenciou a Agenda 21 produzida como plataforma geral em 1992 na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – ECO-92. Principalmente no capítulo 24, ela traz um conjunto de recomendações, mecanismos e metas para integrar mulheres e questões de gênero em todos os níveis de governo e nas atividades das agências das ONU. A partir de então, a Agenda de Ação das Mulheres inspirou-as, mobilizou-as em lutas por suas prioridades. A Agenda foi revisada na preparação da Rio+10 realizada em Joanesburgo, em 2002, e passou a ser chamada de Agenda de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Sustentável. Nela há ações recomendadas nas áreas de Paz e Direitos Humanos; Globalização e Sustentabilidade; Acesso a Controle de Recursos; Segurança Ambiental e Saúde; Governança para o Desenvolvimento Sustentável. Em todos os eixos há uma lista de recomendação das mulheres. Veja mais em www.redeh.org.br/pdf/ag21_port.pdf Acesso em 24/03/2010.

À ECO-92 se seguiram as conferências de Direitos Humanos (Viena, 1993) e a de População e Desenvolvimento (Cairo, 1994). A IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995) foi o ápice desse processo de rearticulação do movimento feminista no campo internacional, sendo considerada o marco da chamada Terceira Onda do feminismo. A nova agenda se deteve sobre questões relacionadas à consolidação e à ampliação dos direitos das mulheres e à sua maior participação na esfera pública, com foco na erradicação das desigualdades econômicas, políticas e simbólicas que persistem entre os gêneros. O Estado brasileiro vem incorporando paulatinamente vários itens desse grande elenco de reivindicações (Farah, 2004), apesar de o processo nem sempre se apresentar de modo linear e progressivo.

Nas últimas décadas, a sub-representação feminina nas estruturas formais da política (vide quadro apresentado na Unidade 3 deste módulo) tem sido um dos principais desafios enfrentados na luta pela equidade de gênero. Em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a Lei nº 9.100/95, proposta pela então deputada federal Marta Suplicy (PT / SP), que determinou a reserva de 20% das candidaturas dos partidos políticos para mulheres, seguindo uma tendência internacional. A cota, entretanto, ficou restrita, em 1996, às eleições municipais.

Em 1997, a Lei nº 9.504/1997 ampliou a cota para 30%. No entanto, como já analisamos, as estatísticas apontam que o aumento no percentual de candidatas não tem se refletido no percentual de mulheres eleitas (Araújo, 2008). Em todo o mundo as mulheres representam somente 12% dos assentos parlamentares e ocupam 11% dos cargos de presidência dos partidos políticos. Estimativas das Nações Unidas sugerem que, mantendo-se o ritmo atual de crescimento da **PARTICIPAÇÃO FEMININA EM CARGOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**, o mundo levará 400 anos para chegar a um patamar de equilíbrio entre homens e mulheres no poder.

PARTICIPAÇÃO FEMININA EM CARGOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

As conferências da ONU colocaram nas agendas governamentais o problema da exclusão das mulheres dos processos de decisão política, promovendo a elaboração de programas e planos para a promoção da igualdade de gênero, a criação de agências governamentais voltadas para as questões das mulheres e a realização de ações afirmativas que assegurassem a participação feminina no sistema político. O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) foi criado em 1976 como resposta às demandas das organizações de mulheres presentes na Primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, que se realizou na Cidade do México, em 1975. No Brasil desde 1992, o Escritório Regional do UNIFEM para Países do Cone Sul trabalha para promover a igualdade de gênero e os direitos humanos das mulheres em Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Quaisquer que sejam os marcos de origem do feminismo, é importante destacar que suas proposições têm contribuído para o progresso das nações. No Brasil, a pauta da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres tem ocupado cada vez mais espaço na agenda governamental. Assim, **em 1º de janeiro de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM)** através da Medida Provisória 103. A SPM tem desenvolvido ações conjuntas com os demais ministérios e secretarias especiais para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, o combate à discriminação e a incorporação das questões de gênero nas políticas públicas. Todavia, queremos reafirmar que, apesar dos avanços na esfera política (como os aqui apresentados, inclusive este curso para refletir sobre políticas públicas focalizadas em gênero e raça), há muitos desafios a serem superados: a assimetria entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na divisão do trabalho doméstico, a questão do direito ao aborto, a pouca participação das mulheres no sistema político, a violência e a discriminação contra as mulheres e outros problemas que permanecem como grandes questões a serem enfrentadas pela sociedade brasileira.

Era Moderna - Período da história do Ocidente em que a produção feudal é substituída pelo modo de produção capitalista. Alguns historiadores determinam o início do período em 1453, com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, e o término, com a Revolução Francesa, em 1798. A modernidade consolida-se com o início da Revolução Industrial. É na Idade Moderna que a “caça às bruxas” atinge seu apogeu, e muitas mulheres foram queimadas em fogueiras, principalmente porque antigas religiões pagãs e matriarcais foram consideradas satânicas. Estas medidas silenciaram os movimentos sociais.



MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

QUANDO COMEÇA A ARTICULAÇÃO E A
MOBILIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS COMO
SUJEITOS POLÍTICOS SINGULARES?
COMO A ATUAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS TEM
CONTRIBUÍDO PARA O ENFRENTAMENTO DAS
DESIGUALDADES DE GÊNERO E DE RAÇA?

Para responder a estas questões é importante reconhecer a convergência, na produção identitária das mulheres negras, de um elemento fundamental, a **raça**, compreendida como marcador de relações sociais de hierarquização de pessoas e povos segundo características fenotípicas (a cor da pele), ou de ascendência (neste caso, a ascendência africana, vinculada à experiência da escravidão). Da mesma forma que o conceito de gênero busca romper com crenças em determinismos biológicos para denunciar a hierarquização dos sexos, a raça se desloca de visões que advogam inferioridade biológica para denunciar a hierarquização baseada no racismo. É a partir do confronto ao racismo e suas expressões generificadas, ou seja, com formas de incidência diferenciada sobre homens e mulheres, que as mulheres negras desenvolvem suas lutas. É impossível separar as dimensões de raça e de gênero da experiência de ser mulher negra, pois

**o conceito de
raça se desloca
de visões que
advogam
inferioridade
biológica para
denunciar a
hierarquização
baseada no
racismo.**

[...] esta seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida “através” do gênero) e de ser mulher (vivida “através” da raça), o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras – luta contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas, uma não existe sem a outra (Bairros, 1995: 461).

No Módulo 3 haverá duas unidades para recuperar o processo histórico da produção das desigualdades raciais no Brasil e da luta dos Movimentos Negros e de Mulheres Negras, porém, aqui destacaremos questões essenciais para a compreensão da atuação das mulheres negras nos diferentes momentos da história, ora contrapondo-se a outros movimentos sociais, ora articulando-se com eles.

Com o fim do regime escravocrata, o debate sobre a identidade nacional desenvolvido pelos grupos dominantes, especialmente com a instauração da República, reforçaram perspectivas racistas e eugenistas que advogam a inferioridade genética de negros/as e indígenas; são instaurados obstáculos concretos à inclusão dos “novos cidadãos”, recém-libertos. Assim, nos primeiros anos pós-abolição, as mulheres negras buscaram, principalmente, garantir condições de permanência e sobrevivência para os/as negros/as.

Nas primeiras décadas do século XX, surgem organizações negras em todo o país, a maioria delas formada por homens e mulheres, como a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, criada na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, no ano de 1908.

As associações desempenharam o papel de produtoras de uma identidade coletiva para os/as negros/as em oposição aos brancos/as (Domingues, 2007: 348).

Na década de 1930 inicia-se o primeiro ciclo de mobilização do Movimento Negro, marcado pela fundação da **FRENTE NEGRA BRASILEIRA**, em 16 de setembro de 1931, na cidade de São Paulo (Domingues, 2007). A Frente foi a principal instância de disseminação de ações políticas antirracistas na primeira metade do século XX, com foco na

FRENTE NEGRA BRASILEIRA

A Frente Negra Brasileira foi fundada em São Paulo em 1931 e durou até 1937, tornando-se partido político em 1936. Foi uma das mais importantes entidades de negros/as no campo sociopolítico de caráter nacional. A Frente tinha delegação no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e outros. Sua organização era centralizada na figura de um “Grande Conselho” de 20 membros, contando com um presidente e milhares de associados e simpatizantes. A FNB teve uma atuação destacada na luta contra a discriminação racial, tendo sido, por exemplo, responsável pela inclusão de negros na Força Pública de São Paulo. Depois dos êxitos obtidos, a FNB resolveu constituir-se como partido político, mas terminou com a decretação do Estado Novo, quando os partidos foram declarados ilegais e dissolvidos.

inclusão social do negro. Domingues (2007), um dos ex-dirigentes da FNB, estima que a organização tenha reunido entre 25.000 e 30.000 afiliados em todo o território nacional. Ainda que esta estimativa possa não ser exata, é certo que a FNB obteve grande repercussão. Seus princípios e métodos rapidamente se expandiram pelo território nacional, sendo possível encontrar filiais em vários estados, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Por sua capacidade de mobilização, suas lideranças foram recebidas pelo presidente Getúlio Vargas.

No que se refere à participação feminina no movimento, Francisco Lucrécio, um antigo integrante da FNB, reconhece que “[as mulheres negras] eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente [Negra] a maior parte era de mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo o movimento” (Lucrécio apud Domingues, 2007: 106).

O apoio financeiro da entidade, por exemplo, vinha predominantemente dos bailes organizados por um grupo de mais de 30 mulheres (as Rosas Negras), sob a liderança de Benedita da Costa. Dado o papel fundamental que as mulheres desempenhavam no interior da Frente Negra, questões relacionadas à condição social das mulheres negras despertavam grande interesse (Schumacher & Vital, 2007). Contudo, embora as mulheres participassem ativamente das reuniões e dos debates da organização, elas permaneciam em uma posição subordinada: os cargos de decisão eram ocupados pelos homens. “Nenhuma das frentenegrinas, por exemplo, compôs o ‘Grande Conselho’ (instância máxima da FNB)” (Domingues, 2007: 358).

Acrescente-se que **discursos públicos de lideranças da associação demonstram sua adesão a concepções conservadoras acerca das relações de gênero**, o que

ESTADO NOVO (1937-1945)

Pouco antes das eleições presidenciais de 1938, em que os dois candidatos apoiavam a Revolução de 1930, o governo do presidente Getúlio Vargas denuncia um suposto plano de comunistas que pretendiam tomar o poder. Com base nessa denúncia, Getúlio Vargas dá um golpe de Estado, que já estava sendo preparado e articulado há algum tempo, e instaura uma ditadura. O Congresso Nacional é fechado, extintos os partidos políticos, outorgada uma nova Constituição, nomeados interventores para governarem os estados. Nessa época, há um grande impulso na industrialização do país e são criadas várias leis que regulamentam as relações de trabalho. Para saber mais: Carone, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Difel/Difusão Editorial AS, 1977.

<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=53> Acesso em 24/03/2010.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Novo_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Novo_(Brasil)) Acesso em 24/03/2010.

implicava a vinculação das mulheres à esfera doméstica e sua orientação para as atividades recreativas e assistencialistas da entidade – consideradas menos importantes pelos homens. Esse cenário manteve-se até a instauração do **ESTADO NOVO**, quando as atividades da FNB foram encerradas.

Somente com o fim do Estado Novo, na segunda metade da década de 1940, o movimento negro volta a se articular. Nesse período, surge uma experiência inovadora: o Teatro Experimental do Negro (TEN). Considerado um dos pilares da luta pelo fim das desigualdades raciais no Brasil, o TEN inaugurou uma nova forma de intervenção social e privilegiou a construção de diferentes percepções sobre os/as negros/as pela valorização e pelo resgate da cultura africana e afro-brasileira (Schumacher & Vital, 2007). Além das artes cênicas, o TEN desenvolvia atividades educacionais, como aulas de alfabetização para homens e mulheres negros.

Em 1950, o TEN organizou o primeiro Congresso do Negro Brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro. O evento contou com a participação de ativistas e acadêmicos/as. As mulheres associadas à entidade fizeram notar sua

presença, com destaque para lideranças, como as de Ruth de Souza, Guiomar Ferreira de Barros e Maria de Lurdes Vale Nascimento. Maria de Lurdes, coordenadora do departamento feminino do TEN, foi uma das conferencistas do evento, tendo focado em seu discurso o problema da prostituição. No mesmo ano, ela liderou a formação de um movimento específico de mulheres negras, propiciando a constituição do Conselho Nacional das Mulheres Negras. O Conselho foi um dos “braços” do TEN, dedicando-se especificamente às questões relacionadas aos direitos das mulheres e à infância.

A entidade contava com um departamento jurídico para ajudar a população

O Conselho

Nacional das

Mulheres Negras

foi um dos

"braços" do TEN,

dedicando-se

especificamente

às questões

relacionadas

aos direitos das

mulheres e

à infância.

negra a cumprir com requisitos básicos de cidadania, como a obtenção de certidão de nascimento e carteira de trabalho (Schumacher & Vital, 2007).

Por toda a década de 1950, multiplicaram-se clubes e associações de homens e mulheres negros, como a Associação Cultural do Negro (ACN/SP) e o Aristocrata Clube (SP). Mas com o golpe militar de 1964, a intensa repressão do Estado aos movimentos sociais implicou uma desarticulação das mobilizações antirracistas.

Nesse período, importantes lideranças do movimento negro, como Abdias do Nascimento (fundador do TEN), buscaram o exílio. Foi somente no final dos anos de 1970 que o movimento negro ganhou fôlego novamente.

Durante a década de 1980, foram criadas várias associações exclusivas de mulheres negras, voltadas não apenas para a luta contra o racismo, mas também contra o sexismo. Foram estabelecidos amplos fóruns específicos de discussões programáticas e de instâncias nacionais organizativas de mulheres negras, articulando redes de atuação no campo da cultura, da política e da educação (Carneiro, 2003). Como já apontado, a Segunda Onda do feminismo no Brasil caracteriza-se por conflitos e confluências de estratégias e agendas entre as organizações de mulheres negras e do movimento feminista.

Em 1988, na cidade de Valença (RJ), ocorreu o **I Encontro Nacional de Mulheres Negras**, que contou com a participação de cerca de 400 mulheres negras de 19 estados brasileiros. A preparação para o evento envolveu a realização de seminários estaduais para a elaboração de uma pauta de discussão. O objetivo era refletir e criar formas organizativas para a luta das mulheres negras em face do cenário social da época, bem como analisar as estratégias empreendidas até então, principalmente contra o racismo e o sexismo. No encontro foram abordados variados **temas considerados relevantes pelas mulheres negras, como racismo, saúde da população negra, educação, mercado de trabalho, mobilização política, sexualidade, cultura**, entre outros.

Em 1992, foi realizado o primeiro Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, na República Dominicana. No Encontro foi fundada a Rede Afrolatinamericana y Afrocaribeña de Mujeres, com o objetivo de promover e fortalecer as associações e os movimentos de mulheres negras, visibilizando a condição das mulheres negras nas sociedades latino-americanas. Ademais, durante o evento, o dia 25 de julho foi proclamado Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe.

Os encontros tornaram-se marcos do processo organizativo das mulheres, mas não foram os únicos espaços de reflexão e articulação. O movimento de mulheres negras ampliou sua participação em diversos outros movimentos sociais, no intuito de alargar a luta contra o racismo. Assim, o movimento tem buscado questionar sobre todas as relações de opressão e de desigualdade que afetam as mulheres negras e intervir nelas. Uma preocupação em especial tem sido ampliar a participação política dessas mulheres e recuperar registros de sua atuação nos movimentos sociais e políticos que marcaram a história brasileira, tais **como as lutas contra as precárias condições de trabalho, a escravidão, a intolerância religiosa, a violência, pela independência, pelo direito ao voto, e pela cidadania plena para as mulheres**. Esse novo direcionamento da agenda política do Movimento de Mulheres Negras potencializou as ações das organizações de mulheres negras, dando maior visibilidade às suas demandas e proposições nos âmbitos nacional e internacional.

Nesse contexto, a construção da identidade da mulher negra passa a envolver a busca por referenciais identitários que remontam ao passado africano e diaspórico. O trecho abaixo é ilustrativo do modo como a identidade das mulheres negras se constrói nesses novos discursos políticos:

*[...] as diferentes possibilidades a que as mulheres negras recorrem, os diferentes repertórios ou pressupostos de (auto) identificação ou de identidade, de organização política. Tais possibilidades partem deste reconhecimento: **estamos diante de diferentes agentes históricas e políticas – as mulheres negras – intensas como toda diversidade**. Entre estes repertórios estão alguns mitos sagrados presentes no Brasil desde que a diáspora africana foi criada. Estes referem-se a figuras femininas que atuaram e ainda atuam como modelos, como condutores de possibilidades identitárias para a criação e a recriação de diferentes formas de feminilidade negra (Werneck, 2008).*

Em 2000, as organizações brasileiras de mulheres negras e outros grupos de mulheres fundam a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) como

parte do processo preparatório para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001). A AMNB teve como principal objetivo **articular as mulheres negras em torno do debate acerca do papel do Estado na elaboração de políticas públicas capazes de enfrentar o racismo e suas consequências específicas para as mulheres**. Na esfera internacional, foi estabelecida a Alianza Estratégica Afro-latino americana e Caribeña pró III Conferencia Mundial del Racismo. Em 2001, outras organizações e lideranças do movimento de mulheres negras, organizadas em fóruns estaduais, consolidaram a fundação do Fórum Nacional de Mulheres Negras. **A Conferência de Durban (2001), entre seus resultados, consagrou a utilização do termo “afrodescendente” nas Nações Unidas**, como designativo de um grupo de pessoas vítimas do racismo, e reconheceu a urgência de políticas públicas para eliminar as desvantagens sociais enfrentadas pelas populações afrodescendentes em todo o mundo, sobretudo pelas mulheres e pelas crianças negras (Carneiro, 2002).

Em 21 de março de 2003 foi criada a Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em reconhecimento às lutas do Movimento Negro Brasileiro. No ano seguinte, durante a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, as organizações de mulheres negras reafirmaram o papel político da AMNB, definindo como seu principal objetivo:

*Promover ação política articulada de ONGs de mulheres negras brasileiras, na luta contra o racismo, o sexismo, a opressão de classe, a **homofobia** e outras formas de discriminação, contribuindo para a transformação das relações de poder e a construção de uma sociedade igualitária.¹*

A partir das estratégias empreendidas e dos compromissos assumidos pelo país nas Nações Unidas, o movimento de mulheres negras passou a atuar fortemente nas esferas municipal, estadual e federal para a construção de políticas públicas com foco **em questões como a desigualdade entre negros/as e brancos/as no mercado de trabalho e no acesso à educação; a violência simbólica contra a população negra representada pela estética da “branquitude”; o reconhecimento das especificidades étnico-raciais nas políticas de saúde pública; a naturalização do racismo e do sexismo na mídia;** entre outras.

1 | Website da Articulação das Mulheres Negras do Brasil: <http://www.amnb.org.br> . Acesso em 03/01/2010.

Nos últimos anos, a busca por alianças estratégicas com outros movimentos de mulheres, conduziu a uma aproximação do movimento de mulheres negras, em especial, com movimentos que desenvolveram trajetórias semelhantes de confronto ao racismo e seus impactos sobre as mulheres, como o movimento de mulheres indígenas. Esta aproximação é retratada pela ativista indígena Dirce Veron, por ocasião do lançamento da Aliança de Parentesco entre mulheres indígenas e negras na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004):

*Nós, mulheres indígenas, somos a mãe da terra. Acordamos e saímos detrás do cocar dos nossos maridos e caciques, não para estar na frente deles, mas ao lado. Queremos acesso à educação, à saúde e muitas outras coisas, como a demarcação de nossas terras. Estamos fazendo aqui o papel que cabia aos líderes indígenas. Eles não souberam fazer direito. Nós, agora, vamos ensinar a eles como é que se trabalha a organização e a articulação do nosso povo. São dez anos no Movimento Indígena, de muita luta. **Queremos sim aprofundar essa aliança com as mulheres negras.** Fizemos o Pacto com as Mulheres Negras porque sofremos a mesma discriminação. Política com justiça só é feita se contemplar as reivindicações das mais sofridas que somos nós. A Aliança feita aqui é o início de um trabalho que vamos, no futuro, aprofundar mais.²*

O alcance e o ineditismo desta parceria certamente poderão oferecer novas configurações ao movimento de mulheres, estruturando articulações que, fundadas no gênero, se expandem na direção de intervenções aprofundadas nos diferentes espectros da desigualdade.

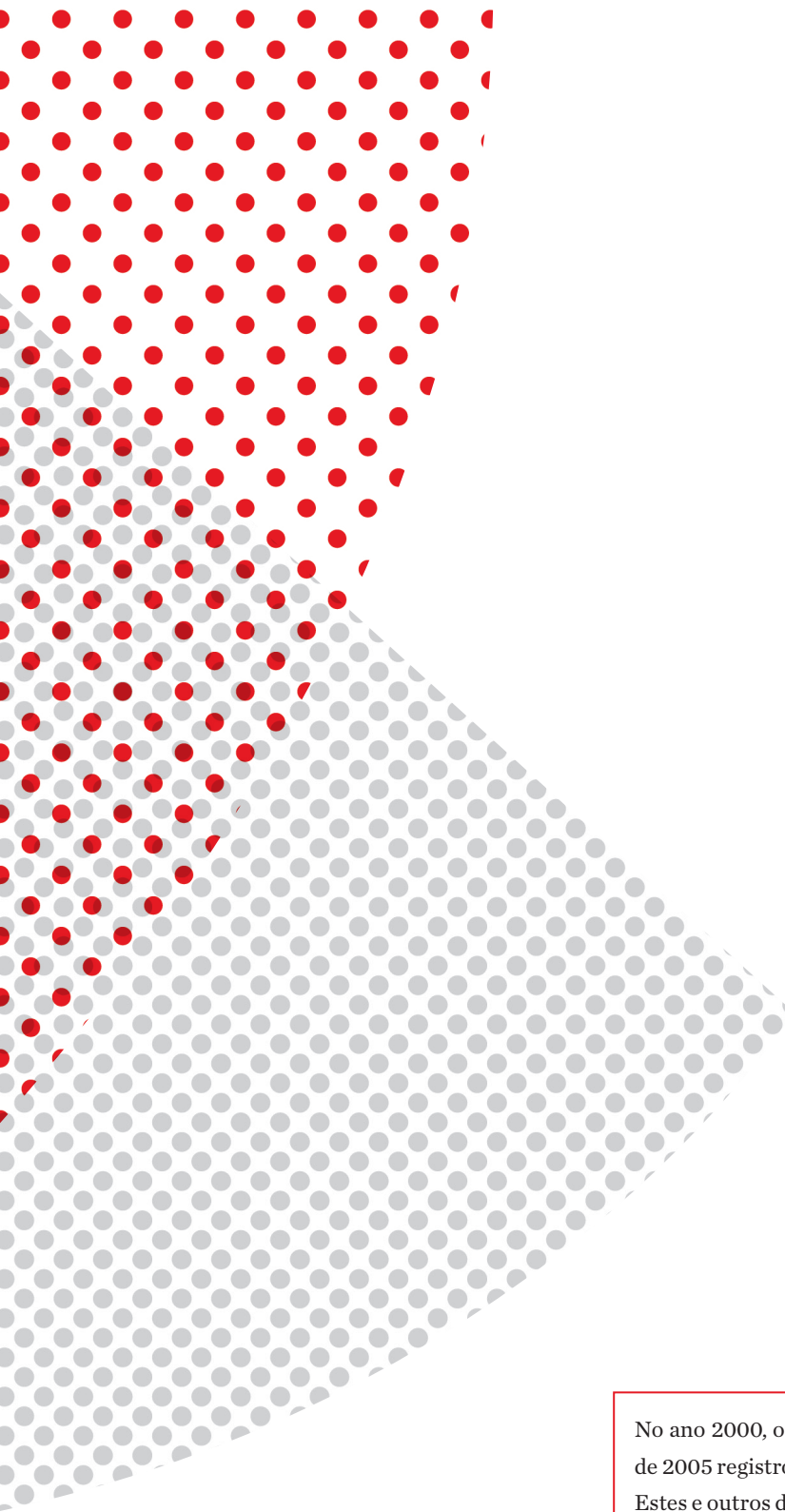
2 | Texto extraído do boletim “Articulando Eletronicamente”, nº 90, de 20 de julho de 2004.

Homofobia – termo usado para se referir ao desprezo e ao ódio às pessoas com orientação sexual diferente da heterossexual.

Raça – Do ponto de vista científico não existem raças humanas; há apenas uma raça humana. No entanto, do ponto de vista social e político é possível (e necessário) reconhecer a existência do racismo enquanto atitude. Assim, só há sentido em usar o termo raça numa sociedade racializada, ou seja, que define a trajetória social dos indivíduos em razão da sua aparência. Segundo Kabengele Munanga, professor de antropologia da USP,

o conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é, natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco, mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isto, o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico (MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05 nov. 2003. p. 27. In: COSTA, D.M., OSÓRIO, A.B. & SILVA, A. de O. Gênero e Raça no Orçamento Municipal: um guia para fazer a diferença, vol. I, Orientações Básicas, IBAM/DES, Rio de Janeiro, 2006).

Ao empregar o termo raça, os/as autores/as dos textos deste Curso consideram a posição de vários/as pesquisadores/as e do Movimento Negro do Brasil na utilização do conceito como forma de expor a prática social do racismo.



**AUTODECLARAÇÃO DE INDÍGENAS
NAS PESQUISAS POPULACIONAIS**

No ano 2000, o IBGE contou 734.127 indígenas residentes, e no censo de 2005 registrou um crescimento dos/as autodeclarados/as indígenas. Estes e outros dados você pode encontrar no site da FUNAI.

<http://www.funai.gov.br/>

MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS

Sob a designação genérica indígena, reúnem-se atualmente no Brasil 225 povos com identidades culturais próprias e individualizadas. Segundo informações disponibilizadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão governamental encarregado do acompanhamento desta população, este número faz referência exclusivamente a povos aldeados já contatados. De acordo com a FUNAI, há cerca de 100 a 160 mil indígenas vivendo fora das aldeias. Acrescente-se que há 63 referências a grupos indígenas ainda não contatados. Deste modo, estima-se que a população indígena em território brasileiro esteja entre 560 e 650 mil pessoas, correspondendo a 0,25% da população nacional. Se este percentual pode parecer baixo, o IBGE aponta que cresce a **AUTODECLARAÇÃO DE INDÍGENAS NAS PESQUISAS POPULACIONAIS** no país. As mulheres representam cerca de 50,23% desse contingente populacional.

Ainda hoje, são poucas as fontes bibliográficas relativas à articulação política de mulheres indígenas e sua história. Obter registros sobre a atuação dessas mulheres em defesa de seus direitos e dos seus povos, em períodos anteriores à década de 1980, é como “procurar agulha em palheiro”. Os poucos dados encontrados afirmam que as indígenas da região amazônica foram pioneiras na articu-

MULHERES INDÍGENAS

Em <http://www.grumin.org.br/historico.htm> você encontra notícias sobre articulações, parcerias, participações, observatório e histórias de vida de mulheres indígenas.

lação de movimentos específicos de mulheres indígenas, com a criação nos anos 1980 da Associação das Mulheres Indígenas de Taracará, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT) e da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN). O foco da AMARN tem sido a luta contra a exploração das trabalhadoras domésticas indígenas.

No mesmo período, Eliane Potiguara fundou a Rede GRUMIN de Mulheres Indígenas. De acordo com o site da organização, “o GRUMIN surgiu filosoficamente em 1979, tomou corpo físico a partir de 1982 e formalizou-se juridicamente em 1987”.¹

A vida difícil, marcada pela discriminação e pelas violências de que foi vítima sua família, pobre e desalçada, conduziu Eliane a resgatar suas raízes indígenas, tendo visitado inúmeras comunidades por todo o país (Potiguara, 2002). Ao constatar que trajetórias como a de sua avó e de sua mãe eram comuns entre as **MULHERES INDÍGENAS**, dedicou-se a mobilizar as mulheres da etnia Potiguar para lutarem contra a opressão dos povos e das mulheres indígenas.

A partir das articulações estabelecidas em encontros regionais, o grupo se ampliou, abrangendo mulheres de várias etnias.

Contudo, foi apenas na década de 1990 que o movimento das mulheres indígenas ganhou visibilidade. Multiplicaram-se associações pelo país (Sachi, 2003), a maior parte delas localizada nos estados de Amazonas, Acre, Roraima e Mato Grosso. As mulheres indígenas começaram também a se fazer presentes de modo cada vez mais significativo no interior das organizações indígenas mistas e a participar de encontros e reuniões nacionais e internacionais. Pode se aventar que o caráter recente desse protagonismo feminino nas lutas pelos direitos dos povos indígenas decorre da resistência enfrentada por elas dentro do próprio movimento indígena, tradicionalmente comandado pelos homens (Paula, 2008). Apenas nos anos 1990 houve a institucionalização do enfrentamento das desigualdades de gênero no movimento indígena brasileiro (Sacchi, 2005).

Em 2001 se deu a inclusão de um setor dedicado aos interesses das mulheres na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), durante a

1 | Disponível em <http://www.grumin.org.br/historico.htm>

O caráter recente desse protagonismo feminino nas lutas pelos direitos dos povos indígenas decorre da resistência enfrentada por elas dentro do próprio movimento indígena, tradicionalmente comandado pelos homens

realização da VII Assembleia Geral da COIAB – dez anos após sua fundação. Na ocasião, a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé (AMISM) foram incumbidas de articular a formação do Departamento das Mulheres Indígenas (DMI), oficializado um ano mais tarde com o I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia (Paula, 2008). A criação do DMI corroborou uma maior integração regional entre as mulheres da região, conferindo-lhes visibilidade e legitimando sua demanda por políticas públicas específicas.

Em 2007, grandes encontros regionais de mulheres também foram organizados pela Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime) e pela Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul) (Paula, 2008). Esses encontros, para promover o diálogo entre mulheres indígenas de distintas nações e aldeias, contou com a participação de mulheres de outras regiões do país. Cabe destacar que nesse período 30% das aldeias no Nordeste eram chefiadas por mulheres, enquanto em outras regiões esse percentual não ultrapassava 5% (Verdun, 2008).

A participação do movimento de mulheres indígenas brasileiras no Foro Internacional de Mujeres Indígenas, realizado em Lima, Peru, em 2008, foi um marco na construção e na promoção de uma agenda política voltada para os direitos das mulheres indígenas e o seu diálogo com movimentos internacionais.

O encontro privilegiou a elaboração de estratégias para mobilizar e sensibilizar a opinião pública para as lutas das mulheres indígenas e para angariar o apoio de órgãos nacionais e internacionais. Nesse sentido, além de projetos de capacitação e consolidação das associações de mulheres indígenas, houve o reconhecimento da necessidade de elas terem espaço no âmbito dos organismos governamentais.

No âmbito familiar, as principais questões do movimento das mulheres indígenas têm sido a violência intrafamiliar; o alcoolismo; e a assimetria de gênero.

A agenda política do movimento de mulheres indígenas tem se voltado para a urgência na defesa de seus territórios; a denúncia das formas de opressão e exclusão social dos povos indígenas; o combate ao conjunto das violências sofridas pelas mulheres indígenas e seus povos; a defesa do meio ambiente e de seu patrimônio genético e ancestral; a condição dos/as indígenas que vivem em centros urbanos; e as relações de subordinação de gênero, raça e etnia. No âmbito familiar, as principais questões têm sido a violência intrafamiliar; o alcoolismo; e a assimetria de gênero. O movimento tem denunciado e confrontado:

os matrimônios forçados, a prática de doar filhas a outras famílias, a frequente violência doméstica, a violação das meninas, o despojo de suas propriedades, o limitado acesso das mulheres à propriedade da terra e outras formas de supremacia masculina (Verdun, 2008: 12).

Um bom exemplo da complexidade dos desafios enfrentados por essas mulheres é o impacto negativo que muitas políticas sociais voltadas para as populações indígenas têm sobre a condição das mulheres indígenas.

Este problema foi ressaltado por algumas ativistas no documento Uma Proposta de Diretrizes e Políticas Públicas para as Mulheres Indígenas:

Se, por um lado, alguns projetos entraram nas comunidades reforçando o papel das mulheres e ampliando as tarefas e as responsabilidades femininas, por outro lado, a negociação com as instituições estatais e as organizações não-governamentais veio a montar-se sobre o papel ancestral dos homens como a categoria social encarregada da guerra, da caça e dos contatos com as aldeias vizinhas, o mundo em volta. Com isso, o espaço de atuação masculina tradicional desdobrou-se em novas tarefas que têm como consequência o inchaço do prestígio e do poder masculinos, produzindo um desequilíbrio nas relações de gênero costumeiras. As mulheres são claras ao referir-se a este fenômeno e ao acusar o seu baixíssimo perfil ou franca ausência nos círculos onde o interlocutor é o Estado ou outras agências de proteção e fomento (Segato, 2003: 33).

Este quadro aponta principalmente para a necessidade de se buscarem convergências e colaborações sobre as diferentes perspectivas culturais.



MOVIMENTOS DE TRABALHADORAS URBANAS

QUAL A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO DE TRABALHADORES/AS?
FIZERAM MAIS QUE DAR APOIO ÀS GREVES DOS COMPANHEIROS?
COMO O SETOR INDUSTRIAL TEM ABSORVIDO A MÃO-DE-OBRA FEMININA?
QUAIS OS ESPAÇOS CONQUISTADOS PELAS MULHERES NOS SINDICATOS?

MOVIMENTO OPERÁRIO

Com o advento da industrialização no Brasil, os postos de trabalho no meio urbano foram ocupados, prioritariamente, por imigrantes e seus descendentes, particularmente os de origem europeia, como vimos no Módulo 1 deste curso na passagem sobre as leis de imigração. A inserção das mulheres nas fábricas não se deu em pé de igualdade com os homens. Com o crescimento do setor industrial, elas foram perdendo posições, sendo mantidas somente em algumas áreas e funções, como o setor têxtil, onde as mulheres se constituíram como principal mão-de-obra.

O início do século XX foi marcado pela intensa mobilização dos/as operários/as nos grandes centros urbanos,

sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo – ocorreram 11 greves, entre 1900 e 1910, e 258 greves, entre 1919 e 1920. Em 1906, no Rio de Janeiro, é organizado o I Congresso Operário Brasileiro. O Congresso contou com a participação de várias organizações de trabalhadores/as e assinalou a criação da Confederação Operária Brasileira. Era forte então a influência das teorias **ANARQUISTA** e **COMUNISTA**. Em geral, as reivindicações giravam em torno de condições mais adequadas de trabalho, buscando romper com a intensa exploração a que eram submetidos/as os/as trabalhadores/as. Nesse contexto, a participação das mulheres tanto no mercado de trabalho quanto nas mobilizações operárias foi alvo de grande condenação moral, o que não impediu que elas atuassem ativamente no movimento.

O aumento no custo de vida, provocado pela exportação de gêneros alimentícios para os países aliados durante a Primeira Guerra Mundial, repercutiu em uma agitação social ainda maior, com greves generalizadas em vários estados brasileiros. Em 1919 ocorreu uma greve de costureiras no Rio de Janeiro e a criação da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, conhecida como “Abelhas do Luxo”. Apesar do machismo imperante no movimento operário da época, as “Abelhas do Luxo” participaram do II Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1920, tendo uma de suas lideranças presidido a cerimônia de encerramento do evento (Schumacher & Vidal, 2000).

Durante a década de 1920, acentua-se a repressão aos movimentos operários e o anarquismo entra em crise. O triunfo da Revolução Russa (1917) repercutiu na criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Seis anos mais tarde, é formado o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, uma das primeiras organizações sindicalistas de mulhe-

ANARQUISMO NO BRASIL

As ideias anarquistas foram trazidas para o Brasil pelos trabalhadores imigrantes. Os anarquistas eram contra qualquer tipo de governo ou ordem hierárquica compulsória. Acreditavam que os grupos humanos seriam capazes de se auto-organizar de forma igualitária e não-hierárquica, mediante uma educação libertária. A experiência que ficou mais conhecida no país foi a Colônia Cecília, no Paraná. No início do século XX uma tendência importante foi a do anarcossindicalismo, que acreditava que os sindicatos poderiam mudar a sociedade por meio da autogestão de trabalhadores/as. A solidariedade operária e a ação direta eram princípios desses grupos. No Brasil era uma corrente majoritária entre os operários/as e provocou as grandes greves de 1917 a 1919. Várias Escolas Modernas, baseadas no ensino laico, pacífico, racional e libertário, foram fundadas no Brasil de 1909 a 1920 por iniciativa de agremiações de operários/as anarquistas, em oposição ao ensino tradicional das instituições religiosas.

COMUNISMO NO BRASIL

O Partido Comunista Brasileiro, conhecido como Partido, foi fundado no Brasil em 1922 com menos de 90 militantes de diferentes regiões do país. Alguns meses depois de sua fundação já tinha sido colocado na ilegalidade. Em 1927 voltou à legalidade apenas por sete meses. Em 1935, aconteceu a tentativa de golpe militar contra o governo de Getúlio Vargas, conhecida como Intentona Comunista, liderada pelo capitão do Exército e líder tenentista Luis Carlos Prestes, articulado com a Internacional Comunista e com o apoio de alguns/algumas comunistas internacionais, como Olga Benário, sua companheira. Esse movimento ocorreu à revelia da direção do Partido em Natal, Recife e Rio de Janeiro. A insurreição foi derrotada e a repressão aos/as comunistas preparou o terreno para o golpe de 1937, liderado por Getúlio, e que culminou no Estado Novo. Os/as dirigentes foram presos/as e o Partido começou a se reorganizar clandestinamente, apenas em 1941.

Em 1945 voltou à legalidade e os/as presos/as políticos/as, entre eles/as Prestes, foram anistiados/as. Nas eleições elegeu 14 deputados federais e Prestes como senador. Em 1947, com aproximadamente 200 mil filiados/as, o Partido foi novamente cassado, assim como seus/suas políticos/as e em 1960 fez uma campanha por sua legalidade. Com o golpe militar, o Partido Comunista Brasileiro teve vários de seus líderes e militantes presos/as, torturados/as e mortos/as, tais como Carlos Marighella, Vladimir Herzog, Manuel Fiel Filho, entre inúmeros outros/as. Com a anistia em 1979, militantes e líderes voltaram para o país. Em 1985, com o fim da ditadura militar, PCB e PCdoB voltaram à legalidade.

res do Brasil. O sindicato, além de articular mulheres em todo o território nacional, integrou o Bloco Operário e Camponês – organização político-partidária que visava difundir as ideias do PCB entre os/as trabalhadores/as.

Na década seguinte, a atuação política das mulheres no movimento operário teve como desdobramento a regulamentação, ainda que incipiente, do trabalho feminino na Constituição de 1934. A Constituição estabeleceu **equivalência salarial entre pessoas que desempenhassem a mesma função, independentemente do sexo, o direito das trabalhadoras grávidas a uma licença de quatro semanas antes e após o parto, e proibiu a demissão de mulheres grávidas** (Schumacher & Vital, 2000). Contudo, a política trabalhista de Getúlio reprimiu enormemente os esforços da classe trabalhadora por meio de artifícios, como o imposto sindical e a restrição de um único sindicato por classe profissional. Nesse contexto, houve uma centralização ainda maior das organizações sindicais nas mãos dos homens; mas mulheres continuaram a atuar na política sindical, criando departamentos femininos na estrutura dos sindicatos.

Com o fim da ditadura de Vargas, o movimento operário rearticulou-se. Apesar do sexismo imperante no meio, as mulheres participaram intensamente desse processo, ocupando, inclusive, posições de liderança. Questões sobre a condição das mulheres no mercado de trabalho e no movimento sindical foram progressivamente ganhando visibilidade, até que, em 1963, o Pacto de Unidade Intersindical de São Paulo promoveu um encontro com 415 delegadas para discutir a situação da mulher trabalhadora brasileira (Schumacher & Vital, 2000). Entretanto, no ano seguinte, com o golpe militar, as atividades sindicais foram alvo de grande repressão.

No final da década de 1970, o movimento sindical brasileiro ressurgiu e sobre ele se impõem as demandas da agenda feminista. A atuação destacada e a visibilidade alcançada pelas mulheres no movimento sindical conduziram à incorporação de reivindicações específicas suas à pauta política, **tais como igualdade salarial em relação aos homens; disponibilidade de creches; jornada de trabalho de 40 horas semanais; abono de faltas quando da necessidade de levar filhos/as ao médico etc.**

Um marco de grande importância foi o I Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em 1981. No I CONCLAT, as trabalhadoras denunciaram o problema das desigualdades de gênero dentro do movimento, impondo às centrais sindicais suas reivindicações e um novo discurso que contemplasse igualmente as suas questões. O encontro também representou uma vitória para as empregadas domésticas, que tiveram suas demandas introduzidas na resolução final do Congresso. Desde a década de 1960, elas lutavam por reconhecimento e para que os direitos trabalhistas contemplassem a categoria.

Nas últimas duas décadas, as mulheres avançaram enormemente na conquista de legitimidade e visibilidade no interior do movimento sindical. Muitas federações, confederações, centrais de trabalhadores e vários sindicatos incorporaram a seus estatutos

*A atuação
destacada e
a visibilidade
alcançada pelas
mulheres no
movimento sindical
conduziram à
incorporação de
reivindicações suas
à pauta política*

1 | Disponível em: <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=27783> <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=27783>. Último acesso em 03/01/2010.

cotas para a participação feminina – em geral, de 30%. **Elas chegaram a cargos de direção e coordenação no interior de centrais sindicais, e a maioria das centrais, hoje, possui departamentos e secretarias da mulher.** Apesar dessas conquistas, ainda persiste a discriminação de gênero tanto no mercado de trabalho quanto no interior do movimento. A pesquisa “Ações Sindicais para a promoção de um trabalho decente para as mulheres”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgada em 2007, aponta que a participação das mulheres nos movimentos sindicais e, em especial, em cargos representativos ainda se dá de forma muito desigual à dos homens.

Em 2007, a Federação Sindical Internacional (FSI) organizou a I Conferência Internacional Sindical das Mulheres Trabalhadoras, em Bruxelas, com a participação de 95 delegadas de 62 países, entre eles o Brasil, que representaram 82 organizações sindicais. A Conferência teve como foco as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho contemporâneo, a troca de experiências entre as participantes e a necessidade de promover a equidade de gênero, a luta em oposição às formas de opressão e violência contra a mulher (dentre elas, a violência sexual) e contra a exploração do trabalho infantil. Assim, **apesar das dificuldades, as mulheres continuam a angariar espaços nos processos de decisão e reivindicação no mundo do trabalho através de articulações com trabalhadoras de diferentes categorias profissionais.** Nesse sentido, o diálogo internacional é uma ferramenta estratégica para obter o apoio de agências internacionais capazes de influenciar as ações políticas locais.

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

O trabalho doméstico, como vimos, é um dos setores da economia que mais empregam mulheres no Brasil, principalmente mulheres negras. Mas apenas no final da década de 1970 o trabalho doméstico foi oficialmente considerado uma ocupação profissional. E ainda hoje padece de condições precárias e baixa proteção, constituindo-se em uma dimensão reveladora da sinergia dos mecanismos de exclusão social, entre gênero e raça/etnia presentes no país.

O movimento de trabalhadoras domésticas surge no Brasil ainda no início do século XX. A primeira associação foi fundada em 1936, na cidade de Santos. Uma de suas principais articuladoras, Laudelina de Campos, era também uma ativista de destaque na Frente Negra Brasileira (FBN). Laudelina iniciou sua militância aos 16 anos e participou também da Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas de

Apenas no final da década de 1970 o trabalho doméstico foi oficialmente considerado uma ocupação profissional. E ainda hoje padece de condições precárias e baixa proteção.

Campinas. Em 1964, a ditadura militar fechou a associação. Entretanto, outras associações de empregadas domésticas surgiram no período em São Paulo e no Rio de Janeiro, com a colaboração da própria Laudelina e, em 1968, foi realizado o I Congresso Nacional da categoria.

Laudelina atuou na resistência ao regime militar, tendo sido membro do Partido Comunista e do Partido dos Trabalhadores, chegando a ser presa em razão da militância. Em 1972, ela participou da conquista do direito à carteira assinada, férias remuneradas e previdência social para as empregadas domésticas. Após um período de afastamento da direção da associação de Campinas, Laudelina retornou em 1982, participando de sua transformação em Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas e de sua filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em 1985, o movimento das trabalhadoras domésticas instaurou o Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas. A força de sua mobilização se fez sentir no artigo 7º da Constituição de 1988, na qual lhes foram garantidos direitos assegurados a outros/as trabalhadores/as, inclusive o direito de integração à Previdência Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). No mesmo ano, o movimento se fez presente no I Congresso Latino-Americano e Caribenho. O encontro marcou a filiação do Conselho Nacional das Trabalhadoras

Domésticas à Confederação Latino-Americana e Caribenha de Trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO). Nesse contexto, inúmeras associações de trabalhadoras domésticas transformaram-se em sindicatos. Como resultado da maior integração do movimento, em 1997 foi constituída a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e, no ano seguinte, a entidade vinculou-se à CUT.

As reivindicações das empregadas domésticas têm se dirigido não apenas ao acesso e à efetivação de direitos trabalhistas, a melhores salários e benefícios, mas também à melhoria das condições de trabalho, que muitas vezes envolvem violência e discrimi-

nação; ao combate ao trabalho infantil; à defesa do direito à moradia, já que residir no local de trabalho, muitas vezes, é requisito para a obtenção de emprego, condição que gera inúmeros transtornos familiares e torna-as vulneráveis à exploração por patrões e patroas.

Segundo dados da FERNATRAD, atualmente há 3 milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil, mas somente 300 mil possuem registro na carteira profissional. Esta estimativa revela a intensa exploração da categoria ainda hoje no país. No ano de 2009, trabalhadoras domésticas brasileiras se reuniram com representantes das trabalhadoras domésticas da Bolívia, da Guatemala e do Paraguai para elaborar a proposta de uma convenção internacional para a regulamentação do trabalho doméstico. O encontro faz parte dos preparativos das mulheres para a 99ª Conferência Internacional do Trabalho, a ser realizada em Genebra, em 2010. Busca-se, assim, a construção de instrumentos que coloquem o trabalho doméstico em pé de igualdade com outras categorias profissionais, de modo a consolidar e a expandir os direitos conquistados pela categoria.

TRABALHADORAS DO SEXO

O termo prostituta não é usado para referir um grupo ocupacional que ganha a vida fornecendo serviços sexuais. É usado como descrevendo uma categoria de mulheres que ameaça a saúde pública, a moral, a estabilidade social e cívica.

(Manifesto das trabalhadoras sexuais 1ª Conferência Nacional de Trabalhadoras Sexuais na Índia, Calcutá, 14-16/11/1997).²

O trabalho sexual está longe de ter as mesmas prerrogativas das demais formas de trabalho no Brasil e no mundo. Afetado por um conjunto de questões morais, legais, higienistas e religiosas, ele apresenta uma das faces mais intensas das desigualdades de gênero, da desvalorização das mulheres e da desqualificação de sua participação no mundo do trabalho. O conjunto de contradições, desqualificações e condenações morais também esteve, e ainda está, presente no interior do movimento de mulheres, no qual a participação de organizações de trabalhadoras do sexo continua a se dar de forma periférica e instável.

2 | Tavares, Manuela. Prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista, s/data. Disponível em <http://www.umarfeminismos.org/grupostrabalho/pdf/prostituicaoantavares.pdf> Acesso em 22/03/2010.

A tendência em considerar as trabalhadoras do sexo vítimas da dominação masculina faz parte de toda a história de interação destas trabalhadoras com os demais movimentos brasileiros de mulheres. **Predomina a perspectiva de que a prestação de serviços sexuais é uma forma de subordinação que potencializa a vitimização das mulheres**, e não uma modalidade de ocupação profissional.

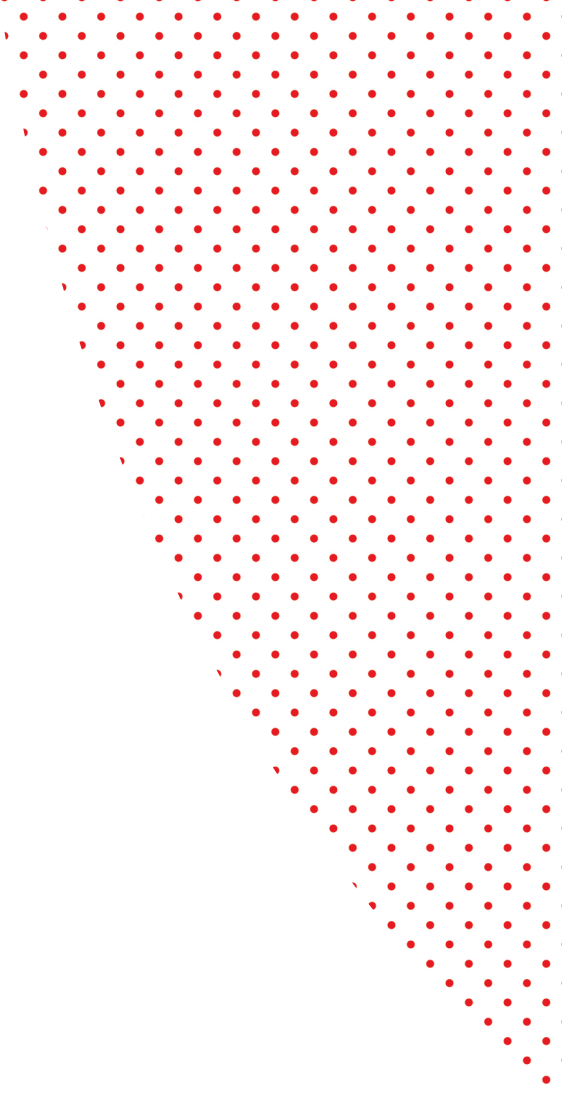
O movimento das trabalhadoras do sexo tem buscado desconstruir essas representações sobre o trabalho sexual feminino, afirmando o direito de comercializar o próprio corpo. Nas palavras de uma das lideranças, no Brasil e na América Latina, de maior destaque do movimento, Gabriela Leite: “Gostem ou não gostem as feministas, se todo mundo no Rio de Janeiro – camelô, garçom, dono de bar, dono de loja – ganha dinheiro com turismo em Copacabana, a prostituta também pode ganhar o seu”.³

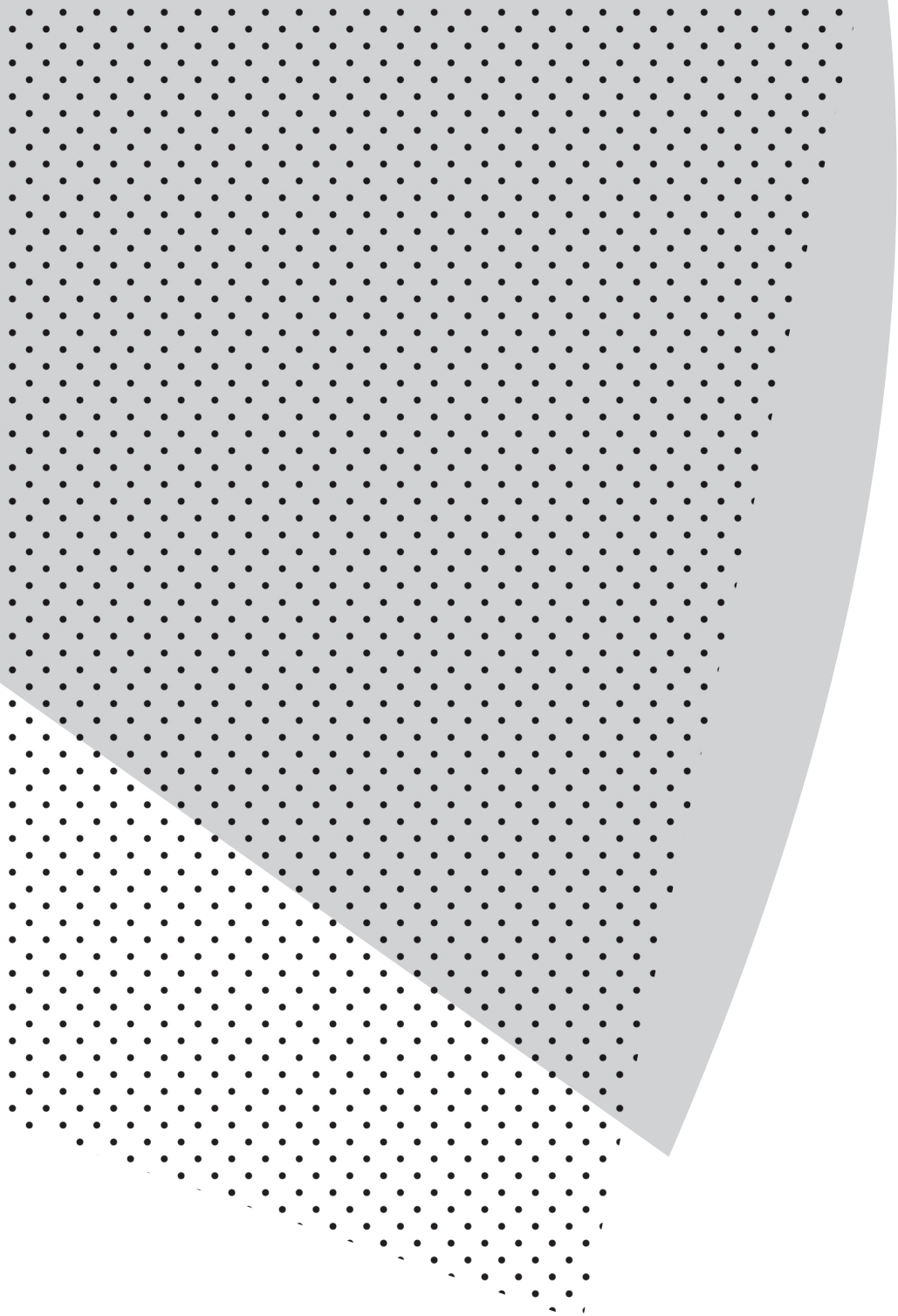
O movimento das trabalhadoras do sexo articulou-se no Brasil na década de 1980, em um contexto em que distintas vertentes começavam a surgir no movimento feminista. **A epidemia de HIV/AIDS, que atingiu fortemente a categoria, acirrou o estigma social que recai sobre estas trabalhadoras**. A classificação como segmento prioritário de intervenção no enfrentamento da epidemia, ao lado dos/as homossexuais, **impulsionou esta articulação, conferindo visibilidade às suas demandas**.

Ainda na década de 1980 foi criada a Rede Nacional de Prostitutas, vinculada ao movimento internacional. Desde então, a Rede tem promovido ações voltadas para o reconhecimento profissional e para a melhoria das condições de trabalho. Nesse cenário, busca-se o diálogo com as diferentes vertentes do movimento de mulheres – em especial, com o movimento feminista – visando, de um lado, articular possíveis alianças e, de outro, problematizar a perspectiva predominante de vitimização das trabalhadoras do sexo nos discursos dos demais movimentos de mulheres.

Em 1998, a OIT lançou um relatório em que destacou a necessidade de reconhecimento e regulamentação do trabalho sexual, dadas as suas dimensões globais. Acrescenta-se que **a regulamentação é uma forma de combater violações aos direitos dessas mulheres, como sua exploração pelo crime organizado e o tráfico sexual**. As tentativas de avançar o debate sobre o tema no Legislativo brasileiro não têm sido bem-sucedidas.

3 | Leite, Gabriela. Entrevista a Ailton Magioli, disponível em http://www.new.divirta-se.uai.com.br/html/sessao_7/2009/04/19/ficha_agitos/id_sessao=7&id_noticia=10209/ficha_agitos.shtml Acesso em 22/03/2010.





MOVIMENTOS DE TRABALHADORAS RURAIS

QUAL A HISTÓRIA DAS TRABALHADORAS RURAIS?

O trabalho nas diferentes atividades da economia agrária sempre contou com a presença e a participação intensa de mulheres. No período escravocrata, esta participação referia-se, fundamentalmente, a africanas e afro-brasileiras. Segundo Sônia Giacomini (1988):

A situação da escrava empregada no trabalho produtivo da plantation esteve necessariamente determinada pela sua condição de “coisa”, propriedade do senhor. Mas a esta condição, compartilhada com o homem escravo, soma-se a particularidade advinda do fato de serem mulheres, isto é, ocupar um papel privilegiado na reprodução biológica [...] (Giacomini, 1988: 24).

Há poucas informações acerca de possíveis articulações entre trabalhadores/as africanos/as e afro-brasileiros/as escravizados/as e livres, que correspondiam à maior parte da mão-de-obra no período colonial brasileiro. Mas há registros de associações que visavam suprir necessidades de assistência aos/as trabalhadores/as escravizados/as. Tais grupos facilitavam também as fugas, a compra de alforrias, as revoltas e outras estratégias voltadas para a conquista da liberdade.

Com as políticas de imigração e importação de trabalhadores/as europeus e japoneses e a consequente expulsão de grandes contingentes negros das áreas rurais, novas configurações do trabalho rural surgem, requisitando outras formas de organização e de mobilização por melhores condições de trabalho. Tais transformações resultam na conquista pelos/as trabalhadores/as rurais do direito de associação, através do Decreto N° 979, de 6 de janeiro de 1903, que facultava “aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses”¹. Este decreto foi revogado em 1933.

Apesar da modernização das relações do trabalho conquistada no Brasil durante o século XX, a instituição de direitos sociais e trabalhistas e o direito à sindicalização só alcançaram as categorias rurais em 1963.

Um importante marco da organização dos/as trabalhadores/as rurais foi a criação das Ligas Camponesas, em 1950. “As Ligas Camponesas tiveram papel importante ao denunciar as violências que enfrentavam os(as) trabalhadores(as) do e no campo e ao pautar o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária” (Silva, 2008).

As Ligas assinalaram a emergência de um processo intenso de conflitos no campo, situação que permanece nos dias de hoje. Violentemente perseguidas e marcadas por disputas internas nas últimas décadas, as Ligas deram lugar a três grandes organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais de âmbito nacional: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), fundada em 1963; o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984; e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF), em 2004.

Desde as primeiras associações de trabalhadores/as no campo, **as mulheres participaram das lutas por direitos, melhores condições de trabalho e acesso aos meios de produção**. Mas sobretudo após a greve dos 100 mil trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco, em 1979, é que as mulheres do campo passam a ser protagonistas de primeiro plano (Schumacher & Vital, 2000). É nesse período que elas **surgem como segmento específico, tanto no interior dos movimentos rurais quanto no do movimento feminista**, com o intuito de elaborar estratégias de combate à exploração dos/as trabalhadores/as rurais, com ênfase nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres.

1 | A íntegra do Decreto, está disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103710/decreto-979-03>. Acesso em 22/03/2010.

CABRA MARCADO PARA MORRER

(Brasil, 1984). Direção: Eduardo Coutinho. 120 min., Globo Vídeo.

A produção de *Cabra Marcado para Morrer* teve início em fevereiro de 1964 e se propunha a contar a história política do líder da liga camponesa de Sapé (Paraíba), João Pedro Teixeira, assassinado em 1962. Com o golpe de 31 de março, as forças militares cercam a área onde o filme estava sendo produzido, interrompendo as filmagens, que só foram retomadas 17 anos depois. O diretor Eduardo Coutinho volta à região e reencontra a viúva de João Pedro, Elisabeth Teixeira, que até então vivia na clandestinidade.

Na trajetória do movimento, sobressaem lideranças feministas, como Elizabeth Teixeira, que teve sua história de luta contada no filme **CABRA MARCADO PARA MORRER**, e Margarida Alves, cuja trajetória inspirou a mobilização nacional de trabalhadoras rurais, conhecida como **Marcha das Margaridas**, já citada neste curso.

Além da Marcha das Margaridas, dois eventos anteriores, na década de 1990, foram fundamentais para a consolidação do movimento das trabalhadoras rurais: o Seminário Nacional das Trabalhadoras Rurais

e o I Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (Schumaher & Vital, 2000). Estes eventos marcaram a inclusão de propostas dos diferentes segmentos das trabalhadoras rurais na agenda política do movimento de trabalhadores/as, com especial destaque para a urgência da inclusão política feminina em espaços de decisão nos sindicatos, nas federações e nas centrais sindicais.

Atualmente, a agenda do movimento das trabalhadoras rurais tem como enfoque principal os direitos de cidadania – **a representação política das mulheres nas organizações do Estado e da sociedade civil**; o problema da violência intrafamiliar; o tema do desenvolvimento sustentável; e a luta pela soberania alimentar entendida como **garantia do direito dos povos a comer, cultivar, comercializar e preparar alimentos com autonomia**, de modo a atender às suas necessidades locais.

GLOSSÁRIO

Marcha das Margaridas – é uma ação estratégica das trabalhadoras rurais que acontece desde 2000, visando garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta. É um processo amplo de mobilização em todos os estados do país, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais: Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (ST-TRs) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) em parceria com Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas. O Movimento recebeu este nome em homenagem à ex-líder sindical paraibana Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 por latifundiários.



MOVIMENTO DE MULHERES LÉSBICAS

A década de 1970 marca o início da articulação política entre as mulheres lésbicas no interior de grupos gays, como o Lampião (RJ) e o Somos (RJ), e do movimento feminista. Nesse sentido, a formação do movimento de mulheres lésbicas decorre tanto da perspectiva de que essas mulheres possuem especificidades irredutíveis, quanto do acirramento das contradições e dos limites dos movimentos gay e feminista. O feminismo, por exemplo, afirmava a existência de uma irmandade entre as mulheres e que, por isso, todas estavam em um mesmo patamar de igualdade. Para as lésbicas e outros grupos de mulheres, isso significou o silenciamento das diferenças em favor da expressão e dos interesses das mulheres pertencentes aos grupos hegemônicos: mulheres brancas, heterossexuais, de camadas médias urbanas.

No início década de 1980 foi fundado o Grupo Lésbico-Feminista (LF) que, devido ao acirramento de suas contradições internas, em pouco tempo deu origem ao Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). Esta organização ocupará quase de forma exclusiva o papel de representante público do movimento das mulheres lésbicas durante toda a década de 1980. Contudo, deve se ressaltar que isto não implicou a retirada das mulheres lésbicas do movimento feminista e de outros movimentos de mulheres. Nessas

organizações, **foi travado um embate sobre a noção de que a orientação sexual das mulheres não-heterossexuais deveria ser priorizada na construção de suas identidades políticas**, em contraponto com a ideia de que esta é uma questão que diz respeito às escolhas individuais na esfera privada.

Nesse contexto, surge uma publicação específica de mulheres lésbicas, ChanacomChana, (1981 a 1987). Segundo Elizabeth Cardoso,

O ChanacomChana poderia ser classificado como um ícone da reivindicação das especificidades do movimento feminista, fazendo contraposição ao discurso da busca da igualdade entre homens e mulheres. Sem mencionar o salto advindo da existência de um jornal especializado num tema (lesbianidade) tratado de forma tímida pela primeira geração da imprensa feminista (Cardoso, 2004).

Ainda na década de 1980, a emergência da epidemia de HIV/AIDS e a suposta constatação da maior vulnerabilidade dos homens que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo ocasionando a contaminação promovem um acirramento do estigma relativo aos grupos homossexuais. A homofobia e a falta de respostas adequadas das políticas públicas trouxeram, naquele momento, novos desafios. Ao mesmo tempo, repercutiram em uma maior mobilização do movimento homossexual, especialmente das organizações sob liderança masculina, gerando maior visibilidade para os homens homossexuais e para as travestis.

Nesse período, houve também a ampliação dos grupos lésbicos. Mas, como ressalta a pesquisadora e ativista Marylucia Mesquita, a escassez de registros sobre essas organizações torna

difícil precisar o número exato de grupos de mulheres lésbicas, no Brasil, mas arrisco afirmar, a partir dos informativos impressos e do levantamento em sites e dos escassos registros públicos de encontros de lésbicas, que existem cerca de 40 organizações entre as formadas somente por lésbicas e os núcleos de lésbicas nos grupos mistos (Mesquita, 2010).

Nas últimas décadas, o movimento lésbico vem atuando através de organizações exclusivas para mulheres lésbicas e de associações que reúnem homens e mulheres com variadas identidades sexuais alternativas. A articulação com distintos grupos que lutam pelos direitos dos dissidentes da norma heterossexual afirmou-se enquanto uma importante estratégia política no enfrentamento da homofobia.

No decorrer dos anos 1990, as **PARADAS DO ORGULHO GAY** emergiram e se afirmaram como um dos principais instrumentos de interlocução do movimento com os segmentos mais amplos da sociedade. Tal fenômeno não pode ser compreendido fora de um contexto sócio-histórico, no qual a atuação do Estado, do mercado e de relações internacionais, como os financiadores de determinados grupos ativistas (Fachini, 2009: 133), são preponderantes. **Com forte impacto visual e midiático, as Paradas constituem-se em uma das mais extraordinárias manifestações de massa do início deste milênio e têm se caracterizado por serem, simultaneamente, eventos lúdicos e políticos.** Elas expressam uma forma de vocalização de todo um universo: a luta contra a discriminação e os preconceitos que atingem as diferentes minorias sexuais (Carrara & Ramos, 2005: 14). Milhões de pessoas participam anualmente das Paradas em várias cidades brasileiras, com destaque para as que ocorrem nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Contudo, a ênfase dada à homossexualidade masculina nas manifestações desse movimento mais amplo contribuiu para uma relativa invisibilidade das sexualidades lésbicas.

Uma das estratégias para destacar as reivindicações específicas das mulheres lésbicas foi a criação, em 1995, do Dia Nacional da Visibilidade Lésbica – 29 de agosto. Em 2003, por ocasião do III Fórum Social Mundial, começou a se construir uma articulação no âmbito de uma oficina de visibilidade lésbica do Planeta Arco-Íris, que contou com a participação de dezenas de mulheres lésbicas e bissexuais de diversos estados brasileiros e de outras partes do Mundo. Essa articulação propiciou a formação da Liga Brasileira de Lésbicas

As Paradas do Orgulho Gay emergiram e se afirmaram como um dos principais instrumentos de interlocução do movimento com os segmentos mais amplos da sociedade.

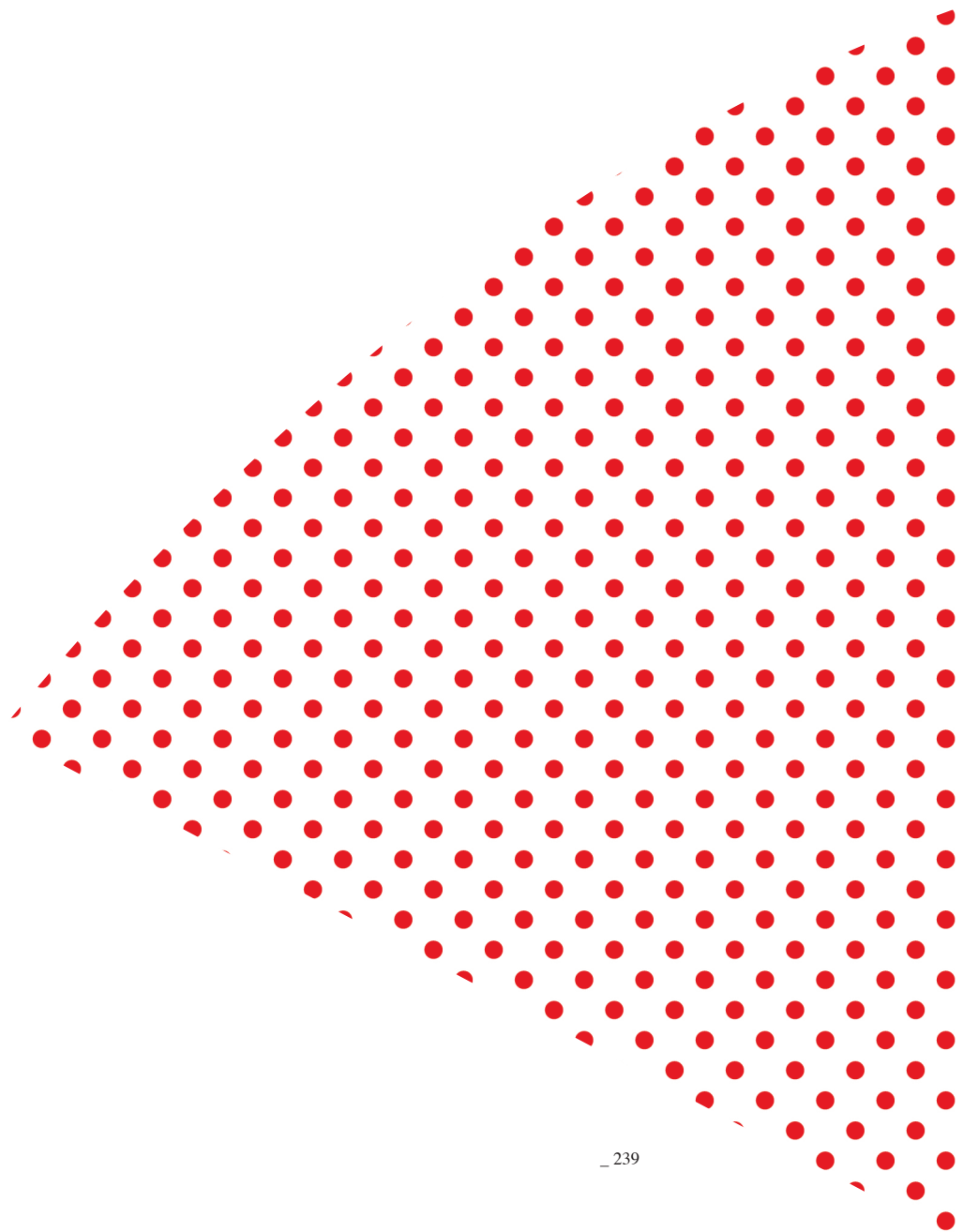
PARADAS DO ORGULHO GAY

A Parada de Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) é uma manifestação política e social de afirmação de direitos à diversidade, e de comemoração de conquistas. Ela acontece em vários países do mundo e em algumas cidades brasileiras. A Parada de São Paulo, organizada desde 1997, cresceu de 2 mil para 3 milhões e meio de participantes em 2009. A Associação da Parada de Orgulho LGBT foi fundada em 1999 para organizá-la. Hoje desenvolve projetos de formação, de prevenção das DST/Aids e de contenção da violência homofóbica. Para saber mais, acesse www.paradasp.wordpress.com

(LBL) naquele mesmo ano, consolidada no XIV Encontro Nacional Feminista, em Porto Alegre. Seguindo os princípios elaborados pelas mulheres durante as discussões realizadas no V Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), em junho de 2003, a LBL conta com representantes das cinco regiões brasileiras, que são escolhidas através de plenárias com representantes estaduais. No ano seguinte foi realizado o I Encontro Nacional da LBL, na cidade de São Paulo, onde foi elaborada coletivamente uma carta de princípios da entidade.

Em 2008, o movimento nacional deixou de se chamar GLBTT para ser denominado LGBTT: movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, ou seja, o L, que faz referência às ativistas lésbicas, passou para o início da sigla. **Esta alteração** por ocasião da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais do país, que contou com a presença de autoridades federais, inclusive o presidente da República, **representou uma grande conquista para o movimento das mulheres lésbicas.**

Por fim, cabe destacar que os confrontos identitários no movimento de mulheres se intensificam com o surgimento das identidades travestis e transexuais, sua mobilização e organização. Apesar das controvérsias acerca das reivindicações pela participação das chamadas trans nos movimentos de mulheres, o X Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho, que aconteceu em São Paulo em 2005, incorporou-as como parte do movimento feminista.





MULHERES JOVENS

Somente a partir dos anos 1990 começam a se tornar hegemônicas no Brasil concepções de jovem como sujeito em si, dotado de direitos e capacidades. **Até esse momento tínhamos visões de juventude como símbolo da transitoriedade, fase preparatória** tida como verdadeiramente produtiva da experiência humana. É nesse momento que as proposições da juventude, e mesmo as demandas por protagonismo juvenil, passam a ter impacto sobre o movimento social e de mulheres. Resulta, assim, no surgimento de organizações de jovens de ambos os sexos, entre elas, organizações de mulheres jovens, muitas delas identificadas com o feminismo.

A aproximação entre as feministas e as jovens viveu distintas modalidades de articulação, representando diferentes formas de participação e presença das jovens, conforme relata Julia Zanetti:

Tendo me aproximado do movimento feminista em 2000, quando comecei a trabalhar em uma organização não-governamental feminista, e vindo de uma militância na Pastoral de Juventude Estudantil, logo me chamou a atenção a forma como as poucas jovens militantes se inseriam no feminismo naquele momento.

De lá pra cá, o cenário mudou. Em vários estados formaram-se grupos de jovens feministas, que têm buscado se organizar nacionalmente em eventos do movimento como um todo e, mais recentemente, na Articulação Brasileira de Jovens Feministas, que realizou seu primeiro encontro nacional em março deste ano (2008) no Ceará (Zanetti, 2008: 1).

Tal participação, afirma a autora, tem possibilitado uma renovação do movimento feminista a partir da iniciativa de aproximação e identificação das jovens. Ainda assim, participaram do feminismo de forma não-empoderada, experimentando desigualdades no interior do movimento, situação esta que não se diferencia das dificuldades que enfrentam nos espaços de movimentos juvenis ou em outras correntes do movimento de mulheres.

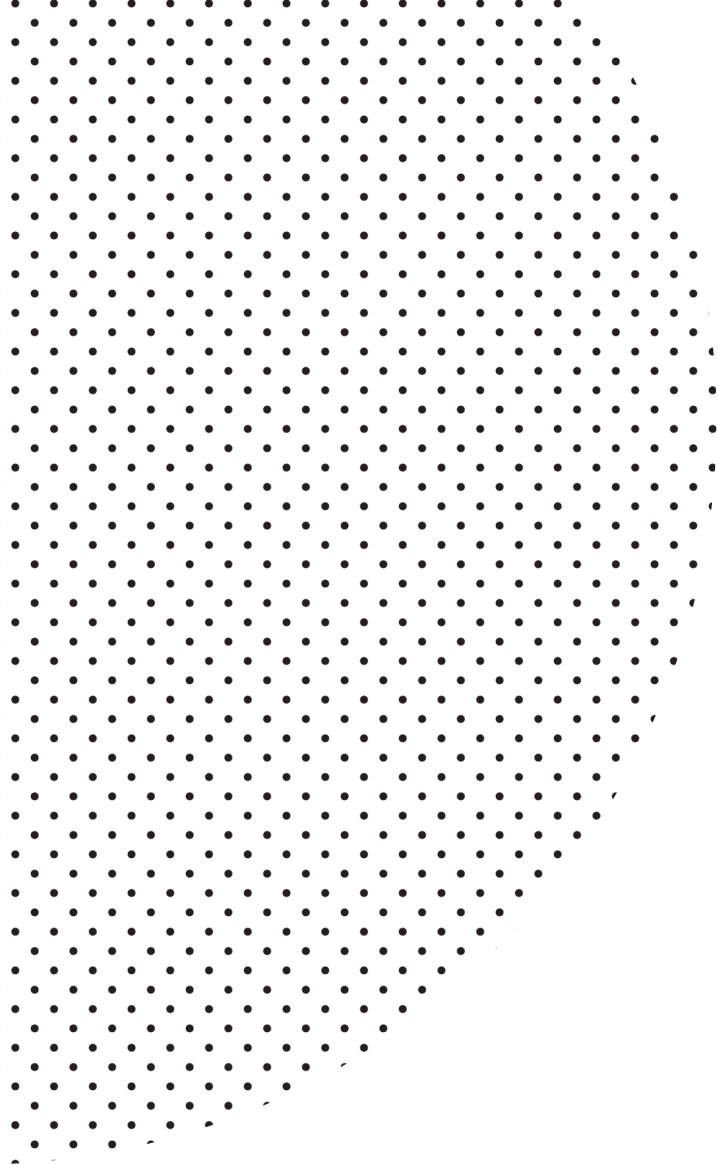
A busca por maior expressão e espaço de atuação determinou também a articulação de jovens negras. Algumas destas vinculando-se ao referencial teórico e prático do feminismo, porém identificando-se com a corrente denominada feminismo negro. Assim, em 2009, foi organizado o **1º Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas**. Destaque-se que, ao optarem pela precedência da identidade negra em relação à identidade geracional e de gênero, **estas ativistas expressam também sua vinculação com o antirracismo, bem como sua proximidade com o movimento de mulheres negras**. Outras configurações de organização de juventudes incluem, principalmente, a participação nos movimentos culturais, especialmente na área musical, com forte influência midiática. Entre estas, tem crescido substancialmente o número de mulheres jovens no palco e na luta contra o racismo, o sexismo e a presença igualitária no movimento hip-hop.

*A busca por maior
expressão e
espaço de atuação
determinou
também a
articulação de
jovens negras.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protagonismo feminino nas transformações sociais e políticas que marcaram a modernidade afirmou a capacidade das mulheres em confrontar e modificar os sistemas de dominação baseados nos mais distintos signos de desigualdade social. Como vimos, esse processo foi influenciado por mudanças significativas nas relações entre homens e mulheres, no âmbito da família, nas relações entre as mulheres e seus corpos e nas possibilidades de participação feminina no mercado de trabalho e na arena política. Promoveu, assim, uma transformação radical nas condições de vida de um contingente expressivo de mulheres. Entretanto, apesar dos avanços conquistados, ainda vivemos contradições sociais e econômicas que acirram as desigualdades de gênero e raça. A persistência de variadas relações de subordinação das mulheres evidencia que os desafios colocados pelos movimentos de mulheres não se esgotaram.

*A persistência de
variadas relações
de subordinação
das mulheres
evidencia que os
desafios colocados
pelos movimentos
de mulheres não se
esgotaram*



BIBLIOGRAFIA

ALVES, J. E. D. *Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil*. 1994. 152f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____; ARAÚJO, C. A política de cotas no Brasil, o sistema eleitoral e a sub-representação feminina. In: *LASA 2009 RETHINKING INEQUALITIES*, 28, 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: LASA, v. 1, 2009, p. 1-25. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/AlvesDinizJose.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

_____; CAVENAGHI, S. As mulheres nas eleições de 2004 e as limitações da política de cotas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIAS POLÍTICAS, 6, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro: ABCP, v. 1, 2008, p. 1-26. Disponível em: <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Legislativo/As_Mulheres_nas_Eleicoes_de_2004_e_as_Limitacoes_da_Politica_de_Cotas.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2010.

_____; CORRÊA, S. Demografia e ideologia: trajetos históricos e os desafios do Cairo + 10. *Revista Brasileira de Estudos da População*. Campinas: v. 20, n. 2, 2003, p. 129-156.

AQUINO, E. M. L. de; ARAUJO, T. V. B. de; MARINHO, L. F. B. Padrões e Tendências da Saúde Reprodutiva no Brasil: bases para uma análise epidemiológica. In: GIFFIN, K.; COSTA, S. H. (Orgs.). *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, cap. 11, p. 187-204.

ARAGÃO, L. T. de. Em nome da mãe. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 3, 1983, p. 109-142.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. São Paulo e a carne. In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. (Orgs.) *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 54-76.

ARRIAGADA, I.; MATHIVET, C. Los programas de alivio a la pobreza Puente y Oportunidades: Una mirada desde los actores. *Serie Políticas Sociales*. Santiago de Chile: Cepal, n.134, 2007. Disponível em: < http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/28599/sps134_lcl2740.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2010.

ÁVILA, M. B. *Direitos reprodutivos: uma invenção das mulheres reconcebendo a cidadania*. Recife: SOS Corpo, 1993.

_____. *Feminismo no Brasil*. Projeto de pesquisa.

_____. Notas sobre o Trabalho Doméstico. In: LIMA, M. E. B. et al (Orgs.). *Transformando a Relação do Trabalho e a Cidadania*. São Paulo: CUT Brasil, 2007.

_____; CORREA, S. *Movimento de Mulheres: questões para pensar-se seus rumos*. Chile: Ministerio de Justicia, 2000. Disponível em: <http://www.minjusticia.cl/pmg/documentos/movimiento_mulheres.pdf>. Acesso em 26 jul. 2010.

AZEVEDO, V. A. T. *Ìyàmi: símbolo ancestral feminino no Brasil*. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2908>. Acesso em: 26 jul. 2010.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: <[http://www.fiocruz.br/redeblh/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.fiocruz.br/redeblh/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2010.

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFC/UFRJ, v. 3, n. 2, 1995, p.458-463.

_____; Lembrando Lélia González. In: WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. C. (Orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2000, p. 42-61. Também disponível em: < http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n23_p347.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2010.

BANDEIRA, L. A Construção da Cidadania Social das Mulheres no Brasil. In: *Série Sociológica*. Brasília: UNB, n. 35, 1996.

_____. Três Décadas de Resistência Feminista contra o Sexismo e a Violência Feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Sociedade e Estado*. Brasília: UNB, v. 24, n. 2, ago. 2009, p. 401-438. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 22 jul. 2010

BARBIERI, T de. Sobre la categoría de género. Una introducción teórico metodológica. In: AZEREDO, Sandra; STOLCKE, Verena (Org.). *Direitos Reprodutivos*. São Paulo: PRODIR/Fundação Carlos Chagas, 1991. Também disponível em: <<http://www.minjusticia.cl/pmg/documentos/sobre%20la%20categoria%20de%20genero.pdf>>. *Debates em Sociologia* [online], Lima, n.18, 1992. Acesso em: 26 jul. 2010.

BARBOSA, R; PARKER, R. (Orgs.). *Sexualidades pelo Avesso: Direitos, Identidades e Poder*. Introdução. São Paulo: Editora 34, 1999.

BARR, E. C. Pobreza y Exclusión de los Pueblos y Mujeres Afrodescendientes. El Impacto Económico Del Racismo y Sexismo sobre las Mujeres Afrodescendientes de América Latina y El Caribe. In: *Reunión de Expertas de la CEPAL para la Construcción de Indicadores de Género me el Análisis de la Pobreza*, 2003. *Anais...* La Paz: CEPAL, 2003.

BARROS, L. F. W. *A Família DINC no Brasil 1996-2006: Uma Análise Sócio-Demográfica e de Gênero*. 2009. 131f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE / Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, Rio de Janeiro.

BARROS, M. L. A. A mulher na literatura de Cordel. In: ANDREU, S.; SANCHES, K. P. G. *Aprendendo a ler e escrever textos, 8ª série*. Curitiba: Nova Didática, 2004.

BARSTED, L. L. As mulheres no contexto da violência urbana. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, v.32, n. 118, 2008.

_____. A violência contra as mulheres no Brasil e a convenção de Belém do Pará, dez anos depois. In: PERES, A.; ANDRADE, P. (Ed.). *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM / Fundação Ford / Cepia, 2006, cap. 8, p. 247-289. Livro disponível em: <<http://www.mulheresnobre.org.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

BARROSO, C.; AMADO, T. Cidadania e Saúde da Mulher. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, 1986. *Anais... Águas de São Pedro*: ABEP, v. 2, 1986, p.1087-1108.

BARTHOLO, L. *Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica*: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Disponível para download: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000469997>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

BASTIDE, R. *Le prochain et le lointain*. Paris: Éditions Cujas, 1970.

BATTHYANY, K. ; CORRÊA, S. Gender, Health and Poverty in Latin America. In: SEN, G.; ÖSTLIN, P. (eds.) *Gender Equity in Health: The Shifting Frontiers of Evidence and Action*. London: Routledge, 2009, cap. 5, p. 126-171.

BELTRÃO, K. I. ; TEIXEIRA, M. Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias. In: SOARES, S. et al. (eds.). *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA / Fundação Ford, 2005, p. 143-193. Publicação disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Os-MecanismosDeDiscriminacaoRacialNasEscolas.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

_____.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa* [online], São Paulo, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009, p. 125-156. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 26 jul. 2010.

BENEDETTI, M. *O corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005. Disponível em: <<https://ssl663.websitesequero.com/garamond/arquivo/144.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2010. Somente prefácio.

BENTO, B. Da transexualidade oficial às transexualidades. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARRA, S. (Orgs.). *Sexualidades e saberes: Convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004, p. 143-172.

BERQUÓ, E.; CAVENGAHI, S. Direitos Reprodutivos de Mulheres e Homens Face à Nova Legislação sobre Esterilização Voluntária. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 13, 2002, Ouro Preto. *Anais... Ouro Preto*: ABEP, v.1, 2002. Também disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/csp/v19s2/a25v19s2.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

_____. CUNHA, E. M. G. P., *Morbimortalidade feminina no Brasil, 1979-1995*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

_____.; LOYOLA, M. A. União dos Sexos e Estratégias Reprodutivas no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v.1, n.1/2, jan./dez. 1984, p.37-97.

BIRMAN, Joel. Erotismo, desamparo e feminilidade - uma leitura psicanalítica sobre a sexualidade. In: BIRMAN, Joel. *Cartografias do feminino*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 201-217. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=-XkFGXELWjkC&pg=PA17&lpg=PA17&dq=Erotismo,+desamparo+e+feminilidade&source=bl&ots=-f7UkMhK6P&sig=4Zi3F4Ga-CKjXJAXTV46V30Sido&hl=pt-BR&ei=ftINTKD8NsmSuAf4lLjADQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CBsQ6AEwAQ#v=onepage&q=Erotismo%2C%20desamparo%20e%20feminilidade&f=false>. Acesso em: 26 jul. 2010.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1999.

BOZON, M. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____.; HEILBORN, M. L.; AQUINO, E., KNAUTH, D. Pour une approche socio-anthropologique des comportements sexuels et reproductifs pendant la jeunesse au Brésil. La construction de l'enquête Gravad. In: CONDON, S.; ANDRO, A. (dir.). *Questions de genre en démographie*. Paris: INED / Dossiers et Recherches, n. 117, 2003.

BRASIL. DECRETO 979/03 | DECRETO N° 979, de 6 de janeiro de 1903. Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103710/decreto-979-03>>. Acesso em 26 jul. 2010.

BRASIL. EMC 47/ Emenda Constitucional . 05, n.47, 05/07/2005. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/emc/emc47.htm>. Acesso em 26 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Integração de Informações do SIAB, SIM e SINASC nos Sistemas Locais de Saúde. *Informe da Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, n. 20, jan./fev. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde / Datasus. *Indicadores e Dados Básicos 2008 – IDB 2008*. Brasília: RIPSA, 2008. Disponível em: < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?acao=11&id=22450>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde / Secretaria de Vigilância em Saúde / Departamento de Análise da Situação de Saúde no Brasil. *Saúde Brasil 2005: uma análise da situação de saúde no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/saude_brasil_2005.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Análise comparativa de programas de proteção social, 1995 a 2003*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/casulo/files/analise_comparativa.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2010

BRUSCHINI, C. Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. In: ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON C. *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. São Paulo: Edusc, 2008. Também disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a09v23n2.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

_____; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*. [online], São Paulo, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 jul. 2010.

CABRAL, M.(Ed.) *Interdicciones*. Escrituras de la intersexualidad en castellano. Córdoba: Anarrés Editorial, 2009. Disponível em: <<http://www.mulabi.org/Interdicciones2.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2010.
CAMURÇA, S. M. S. Quando todas se encontram. Feminismo e a construção de um novo campo de lutas das mulheres no mundo do trabalho. *Proposta*, Rio de Janeiro, v.32, n. 118, 2008.

_____; BATISTA, C. *Articulando Eletronicamente*. Recife, AMB, v.3, n.90, 20 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/publique/media/AE90.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2010.

CARDOSO, E. Imprensa feminista brasileira pós-1974. In: *Revista Estudos Feministas*. [online], Florianópolis, v. 12, n. esp., 2004, p. 37-55. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 jul. 2010.

CARNEIRO, S. A Batalha de Durban. In: *Revista Estudos Feministas* [online] Florianópolis, v.10, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 jul. 2010.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA – Empreendimentos Sociais, Takano Cidadania (Orgs.). *Racismos*

Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

_____. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados* [online], São Paulo: v. 17, n. 49, set./ dez. 2003, p. 117-133. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

_____. Raça e etnia no contexto da conferência de Beijing. In: *O livro de saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Criola/Palas, 2000. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=pRpCpw-6mh4C&pg=PA247&lpg=PA247&dq=Ra%C3%A7a+e+etnia+no+contexto+da+confer%C3%A7%C3%A3o+de+Beijing&source=bl&ots=Qv7sgDOiF-&sig=x5sEQ_4vxkd-lhqtX4vjNm1vVD8s&hl=pt-BR&ei=5N5NTNLIN8yLuAfC1M3DDQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CBkQ6AEwAQ#v=onepage&q=Ra%C3%A7a%20e%20etnia%20no%20contexto%20da%20confer%C3%A7%C3%A3o%20de%20Beijing&f=false>. Acesso em: 26 jul. 2010.

CARRARA, S.; RAMOS, S. Política, Direitos, Violência e Homossexualidade – Pesquisa . In: PARADA DO ORGULHO GLBT, 9, 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/pdf/paradario2004.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

COMAROFF, J. 1993. The disease heart of Africa: medicine, colonialism, and the black body. In: LIN-DENBAUM, S.; LOCK, M. *Knowledge, Power, and Practice: the anthropology of medicine and everyday life*. California: University of California, 1993, p. 305329.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. Plataforma Política Feminista. Brasília: [s.e.], 2002. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/adm/uploads/anexos/Plataforma_Politica_Feminista.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2010.

CONDORCET, J. A. N. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

CONGOLINO, M. L. *Sexualidades y Estereotipos Raciales en un Grupo de Estudiantes de La Universidad Del Valle*. 2006. Dissertação (Magíster en sociología) - Facultad de Ciencias Sociales y Económicas, Universidad del Valle, Cali.

CORREA, S. et al. *Reproductive Health in Policy and Practice – Brazil*. Washington DC: Population Reference Bureau, 1998. Disponível em: <<http://www.prb.org/Reports/1998/ReproductiveHealthPolicy-PracticeBrazil.aspx>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

COSTA, A. A. A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: PISCI-

TELLI, A. et al (Orgs.). Olhares Feministas. *Coleção Educação para Todos*, v. 10, 1.ed. Brasília: UNESCO / Ministério da Educação, 2009, p. 51-82. Disponível para download em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=124351>. Acesso em: 26 jul. 2010.

_____; A institucionalização dos estudos feministas dentro das Universidades. Teoria e práxis feminista na Acadêmica: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v. 2, n. especial, 1994, p. 387-400.

_____; SARDENBERG, C. M. B. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M. L. R.; BINGEMER, M. C. L. (Orgs.). Mulher e relações de gênero. *Mulheres e relações de gênero*. São Paulo: Edições Loyola, 1994, cap. II, p. 81-113.

COSTA, Jurandir Freire. Sexo e amor em Santo Agostinho. In: Loyola, Maria Andréa (org.). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p133-158

COSTA, J. V. et al. Análise da mortalidade materna na cidade do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15, 2006. *Anais*. Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_444.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2010.

CURIEL, O.; ESPINOSA, Y. *Los encuentros feministas de América Latina y del Caribe*: um resumen esquemático (1981-1996). Santo Domingo: Edição das Autoras, 1998.

_____; FALQUET, J.; MASSON, S. Féminismes dissidents en America. In: *Nouvelles Questions Féministes*, v. 24, n. 2, Edición especial en castellano América Latina y el Caribe. Tradução feita pelo autor. Coordinación del número. [s.l.], Ediciones fem-e-libros, 2005, p. 22-23.

DÍAZ BENÍTEZ, M. E. *Negros Homossexuais*: Raça e Hierarquia no Brasil e na Colômbia. 2005. 171f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ), Rio de Janeiro.

DOMINGUES, P. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. *Cadernos Pagu* [online], Campinas, n.28, 2007, p. 345-374. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 jul. 2010.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados* [online}, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003,

p. 151-172.. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18402.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2010.

DURHAM, E. Família e reprodução humana. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 3, 1983, p.13-44.

ELIAS, N. On human beings and their emotions: a process-sociological essay. *Theory, Culture and Society*. London: SAGE, v.4, 1987, p. 339-361.

FACHINI, R. *Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro*. *Bagoas* [online], Natal, n.4, 2009, p.131-158. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art07_facchini.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2010.

_____. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALQUET, J. Rompre le tabou de l'hétérosexualité, en finir avec la différence des sexes: les apports du lesbianisme comme mouvement social et théorie politique. *Revista eletrônica Genre Sexualité ET Société*. n. 1, 2009. Disponível em: <<http://gss.revues.org/index705.html>>. Acesso em 26 jul. 2010.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: v.12, n. 1, 2004, p. 47-71. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 jul. 2010.

FARIA, V. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, n° 5, 1989, p.62-103

FERRARI, A. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 25, p.105-115, jan./fev./mar./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 jul. 2010.

FIGARI, Carlos. A construção d@ negr@ como objeto do desejo no texto lusitanobrasileiro. In: *Coleção Políticas da cor*. Núcleo de Estudios Queer del Laboratorio de Políticas Públicas de la Universidade Estadual de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: En Prensa, 2004.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, v. 1, 1993.

FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. Antropologia e Feminismo. In: _____. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, n.1, 1981.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973 [1933].

GAGNON, J.; SIMON, W. *Sexual Conduct: the social sources of human sexuality*. Chicago: Aldine, 2005 [1973]. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=S9YsYFFgoZkC&dq=Sexual+Conduct:+the+social+sources+of+human+sexuality&printsec=frontcover&source=bn&hl=pt-BR&ei=Dp5ITKibKoSSuAfD6qm3DQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=4&ved=0CC0Q6AEwAw#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 22 jul. 2010.

GIACOMINI, S. M. *Mulher e escrava*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GILMAN, S. L. *Difference and Pathology: Stereotypes of Sexuality, Race and Madness*. New York: Cornell : University Press, 1985. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=-TV2XRPVIYC&printsec=frontcover&dq=Difference+and+Pathology:+Stereotypes+of+Sexuality&source=bl&ots=NgwehcCy-Z&sig=WG4fKQzf8xjUuoVzsSrgDOLuWQw&hl=pt-BR&ei=oJ5ITNPUI5CQuAewlImDQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CCIQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 22 jul. 2010.

GODWIN, W. *Enquiry Concerning Political Justice, and its Influence on General Virtue and Happiness*. London: University of Bristol, 1793. Disponível em: <<http://www.efm.bris.ac.uk/het/godwin/pj.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2010.

GREEN, J. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século 20*. São Paulo: UNESP, 2000.

GUEDES, M. de C. O contingente feminino de nível universitário nos últimos trinta anos do século XX: a reversão de um quadro desigual. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 15, 2004. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

GUIMARAES, N. A. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. In: *Cadernos Pagu* [online], Campinas, n. 17-18, 2002, p. 237-266. Dossiê: Gênero no Trabalho. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100009&lng=en&nr_m=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 jul. 2010

HEILBORN, M. . Construção de si, gênero e sexualidade. In: *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. Disponível em: <http://sistema.clam.org.br/biblioteca/files/construcao_de_si.pdf>. Acesso em: 22 Jul. 2010

_____. . *Dois é Par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. *Gênero e Condição Feminina: uma abordagem antropológica*. In: Mulher e políticas Públicas. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.

_____. Gênero e Hierarquia: a costela de Adão revisitada. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v. 1, sup. 1, 1993.

_____. Gênero, Sexualidade e Saúde. In: *Saúde, Sexualidade e Reprodução - compartilhando responsabilidades*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997, p. 101-110. Disponível em: < <http://sistema.clam.org.br/biblioteca/?q=node/804>>. Acesso em: 22 Jul. 2010.

_____. Sexualidade e identidade: entre o social e o pessoal. Sexualidade: corpo, desejo e cultura. *Ciência hoje na escola*. Rio de Janeiro: SBPC/Global Editora, v. 11, 2001, p.38-41.

_____. Usos e Abusos da Categoria de Gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Y Nosotras latinoamericanas?* Estudos sobre gênero e raça. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992.

_____; CARRARA, S. Em cena os homens... *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v. 6, sup. 2 , 1998, p. 370- 374.

_____. _____, BRANDÃO, Elaine. Introdução: ciências sociais e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

HERA. *Direitos sexuais e reprodutivos e saúde das mulheres: idéias para ação*. Nova York: HERA, 1998.

HÉRITIER, F. Masculino e Feminino. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: INCM, v. 20, 1980, p.11-26.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, set. / dez. 2007, p. 595-609. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 22 Jul. 2010.

HOBBSAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBASE. *Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas*. Documento síntese. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em: <www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf>. Acesso em 25 mar. 2010.

IBGE. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro: IBGE, -1996.

_____. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, - 2008. Anual. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

ILO-UNDP. *Work and family: Towards new forms of reconciliation with social co-responsibility. Decent Work in Latin America and the Caribbean*. Chile: ILO-UNDP, 2009. Disponível em: <http://www.undp.org/publications/pdf/undp_ilo.pdf>. Acesso em 27 jul. 2010

JARAMILLO URIBE, J. *Ensayos sobre historia social colombiana*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1972.

KIM PÉREZ F.-F. *Mulher ou trans? A inserção das transexuais no movimento feminista*. Disponível em <<http://www3.brasil.indymedia.org/en/green/2005/10/332065.shtml>>. Acesso em 26 mar. 2010.

KIMMEL, M. S. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina” In: VALDÉS, Teresa & OLIVARIA, José (eds) *Masculinidad/s-poder y crisis*—Chile: FRACSO- Isis- Ediciones de las mujeres, no. 24, 1997.

_____. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas, In: *Corpo, doença e saúde. Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 1998, p.103-117.

KULICK, D. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LAGO, T. G. Direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. In: RIOS-NETO, E. L. G.; MARTINE, G; ALVES, J. E. D. A. Direitos Sexuais e reprodutivos no Brasil, gênero e direitos reprodutivos. *Demografia em Debate*. Belo Horizonte: ABEP, v. 3, 2009, p. 93-94.

LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURENTI, R.; JORGE, M. H. P. M.; GOTLIEB, Sabina L. D. A mortalidade materna nas capitais brasileiras: algumas características e estimativa de um fator de ajuste. In: *Revista Brasileira de Epidemiologia* [online], São Paulo, v. 7, n. 4, 2004, p. 449-460. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2004000400008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 jul. 2010.

LAVINAS, L. Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. In: _____; LEÓN, F. (Orgs.). *Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho*. Santiago do Chile: CEPAL, v. 1, 2002, p. 33-54. Disponível em: <<http://www.progetto100citta.it/documenti/forum2/donne/sez2/EMPREGABILIDADE%20NO%20BRASIL%20INFLEX%20DES%20DE%20G%20CANERO%20E%20DIFERENCIAIS%20FEMININOS.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

LEITE, G.. Prostituta Gabriela Leite defende sua profissão. In: Seção: Artes e Livros, Entrevista a Ailton Magioli – Em Cultura, 2009, Minas Gerais. Anais eletrônicos... Minas Gerais, 2009. Disponível em: <http://www.new.divirta-se.uai.com.br/html/sessao_7/2009/04/19/ficha_agitos/id_sessao=7&id_noticia=10209/ficha_agitos.shtml>. Acesso em 27 jul. 2010.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. *Revista Brasileira de Estudos de População* [online], São Paulo, v. 23, n. 2, 2006, p. 355-367. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 jul. 2010.

LOURO, G. L. Corpos que Escapam. In: *Labrys Estudos Feministas*, n. 4. Brasília: UNB, ago./ dez. de 2003.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf#page=4>>. Acesso em: 22 Jul. 2010.

LUCRÉCIO, F. In: BARBOSA, M. *Frente Negra Brasileira – Depoimentos*. Citado por DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. [s.l.]: Tempo, p. 106

MACHADO, L. Z. Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?. *Série Antropologia*, 284. Brasília: Instituto de Ciências Sociais / Universidade de Brasília, 2000.

MACHADO, P. S. *O Sexo dos Anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade*. 2008. Dissertação (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14947/000672652.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

MALINOWSKI, B. *A vida sexual dos selvagens*. 1.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

MARCONDES, G.; BELON, A. P. Mortalidade materna: um estudo dos níveis e das causas de óbitos em Regiões Metropolitanas brasileiras. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16, 2008. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2008. Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1608.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2010

MARTINS, A. L. Diferenciais raciais nos perfis e indicadores de mortalidade materna para o Brasil. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14, 2004. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_424.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2010.

MATTOS DE CASTRO, H. M. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MEAD, M. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MELO, E. Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott. In: *Cadernos Pagu* [online], Campinas, n. 31, 2008, p. 553-564. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a24.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

MELO, H. P. Desigualdade, pobreza e seus impactos sobre a vida das mulheres. *Revista Proposta*. Rio de Janeiro, ano 32, n. 118, 2008.

_____; SCHUMACHER, S. A Segunda Onda Feminista no Brasil. In: SCHUMACHER, S.; VITAL, E. (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000, p. 229-239

MESQUITA, M. Movimento de Mulheres Lésbicas no Brasil: Sinalizando algumas conquistas e desafios para o século XX. *Revista Lábia do GALF – Grupo de Activistas Lesbianas Feministas Tercera época*, n. 18, Lima, dez 2004. Disponível em: <http://www.comuniles.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=35&Itemid=39>. Acesso em 27 jul. 2010.

MORAIS Fo., J. N. *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*. São Luiz: COCSN, 1975.

MORALES VILLEGAS, I. *Mujer Negra, Mirar del Otro y Resistencias. Nueva Granada siglo XVIII*. In: *Memoria y Sociedad*. Bogotá: Revista del Departamento de Historia y Geografía de la Pontificia Universidad Javeriana, v. 7, n. 15, 2003, p. 53-68.

MORENO FRAGINALS, M. *Aportes Culturales y Deculturación*. In: *África en América Latina*. México: Siglo XXI Editores – UNESCO, 1977.

MOUTINHO, L. *Condenados pelo desejo? Razões de estado na África do Sul*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo [online], v. 19, n. 56, 2004, p. 95-112. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 jul. 2010

NEVES, M. A. *Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero*. In: ROCHA, M. I. B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34 / ABEP, Nepo/Unicamp e Cedeplar/UFGM, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/trabalho-genero/TG_p171a185.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2010.

OLIVA, A. R. *A invenção dos iorubás na África Ocidental. Reflexões e apontamentos acerca do papel da história e da tradição oral na construção da identidade étnica*. In: *Estudos Afro-asiáticos*, v. 27, 2005, p. 141-180.

OLIVEIRA, A. M. H. C.; GUIMARÃES, R. R. M. *Trends in the Relative Distribution of Wages by Gender and Cohorts in Brazil (1981-2005)*. In: *Population Association of America (PAA) Annual Meeting, 2009*. *Anais...* Detroit: PAA, 2009. Disponível em: <<http://paa2009.princeton.edu/download.aspx?submissionId=90744>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

ONU. *Declaração e Plano de Ação de Durban da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002. Disponível em: <http://afro-latinos.palmares.gov.br/_temp/sites/000/6/pdf/Declaracao_Durban.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2010.

ONU. *World Population Prospect, 2008* Disponível em: <<http://esa.un.org/UNPP/>>. Acesso em 27 jul. 10.

ORTIZ, F. *Los bailes y el teatro de los negros en el folclore de Cuba*. Havana: Letras Cubanas, 1951, p. 466.

PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M. *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2007-2008*. Rio de

Janeiro: Garamond, 2009. Disponível em: <http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/RDR_2007-2008_pt.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2010.

PAOLI, M. C. Mulheres: Lugar, Imagem, Movimento. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 4. Sobre Mulher e Violência. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985, p. 63-99.

PARKER, R. *Corpos, Prazeres e Paixões. Acultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: BestSeller, 1991.

_____. Diversidade sexual, análise sexual e educação sobre AIDS no Brasil. In: LOYOLA, M. A. (Org.) *AIDS e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará: /UERJ, 1994, p. 141-159.

PAULA, L. R. A Organização Institucional do Movimento das Mulheres Indígenas no Brasil Atual: notas para começar a pensar. In: *Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas*. Brasília: INESC, 2008.

PERISTIANY, J. G. *Honra e Vergonha: Valores da sociedade Mediterrânea*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkain, 1971.

PERPÉTUO, I. H. O.; WONG, L. L. R. Desigualdade socioeconômica na utilização de métodos anticoncepcionais no Brasil: uma análise comparativa com base nas PNDS 1996 e 2006. In: *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: Dimensões do Processo Reprodutivo e da Saúde da Criança*. Brasília: Ministério da Saúde / Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2009, cap. 5, p. 87.

PINHEIRO, L. et al. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Análise preliminar dos dados. 3.ed. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres / IPEA / UNIFEM, 2008. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2010.

PIOVESAN, F. Direitos civis políticos: a conquista da cidadania feminina. In: PITANGUY, J.; BARSTED, L. L. O progresso das mulheres no Brasil. Brasília, UNIFEM, Fundação Ford, Cepia, 2006. Disponível em: < <http://www.mulheresnobrasil.org.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

PITANGUY, J.; MIRANDA, D. As mulheres e os direitos humanos. In: PITANGUY, J. e BARSTED, L. L. O progresso das mulheres no Brasil. Brasília, Unifem, Fundação Ford, Cepia, 2006. Disponível em: < <http://www.mulheresnobrasil.org.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (Org.). Honra e Vergonha: Valores das Sociedades Mediterrânicas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

_____. The Fate of Shechem or the Politics of Sex: Essays in the Anthropology of the Mediterranean. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. Honour and Social status in Andalusia. In: _____. The Fate of Shechem or the Politics of Sex: Essays in the Anthropology of the Mediterranean. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, p. 18-48.

PORTELLA, A. P. Violência contra as mulheres: questões e desafios para as políticas públicas. Recife: SOS-Corpo, 2008.

POTIGUARA, E. Participação dos Povos Indígenas na Conferência em Durban. In: Revista Estudos Feministas [online], Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 219-228, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11641.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

RAGO, Margarete. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. In: Labrys, Estudos Feministas, n. 3. Brasília: UNB, jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/margal.htm>>. Acesso em: 13 out. 2010

_____. Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil: 1890-1930. In: PISCITELLI, A. et al. (Orgs.). Olhares Feministas. Coleção educação para todos. 1.ed. Brasília: Organização UNESCO / Ministério da Educação, v. 10, 2009, p. 219-237. Link para download disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=124351>. Acesso em: 28 jul. 2010.

REIS, A. As filhas de Margaret Sanger. Elementos para uma análise das relações entre feministas e o poder médico. Observatório da Mulher. Disponível em: <http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=761&Itemid=1>. Acesso em: 28 jul. 2010.

RIBEIRO, M. O feminismo em novas rotas e visões. In: Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 14, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 jul. 2010.

_____. Mulheres negras brasileiras: de Bertioiga a Beijing. In: Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 3, n. 2, p. 446-457, 1995.

RIBEIRO, R. Y. *Alma Africana no Brasil: os Iorubás*. São Paulo: Ed. Oduduwa, 1996. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/7356104/Alma-Africana-No-Brasil-Os-Iorubas>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. Disponível em <http://www.clam.org.br/pdf/roger_dirdemsex_port.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2010.

ROHDEN, F. A construção da diferença sexual na medicina. *Cadernos de Saúde Pública* {online}. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 19, sup. 2, 2003, p. S201-S212. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 jul. 2010.

ROLAND, E. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

RUBIN, G. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: RAYNA, R. (Org.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

SACCHI, A. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. In: *Revista Antropológicas* [online], Recife, v. 14, n.1-2, 2003, p. 105-120. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistaantropologicas/internas/volume14/Artigo%206.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

_____. Mulheres Indígenas e Organização Política na Amazônia Brasileira. In: I Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE), 9, 2005, Manaus. *Anais...* Manaus: ABBANE, 2005

SAFFIOTI, H. I. B. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, I. M. F. Iá Mi Oxorongá: As Mães Ancestrais e o Poder Feminino na Religião Africana. In: *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, Assis, n. 2, dez/. 2008, p. 59-81. Disponível em: <<http://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmxyZXZpc3Rhc2Fua29mYXxneDo2MzNmYTM4MmRjZGYyOTE2>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

SARTI, C. Feminismo e Contexto: lições do caso brasileiro. In: *Cadernos Pagu* [online], Campinas, n. 16, 2001, p. 31-48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

_____. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, fev. 1988, p. 38-47.

SCHIENBINGER, L. Introdução. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: Ed. EDUSC, 2001, p.19-49.

SCHUMAHER, S. *A Primeira Onda Feminista*. In: Encontro Nacional Feminista, 13, 2000, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Cunha, 2003, p. 30-36.

_____. O Passado se faz presente. In: LODDI, N.; KAZ, L. (Orgs.). *Século XX: A Mulher conquista o Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível Edições, 2006.

_____.; VITAL BRAZIL, É. (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____.; VITAL, E. B. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: SENAC / REDEH, 2007.

SCHWARTZ, S. 1998. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=2PD-HDn3yCwC&lpq=PA60&dq=significado%20nomes%20pr%C3%B3prios&lr=&as_brr=3&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 28 jul. 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação & Realidade, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99. Disponível em: <<http://sistema.clam.org.br/biblioteca/?q=node/805>>. Também disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>. Acesso em: 28Jul. 2010.

SEGATO, R. L. *Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil*. Disponível em: <http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/outros/Acoes%20para%20mulheres%20indigenas.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2010.

SEN, Amartya. Population Policy: authoritarianism versus cooperation. *International Lecture Series on Population Issues*. New Delhi: The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, n. 4, 1995. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/AmartyaSen.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

SILVA, B. G.. *A Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. 2008. 172f. Dissertação (Pós-graduação em Sociologia) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília. Disponível para download em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/949>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

SILVA, D. P. M. *Relações de Gênero no Campo Profissional da Medicina*. 1998. 259f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), Rio de Janeiro.

SILVA, E. B. da. *Tecendo o fio, aparando as arestas: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro feminista*. Rio de Janeiro: UFRJ / CFCH, 2000. Disponível em: <<http://www.desafio.ufba.br/gt6-003.html>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

SINGER, P. *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOARES, C.; SABÓIA, A. L. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da PNAD 2001 e 2005*. Rio de Janeiro: DPE/IBGE, Texto para discussão n. 21, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=954>. Acesso em: 27 jul. 2010.

SOARES, S. S. D. *O bônus demográfico relativo e absoluto no acesso à escola*. Brasília: Ipea, Texto para discussão n. 1.340, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1340.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2010.

SOARES, V. O verso e o reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil. In: HUNTLEY, L.; GUIMARÃES, A. S. A. (Orgs.). *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 257-287.

_____. Movimento feminista: paradigmas e desafios. In: *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, n. 2, 1994.

SOIHET, R. Formas de violência, relações de gênero e feminismo. In: *Gênero - Revista Transdisciplinar de Estudos do Gênero*, Niterói, v. 2, 2002, p. 7-25.

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, cap. 2, p. 78-88

_____; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e Práticas de Conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa* [online], São Paulo, v. 37, n. 132, 2007. p. 573-594. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 jul. 2010.

STOLCKE, V. *Marriage, Class and Colour in Nineteenth Century Cuba: A study of racial attitudes and sexual values in a Slave Society*. Michigan: Michigan University Press, 1989. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=3FMs5U4YB9YC&dq=Marriage.+Class+and+Colour+in+Nineteenth+Century+Cuba&printsec=frontcover&source=bn&hl=pt-BR&ei=jK9NTI7gDs6JuAfu9cC2DQ&sa=X&oi=book>>

- [result&ct=result&resnum=4&ved=0CCoQ6AEwAw#v=onepage&q&f=false](#)>. Acesso em: 26 jul. 2010.
- TAVARES, M. *Prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista*. União de Mulheres Alternativa e Resposta, Grupos de Trabalho, Debates. Disponível em: < <http://www.umar-feminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf> >. Acesso em: 27 out. 2009.
- TORNS, T. El tiempo de Trabajo de las Mujeres: Entre la invisibilidad y la necesidad. In: *Mientras Tanto*. Barcelona: Icaria Editorial, Otoño-Invierno, n. 81, 2001.
- TSE. *Tribunal Superior Eleitoral*, 2008. Disponível em: <www.tse.gov.br>. Acesso em 25 mar. 2010.
- UNDP. *Human Development Indices: A statistical update 2008*.. New York: UNDP, 2008. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/data/hdi2008/>>. Acesso em 29 jul. 2010.
- UNFPA. *Gender Equality: a Cornerstone of Development*. New York: UNFPA, 2009. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/gender/>>. Acesso em 29 jul. 2010.
- VALONGUEIRO, S.; CHACHAM, A. Mortes por aborto no nordeste do Brasil: um estudo de casos. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16, 2008. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2008. Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1723.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2010.
- VANCE, C. S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1995, p. 7-31. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73311995000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 22 Jul. 2010.
- VENTURA, M. *Direitos Reprodutivos no Brasil*. São Paulo: Fundação MacArthur, 2002. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos.pdf>. Acesso em: 22 Jul. 2010.
- VERDUN, R (Org.). *Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas*. In: *Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas*. Brasília: INESC, 2008.
- VIANNA, A.; LACERDA, P. *Direitos e Políticas Sexuais no Brasil: o panorama atual*. Rio de Janeiro: Cepesc, v. 1, 2004, p. 245. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/pdf/doccompleto.pdf>>. Acesso em: 22 Jul. 2010.
- VIGOYA, M. V. Más que una cuestión de piel. Determinantes sociales y orientaciones subjetivas en los encuentros y desencuentros heterosexuales entre mujeres y hombres negros y no negros en Bogotá. In: WADE, P. *Raza, etnicidad y sexualidades*. Ciudadanía y multiculturalismo en América Latina. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2008. p. 247 – 278.

WAJNMAN, S.; MARRI, I.; TURRA, C. M. Os argumentos de proteção social e equidade individual no debate sobre previdência e gênero no Brasil. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16, 2008. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docs-PDF/ABEP2008_1871.pdf. Acesso em: 29 jul. 2010.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 37-82.

WEF. The Global Gender Gap Report 2009. Geneva: World Economic Forum, 2009. Disponível em: <<http://www.weforum.org/pdf/gendergap/report2009.pdf>>. Acesso em 29 jul. 2010.

WERNECK, J.. Nossos Passos vêm de Longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, J. (Org.). *Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2008, p. 76-84.

_____. *Nem Gênero, Nem Raça: mulheres negras como sujeitos das políticas públicas*. Rio de Janeiro: AMNB, 2007, mimeo.

WONG, L. L. R.; PERPÉTUO, I. H. O. A experiência-piloto: os indicadores de contexto, de violência contra as mulheres e de disponibilidade e acesso a serviços e insumos. In: CAVENAGHI, S. (Org.). *Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva*. Rio de Janeiro: ABEP, 2006, cap. 4, p. 121-150. Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/ind_mun_saude_sex_rep/ind_mun_saude_sex_rep_capitulo4int_p112a120.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2010

ZANETTI, J.; SACRAMENTO, M. Jovens negras: ressignificando pertencimentos, construindo práticas... In: WERNECK, J. (Org.). *Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Criola, 2008. Disponível em: < http://www.boell-latinoamerica.org/downloads/livro_mulheresnegras.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2010.